

ESTUDOS & ANÁLISES
INFORMAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA

2

CARACTERÍSTICAS ÉTNICO-RACIAIS DA POPULAÇÃO
CLASSIFICAÇÕES E IDENTIDADES

JOSÉ LUIS PETRUCCELLI
ANA LUCIA SABOIA
ORGANIZADORES

 **IBGE**
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Nuno Duarte da Costa Bittencourt

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Marcia Maria Melo Quintslr

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Denise Britz do Nascimento Silva

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais
Luiz Antônio Pinto de Oliveira

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Estudos e Análises
Informação Demográfica e Socioeconômica
número 2

Características Étnico-raciais da População

Classificações e identidades

José Luis Petrucelli
Ana Lucia Saboia
Organizadores

Rio de Janeiro
2013

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 2236-5265 **Estudos e análises**

Divulga estudos de caráter investigativo ou descritivo, a partir dos resultados de uma ou mais pesquisas, de autoria pessoal, que expressam opiniões e guardam analogia de forma e conteúdo com trabalhos acadêmicos. A série **Estudos e análises** está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações.

ISBN 978-85-240-4245-4 (CD-ROM)

ISBN 978-85-240-4244-7 (meio impresso)

© IBGE. 2013

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IBGE.

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção de multimídia

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo Mendonça

Mônica Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Capa

Marcelo Thadeu Rodrigues - Gerência de Editoração/

Centro de Documentação e Disseminação de

Informações - CDDI

Sumário

Apresentação

Introdução

Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual

José Luis Petrucelli

Autoidentificação, identidade étnico-racial e heteroclassificação

José Luis Petrucelli

Classificações e identidades: mudanças e continuidades nas definições de cor ou raça

Alessandra Santos Nascimento, Dagoberto José Fonseca

A classificação de cor ou raça do IBGE revisitada

Rafael Guerreiro Osorio

Além do preconceito de marca e de origem: a motivação política como critério emergente para classificação racial

Moema De Poli Teixeira, Kaizô Iwakami Beltrão, Sonoê Sugahara

Múltiplas respostas aos quesitos fechados de cor e origem

Kaizô Iwakami Beltrão, Sonoê Sugahara, Moema De Poli Teixeira

**Legados da cor:
mobilidade social segundo a condição de escolaridade de mães e filhos**

Marcelo Paixão, Irene Rossetto, Elisa Monçores, Danielle Sant'Anna

Mobilidade social

Leonardo Athias, Gilson Matos

Sobre os autores

Anexo

**Questionário da Pesquisa das Características
Étnico-raciais da População - 2008**

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

Com a presente publicação, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE apresenta textos sobre a temática da classificação da cor ou raça baseados nos resultados obtidos pela Pesquisa das Características Étnico-raciais da População - PCERP, realizada, pela primeira vez, em 2008, com o propósito de compreender melhor o atual sistema de classificação da cor ou raça nas pesquisas domiciliares realizadas pela Instituição e contribuir para o seu aprimoramento.

O debate no Brasil sobre essa temática tornou premente, no contexto institucional, a necessidade do aprofundamento da reflexão sobre o sistema de classificação de cor ou raça utilizado nas pesquisas domiciliares do IBGE. Essa necessidade foi reforçada também pelos compromissos assumidos pelo Brasil na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001, quando foi adotada a “Declaração e o Programa de Ação de Durban”, que trata especificamente das políticas e práticas de coleta e desagregação de dados, pesquisas e estudos nessa área.

Dentro do compromisso de revisão sistemática de metodologia e conteúdo das suas investigações, o IBGE realizou a PCERP 2008, com o objetivo de levantar uma base empírica de informações, visando integrar estudos e análises para aprimoramento do sistema de classificação étnico-racial utilizado nos diversos levantamentos estatísticos sobre dados populacionais.

A pesquisa foi realizada em uma Unidade da Federação selecionada em cada Grande Região, abrangendo os Estados do Amazonas, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, além do Distrito Federal. Essa escolha foi baseada em critérios de representação étnico-racial e,

também, em fatores logísticos e operacionais, que favoreceriam, no momento, a realização da pesquisa de campo em determinada unidade. Estados com importante representação da população preta ou parda, como Rio de Janeiro e Bahia, não foram selecionados em função desse segundo critério.

Os resultados dessa pesquisa devem ser tratados como bases de análises para o próprio IBGE e para os especialistas do tema em outras instituições, visando aprofundar a compreensão das categorias étnico-raciais até então utilizadas nas pesquisas domiciliares.

É importante destacar que as estratégias de divulgação dos resultados dessa pesquisa obedeceram a etapas específicas, dado que a este projeto, por sua natureza de exploração metodológica, não se aplicaram algumas normas que orientam a divulgação das pesquisas regulares. A primeira divulgação ocorreu em julho de 2011, com a publicação *Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008*. Tal publicação foi composta de notas técnicas sobre a pesquisa, com o histórico da investigação sobre o tema em outros levantamentos domiciliares do IBGE e considerações sobre a metodologia utilizada, bem como o glossário e o instrumento de coleta aplicado. Os resultados, tendo como referência as pessoas de 15 anos ou mais de idade residentes em domicílios particulares permanentes localizados nas seis Unidades da Federação pesquisadas, foram apresentados em um conjunto de 65 tabelas, com cruzamentos das variáveis por sexo, idade, escolaridade e rendimento domiciliar, em números relativos. O CD-ROM que a acompanhou reproduz o volume impresso em formato pdf, contendo, ainda, as tabelas em Excel, em números absolutos e relativos, e seus coeficientes de variação.

A publicação ora divulgada corresponde à etapa de análises de conteúdo da pesquisa, aprofundadas por especialistas do tema, que já vinham participando do processo de sua concepção e avaliação. Nossos ilustres colaboradores trabalharam a partir desses primeiros resultados com liberdade de escolha de temas e de solicitação para tabulações especiais que se fizessem necessárias para as suas análises. Elaboraram capítulos cujos conteúdos vão contribuir para o conhecimento da temática da cor ou raça e no aprofundamento em relação à necessidade de aprimoramento do nosso sistema de classificação nas pesquisas domiciliares. Outros capítulos foram elaborados por pesquisadores do IBGE.

O CD-ROM que acompanha a presente publicação reproduz o conteúdo impresso e traz, adicionalmente, todo o conjunto de informações que foram objetos da primeira divulgação, incluindo as tabelas em Excel, em números absolutos e relativos, seus coeficientes de variação, e o instrumento de coleta da PCERP 2008.

Cabe também informar que os microdados da pesquisa estão disponíveis no portal do IBGE na Internet.

Marcia Maria Melo Quintslr
Diretora de Pesquisas

Introdução

Os estudos das categorias de classificação por cor ou raça se intensificaram substancialmente no final dos anos 1990 e, principalmente, nos anos 2000, após a realização da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001, quando foi adotada a “Declaração e o Programa de Ação de Durban”. Estudos específicos do IBGE, iniciados em 1976 com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD¹, tiveram continuidade com as perguntas acrescentadas à Pesquisa Mensal de Emprego - PME, em julho de 1998², e foram significativamente ampliados com a realização da Pesquisa das Características Étnico-raciais da População - PCERP, em 2008, e a publicação do volume contendo as tabelas de resultados, em 2011³. No âmbito do Instituto, a presente publicação significa mais um passo no sentido de saldar a dívida histórica que ainda se tem em relação ao estudo desta temática no País.

Os capítulos que compõem este livro se organizam em torno de três eixos temáticos: primeiramente, um esboço de aproximação teórica da

¹ Pesquisa especial que investigou, por meio de uma subamostra, o tema mobilidade social e a característica cor, denominada pela própria pessoa em um quesito aberto e outro fechado com base em uma classificação em quatro categorias: branca, preta, amarela e parda. A pesquisa, de âmbito nacional, era realizada, à época, em todo o território, exceto na área rural das Unidades da Federação das Regiões Norte e Centro-Oeste, sem contar o Distrito Federal, que estava integralmente representado.

² Pesquisa suplementar que investigou a característica cor ou raça, denominada pela própria pessoa em um quesito aberto e outro fechado com base em uma classificação em cinco categorias: branca, preta, amarela, parda e indígena. A pesquisa, realizada nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, também investigou, através de quesitos aberto e fechado, a origem do entrevistado, sem nenhuma definição explícita deste conceito. Para informações complementares, consultar a publicação: PETRUCCELLI, J. L. *A cor denominada: um estudo do suplemento da PME de julho/98*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 54 p. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 3).

³ Para informações complementares, consultar a publicação: CARACTERÍSTICAS étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 93 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf> Acesso em: maio 2012.

noção de raça; em segundo lugar, em torno das formas de classificação do próprio entrevistado, de modo espontâneo, escolhendo categorias de identificação, ou por heteroclassificação atribuída pelo entrevistador; e, finalmente, o tema da mobilidade intergeracional por categorias de classificação.

No primeiro capítulo, o conceito de raça é considerado exclusivamente como uma construção sócio-histórica, avaliando-se como fundamental para entender a história social, do Brasil e do mundo, no período conhecido como da modernidade. Constata-se sua transversalidade em relação a histórias específicas que dizem respeito a como se estruturam as relações entre grupos dentro de uma sociedade e entre diferentes sociedades, *vis-à-vis* as formas como as características físicas das pessoas são percebidas e classificadas. Dessa maneira, a evolução do pensamento racial brasileiro é posta em relação com a problemática do encontro com o outro na sua alteridade, a construção de taxonomias a partir do Século XVIII e a maneira como a ideologia racial determina a assimetria de relações entre as categorias de classificação ao serviço dos processos de colonização e escravidão. É apresentado um histórico da classificação étnico-racial nas estatísticas públicas no Brasil, através dos censos demográficos e pesquisas domiciliares.

Abordando a problemática específica da pesquisa, três aspectos da classificação étnico-racial são analisados no segundo capítulo: o estudo da declaração de cor ou raça, através da pergunta aberta ou de respostas espontâneas, em relação às categorias mais frequentes de resposta; a questão das identidades, tendo em vista um conjunto de alternativas de identificação oferecidas no questionário e sua correspondência com as categorias da pergunta aberta; e a análise da relação entre a autodeclaração de cor ou raça proporcionada pelo entrevistado e a heteroclassificação do mesmo, realizada pelo entrevistador.

O terceiro capítulo pretende realizar uma problematização das categorias de classificação na área temática da cor ou raça. Em diálogo com a literatura especializada, reflete-se a respeito das relações entre as categorias de cor ou raça, adotadas pela PCERP 2008, e aquelas apresentadas, espontaneamente, pelo público pesquisado, destacando, de forma comparativa, os resultados dos procedimentos de autoclassificação e de heteroclassificação. Analisam-se também as dimensões mais frequentes, selecionadas pelos entrevistados, seja para a definição de sua autoidentificação, seja para a identificação das pessoas em geral. Com essas abordagens, conclui-se que as definições de cor ou raça, presentes na pesquisa, apresentaram mudanças e continuidades, as quais dialogaram, diretamente, com os métodos de classificação e com a terminologia oficial adotada para o complexo processo de construção de identidades étnico-raciais, individuais e coletivas no Brasil.

O objetivo do quarto capítulo é atualizar o conhecimento sobre a adequação do sistema classificatório de cor ou raça do IBGE. Essa tarefa é limitada ao conjunto restrito de informações que havia sido levantado por pesquisas anteriores, a saber: as diferenças nos perfis da população resultantes da identificação racial feita pelo entrevistador e pelo entrevistado (hetero e autoatribuição); e a fluência social das categorias empregadas na classificação, analisada a partir das respostas espontâneas sobre a própria cor ou raça (pergunta aberta). Conclui-se que as informações da PCERP 2008 corroboram a adequação do atual sistema classificatório de cor ou raça do IBGE. Repetindo o constatado em outras ocasiões, a identificação da própria cor ou raça feita pelo entrevistado continua a concordar em grande grau com a do entrevistador; e,

se a população representada continua a escolher uma grande quantidade de termos para se definir quanto à cor ou raça, 95% ou mais escolhem um conjunto restrito de oito categorias, que inclui quatro das categorias atuais da classificação.

O capítulo quinto avalia a importância das diferentes motivações dos indivíduos na escolha de sua cor/raça. Verificou-se que a maioria informou três critérios para definição de cor ou raça, o número máximo solicitado pela pergunta, e poucos (menos de 1%) não informam critério algum.

O capítulo sexto pretende analisar os resultados da PCERP 2008 no que tange às origens multiculturais da população brasileira.

Finalmente, os capítulos sétimo e oitavo abordam a questão racial desde o ponto de vista da mobilidade intergeracional.

O sétimo capítulo analisa a trajetória de mobilidade educacional da população entrevistada na PCERP 2008, considerando a mobilidade intergeracional entre mães e filhos em termos das faixas selecionadas por anos de estudos, desagregando os indicadores pelos grupos de cor ou raça selecionados. Tomando por referência a escolaridade dos filhos em relação à das mães, o estudo mostra uma fundamental proximidade entre os indicadores dos grupos de cor ou raça em termos de um generalizado movimento de ascensão social. Porém, quando os dados são decompostos pelo nível de intensidade da mobilidade, foram verificadas assimetrias entre a população branca e a parda e preta/negra. Assim, na comparação, foi verificada maior probabilidade de ascensão social de mais elevada intensidade dos filhos brancos em relação às mães de todos os grupamentos selecionados de anos de estudo.

O oitavo capítulo busca entender o papel da dimensão étnico-racial controlando outras dimensões que influenciam a mobilidade social, a partir de uma análise descritiva exploratória complementada por modelos de regressão e log-lineares. Além disso, há um esforço de comparar os resultados da PCERP 2008, no mesmo recorte geográfico, com os módulos de mobilidade aplicados na PNAD realizada em 1988 e 1996. Como principais resultados, obtém-se que a mobilidade educacional e a ocupacional mantêm altos patamares; que a mobilidade ocupacional torna-se mais circular do que estrutural e continua a ser de curta distância; e que ser “não branco” continua a ser um fator para menor mobilidade ascendente e maior mobilidade descendente.

Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual*

José Luis Petrucelli**

Introdução

No Brasil da segunda metade do Século XIX, o debate em torno da construção de um sentimento de nacionalidade e da identidade nacional foi particularmente relevante, alcançando preponderância durante a Primeira República (SKIDMORE, 1976; LIMA; HOCHMAN, 1996). Este debate embasava-se na influência exercida pelas teorias e doutrinas raciais europeias da época nos intelectuais do País e se expressava numa preocupação sistemática com a origem multirracial do povo brasileiro, percebida como fonte de contradições sociais e obstáculo à construção de uma identidade nacional. O escravismo e a superposição do sistema de dominação sobre a hierarquia de relações inter-raciais, fundamentos da sociedade oitocentista, propiciavam a difusão das ideias de Arthur de Gobineau (1816-1882), Gustave Le Bon (1841-1931) e Georges Vacher de Lapouge (1854-1936), entre outros, que fizeram escola no País. Em outras palavras, como diz Schneider (2006), as heranças étnica e cultural das 'raças atrasadas' parecia embargar a confiança em um futuro moderno e civilizado para o País. A noção de raça permeava fortemente todos esses discursos, expressando, contudo, opiniões oriundas de diversas correntes intelectuais e derivadas dos entendimentos mais variados e antagônicos. Este espectro abarcava desde as doutrinas racistas, nas quais a hierarquia inferiorizante em relação à população branca europeia condenava as outras categorias de identificação em uso – negros, índios, pretos, pardos, caboclos etc. – até os discursos mais avançados, que não

* Traduções e ênfases do autor, salvo indicação em contrário.

** Pesquisador da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do IBGE.

só se diferenciavam de uma visão primitivamente essencialista, como promoviam uma conceituação mais adequada do ponto de vista culturalista da composição da sociedade, com um conteúdo atribuído à palavra raça bastante impreciso.

Na história do pensamento racial brasileiro, a data de 1843 pode ser pensada como emblemática, posto que foi o ano em que Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) apresentou seu ensaio *Como se deve escrever a historia do Brazil* (MARTIUS, 1854), vencedor do concurso do recém-constituído Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, fixando as bases da fábula nacional das três raças formadoras da população do País (MONTEIRO, 1996; MOTA, 1998) e, por extensão, a da democracia racial brasileira (ALMEIDA, 2006 apud BOTELHO, 2008). Seu posicionamento em relação à miscigenação entre os diferentes grupos étnico-raciais revela um pensamento explicitamente hierarquizante e racista, afirmando que a raça negra, degenerada e inferior, iria contribuir com a construção de uma nova nação à medida que fosse assimilada, absorvida pela raça branca ou caucasiana (MOTA, 1998).

A seguir, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) consolida essa versão fundadora, centralizadora, elitista, exaltadora das glórias da nobreza branca europeia e sustentadora da doutrina do branqueamento como forma de extinção de índios e negros, na sua *Historia geral do Brazil* (VARNHAGEN, 1854), encomendada pela Coroa, nos mesmos moldes do IHGB. Nessa *História*, os nativos são dignos de epítetos tais como “gentes vagabundas, bestas falsas e infiéis, inconstantes, ingratas, desconfiadas, impiedosas, despudoradas, imorais, insensíveis, indecorosas e entrecortadas por guerras, festas e pajelanças” (VARNHAGEN, 1854 apud ALMEIDA, 2006). Em relação aos africanos trazidos como escravos, ele afirma que fizeram muito mal ao País, com seus “costumes pervertidos, seus hábitos indecorosos e despudorados, seus abusos, vestuários, comidas e bebidas inadequados” (VARNHAGEN, 1854 apud ALMEIDA, 2006). É significativo que Varnhagen tenha sido o emissário oficial do governo brasileiro no Congresso Internacional de Estatística realizado em 1872, em São Petersburgo, Rússia, participação que se insere no processo preparatório do primeiro Recenseamento do Brasil, efetuado naquele mesmo ano (CAMARGO, 2010).

Na década seguinte, o acontecimento conhecido como “Guerra do Paraguai” (1865-1870) marcou, por sua vez, uma transição no pensamento social brasileiro, posto que foi a causa próxima da mudança no sentimento nacional que estimulou muitos membros da elite brasileira a reexaminar o conceito de nação, segundo Skidmore (1976). Movimentos políticos, como a fundação do Partido Liberal Radical (1868) e do Partido Republicano Brasileiro (1870), foram acompanhados de agitações culturais, como a de Recife, liderada por Tobias Barreto (1839-1889), professor da Faculdade de Direito, ou a crítica literária exercida pelo polêmico Sívio Romero (1851-1914), sua errática adesão ao determinismo climático na conformação de uma sub-raça mestiça e crioula, afirmando que a vitória na luta pela vida, entre nós, pertencerá, no porvir, ao branco (SKIDMORE, 1976).

Sobre a pertinência do conceito de raça

Em primeiro lugar, em relação ao nome, pode-se dizer que o termo raça deriva do Italiano *rassa*, encontrado desde 1180, aparecendo em Francês em 1490 (MENGAL, 1992), em Espanhol em 1438 (COROMINES, 2008) e em Português desde 1473 (HOUAISS, 2001). Em Castelhana Antigo, já existia o termo *raça [sic]* para designar

defeito num pano, desgaste ou enfraquecimento, e também como defeito ou culpa, desde 1335, de onde pode advir o sentido desfavorável em algumas de suas acepções correntes (COROMINES, 2008).

A questão dos usos desse termo, em contraposição ao que poderia se pensar em um primeiro momento, não concerne à Linguística, que se ocupa da forma das palavras ou das propriedades dos enunciados. Admitido o postulado da arbitrariedade do signo e da autonomia do significante, o que importa a considerar é o sentido e os efeitos dos sentidos do termo, recordando que não existe <verdade> destes, mas apenas dos usos do termo. Se o conceito de raça não corresponde a nenhuma realidade científica – do ponto de vista da genética – ele, sim, representa uma realidade social, desde que remete a uma organização perceptiva comum de referências à diversidade humana (BONNAFOUS; FIALA, 1992).

Há mais de dois mil anos se reportam observações sobre a diversidade na composição da humanidade. Desde Heródoto (Século V a.C.) ou Plínio o Antigo (Século I a.C.) até Estrabão ou Ovídio (Século I a.C.- I d.C.) formularam-se explicações, por vezes ingênuas, sobre as possíveis causas desta diversidade, podendo ou não remeter a ordenações hierárquicas dos diferentes povos. Inspirados nos relatos homéricos, a *Ilíada* e a *Odisséia*, vários autores da Grécia Clássica construíram classificações dos povos africanos, chamados de etíopes, baseando-se em variadas características etnoculturais, tais como: tipos de alimentação, a exemplo dos ictiófagos ou dos lotofagos; tipos de moradia, como os trogloditas, habitantes de cavernas, ou os nômades; hábitos de caça, ou até por serem os mais rápidos na corrida ou os maiores em tamanho. O nome etíope corresponde ao do país de localização, Etiópia, sobre o qual existe acordo de que deriva de “queimar” e “face”; portanto, os etíopes seriam os identificáveis pelos seus rostos queimados ou bronzeados (MVENG, 1972). Entre os autores clássicos que os citam, desde Homero a Heródoto, passando por Xenófanes e os trágicos, destaca-se uma fábula de Esopo, na qual se conta que o dono de um escravo negro, ao comprá-lo, tratou de clareá-lo, lavando-o e esfregando-o até se convencer de que aquela cor era mesmo da sua natureza (MVENG, 1972).

De uma maneira geral, os gregos consideravam bárbaros todos os povos que não falassem sua língua nem professassem seus valores (SCHNEIDER, 2006), enquanto os egípcios inferiorizavam os hebreus, escravizando-os e tinham deles opiniões pouco lisonjeiras, mas sem fazer referências a características físicas. Contudo, os contrastes cromáticos entre iluminação e escuridão, baseados na oposição semântica entre luz e sombra, foram utilizados pela Fisionomia, uma estranha teoria racista já encontrada no Século III a.C., estabelecendo homologias entre luz e cores claras e a verdade, por oposição a cores escuras.

Por outro lado, na literatura medieval japonesa também se encontram exemplos de discriminação contra grupos, como o denominado *burakumin*, que corresponde mais a uma casta no sistema social do que a uma etnia ou grupo racial, devido a que o mesmo não apresenta diferenças nos seus traços físicos, mas apenas ocupacionais e residenciais. Apesar de carecer de evidência científica, seus membros eram considerados poluídos e de origem racial diferente, sendo sancionada por lei, desde o Século XVI, qualquer associação com este grupo (TAKEZAWA, 2006). Outros exemplos de grupos socialmente estigmatizados são os *dalits*, da Índia e do Nepal, e os *batak*, do Sudeste Asiático. Estes grupos foram tradicionalmente considerados por governos e estados como minorias religiosas, linguísticas ou subcastas, sofrendo discriminação

institucionalizada na posse de terras e acesso a serviços públicos, como escolaridade e atenção à saúde.

As tentativas de classificação dos diferentes grupos de seres humanos na cultura ocidental, com caráter mais descritivo e empírico, porém, tiveram que esperar até o Século XVIII (PIAZZA, 1992; SANTOS, G. A., 2002), para encontrar Carl von Linné (1707-1778), Georges Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788), e Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840), que estiveram entre os primeiros a construir classificações dos humanos. Se características morfológicas eram utilizadas na categorização, junto com o uso do termo raça, estes autores também defendiam sua convicção de uma espécie única para a humanidade e falavam de “variedades” do gênero humano (PIAZZA, 1992). Em todo caso, todos remetiam, em primeiro lugar, ao traço mais marcante, a cor da pele, para diferenciar essas variedades, seguido, em segundo lugar, pela forma e o tamanho e concluindo com o “natural” dos povos como terceira característica diferenciadora, a qual era denominada de traços “morais”, equivalente ao que, em termos atuais, se conhece como perfis psicológicos e sociais (GUILLAUMIN, 1992). Esta tripla organização das diferenças ou variedades entre grupos humanos, já expressada por Buffon na sua *História natural, geral e particular*, escrita a partir de 1749, é reproduzida por enciclopedistas, como Voltaire (1694-1778) e Denis Diderot (1713-1784, na grande obra de referência iluminista, a *Encyclopédia*, publicada a partir de 1751 (SANTOS, G. A., 2002).

Na cultura ocidental, a semelhança desempenhou, até o fim do Século XVI, um papel fundamental na construção do saber em relação à ordem do visível. Esta forma de conhecer operou no sentido de proporcionar uma ordenação ao mundo tal como era percebido, nesse primeiro momento da história do conhecimento, permitindo uma repartição em classes, um agrupamento nominal pelo que são designadas suas similitudes e diferenças (FOUCAULT, 2000).

A partir do Século XVII, inaugura-se uma outra fase na construção do saber, com um caráter mais científico, no sentido atual, cedendo lugar o que era o estudo dos seres vivos, por exemplo, ao nascimento da Biologia. A seguir, o Século XIX dá lugar a novas formas de conhecer, definindo, por exemplo, o lugar do que é empírico: agora o espaço geral do saber não é mais o das identidades e das diferenças, mas um espaço feito de organizações, isto é, de relações internas entre elementos (FOUCAULT, 2000). Fala-se sobre coisas que têm lugar num espaço diverso do das palavras e em relação à diversidade humana; a Biologia contribuiria com seu modelo epistemológico cientificamente legitimado.

As taxonomias construídas se situam na origem do braço das “Ciências Naturais” e da utilização do termo raça com formidável desenvolvimento nos Séculos XIX e XX, e fundam, em último termo, os usos tanto científicos como populares deste conceito. No Século XIX, foi estabelecida uma concepção de ‘raça’ baseada na suposta existência de uma diversidade biológica inscrita no corpo. Entretanto, se desde as primeiras tentativas taxonômicas se afirmava a unicidade da espécie humana, apesar de sua variabilidade aparente, teve-se que esperar até a difusão do pensamento pós-darwiniano, praticamente o Século XX, para culminar o trabalho de erradicação do termo raça do discurso científico, com suas implicações hierarquizantes e inferiorizantes, encontrando-se, contudo, ainda alguns exemplos de renitentes na matéria.

Assim, hoje há amplo consenso de sua ineficácia teórica como conceito biológico, tendo sido definitivamente erradicado pela genética, mas, ao mesmo tempo, multiplicam-se as constatações de sua persistência como realidade simbólica extremamente eficaz nos seus efeitos sociais. Com efeito, sua força é precisamente verificada pelo fato de que este conceito se apoia sobre uma marca “natural”, visível, transmissível de maneira hereditária, pregnante à percepção imediata, dando a possibilidade, assim, de gerar grupos sociais reais ou categorias que podem ser qualificadas como raciais (Bonniol, 1992b). Dessa maneira, a noção de raça ainda permeia o conjunto de relações sociais, atravessa práticas e crenças e determina o lugar e o *status* de indivíduos e grupos na sociedade. Nesse sentido, a pessoa pode ser identificada, classificada, hierarquizada, priorizada ou subalternizada a partir de uma cor/raça/etnia ou origem a ela atribuída por quem a observa. Deve-se ter os devidos cuidados nessa discussão sobre o que define o pertencimento – por exemplo, quem é índio? etc. – desde que ela

[...] possui uma dimensão meio delirante ou alucinatória, como de resto toda discussão onde o ontológico e o jurídico entram em processo público de acasalamento. Costumam nascer monstros desse processo. Eles são pitorescos e relativamente inofensivos, desde que a gente não acredite demais neles. Em caso contrário, eles nos devoram (CASTRO, 2006, p. 41).

Uma definição contemporânea de raça, que fundamente seu uso acadêmico, deve levar também em consideração as implicações classificatórias dos modos de pensar associados ao uso banal do termo, herdeiros das antigas conceituações acadêmicas (BONNIOL, 1992a). Compreende-se, assim, a raça como uma categoria socialmente construída ao longo da história, a partir de um ou mais signos ou traços culturalmente destacados entre as características dos indivíduos: uma representação simbólica de identidades produzidas desde referentes físicos e culturais. Na utilização desta categoria de análise, não se trata do grupo social cujo fundamento seria biológico, mas de grupo social reconhecido por marcas inscritas no corpo dos indivíduos (cor da pele, tipo de cabelo, estatura, forma do crânio etc.) (GARCIA, 2006).

Histórico do encontro com o outro diferente

A constatação da diversidade humana, sua multiplicidade de origens e o processo de construção da identidade de indivíduos e grupos, tem se constituído como um dos grandes dilemas do período conhecido como modernidade. As grandes navegações documentadas desde o início da época moderna, nos Séculos XV-XVI, propiciaram o encontro entre povos e nações muito diferenciadas, dando lugar à necessidade de pensar o **outro** na sua alteridade – na sua qualidade de diferente – com toda sua complexidade étnica, cultural, social, política e econômica.

Esses encontros derivaram em relações de poder e dominação em relação aos povos submetidos nos processos de conquista, propiciando o desenvolvimento de discursos e doutrinas que lhes proporcionavam os fundamentos ideológico-políticos, marcadamente eurocêtricos. A ideia de raça é

[...] com total certeza, o mais eficaz instrumento de dominação social inventado nos últimos 500 anos. Produzida no mero início da formação da América e do capitalismo, no trânsito do século XV para o XVI, nos séculos que seguiram foi

imposta sobre toda a população do planeta como parte da dominação colonial da Europa (QUIJANO, 2000).

Todos os âmbitos do poder mundial capitalista foram, deste modo, atravessados pela noção de raça, uma maneira e um resultado da dominação colonial moderna. Hoje aparece como solidamente demonstrado que a noção de raça foi inventada para justificar as relações de dominação colonial, em particular a escravidão. Desde então, toda reflexão histórica sobre as cores de pele se mistura, inextricavelmente, a uma análise das relações de dominação e dos modos de produção (NDIAYE, 2006). Contudo, se o preconceito contra o *outro* é tão antigo quanto a própria história da humanidade, a novidade foi o estabelecimento de uma inferioridade intrínseca que impediria a possibilidade de conversão, assimilação ou aprendizado (SCHNEIDER, 2006). Jogava-se e fixava-se o outro numa condição pretendidamente “natural” insuperável que fundamentava qualquer tipo de intervenção supostamente ilustrada.

O que é importante de se destacar é que os europeus, que já conheciam os futuros africanos desde a Antiguidade, “nunca pensaram neles em termos raciais antes da aparição da América. De fato, raça é uma categoria aplicada pela primeira vez aos “índios”, não aos “negros”. Deste modo, raça apareceu muito antes que cor na história da classificação social da população” (QUIJANO, 2005, p. 277).

O desenvolvimento da ideia e da ideologia da raça coincidiu com a ascensão da ciência nas culturas americana e europeia no Século XVIII. Grande parte da inspiração para o progresso do conhecimento foi creditada ao período do Iluminismo. Apesar das ideias bastante liberais acerca da potencialidade de todos os povos, mesmo selvagens, do início desse século, também se encontram afirmações sobre a “natural” inferioridade dos africanos por filósofos, como John Locke (1632-1704), Charles de Secondat, barão de Montesquieu (1689-1755), Voltaire (1694-1778), David Hume (1711-1776) e Immanuel Kant (1724-1804), e pelo político Thomas Jefferson (1743-1826). Seus escritos expressavam opiniões negativas sobre os africanos e outros primitivos baseados apenas em impressões subjetivas provindas de fontes secundárias, como viajantes, missionários e exploradores. Entre esses pensadores, que expressavam opiniões comuns no período, alguns também tinham investimentos no comércio de escravos e na escravidão. À época, a legitimação intelectual da supremacia branca aparecia como naturalmente justificada pelas ideias hegemônicas para fundamentar a exploração dos povos de cor, mas também pela lógica da estrutura do discurso ocidental moderno.

Podem também ser encontradas raízes históricas da utilização do conceito de raça no período imediatamente anterior às navegações e conquistas que protagonizaram o período moderno, característico dos Séculos XIV e XV da Espanha e de Portugal, no processo que culminou com a expulsão dos mouros desses países. Assim, para melhor compreender as manifestações racistas nos dias atuais – no caso, o *neo racismo* – deve-se buscar a gênese do pensamento intolerante que se faz secular e diretamente relacionado com a presença dos judeus na Península Ibérica (CARNEIRO, 2005). Os judeus convertidos ao catolicismo e seus descendentes passariam a ser considerados como portadores de sangue impuro e representantes de uma raça infame, sendo relegados a um plano racial e social inferior.

A diferença está no conceito de “raça”, que no racismo tradicional se faz com base em fundamentos teológicos e na corrente monogenista da Igreja, enquanto para o racismo moderno a base é o cientificismo, cujas teorias alimentam a corrente

poligenista (CARNEIRO, 2005). É necessário reconhecer, assim, que o racismo preexiste a qualquer tomada de posição científica sobre as raças humanas (DARLU, 1992). Os irlandeses, por exemplo, também eram considerados pela Inglaterra, desde o Século XV, como selvagens, impossíveis de serem civilizados (SMEDLEY, 2007).

O termo raça, por outro lado, fundamenta sua significação na corporeidade (o corpo) (GUILLAUMIN, 1992). Segundo Carvalho (2008), o racismo é um sofrimento que se impõe ao outro através de seu corpo, havendo um tipo de corpo (não branco) que é o alvo do racismo. O mesmo autor afirma, em relação aos seres humanos que são classificados como “brancos”, quer dizer, de pele clara, olhos claros, cabelos lisos, lábios e nariz finos, que a partir deles definira-se um padrão de beleza para toda a espécie humana (CARVALHO, 2008). Foram, assim, os próprios corpos dos europeus que passaram a indicar, por coerção e rendição dos subalternizados pelas armas, as características físicas da raça humana superior (CARVALHO, 2008). Nesse sentido, resulta de interesse também ressaltar a contribuição de Foucault com sua ênfase sobre o corpo como o lugar no qual se relacionam as práticas sociais mais imediatas e locais com a organização do poder em grande escala (DREYFUS; RABINOW, 2001).

Entretanto, no contexto do processo de colonização do atual território dos Estados Unidos da América, algumas nuances podem ser encontradas no que diz respeito ao desenvolvimento da ideia de raça e da ideologia para fundamentar o sistema de escravidão. Como se sabe, o regime de trabalho servil vigente durante o feudalismo não implicava em distinções raciais, desde que, independentemente de sua cor ou raça, indivíduos de diferentes origens eram submetidos a este tipo de regime. Mas, a partir do Século XVIII, a consolidação da Revolução Industrial inglesa provocou a necessidade crescente de força de trabalho ao mesmo tempo em que desenvolvia a ideologia do “trabalho livre” que explicitava uma óbvia contradição com a realidade da escravidão e a propriedade de seres humanos. A emergência desta ideologia de liberdade individual, junto com o processo de independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa, coincidiu com a intensificação da escravidão na segunda metade do Século XVIII. A ideologia racial serviu para justificar a negação de direitos aos escravos: defensores da escravidão categorizaram os negros como um grupo “subumano”, baseado em diferenças “naturais”, identificáveis por características externas.

Desde o ponto de vista do estudo da produção artística, Carl Einstein (1885-1940) proporciona uma interessante visão crítica de como a arte africana era vista no contexto europeu, rejeitando o postulado da superioridade absoluta dos brancos em seus juízos sobre os negros. Em seu *Negerplastik*, escrito em 1914, o autor constata como “o negro [...] sempre foi considerado ser inferior que podia ser discriminado, e tudo por ele proposto era imediatamente condenado como insuficiente” (EINSTEIN, 2008, p. 163), sendo considerado “o primeiro livro a apresentar de modo livre de preconceitos racistas artefatos provenientes da África como obras de arte” (CONDURU, 2008, p. 159). O crítico alemão reprova ainda o “falso conceito de primitivismo” e afirma que “a maior parte das opiniões expostas sobre os africanos repousa sobre tais preconceitos construídos para justificar uma teoria cômoda” (EINSTEIN, 2008, p. 163). Assim, *Negerplastik* não é apenas um livro de história da arte africana, pois se constitui, “simultaneamente um livro de história, crítica e teoria; livro de arte da África, da arte moderna, de arte” (CONDURU, 2008, p. 159). Mostrando sua atualidade, esse texto foi publicado parcialmente em Francês em 1921, e integralmente só em 1961,

sendo reeditado em 1976, 1986 e 1998. Foi também publicado em Espanhol em 2002; em Inglês em 2003; e em Português em 2008 e em 2011.

Pergunta-se Roberto Conduru (2008, p. 162):

Qual é o sentido de publicar este autor inatural e sua obra-prima no Brasil, em 2008, quando, no campo da arte, domina um sentimento contrário à forma e, na sociedade de modo geral, persiste a falta de vontade, se não uma velada aversão, por quase tudo referente à África e à afrodescendência no país?

Em sua avaliação, a divulgação de *Negerplastik* em Português pode “ajudar a arrefecer, minimamente que seja, o preconceito em relação à África e ao que a ela se refere no Brasil, aos afrodescendentes, suas práticas culturais e realizações em arte” (CONDURU, 2008, p. 162).

Conceituação – classificação e poder simbólico

Parte-se da premissa, com Bourdieu (1980), de que a realidade social e cultural é relacional e não o resultado de um processo de evolução, como entende o darwinismo social, nem do progresso do espírito humano, como em Hegel. A organização social e o conteúdo da cultura são, assim, o resultado de uma dinâmica de diferenciações e identificações, tanto no interior como no exterior da sociedade.

Dessa maneira, conceber a realidade como relacional implica superar o pensamento essencialista, que compreende as práticas como propriedades biológicas ou culturais inerentes aos indivíduos, ou grupos, e passar a concebê-las como o produto de um conflito simbólico entre os ocupantes de posições desiguais. Este conflito, inerente a toda sociedade complexa, é estrutural, o que corresponde, parafraseando Weber, ao exercício legítimo da violência simbólica, entre diferentes formas de categorizar e representar a realidade. E Bourdieu aponta para o questionamento da diferenciação entre a “representação”, de um lado, e a “realidade”, de outro, a condição de incluir no real a representação do real, ou, mais exatamente, a luta de representações (BOURDIEU, 1980). Os critérios científicos não fazem mais que registrar o estado da luta simbólica pela legitimidade estabelecida entre as diferentes representações.

Fundamenta-se, assim, o questionamento da categorização, do que é representado por meio de categorias analíticas, para além do que estas significam para o sentido comum, o que é representação e a sua relação com a realidade, como esta é construída ou produzida a partir do próprio processo de conhecimento. E isso tem especial relevância para a ciência social, desde que esta é obrigada a classificar para conhecer e de conhecer tudo o que é o produto dos atos de classificação (BOURDIEU, 1980). As características que são definidas como recorte “objetivo” da identidade – étnica ou regional – na prática social funcionam como signos, emblemas ou estigmas que podem ser utilizados por seus portadores a partir de interesses materiais e simbólicos. As lutas de classificações ou de definição de identidades só podem ser compreendidas superando a oposição entre a realidade e a representação da realidade.

Essa operação de classificação, porém, tem sido naturalizada, de forma que o produto de uma construção social aparece como fundamento natural de uma divisão arbitrária. O conjunto historicamente construído de relações sociais é que informa cada

classificação particular, expressando seu próprio princípio de organização (DURKHEIM; MAUSS, 1901-1902; LÉVI-STRAUSS, 1962; CUNHA, 2002).

Dessa maneira, o processo de atribuição de uma cor ou raça a alguém só pode ser pensado como de caráter relacional, ou seja, como o produto de um conflito entre ocupantes de posições desiguais, que opera como violência simbólica, que se exerce por vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou, mais precisamente, do desconhecimento. Apresenta-se, assim, uma ocasião privilegiada de compreender, a partir de uma relação social extremamente comum, a lógica da dominação exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante como pelo dominado: uma propriedade distintiva, um estigma, onde a mais eficaz é esta propriedade corporal perfeitamente arbitrária que é a cor da pele (BOURDIEU, 1998).

Toda percepção é uma percepção informada

Porque toda percepção é uma percepção orientada e informada, o que uma pessoa vê, enxerga e integra como figura perceptiva, por exemplo, não é, simplesmente, a imagem óptica que se forma na retina, mas o produto de uma seleção dos componentes desta a partir de um arcabouço mental configurado pelos seus conhecimentos, suas ideias, sua ideologia, crenças, conceitos e, fundamentalmente, seus preconceitos.

Os psicólogos se perguntam: Pode-se perceber antes de aprender como perceber?

Nossos olhos são instrumentos de propósito geral que alimentam o cérebro com informação não qualificada [...] O grande cérebro dos mamíferos, em particular, dos humanos, permite que a experiência passada e a antecipação do futuro joguem em boa medida para aumentar a informação sensorial, de forma que **nós não percebemos o mundo apenas a partir da informação sensorial disponível em determinado momento**, mas utilizamos esta informação para testar hipóteses sobre o que temos na nossa frente (GREGORY, 1972, p. 65, grifo do autor).

Um exemplo para ilustrar essa ideia: quando um biólogo observa algum tecido ou gota de sangue ao microscópio, ele passa a identificar células, glóbulos, bactérias, outros micro-organismos e elementos constitutivos do que está observando, diferentemente do que pode ser percebido por um leigo que olhe o mesmo material pelo mesmo microscópio e que apenas distinga entre manchas de diferentes cores sem significado algum para ele. Resulta óbvio que, caso nenhum dos dois tenha problemas de visão, o objeto observado é o mesmo e as imagens formadas nas retinas de cada um são presumivelmente similares, entretanto, o que é **percebido** por cada um é significativamente diferente. A explicação da diferença nas percepções de ambos radica em que um possui um arcabouço teórico que lhe permite interpretar, integrar como figura significativa de percepção, elementos que o outro não “enxerga” por carecer de marco referencial que o oriente. Sentidos cognitivos previamente condicionados são atribuídos às experiências tanto sensoriais como abstratas da mente. Provavelmente, a mais sutil contaminação do processo cognitivo seja a de atribuir implicitamente realidades separadas a objeto e observador. Todas as características que podem ser encontradas em objetos são o resultado deste tipo de

simplificação: a crença em que o objeto pode revelar características próprias e que não considera que qualquer característica é apenas uma interpretação automática de um processo de relação (SAMTEN, 1995). Com efeito, não há nada de específico no objeto observado que faça com que certas marcas ou sinais sejam identificados de uma forma significativa por um observador, do exemplo anterior, e não pelo outro.

A <realidade> é social de parte a parte e as mais <naturais> das classificações se apoiam sobre traços que não têm nada de natural e que são em grande parte o produto de uma imposição arbitrária, ou seja, de um estado anterior à correlação de forças no campo das lutas pela definição legítima (BOURDIEU, 1980, p. 66).

Assim, também não há nada que seja inerente às pessoas ou que se ofereça espontaneamente de forma “natural” nos traços físicos que se destacam para constituir uma cor ou raça na percepção dos seres humanos. A identificação de determinadas feições e o seu revestimento de um significado “racial” exige um contexto ideológico específico que lhes outorgue sentido. Denominados correntemente como marcas fenotípicas, tais traços têm significado apenas no interior de uma ideologia preexistente e é só por isso que eles funcionam como marcas ou como critérios de classificação (GUIMARÃES, 1995).

Nesse sentido, merece ser lembrado com destaque que, já em 1835, Johann Moritz Rugendas (1802-1858) observava a propósito de sua viagem ao Brasil: “é menos ao sentido da vista, é menos à fisiologia que à legislação e à administração que corresponde decidir de que cor é tal ou tal indivíduo” (RUGENDAS, 1940, p. 17). Em uma linguagem contemporânea, mas nem por isso significativamente distante na sua perspectiva de pertencimento identitário, conta-se que a cor concerne de maneira primordial ao olho e ela se inscreve, assim, no universo da aparência. O das essências, entretanto, lhe escapa (BONNIOL, 1992a).

Pode-se afirmar, assim, que a raça de uma pessoa reside no olho de quem a observa, sendo o olho uma metáfora dos conteúdos que constroem na percepção uma raça, aparentemente objetiva, atribuída à pessoa que é observada. O termo “cor”, utilizado para designar características das pessoas, deve ser entendido como um *construto* mental. Quando se diz que há “cores” políticas (“vermelhos”, “pretos”, “brancos”), todos estão, presumivelmente, dispostos a pensá-lo como uma metáfora. Curiosamente, porém, não ocorre assim quando se diz que alguém é de “raça branca”, ou “negra”, “índia”, “pele vermelha” ou “amarela”! E, mais curiosamente ainda, poucos pensam espontaneamente que se requer uma total deformação da vista para admitir que “branca” (ou “amarela” ou “vermelha”) possa ser cor de pele alguma sadia. Ou que se trata de uma forma de estupidez. No máximo, os mais exigentes pensarão que se trata de um preconceito (QUIJANO, 2005).

Histórico da classificação racial no Brasil

Assim, a forma como segmentos da sociedade são classificados, do ponto de vista da percepção de traços físicos, condiciona a trajetória de vida de cada indivíduo, podendo resultar em estigmas e desvantagens para uns e capital social para outros.

Na época da escravidão, nos casos de fuga, por exemplo, os donos de escravos publicavam anúncios de busca com a descrição física mais acurada possível, incluindo os detalhes de nuances de cor da pele, dos cabelos e outros traços ou marcas, como

cicatrizes ou falta de algum membro, para permitir e facilitar a identificação e a recuperação de quem tivesse fugido. Desenvolveu-se, dessa maneira, desde aquela época, uma terminologia de descrição da aparência ou traços físicos das características raciais dos indivíduos.

Oficialmente, nas estatísticas públicas, foi por ocasião do primeiro Recenseamento do Brasil, realizado em 1872, que se cristalizou um sistema de classificação da cor no País, com a utilização das seguintes categorias: branco, preto, pardo e caboclo. “Ressalva-se que tal escolha foi muito apropriada, pois em um levantamento dessa natureza é importante que os termos empregados tenham uso corrente e o mais disseminado possível para proporcionar maior uniformidade e confiabilidade aos dados obtidos” (OSORIO, 2003, p. 8). Mas na operação censitária, que distinguia a população segundo sua condição civil em livres e escravos, se os primeiros se autotransformavam quanto à cor, os últimos eram classificados pelos seus donos.

Em 1890, data do segundo Recenseamento do País, trocou-se o termo pardo por mestiço na classificação. Época de forte predomínio das doutrinas racistas, os traços aparentes, o fenótipo, de 1872, dá lugar à ideia de misturas, de mestiçagem de raças na classificação pós-abolição da escravatura. De fato, a retórica da mestiçagem forneceu uma linguagem ambígua de inclusão e exclusão na nacionalidade: a cor (NASCIMENTO, 2005). O Recenseamento de 1890 se mostra impregnado do signo positivista, com a sua classificação racial de forte conteúdo hierárquico do mundo social e a mestiçagem promovida a categoria assumindo o sentido atribuído pelo branqueamento, qual seja o de diluição do sangue negro no cruzamento com os contingentes migratórios, que levaria ao gradual desaparecimento dessa população (CAMARGO, 2010).

A seguir, nos Recenseamentos de 1900 e 1920 não foi incluída a classificação racial e a operação censitária prevista para 1910 não foi realizada. Período contaminado por um sentimento de inferioridade na sociedade, como já foi referido, a partir das expressões de alguns estudiosos que enxergavam a composição da sociedade brasileira, com seu legado africano e indígena à luz das ainda hegemônicas doutrinas racistas, provavelmente foi escolhida a ignorância à verificação da presença destas matrizes.

O início do Século XX caracterizou-se pelas diferentes propostas de construção de uma identidade nacional, pretendendo chegar a solucionar o “problema” negro e indígena apelando para a simples eliminação destes grupos raciais na população, seja pelo branqueamento – miscigenação com o grupo branco – seja pela destruição, direta ou no sentido de uma sistemática omissão na garantia das condições de reprodução destes grupos raciais. A tese do branqueamento, baseada na presunção da superioridade branca, revelou-se a acomodação ideal do legado escravista (CAMARGO, 2010).

Assim, desde a segunda metade do Século XIX é impulsionada no País uma política de imigração seletiva, ou seja, não de qualquer origem, mas privilegiando a europeia, ou “caucásica”, no dizer dos norte-americanos. Buscam-se, assim, suíços, alemães, nórdicos, de preferência; tempos depois, aceitam-se, não sem certa relutância, italianos, espanhóis, menos valorizados, mas, do ponto de vista da época, “ao menos, brancos”. Este projeto de branqueamento da população brasileira representa a outra face da ideologia da mestiçagem. Ideologia que sustenta o mito do encontro das três raças fundadoras da população brasileira e que se traduz numa celebração abstrata

da interpenetração das culturas (CARVALHO, 2004), mas que nega, na prática, a possibilidade de expressão legítima das identidades raciais negra e indígena. Por outro lado, em qualquer hipótese o mestiço era admitido apenas como elemento transitório que levaria à constituição de uma nação de brancos (COSTA, 2006). Tendo em conta a participação deste argumento na formulação das políticas oficiais de imigração, segundo Camargo (2010), não é arriscado dizer que a *racialização estatística* era a expressão do branqueamento na mediação simbólica da nação.

Continuando com as classificações oficiais, em 1930, mais uma vez, não houve levantamento censitário em virtude da situação política do País, sendo retomada a série em 1940. Neste ano, foi incorporada a categoria “amarela” na classificação para dar conta da imigração japonesa acontecida, basicamente, de 1908 a 1929, depois de superadas as resistências parlamentares: neste período, virada do Século XIX para o XX, de domínio já mencionado das doutrinas racistas, criticava-se a proposta de trazer imigrantes asiáticos aduzindo que, após a africanização do Brasil, o País não suportaria uma mongolização do mesmo, como argumentava Nabuco (1949)¹. No Censo Demográfico 1940, aceitavam-se como respostas à classificação racial os termos de branco, preto e amarelo; mas a instrução de preenchimento orientava que perante qualquer outra resposta fosse lançado um traço no espaço correspondente. Há de se ressaltar, assim, que este censo é o único na história estatística brasileira a não operar com a categoria parda nem qualquer outra referida à mestiçagem. Percebe-se uma mudança radical de perspectiva, pois o que se valoriza não são mais os tipos raciais originários, mas a ‘cor’, isto é, as tonalidades de pele (CAMARGO, 2010). Posteriormente, na fase de análise dos resultados, este traço foi codificado com o termo pardo, mantendo-se as outras categorias de classificação.

Os Censos Demográficos 1950 e 1960 reincorporaram o grupo pardo à categorização de cor, como unidade de coleta e análise, sendo os primeiros que orientavam explicitamente, nas instruções de preenchimento, a respeitar a resposta da pessoa recenseada, constituindo a primeira referência explícita ao princípio de autodeclaração.

Com exceção do Censo Demográfico 1970, quando a pergunta foi excluída do levantamento, as outras operações censitárias realizadas, em 1980 e 1991, mantiveram esta forma de classificação. Foi nesse último ano que a categoria indígena voltou a ser reintroduzida na classificação, depois de 101 anos de ausência, passando a pergunta a ser chamada como de “cor ou raça”, desde que, supostamente, indígena seria uma raça e não uma cor, como as outras categorias.

Em 2000, encontram-se, novamente, as cinco categorias atualmente utilizadas nas pesquisas, pela ordem em que figuram no questionário – branca, preta, amarela, parda e indígena – as quais também constam no Censo Demográfico 2010. Este último, por sua vez, apresenta duas novidades em relação ao anterior: a pergunta de classificação aplicou-se à totalidade dos domicílios do País, e não apenas aos que compõem a amostra, como ocorrera nos levantamentos realizados em 1980, 1991 e 2000; e, pela primeira vez, as pessoas que se identificaram como indígenas foram indagadas a respeito de sua etnia e língua falada.

¹ Nesse sentido, consultar a publicação *Influences françaises sur la pensée brésilienne: races, peuple et population (1890-1930)* (PETRUCCELLI, 1993) e sua versão resumida, em Português, *Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro, 1870-1930* (PETRUCCELLI, 1996).

Referências

ALI, S. Nome de cores. *Revista de Philologia e de História*. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, t. 1, fasc. 2, p. 149-161, 1931.

ALMEIDA, V. Varnhagen e a “invenção” da história do Brasil. *A Nova Democracia*, Rio de Janeiro: Aimberê, ano 5, n. 31, set. 2006. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=418&Itemid=105>. Acesso em: jan. 2013.

AMADO, G. *Grão de areia e estudos brasileiros*. São Paulo: J. Olympio, 1948. 276 p. (Obras de Gilberto Amado, v. 2).

BALIBAR, E. Le racisme de classe. In: BALIBAR, E.; WALLERSTEIN, I. *Race, nation, classe: les identités ambiguës*. Paris: La Découverte, 1988. p. 272-287.

BERLIN, I. *Slaves without masters: the free negro in the antebellum South*. New York: Pantheon Books, 1974. 423 p.

BONNAFOUS, S.; FIALA, P. Est-ce que dire la race en présuppose l'existence? *Mots: les langages du politique*, Lyon: ENS Éditions, n. 33, p. 11-22, déc. 1992. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mots_0243-6450_1992_num_33_1_1734>. Acesso em: jan. 2013.

BONNIOL, J-L. *La couleur comme maléfice: une illustration créole de la généalogie des “blancs” et des “noirs”*. Paris: A. Michel, 1992a. 304 p.

_____. La “race”, inanité biologique mais réalité symbolique efficace... *Mots: les langages du politique*, Lyon: ENS Éditions, n. 33, p. 187-195, déc. 1992b. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mots_0243-6450_1992_num_33_1_1752>. Acesso em: jan. 2013.

BOTELHO, J. S. *Le débat public autour de la représentation raciale et ethnique dans la publicité brésilienne: discours, stratégies et reconstructions identitaires*. 2008. 463 p. Tese (Doutorado em Comunicação)-Université du Québec, Montréal, 2008. Disponível em: <<http://www.archipel.uqam.ca/1575/1/D1720.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

BOURDIEU, P. La codification. In: _____. *Choses dites*. Paris: Editions de Minuit, 1987. p. 94-105.

_____. *La domination masculine*. Paris: Seuil, 1998. 142 p.

_____. Espace social et pouvoir symbolique. In: _____. *Choses dites*. Paris: Editions de Minuit, 1987. p. 147-166.

_____. L'identité et la représentation: éléments pour une réflexion critique sur l'idée de région. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris: Editions du Seuil, n. 35, p. 63-72, nov. 1980. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1980_num_35_1_2100>. Acesso em: jan. 2013.

_____. *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil, 1994. 251 p.

CAMARGO, A. de P. R. Classificações raciais e formação do campo estatístico no Brasil (1872-1940). In: SENRA, N. de C.; CAMARGO, A. de P. R. (Org.). *Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 229-263. (Estudos e análises. Documentação e disseminação de informações, n. 2).

CARNEIRO, M. L.T. *Preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Perspectiva, 2005. 327 p. (Estudos, 197).

CARVALHO, J. J. de. *Bases para uma aliança negro-branco-indígena contra a discriminação étnica e racial no Brasil*. Brasília, DF: Universidade de Brasília - UnB, Departamento de Antropologia, 2004. 22 p. (Antropologia, 355). Disponível em: <<http://>

www.ciadejovensgriots.org.br/livros/racismo%20indios%20e%20negros.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

_____. Racismo fenotípico e estéticas da segunda pele. *Cinética*: revista eletrônica, Rio de Janeiro, p. 1-14, jan. 2008. Disponível em: <http://www.revistacinetica.com.br/cep/jose_jorge.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

CASTRO, E. V. de. No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Ed.). *Povos indígenas no Brasil: 2001/2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental - ISA, 2006. p. 41-49. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf>. Acesso em: jan. 2012.

CONDURU, R. Uma crítica sem plumas: a propósito de *Negerplastik* de Carl Einstein. *Concinnitas*, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Instituto de Artes, ano 9, n. 12, p. 157-162, jul. 2008.

COROMINES, J. *Breve diccionario etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos, 2008. 596 p. (Grandes diccionarios).

_____. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*. Colaboración de José A. Pascual. Madrid: Gredos, 1954-1957. 4 v.

COSTA, S. O branco como meta: apontamentos sobre a difusão do racismo científico no Brasil pós-escravocrata. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes - UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, v. 28, n. 1-3, p. 47-67, jan./dez. 2006.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. 839 p.

CUNHA, O. M. G. da. Bonde do mal: notas sobre território, cor, violência e juventude numa favela do subúrbio carioca. In: MAGGIE, Y.; REZENDE, C. B. (Org.). *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 83-154.

DARLU, P. Races (humaines) et manuels scolaires? *Mots: les langages du politique*, Lyon: ENS Éditions, n. 33, p. 67-75, déc. 1992. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mots_0243-6450_1992_num_33_1_1740>. Acesso em: jan. 2013.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault: más allá del estructuralismo y la hermenéutica*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2001. 303 p.

DURKHEIM, E.; MAUSS, M. De quelques formes primitives de classification. *L'Année Sociologique*, Paris: Presses Universitaires de France - PUF v. 6, p. 1-72, 1901-1902. Disponível em: <http://www.social-sciences-and-humanities.com/PDF/formes_classification_Mauss_Durkheim.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

EINSTEIN, C. *Negerplastik*. *Concinnitas*, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Instituto de Artes, ano 9, n. 12, p. 163-177, jul. 2008.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 541 p. (Tópicos).

GARCIA, A. dos S. *Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, Cidade d'Oxum e Rio de Janeiro, Cidade de Ogum*. 2006. 404 p. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/AntoniaDosSantosGarcia.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

GASPARETTO, A. O Brasil na história: elementos e proposições para a construção da historiografia brasileira no âmbito da fundação do IGHB. *Ibérica*: revista interdisciplinar de estudos ibéricos e ibero-americanos, Juiz de Fora: Universidade Federal de

Juiz de Fora - UFJF, Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos, ano 3, n. 11, p. 45-55, ago./nov. 2009. Disponível em: <<http://www.estudosibericos.com/arquivos/iberica11/4gasparettoighb.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

GREGORY, R. L. *Eye and brain: the psychology of seeing*. 2nd ed. London: Weidenfeld and Nicolson, 1972. 251 p.

GUILLAUMIN, C. Usages théoriques et usages banals du terme race. *Mots: les langages du politique*, Lyon: ENS Éditions, n. 33, p. 59-65, déc. 1992. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mots_0243-6450_1992_num_33_1_1739>. Acesso em: jan. 2013.

GUIMARÃES, A. S. A. Raça, racismo e grupos de cor no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes - UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n. 27, p. 45-63, abr. 1995.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

LÉVI-STRAUSS, C. *La pensée sauvage*. Paris: Plon, 1962. 395 p.

LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz: Centro Cultural Banco do Brasil - CCBB, 1996. p. 23-40.

MAGLI, P. The face and the soul. In: FEHER, M.; NADAFF, R.; TAZI, N. (Ed.). *Fragments for a history of the human body*. New York: Zone Books, 1989. v. 2, p. 87-127.

MARTIUS, C. F. P. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, p. 381-403, jan. 1845. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb/rihgb1844t0006c.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

MENGAL, P. Eloge de la bâtardise. *Mots: les langages du politique*, Lyon: ENS Éditions, n. 33, p. 35-41, déc. 1992. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mots_0243-6450_1992_num_33_1_1736>. Acesso em: jan. 2013.

MOMPOINT, M. *Symbolic exchanges: Haiti, Brazil and the ethnopoetics of cultural identity*. 2008. 324 p. Tese (Doutorado em Filosofia)-University of Miami, Coral Gables, 2008. Disponível em: <<http://tinyurl.com/atbvj8v>>. Acesso em: jan. 2013.

MONTEIRO, J. M. As "raças" indígenas no pensamento brasileiro do Império. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz: Centro Cultural Banco do Brasil - CCBB, 1996. p. 15-22.

MOTA, L. T. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no Estado Nacional. *Diálogos*, Maringá: Universidade Estadual de Maringá - UEM, Departamento de História - DHI, v. 2, n. 1, p. 149-175, 1998. Disponível em: <[http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path\[\]=330](http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path[]=330)>. Acesso em: jan. 2013.

MUNIZ, T. O Haiti e a recolonização ambiental. *Observatório da Imprensa*, São Paulo: Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo - Projor, n. 574, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=574JDB005>>. Acesso em: jan. 2013.

MVENG, E. *Les sources grecques de l'histoire négro-africaine: depuis Homère jusqu'à Strabon*. Paris: Présence Africaine, 1972. 227 p.

NABUCO, J. *O abolicionismo: conferências e discursos abolicionistas*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949. 418 p. (Obras completas de Joaquim Nabuco, 7).

NASCIMENTO, A. S. Classificação oficial e extra-oficial: raça e cor em debate. *Perspectivas: revista de ciências sociais*, Araraquara: Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" - Unesp, v. 29, p. 133-148, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/35/28>>. Acesso em: jan. 2013.

_____. *A construção da nação arco-íris: problematizando o quesito raça/cor (1936-1960)*. 2005. 235 p. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" - Unesp, Araraquara, 2005. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030017P7/2005/nascimento_as_me_arafcl.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

NDIAYE, P. Questions de couleur: histoire, idéologie et pratiques du colorisme. In: FASSIN, D.; FASSIN, E. (Org.). *De la question sociale à la question raciale?: représenter la société française*. Paris: La Découverte, 2006. p. 37-54.

NÚÑEZ, S. A. *Disneywar: apuntes sobre violencia territorial en la aldea global*. Montevideo: Lapzus, 2006. 208 p.

_____. *Lo sublime e lo obsceno: geopolítica de la subjetividad*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2005. 208 p.

OSORIO, R. G. *O sistema classificatório de "cor ou raça" do IBGE*. Brasília, DF: IPEA, 2003. 50 p. (Texto para discussão, n. 996). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0996.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

PETRUCCELLI, J. L. *A cor denominada: estudos sobre a classificação étnico-racial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. 156 p. (Coleção políticas da cor).

_____. Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro, 1870-1930. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro -UFRRJ, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, n. 7, p. 134-149, dez. 1996. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/199612-134-149.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

_____. Influences françaises sur la pensée brésilienne: races, peuple et population (1890-1930). *Annales de Démographie Historique*, Paris: Société de Démographie Historique, p. 251-262, 1993.

PIAZZA, A. L'histoire génétique des populations: est-ce que les races existent? *Mots: les langages du politique*, Lyon: ENS Éditions, n. 33, p. 151-159, déc. 1992. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mots_0243-6450_1992_num_33_1_1747>. Acesso em: jan. 2013.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso Livros, 2005. p. 227-278. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>>. Acesso em: jan. 2013.

_____. Qué tal raza! *América Latina en Movimiento*, Quito: Agencia Latinoamericana de Información - ALAI, n. 320, sept. 2000. Disponível em: <<http://alainet.org/active/929>>. Acesso em: jan. 2013.

RUGENDAS, J. M. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Tradução de Sérgio Millet. São Paulo: Liv. Martins, 1940. 205 p. (Biblioteca histórica brasileira, 1).

SANTOS, G. A. dos. *A invenção do ser negro: um percurso das ideias que neutralizaram a inferioridade dos negros*. Rio de Janeiro: Pallas; São Paulo: Educ, 2002. 173 p.

SANTOS, J. E. dos. *O emocional lúcido*. Salvador: Edições Secneb, 2002. 87 p.

SAMTEN, P. *A joia dos desejos*. Taquara: Paramita; Porto Alegre: Fundação Educacional e Editorial Universalista - FEEU, 1995. 104 p.

SCHNEIDER, A. Mistificações da ciência. *Revista História Viva. Temas Brasileiros*, São Paulo: Duetto Editorial, n. 3, p. 78-83, 2006. Edição especial: presença negra.

SCHURMANS, F. De Hannah Arendt a Nicolas Sarkozy: leitura poscolonial do discurso africanista. *E-cadernos Ces. Novos mapas para as ciências sociais e humanas*, Coimbra: Centro de Estudos Sociais - CES, n. 2, p. 1-19, 2008. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/documentos/ecadernos2/Fabrice%20Schurmans.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

SCOTT, H. Was there a time before race? Capitalist modernity and the origins of racism. In: BARTOLOVICH, C.; LAZARUS, N. (Ed.). *Marxism, modernity and postcolonial studies*. Cambridge [Reino Unido]: Cambridge Univ. Press, 2002. p. 167-185. (Cultural margins, n. 11).

SILVA, N. do V. Uma nota sobre “raça social” no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes - UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n. 26, p. 67-80, set. 1994.

SKIDMORE, T. E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 328 p. (Estudos brasileiros, v. 9).

SMEDLEY, A. The history of the idea of race... and why it matters. In: CONFERENCE ON RACE, HUMAN VARIATION AND DISEASE: CONSENSUS AND FRONTIERS, 2007, Warrenton. *Papers...* Arlington [Estados Unidos]: American Anthropological Association - AAA, 2007. Disponível em: <<http://www.understandingrace.org/resources/pdf/disease/smedley.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

SOULEZ, A. Dire non au sophisme de l'appartenance à la race. *Mots: les langages du politique*, Lyon: ENS Éditions, n. 33, Paris, p. 23-33, déc. 1992. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mots_0243-6450_1992_num_33_1_1735>. Acesso em: jan. 2013.

STEPAN, N. *The hour of eugenics: race, gender and nation in Latin America*. Ithaca [Estados Unidos]: Cornell Univ. Press, 1991. 210 p.

TAKEZAWA, Y. Race should be discussed and understood across the globe. *Anthropology News*, Arlington [Estados Unidos]: American Anthropological Association - AAA, v. 7, n. 3, p. 6-7, Mar. 2006. Disponível em: <<http://www.understandingrace.org/resources/pdf/rethinking/takezawa.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

VARNHAGEN, F. A. de. *Historia geral do Brazil*. Rio de Janeiro: Casa de E. e H. Laemmert, 1854. v. 1.

WOOD, C. H.; CARVALHO, J. A. M. de. Categorias do censo e classificação subjetiva de cor no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, v. 11, n. 1, p. 3-17, 1994. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol11_n1_1994/vol11_n1_1994_1artigo_3_17.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

Autoidentificação, identidade étnico-racial e heteroclassificação

José Luis Petrucelli*

A autoidentificação de cor ou raça

O questionário da Pesquisa das Características Étnico-raciais da População - PCERP 2008 inicia o bloco de cor ou raça aproximando o entrevistado gradativamente do tema da autoidentificação étnico-racial, apresentando-lhe os elementos que são reconhecidos como constitutivos destes processos de elaboração de identidades. Assim, a primeira pergunta deste bloco, **3.06**, se propõe a dar início ao tratamento da questão com a opinião do entrevistado sobre a influência da cor ou raça na vida das pessoas. Ao mesmo tempo, esta pergunta visa captar o grau de percepção dos fenômenos sociais de discriminação baseados na cor ou identificação racial das pessoas. Ao colocar este quesito no início das perguntas sobre o tema central de análise, teve-se o intuito de fazer com que o entrevistado começasse a pensar na questão racial de maneira indireta, sem se dirigir, de entrada, a levantar sua própria identificação

De acordo com a Tabela 1, a maioria dos entrevistados respondeu afirmativamente sobre a influência da cor ou raça na vida das pessoas (63,7%), com percentuais por Unidades da Federação variando de cerca de 55%, nos Estados do Amazonas e do Rio Grande do Sul, até 77% no Distrito Federal.

* Pesquisador da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do IBGE.

Tabela 1 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por influência da cor ou raça na vida das pessoas, segundo as Unidades da Federação pesquisadas - 2008

Unidades da Federação pesquisadas	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade			
	Total	Influência da cor ou raça na vida das pessoas		
		Sim	Não	Não sabe
Total	100,0	63,7	33,5	2,8
Amazonas	100,0	54,8	38,6	6,6
Paraíba	100,0	63,0	30,7	6,3
São Paulo	100,0	65,4	32,2	2,5
Rio Grande do Sul	100,0	57,9	39,7	2,4
Mato Grosso	100,0	59,6	36,8	3,5
Distrito Federal	100,0	77,0	22,7	0,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

A segunda pergunta deste bloco interroga se o entrevistado saberia dizer qual é sua cor ou raça e, em caso de resposta afirmativa, pede-se para especificá-la, obtendo-se, assim, os termos que os entrevistados escolhem de forma espontânea para definir a sua cor ou raça. Em relação à primeira parte da pergunta (Tabela 2), cerca de 93% a 98% das pessoas entrevistadas responderam afirmativamente, mostrando a relevância e o grau de familiaridade com a questão.

Tabela 2 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por saber dizer a própria cor ou raça, segundo as Unidades da Federação pesquisadas - 2008

Unidades da Federação pesquisadas	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade		
	Total	Saberia dizer a própria cor ou raça	
		Sim	Não
Total	100,0	96,0	4,0
Amazonas	100,0	94,7	5,3
Paraíba	100,0	97,6	2,4
São Paulo	100,0	96,2	3,8
Rio Grande do Sul	100,0	96,6	3,4
Mato Grosso	100,0	93,3	6,7
Distrito Federal	100,0	92,5	7,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Na distribuição dos termos utilizados para responder a esta primeira pergunta espontânea de autoidentificação, revelam-se não apenas importantes diferenças inter regionais como também mudanças significativas ocorridas, quando comparados os dados da PCERP 2008 com os de levantamentos anteriores do IBGE sobre essa temática. Em primeiro lugar, cabe destacar o número total de termos encontrados em cada Unidade da Federação pesquisada. Se bem que referidos a universos bastante diferentes quanto à sua abrangência, cabe citar a quantidade de termos obtidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, realizada em 1976¹, e na

¹ Pesquisa especial que investigou, por meio de uma subamostra, o tema mobilidade social e a característica cor, denominada pela própria pessoa em um quesito aberto e outro fechado com base em uma classificação em quatro categorias: branca, preta, amarela e parda. A pesquisa, de âmbito nacional, era realizada, à época, em todo o território, exceto na área rural das Unidades da Federação das Regiões Norte e Centro-Oeste, sem contar o Distrito Federal, que estava integralmente representado.

Pesquisa Mensal de Emprego - PME, realizada em julho de 1998²: na primeira, foram encontrados 136 nomes diferentes e na segunda, 143. Na PCERP 2008, entretanto, o número de termos utilizados supera 80 nos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul; alcança pouco mais de 60 no Mato Grosso; menos de 40 no Amazonas; menos de 30 no Distrito Federal; e apenas 21 no Estado da Paraíba.

Observa-se, por outro lado, que as características de concentração de mais de 90% das respostas em poucos termos, detectadas também nos levantamentos anteriores, mantiveram-se inalteradas. Com efeito, como pode ser visto na Tabela 3, onde se apresenta a distribuição das 14 categorias mais frequentes de autoidentificação, os dados levantados confirmam que, em quatro Unidades da Federação, aproximadamente 94% das pessoas usam apenas seis termos para se identificar em relação à própria cor ou raça e, em duas, este percentual situa-se em torno de 85%.

Estas duas Unidades da Federação são:

- a) O Estado do Rio Grande do Sul, onde o par de opostos brasileiro-alemão tem significativa utilização: na declaração espontânea, mais de 5% se identifica desta maneira e com seis termos se alcança cerca de 82% das respostas; e
- b) O Distrito Federal, onde mulata e mestiça figuram com um uso acima dos níveis encontrados nas outras Unidades da Federação, cerca de 5%, mas onde, com seis termos, se cobre aproximadamente 88% das respostas.

Outro resultado que chama a atenção se refere aos padrões regionais bem diferenciados na declaração e uso das categorias: enquanto cerca de 16% se identificam como brancos no Estado do Amazonas, em torno de 30% o fazem nos Estados da Paraíba, do Mato Grosso e no Distrito Federal, pouco mais da metade em São Paulo, e o valor mais alto obtido, superior a 60%, é encontrado no Rio Grande do Sul. Inversamente, a categoria morena, desprovida de significado étnico-racial e remetendo apenas a uma caracterização neutra de aparência cromática na qual podem se ver incluídas pessoas portadoras de variadas identidades, apresenta seus valores mais altos nos Estados do Amazonas e da Paraíba, em torno de 40%, alcança pouco mais de 10% no Rio Grande do Sul, chega a cerca de 30% no Mato Grosso, e apenas supera os 15% em São Paulo e no Distrito Federal.

Em relação à categoria parda, constata-se variação nos percentuais de utilização da mesma entre as Unidades da Federação pesquisadas, alcançando cerca de 4% no Rio Grande do Sul e menos de 30% no Distrito Federal. Sem dúvida alguma, as distribuições percentuais das três categorias analisadas até aqui refletem variações próprias da composição étnico-racial das Unidades da Federação investigadas, revelando, entretanto, também algumas preferências em relação ao uso destes termos. Assim, o percentual de respostas da categoria parda resulta aproximadamente o dobro da morena no Distrito Federal, enquanto a categoria morena supera amplamente a parda nos Estados do Amazonas e da Paraíba, numa relação também de 2 para 1.

² Pesquisa suplementar que investigou a característica cor ou raça, denominada pela própria pessoa em um quesito aberto e outro fechado com base em uma classificação em cinco categorias: branca, preta, amarela, parda e indígena. A pesquisa, realizada nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, também investigou, através de quesitos aberto e fechado, a origem do entrevistado, sem nenhuma definição explícita deste conceito. Para informações complementares, consultar a publicação: PETRUCCELLI, J. L. *A cor denominada: um estudo do suplemento da PME de julho/98*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 54 p. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 3).

Tabela 3 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, nas 14 categorias mais frequentes, segundo as Unidades da Federação pesquisadas - 2008

Unidades da Federação pesquisadas	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade							
	Total	Cor ou raça nas 14 categorias mais frequentes						
		Branca	Morena	Parda	Negra	Morena clara	Preta	Amarela
Total	100,0	49,0	18,7	13,6	7,8	3,0	1,4	1,5
Amazonas	100,0	16,2	40,5	23,3	3,6	8,6	1,7	1,6
Paraíba	100,0	31,9	37,6	10,9	4,3	8,1	0,7	0,8
São Paulo	100,0	51,4	17,0	14,5	8,9	2,1	1,3	1,9
Rio Grande do Sul	100,0	63,5	10,5	3,8	5,0	1,9	1,6	0,4
Mato Grosso	100,0	30,4	29,4	18,6	9,7	6,1	2,0	1,0
Distrito Federal	100,0	29,5	16,3	29,5	10,9	4,8	0,7	1,0

Unidades da Federação pesquisadas	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade							
	Cor ou raça nas 14 categorias mais frequentes							
	Brasileira	Mulata	Mestiça	Alemã	Clara	Italiana	Indígena	Outras
Total	0,8	0,6	0,6	0,5	0,4	0,4	0,4	1,4
Amazonas	0,1	0,4	0,2	-	1,2	-	1,5	1,0
Paraíba	-	1,3	1,2	-	0,6	-	0,4	2,2
São Paulo	0,4	0,4	0,4	-	0,3	0,1	0,2	1,1
Rio Grande do Sul	2,9	0,5	1,3	3,0	0,7	2,0	1,1	1,9
Mato Grosso	0,2	0,3	-	0,1	0,3	0,0	0,2	1,4
Distrito Federal	-	2,8	1,9	-	0,2	-	-	2,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

É em relação ao uso da categoria negra, porém, que figura no Rio Grande do Sul em terceiro lugar por ordem de importância e nas outras cinco Unidades da Federação investigadas em quarta posição, que se verifica uma das mais relevantes constatações de mudança de comportamento de identificação de cor ou raça em comparação com as pesquisas anteriores. Em primeiro lugar, porque, na PNAD 1976, esta categoria de identificação nem constava na lista das respostas espontâneas e, na PME 1998, apenas figurava na nona posição. Em segundo lugar, porque esta categoria é muito mais utilizada em todas as Unidades da Federação pesquisadas que o termo preto, o que constitui uma novidade de significativa relevância. Com efeito, este termo, utilizado como uma das categorias de classificação desde o primeiro Recenseamento do Brasil, realizado em 1872, usufruía da legitimação outorgada por integrar todos os levantamentos estatísticos oficiais, até 2010, que incluíram a classificação por cor ou raça.

O termo negro, entretanto, historicamente carregado de conotação pejorativa, só foi ressignificado a partir da ação do Movimento Negro organizado, que cobrou novo vigor nos anos de 1970, e voltou a ser utilizado desprovido do sentido pejorativo que o enquadrava. Os dados da PCERP 2008 evidenciam uma nítida preferência por esta forma de identificação em relação à categoria preta, alcançando em torno de 10% de respostas no Estado do Mato Grosso e no Distrito Federal, e cerca de 9% em São Paulo.

Por outro lado, novos elementos de configuração do processo de construção das identidades étnico-raciais são aportados pelo conjunto de termos oferecidos na

pesquisa como opções alternativas de identificação, de escolha múltipla (perguntas **3.12** a **3.18**), buscando dar conta da multidimensionalidade do fenômeno de categorização racial na sociedade brasileira contemporânea (Tabela 4).

Enquanto, tradicionalmente nas pesquisas, apenas se levantava uma única dimensão composta por cinco categorias ou possibilidades de resposta excludentes – ou, excepcionalmente, como nos casos dos dois levantamentos anteriores à PCERP 2008 já mencionados, se levantavam as respostas espontâneas – no questionário da presente pesquisa, são oferecidas diversas oportunidades de múltipla resposta, permitindo-se, assim, ao entrevistado, expressar a reconhecida multietnicidade que caracteriza a população do País. Ao mesmo tempo em que as opções apresentadas possibilitam uma superposição com as categorias clássicas de identificação étnico-racial até aqui utilizadas, novos termos são introduzidos, ampliando-se o escopo de identificação: no primeiro quesito deste sub-bloco (pergunta **3.12**), pergunta-se se a pessoa se reconhece ou se identifica como afrodescendente, sem proporcionar nenhuma definição do termo; no segundo (pergunta **3.13**), indaga-se sobre a autoidentificação como indígena e, em caso afirmativo, se a pessoa quer especificar etnia e língua indígena falada; na terceira (pergunta **3.14**), se a pessoa se reconhece como amarelo e, em caso afirmativo, pede-se para especificar a origem geográfica familiar; na quarta (pergunta **3.15**), se a pessoa se reconhece ou se identifica como negro; na quinta (pergunta **3.16**), como branco; na sexta (pergunta **3.17**), como preto; e na sétima (pergunta **3.18**), como pardo.

Tabela 4 - Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por alternativas de identificação de cor ou raça, segundo as Unidades da Federação pesquisadas - 2008

Unidades da Federação pesquisadas	Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por alternativas de identificação de cor ou raça						
	Afrodescendente	Indígena	Amarelo	Negro	Branco	Preto	Pardo
Total	25,1	21,8	5,6	27,8	68,4	17,1	43,2
Amazonas	18,1	55,5	10,5	23,9	45,4	19,4	67,3
Paraíba	17,9	14,3	3,6	24,6	52,8	12,4	51,0
São Paulo	26,3	20,0	5,6	29,2	69,8	18,0	43,7
Rio Grande do Sul	20,9	18,9	4,4	19,2	82,4	12,1	24,2
Mato Grosso	30,2	26,2	7,9	40,1	52,8	23,4	53,9
Distrito Federal	36,8	28,8	5,8	37,1	51,4	22,0	63,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Em termos relativos, os elevados percentuais encontrados em quase todas as sete opções oferecidas, e em todas as Unidades da Federação pesquisadas, confirmam empiricamente a complexa realidade multidimensional do fenômeno identitário brasileiro.

Em relação à categoria afrodescendente, termo de significado por um lado ambíguo e por outro de difícil compreensão pela maioria das pessoas, constata-se um percentual relativamente elevado de respostas afirmativas: de cerca de 18%, nos Estados do Amazonas e da Paraíba, a aproximadamente 37% no Distrito Federal.

A categoria negra, já analisada em pergunta anterior – de declaração espontânea – se vê aqui mais uma vez favorecida como escolha, com percentuais de resposta

variando de cerca de 20% a 40%, valores estes marcadamente mais elevados que os encontrados para a categoria preta, confirmando os já constatados anteriormente.

Por outro lado, se a categoria branca aparece com percentuais elevados de resposta, principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul (82,4%) e de São Paulo (69,8%), no Estado do Amazonas e no Distrito Federal é a categoria parda que se destaca, com os que respondem afirmativamente apresentando percentuais bem mais elevados que os verificados nas outras categorias. Nos Estados da Paraíba e de Mato Grosso, estas duas categorias de resposta encontram-se praticamente iguais.

Um dado que chama a atenção é que a categoria amarela apresenta valores mais altos nos Estados do Amazonas (10,5%) e de Mato Grosso (7,9%) do que em São Paulo (5,6%), onde, historicamente, se concentram os descendentes dos imigrantes do extremo leste asiático, autoidentificados, em sua maioria, se supõe, com esta forma de classificação.

Finalmente, é importante destacar que, no Amazonas, a segunda categoria em importância é a indígena, com 55,5% de respostas afirmativas, apenas seguindo a de cor ou raça parda, que alcança o percentual de 67,3%. Nesta Unidade da Federação, na pergunta de declaração espontânea de cor ou raça (pergunta **3.07**), apenas 1,5% das pessoas se declarava indígena, mostrando a necessidade de diferenciação das dimensões de representação étnico-racial.

Cabe sinalizar, finalmente, nesta primeira parte do estudo, que a partir da fundamentação de diversos pesquisadores e especialistas na área de relações raciais no Brasil, foi incluído na PCERP 2008 um quesito no qual o entrevistador procede à classificação do entrevistado segundo a cor ou raça de forma aberta, ou heteroatribuição da pessoa entrevistada. Enquanto alguns estudos apontam para discrepâncias entre ambas as formas de classificação – o que leva a resultados divergentes na análise das desigualdades raciais associadas à renda, escolaridade, habitação, etc. – outras análises apontam para um razoável grau de concordância entre elas. As respostas deste quesito, na realidade, apenas contribuem com mais um elemento de aferição da percepção da cor ou raça do entrevistado com o mesmo grau de subjetividade de qualquer dos outros quesitos. A comparação com a distribuição das respostas de autoidentificação para o conjunto das Unidades da Federação investigadas mostra um elevado grau de consistência. Há de se sublinhar, ainda, que os entrevistadores não receberam nenhum tipo de instrução nem foram orientados sobre como preencher este quesito.

As informações da Tabela 5 permitem verificar razoável padrão de concordância entre os percentuais que se referem, principalmente, às categorias de classificação utilizadas correntemente nas pesquisas, as quais, como já foi assinalado, usufruem de uma legitimidade social outorgada pelo próprio uso oficial das mesmas. Assim, os termos de classificação preto, amarelo e indígena mostram percentuais similares de utilização nas duas distribuições.

Entretanto, as categorias morena e morena clara, por exemplo, exibem percentuais relativos menores entre as respostas de heteroclassificação, enquanto as categorias branca e parda aparecem com maiores percentuais de uso entre os entrevistadores para classificar os entrevistados. Em relação às outras categorias tradicionais de classificação, a preta, mais uma vez, se vê amplamente superada pela negra, como já foi analisado em relação a outras perguntas, também na heteroclassificação e com significativa consistência em comparação com a autoclassificação.

**Tabela 5 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade,
por autoclassificação e heteroclassificação,
segundo a cor ou raça - Brasil - 2008**

Cor ou raça	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça	
	Autoclassificação	Heteroclassificação
Total	100,0	100,0
Branca	49,0	56,2
Morena	17,9	7,0
Parda	13,6	22,5
Negra	7,8	8,4
Morena clara	3,0	1,6
Preta	1,4	1,0
Amarela	1,5	1,2
Brasileira	0,7	0,0
Mulata	0,6	0,4
Mestiça	0,6	0,2
Alemã	0,4	0,0
Clara	0,4	0,0
Italiana	0,3	0,0
Indígena	0,4	0,2
Outras	2,5	1,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

As características particulares destas duas formas de classificação são analisadas, a seguir, para cada Unidade da Federação em separado.

Identidade étnico-racial e classificação por cor ou raça: duas dimensões interligadas

Uma das questões-chave no estudo da identificação étnico-racial da população se refere à pluridimensionalidade deste fenômeno, como já foi assinalado anteriormente. Esta característica, entretanto, não aparece revelada a partir do atual sistema de classificação utilizado nas pesquisas, na medida em que este sistema se restringe à utilização de cinco categorias, sendo que as mesmas não são nem excludentes – já que existe interseção de significado e uso entre elas – nem exaustivas – dado que não recobrem totalmente o campo da variabilidade empírica do fenômeno. A PCERP 2008, desenhada com o objetivo de aprofundar o conhecimento nesta matéria, proporciona elementos que contribuem na compreensão destas características. Uma das maneiras de estudar a multiplicidade de dimensões implicada na identificação étnico-racial consiste em verificar, separadamente, o percentual dos entrevistados que escolheram apenas uma das alternativas de identificação oferecidas nas perguntas **3.12** a **3.18** do questionário, os que escolheram duas alternativas, e os que escolheram três ou mais destas.

As informações coletadas mostram que o percentual dos que escolheram uma alternativa apenas, de modo geral, é bastante pequeno, com algumas exceções referidas à categoria branca, principalmente, e em um caso, no Estado da Paraíba, em relação à categoria parda, com 37%. Nas demais Unidades da Federação, os percentuais variam entre o máximo de 25,6%, em São Paulo, na categoria amarela,

até valores desprezíveis, em termos percentuais, para a categoria afrodescendente no Amazonas (Tabela 6).

Tabela 6 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por alternativas de identificação de cor ou raça, que escolheram somente uma das opções de resposta, segundo as Unidades da Federação pesquisadas - 2008

Unidades da Federação pesquisadas	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por alternativas de identificação de cor ou raça, que escolheram somente uma das opções de resposta (%)							
	Total	Afrodescendente	Indígena	Amarelo	Negro	Branco	Preto	Pardo
Total	46,4	1,5	2,2	2,2	2,9	75,5	0,5	15,2
Amazonas	26,4	0,0	11,4	4,3	0,9	16,5	2,5	17,3
Paraíba	52,0	4,8	7,3	4,7	9,6	51,8	12,2	37,0
São Paulo	46,6	3,0	3,7	25,6	4,8	51,3	0,9	15,1
Rio Grande do Sul	57,2	1,8	2,7	8,4	4,2	64,3	1,1	9,9
Mato Grosso	34,2	1,5	5,2	3,0	5,0	36,5	0,5	19,3
Distrito Federal	26,8	2,6	2,7	10,3	2,1	31,0	0,0	11,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Como mencionado anteriormente, constata-se que, salvo para a categoria branca, as pessoas utilizam majoritariamente pelo menos duas opções entre as alternativas disponíveis, em especial nas categorias que remetem preferencialmente à noção de origem, ou ancestralidade, como são as quatro primeiras apresentadas na tabela: afrodescendente, indígena, amarelo e negro. As categorias que corriqueiramente dão conta de noções mais vinculadas à cor ou aparência, como as três últimas da lista – branco, preto e pardo – apresentam, entretanto, percentuais de escolha levemente mais elevados.

Verifica-se, assim, que a alternativa afrodescendente foi escolhida junto com pelo menos outra por mais de 95% das pessoas em todas as Unidades da Federação. Indígena, por sua vez, foi escolhida junto com uma outra categoria de identificação por mais de 89% dos entrevistados. A categoria amarela foi escolhida, junto com alguma outra, por mais de 90% das pessoas, em todas as Unidades da Federação, exceto em São Paulo. O termo negro, por sua vez, também foi escolhido por pelo menos 90% dos entrevistados junto com outra identificação. Entre as alternativas oferecidas, destaca-se a de branco, uma vez que mais de 64% dos entrevistados, no Estado do Rio Grande do Sul, e mais de 50%, nos Estados de São Paulo e da Paraíba, a escolheram como única opção. Mesmo assim, o fato desta alternativa ter sido escolhida isoladamente por menos de $\frac{2}{3}$ dos habitantes de um dos estados mais brancos do País, faz relativizar a noção de “branquitude” brasileira como uma categoria consolidada. Se, no Rio Grande do Sul, cerca de 36% dos interrogados complementam esta definição identitária com outro termo, é de se esperar percentuais ainda maiores nas outras Unidades da Federação. Entre as investigadas, apenas São Paulo e Paraíba conseguem ultrapassar, por pouco, a marca da metade dos que responderam com esta alternativa isolada. Nas outras Unidades da Federação, os percentuais variam de menos de 17% no Amazonas; pouco mais de 30% no Distrito Federal; a até cerca de 36% no Mato Grosso.

Na Tabela 7, são apresentados os valores referentes à escolha de duas alternativas de identificação. Os dados foram agrupados por alternativas, de modo que representam os percentuais de pessoas que escolheram a categoria correspondente mais uma outra.

Tabela 7 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por alternativas de identificação de cor ou raça, que escolheram duas opções de resposta, segundo as Unidades da Federação pesquisadas - 2008

Unidades da Federação pesquisadas	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por alternativas de identificação de cor ou raça, que escolheram duas opções de resposta (%)							
	Total	Afrodesscendente	Indígena	Amarelo	Negro	Branco	Preto	Pardo
Total	20,9	21,8	25,4	5,6	20,1	63,0	6,7	57,5
Amazonas	31,4	13,7	33,9	19,7	11,5	26,2	7,9	35,3
Paraíba	20,4	24,5	24,4	34,9	21,9	19,9	7,3	28,2
São Paulo	20,4	16,7	23,1	16,5	13,6	19,1	7,9	27,2
Rio Grande do Sul	18,7	23,1	31,4	25,1	18,5	16,8	8,4	28,4
Mato Grosso	22,1	18,2	18,3	15,0	16,7	21,5	7,9	24,2
Distrito Federal	25,7	15,7	12,2	61,9	18,7	25,4	10,9	25,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Com algumas poucas exceções, em particular no que diz respeito à opção de resposta de cor ou raça preta, a maioria das categorias de identificação são utilizadas por pelo menos 20% da população complementadas por algum outro termo. Dados os baixos percentuais observados na tabela dos que tinham escolhido apenas uma entre as alternativas oferecidas e os moderados valores dos que escolheram duas opções, parece se constatar que o fenômeno da pluridimensionalidade se reflete efetivamente nestas informações. A seguir, na Tabela 8, são apresentados os percentuais dos que escolheram pelo menos três opções entre as alternativas de identificação.

Tabela 8 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por alternativas de identificação de cor ou raça, que escolheram três ou mais opções de resposta, segundo as Unidades da Federação pesquisadas - 2008

Unidades da Federação pesquisadas	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por alternativas de identificação de cor ou raça, que escolheram três ou mais opções de resposta (%)							
	Total	Afrodesscendente	Indígena	Amarelo	Negro	Branco	Preto	Pardo
Total	30,7	64,6	50,3	11,2	72,6	65,4	50,4	78,3
Amazonas	39,5	86,2	54,7	76,0	87,6	57,2	89,6	47,4
Paraíba	22,4	70,7	68,3	60,5	68,6	28,3	80,5	34,8
São Paulo	31,4	80,2	73,2	57,9	81,6	29,7	91,2	57,8
Rio Grande do Sul	23,2	75,1	65,9	66,5	77,3	18,9	90,5	61,7
Mato Grosso	38,9	80,3	76,5	82,0	78,3	42,0	91,6	56,5
Distrito Federal	44,3	81,7	85,1	27,8	79,2	43,6	89,1	62,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Os valores da tabela mostram que, com exceção da alternativa branca, a absoluta maioria das pessoas utiliza, consistentemente, três ou mais termos para definir sua identidade étnico-racial, com a exceção mais importante em relação à categoria branca, no Estado do Rio Grande do Sul, e de forma mais moderada, a mesma categoria, nos Estados de São Paulo e da Paraíba. Esta tabela não deixa lugar a dúvidas em relação ao caráter pluridimensional do fenômeno identitário, o qual se revela de forma incontestável assim que a oportunidade é oferecida à população entrevistada, como na PCERP 2008.

Outra maneira de detectar a pluridimensionalidade do processo de construção das identidades étnico-raciais é proporcionada pela pesquisa mediante o cruzamento das declarações espontâneas obtidas na primeira pergunta (pergunta **3.07**) com o conjunto de categorias de identidade étnico-racial propostas nos quesitos **3.12** a **3.18**, já comentados. Desta maneira, obtém-se seis tabelas, uma para cada Unidade da Federação pesquisada.

Tabela 9.1 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por alternativas de identificação de cor ou raça, segundo a cor ou raça - Amazonas - 2008

Cor ou raça	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por alternativas de identificação de cor ou raça						
	Afrodes- cendente	Indígena	Amarelo	Negro	Branco	Preto	Pardo
Morena	38,1	43,4	32,9	43,9	30,5	45,0	39,6
Parda	22,0	23,1	19,1	13,8	21,3	12,4	30,8
Branca	13,0	9,4	21,3	6,6	33,5	5,8	10,9
Morena clara	5,3	8,6	5,7	10,9	7,9	11,3	8,8
Negra	10,8	3,6	0,0	11,2	0,9	12,4	2,5
Preta	2,3	1,8	0,0	4,0	0,1	6,7	1,2
Amarela	0,0	2,2	13,4	1,4	1,0	1,9	1,1
Indígena	0,0	2,2	0,0	0,2	0,1	0,2	1,0
Clara	2,4	1,5	1,2	2,0	1,6	1,3	1,0
Bege	2,2	0,7	0,0	1,7	0,0	0,0	0,6
Morena jambo	0,4	0,3	0,0	0,6	0,6	0,8	0,4
Cabocla	0,5	0,5	0,0	0,1	0,3	0,0	0,2
Mulata	0,6	0,6	0,0	1,2	0,2	0,4	0,2
Morena parda	0,0	0,4	0,8	0,7	0,2	0,9	0,4
Outras	2,3	1,6	5,6	1,7	1,8	1,0	1,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Como já foi observado, no Estado do Amazonas se encontram os mais elevados percentuais de identificação com as categorias de cor ou raça parda (pergunta **3.18**), 67,3%, e indígena (pergunta **3.13**), 55,5%. Entre os que se identificaram com a primeira, verifica-se que cerca de 80% tinham escolhido os termos morena, parda e morena clara na pergunta aberta de autotranscrição de categorias de cor, no sentido da aparência, equivalentes (Tabela 9.1). Esta alta concentração evidencia seu uso como categoria de cor, no sentido fenotípico, como definido mais acima.

Em relação à identificação como indígena, entretanto, constata-se uma dispersão interessante na distribuição das respostas espontâneas, evidenciando, mais uma vez, que as mesmas espelham a dimensão do fenótipo frente à expressão da identidade étnico-racial das outras opções de resposta (perguntas **3.12** a **3.18**). Por isso é que os que se identificam ou se reconhecem como indígenas (pergunta **3.13**), no Amazonas, se declaram com as categorias de cor ou raça morena (43,4%), parda (23,1%), branca (9,4%), morena clara (8,6%), e apenas 2,2% como indígena na pergunta aberta (pergunta **3.07**).

Por outro lado, entre os que se identificam como brancos (45,4%) verifica-se que 33,5% dos mesmos tinham escolhido o mesmo termo na pergunta aberta. O resto se distribui entre as categorias morena, parda e morena clara.

No Estado da Paraíba, os percentuais mais elevados de respostas tinham sido encontrados nas opções branca (pergunta **3.16**), com 52,8%, e parda (pergunta **3.18**), com 51,0%. Verifica-se, na Tabela 9.2, uma alta consistência no caso da primeira opção, com mais de 55% tendo escolhido esta categoria de resposta na pergunta aberta e uma típica dispersão, no caso da segunda, entre termos de significados semelhantes. Entre os que escolheram a identificação negra (pergunta **3.15**), que obteve uma preferência relativamente elevada como categoria de identificação (24,6%), 44,6% dos entrevistados tinham escolhido moreno como resposta espontânea de cor ou raça e 16,8% tinham optado por esta mesma categoria, negra, como resposta espontânea.

No Estado de São Paulo, a alternativa de identificação de cor ou raça branca, que teve cerca de 70% de respostas afirmativas (pergunta **3.16**), aparece com altíssima consistência em relação à mesma escolha como opção espontânea de cor ou raça na pergunta **3.07**: 71% tinha se identificado da mesma forma. Por outro lado, os que escolhem as alternativas afrodescendente, indígena, amarelo e negro, que correspondem conceitualmente a identidades raciais, mostram-se distribuídos de forma equilibrada entre as quatro primeiras alternativas de características aparentes de cor ou raça na pergunta espontânea.

No Estado do Rio Grande do Sul, como observado em São Paulo, a alternativa de identificação de cor ou raça branca (quesito **3.16**) aparece com a mesma ordem de grandeza de consistência em relação a esta escolha como opção espontânea de cor ou raça na pergunta **3.07**: 69% tinha se identificado da mesma maneira. Entre os que escolhem amarela como alternativa de identificação, mais da metade (50,3%) tinha se identificado como brancos, e entre os que escolheram afrodescendente, indígena ou pardo, mais que também havia se identificado como brancos, percentuais mais altos que os encontrados em São Paulo.

Tabela 9.2 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por alternativas de identificação de cor ou raça, segundo a cor ou raça - Paraíba - 2008

Cor ou raça	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por alternativas de identificação de cor ou raça						
	Afrodescendente	Indígena	Amarelo	Negro	Branco	Preto	Pardo
Morena	41,2	45,7	14,9	44,6	17,8	54,9	47,1
Branca	14,3	9,1	28,9	9,4	55,8	6,6	11,1
Parda	16,3	22,6	20,8	12,1	8,1	5,0	20,0
Morena clara	4,5	8,9	3,6	7,1	7,4	4,0	11,6
Negra	16,5	6,3	0,0	16,8	2,0	19,8	3,1
Galega	0,0	0,0	0,0	0,0	2,7	0,0	0,1
Mulata	1,1	1,3	0,0	1,0	0,1	1,9	2,3
Mestiça	1,8	0,7	7,1	0,6	1,0	1,9	1,2
Amarela	2,0	0,8	21,2	0,5	1,1	0,0	0,2
Preta	0,5	0,0	0,0	0,9	0,6	3,9	0,8
Clara	0,0	1,0	0,0	0,4	1,1	0,0	0,7
Morena escura	1,2	0,0	0,0	2,1	0,0	0,0	0,7
Cabocla	0,6	0,7	0,0	1,7	0,0	0,0	0,2
Canela	0,0	0,0	0,0	1,2	0,6	0,5	0,1
Outras	0,0	2,8	3,5	1,7	1,8	1,5	0,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Tabela 9.3 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por alternativas de identificação de cor ou raça, segundo a cor ou raça - São Paulo - 2008

Cor ou raça	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por alternativas de identificação de cor ou raça						
	Afrodes- cendente	Indígena	Amarelo	Negro	Branco	Preto	Pardo
Branca	24,2	32,3	37,4	21,1	71,0	24,9	27,2
Morena	18,9	21,6	12,4	19,9	11,8	20,4	23,9
Parda	22,1	22,6	10,4	18,2	8,4	17,8	30,3
Negra	25,2	12,5	3,9	29,4	2,5	22,7	8,6
Morena clara	1,6	1,7	0,2	1,7	1,9	2,7	3,4
Amarela	0,4	0,6	26,9	0,6	0,6	0,8	0,9
Preta	2,7	1,1	0,0	3,9	0,3	5,9	1,0
Mulata	0,9	1,3	0,0	1,1	0,2	1,1	0,6
Brasileira	0,1	0,1	0,3	0,1	0,4	0,2	0,1
Mestiça	0,4	1,0	0,5	0,5	0,3	0,3	0,5
Clara	0,4	0,3	0,0	0,4	0,3	0,2	0,2
Morena escura	0,5	0,4	0,0	0,6	0,2	0,7	0,5
Multiétnica	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5
Morena parda	0,2	0,3	0,4	0,4	0,2	0,5	0,5
Outras	2,2	3,3	7,5	2,1	2,0	1,7	2,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Tabela 9.4 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por alternativas de identificação de cor ou raça, segundo a cor ou raça - Rio Grande do Sul - 2008

Cor ou raça	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por alternativas de identificação de cor ou raça						
	Afrodes- cendente	Indígena	Amarelo	Negro	Branco	Preto	Pardo
Branca	34,5	39,4	50,3	24,5	69,0	22,8	35,2
Morena	13,7	16,2	12,2	17,6	5,5	14,5	20,2
Negra	19,3	6,7	2,7	24,0	0,8	26,9	5,1
Parda	4,5	6,3	2,5	5,9	2,2	5,9	11,1
Brasileira	3,6	1,9	5,5	3,0	2,9	2,1	3,9
Alemã	0,7	0,5	2,5	0,4	3,1	0,9	0,9
Morena clara	2,1	2,9	3,8	0,9	1,8	2,8	3,8
Italiana	0,8	0,1	0,1	0,8	1,8	0,0	1,3
Preta	4,5	2,8	1,2	7,2	0,1	10,6	1,9
Mestiça	3,1	4,6	3,1	2,2	1,0	2,7	2,3
Branca/italiana	0,0	1,2	0,0	1,1	1,3	0,0	0,0
Branca/alemã	0,0	0,5	0,0	0,0	0,9	0,0	0,1
Clara	0,6	0,7	0,0	1,1	0,7	0,9	0,7
Caucasiana	0,6	1,1	0,0	0,5	0,7	0,8	0,1
Outras	9,6	11,4	11,9	7,5	5,8	7,0	11,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

O Estado de Mato Grosso e o Distrito Federal mostram distribuições de respostas muito similares, tanto nas espontâneas de cor ou raça (pergunta 3.07) como nas alternativas de identificação (perguntas 3.12 a 3.18). A diferença mais importante aparece com a frequência e a utilização das categorias morena e parda, sendo a primeira mais usada em Mato Grosso e a segunda, no Distrito Federal, onde

se apresenta com o maior nível de consistência entre os dois tipos de identificação (41,6%). Nestas duas Unidades da Federação, por outro lado, a categoria amarela aparece com o menor percentual de consistência entre esta alternativa de identificação e a declaração espontânea de cor ou raça: em Mato Grosso, apenas 9,5% dos que a escolheram tinham se declarado da mesma maneira na pergunta aberta; no Distrito Federal, o percentual é ainda menor, de apenas 4,7% na mesma questão.

Tabela 9.5 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por alternativas de identificação de cor ou raça, segundo a cor ou raça - Mato Grosso - 2008

Cor ou raça	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por alternativas de identificação de cor ou raça						
	Afrodes- cendente	Indígena	Amarelo	Negro	Branco	Preto	Pardo
Branca	15,2	15,9	30,1	9,7	54,1	12,2	18,1
Morena	30,0	35,2	30,1	33,8	21,2	37,0	31,1
Parda	17,8	18,5	13,8	17,7	10,2	15,9	29,2
Negra	21,7	13,7	1,3	23,9	2,5	19,0	7,2
Morena clara	5,2	7,3	9,7	5,5	6,0	4,6	7,2
Preta	3,1	1,3	0,7	3,5	0,5	5,0	1,1
Amarela	1,7	0,9	9,5	1,0	0,6	1,3	1,3
Morena escura	0,7	0,2	0,0	0,7	0,6	0,8	0,4
Clara	0,2	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,5
Marrom	1,0	1,2	0,0	0,8	0,1	0,2	0,7
Mulata	0,4	0,4	0,0	0,3	0,0	0,5	0,1
Brasileira/alemã	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indígena	0,0	0,5	0,0	0,3	0,0	0,3	0,1
Branca/parda	0,0	0,2	0,0	0,0	0,3	0,0	0,2
Outras	3,1	4,5	4,7	2,8	3,6	3,3	2,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Tabela 9.6 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por alternativas de identificação de cor ou raça, segundo a cor ou raça - Distrito Federal - 2008

Cor ou raça	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por alternativas de identificação de cor ou raça						
	Afrodes- cendente	Indígena	Amarelo	Negro	Branco	Preto	Pardo
Branca	14,7	15,3	53,9	9,5	51,9	4,8	17,9
Parda	31,9	36,5	35,3	34,5	20,4	36,4	41,6
Morena	13,8	14,4	0,0	14,8	7,1	16,4	13,5
Negra	19,9	14,5	6,2	27,0	4,1	27,4	9,8
Morena clara	4,1	6,6	0,0	2,6	3,7	1,3	6,3
Mulata	5,0	3,8	0,0	3,2	2,0	1,9	1,5
Mestiça	3,7	3,6	0,0	1,9	1,6	3,8	2,2
Amarela	0,7	0,0	4,7	0,2	1,0	0,0	0,7
Branca/caucasiana	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0	0,0
Morena escura	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3
Preta	1,2	1,6	0,0	0,6	0,4	2,2	1,1
Polonesa	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0
Morena parda	1,4	1,6	0,0	1,4	0,0	2,3	0,0
Chocolate	0,0	0,0	0,0	1,3	0,9	2,3	0,7
Outras	3,6	2,0	0,0	3,0	4,4	1,2	3,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

O Distrito Federal apresenta a maior consistência na identificação com o termo pardo, uma vez que 41,6% dos que o escolheram como alternativa tinham se declarado da mesma forma na pergunta aberta, percentual apenas superado pela categoria branca, que alcança um nível de consistência de 51,9%. Por outro lado, é a única Unidade da Federação, entre as pesquisadas, em que a categoria morena aparece em terceiro lugar de importância e que mostra escolha relativamente baixa para todas as alternativas de identificação: apenas 7,1% para os declarados brancos e cerca de 10% a 15% para as outras categorias de cor ou raça espontâneas.

Autoclassificação e heteroclassificação

Na literatura nacional sobre o tema da identificação étnico-racial, existe consenso de que alguma ordem de discordância é encontrada quando se compara a autoclassificação, também chamada de autoidentificação³, com a heteroclassificação⁴ de um grupo de pessoas. Encontram-se, porém, explicações variadas, tanto no que diz respeito ao tamanho dessa discordância como em relação às causas dessas possíveis diferenças. Enquanto alguns pesquisadores não consideram relevante a discordância (OSORIO, 2003), outros apontam para o peso que fatores socioeconômicos podem ter na heteroatribuição de uma categoria racial (SILVA, 1994; WOOD; CARVALHO, 1994), ou ainda, para as dimensões implicadas entre a autoidentificação e a heteroclassificação: se na primeira o fator origem ou ancestralidade também estaria presente, na segunda seriam mais os elementos fenotípicos que a determinariam.

Outro eixo de explicação para as diferenças mencionadas se encontraria na polaridade objetividade-subjetividade do processo classificatório, incidindo de forma variada segundo o caso. Esta ideia, entretanto, é questionada por Osorio (2003, p. 13): “No fundo, a opção pela auto atribuição ou pela heteroatribuição de pertença racial é uma escolha entre subjetividades: a do próprio sujeito da classificação ou a do observador externo”. Em todo caso, a inclusão nesta pesquisa de ambas as formas de classificação étnico-racial é o que permite evidenciar o caráter relacional do processo, suas negociações implícitas e as ambiguidades que o acompanham. Neste sentido, “é imprescindível reconhecer que a relação entre hetero e autoclassificação é que fornece um quadro profícuo para analisar construção das identidades no país” (NASCIMENTO, 2006, p. 68).

As informações relativas às duas formas de classificação, nas seis Unidades da Federação pesquisadas, serão analisadas a seguir.

A Tabela 10 permite comparar simultaneamente as distribuições dos resultados de autodeclaração de cor ou raça com as atribuições realizadas pelo entrevistador, nas diferentes Unidades da Federação.

³ Atribuição de uma categoria étnico-racial escolhida pela própria pessoa. Também chamada processo de identificação ou de classificação.

⁴ Atribuição de uma categoria étnico-racial a alguém, escolhida por outra pessoa.

Tabela 10 - Distribuição das pessoas de 15 pessoas ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Unidades da Federação pesquisadas e a forma de classificação de cor ou raça - 2008

Unidades da Federação pesquisadas e forma de classificação de cor ou raça	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça								
	Total	Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela	Indígena	Outras
Total									
Autoclassificação	100,0	49,0	21,7	13,6	7,8	1,4	1,5	0,4	4,6
Heteroclassificação	100,0	56,2	9,3	22,5	8,4	1,0	1,2	0,2	1,1
Amazonas									
Autoclassificação	100,0	16,2	49,2	23,3	3,6	1,7	1,6	1,5	2,9
Heteroclassificação	100,0	20,4	29,7	41,1	4,4	1,3	0,9	1,8	0,4
Paraíba									
Autoclassificação	100,0	31,9	45,7	10,9	4,3	0,7	0,8	0,4	5,3
Heteroclassificação	100,0	37,5	4,3	45,2	11,3	1,3	-	-	0,3
São Paulo									
Autoclassificação	100,0	51,4	19,1	14,5	8,9	1,3	1,9	0,2	2,7
Heteroclassificação	100,0	58,0	7,9	21,6	8,7	0,9	1,8	0,1	1,0
Rio Grande do Sul									
Autoclassificação	100,0	63,5	12,4	3,8	5,0	1,6	0,4	1,1	12,3
Heteroclassificação	100,0	76,0	5,6	10,0	4,7	1,5	0,1	0,2	1,9
Mato Grosso									
Autoclassificação	100,0	30,4	35,6	18,6	9,7	2,0	1,0	0,2	2,4
Heteroclassificação	100,0	36,9	16,4	30,4	14,6	0,7	0,1	0,8	0,2
Distrito Federal									
Autoclassificação	100,0	29,5	21,1	29,5	10,9	0,7	1,0	-	7,3
Heteroclassificação	100,0	34,0	23,8	28,0	11,8	-	0,2	0,2	1,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Uma primeira observação desta tabela mostra elevada consistência entre a autodeclaração e a heteroatribuição de cor ou raça no Distrito Federal para as sete categorias mais representativas aqui incluídas. Nas outras Unidades da Federação, a categoria branca aparece sistematicamente com percentuais mais elevados na classificação realizada pelo entrevistador do que na respectiva autodeclaração. A categoria morena, entretanto, é significativamente menos utilizada na cor ou raça heteroatribuída do que na autodeclarada nas mesmas Unidades da Federação, sendo que a categoria parda apresenta relação inversa, com muita maior utilização por parte do entrevistador.

Por outro lado, com exceção dos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul, a categoria negra é proporcionalmente mais utilizada pelos entrevistadores do que pelos próprios entrevistados, mostrando que a menor utilização do termo moreno não se deve a que este não figure entre as categorias oficiais de classificação étnico-racial. Todavia, a mesma categoria negra aparece com maior utilização relativa que a categoria preta, também por parte dos entrevistadores, aparecendo em terceiro lugar por ordem de importância nos Estados de São Paulo e da Paraíba e alcançando o seu maior valor em Mato Grosso (14,6%), quase igualando o uso do termo moreno nesta Unidade da Federação (16,4%).

A seguir são apresentadas separadamente as informações para cada Unidade da Federação pesquisada.

Tabela 11.1 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo a cor ou raça do entrevistado, definida pelo entrevistador - Amazonas - 2008

Cor ou raça do entrevistado, definida pelo entrevistador	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça							
	Morena	Parda	Branca	Negra	Preta	Amarela	Indígena	Outras
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Parda	43,6	58,8	14,2	28,3	25,1	5,8	20,7	39,5
Morena	40,2	22,9	8,8	24,8	35,3	48,6	2,9	32,6
Branca	7,5	16,1	74,7	2,7	0,0	32,0	4,6	18,5
Negra	5,1	0,8	0,0	44,1	10,3	0,0	0,0	3,2
Indígena	1,0	0,2	1,1	0,0	11,0	0,0	68,0	0,0
Preta	2,0	0,2	0,0	0,0	18,2	0,0	0,0	0,0
Amarela	0,4	0,5	1,1	0,0	0,0	13,6	0,0	4,8
Outras	0,2	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	3,8	1,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

A Tabela 11.1 permite verificar que, no Amazonas, as duas categorias que apresentam a maior concordância entre ambas as formas de classificação étnico-racial são as de cor ou raça branca e indígena: cerca de 75% dos que se autoidentificaram com a primeira foram classificados da mesma maneira pelo entrevistador e cerca de 70% dos que se identificaram com a segunda o foram, de igual forma, pelo entrevistador. No outro extremo, apenas cerca de 14% dos que se autoidentificaram como amarelos foram igualmente heteroclassificados; entre eles, cerca da metade foi classificada na categoria morena e aproximadamente $\frac{1}{3}$, como branca. Por outro lado, se as categorias de cor ou raça morena e parda apresentam, também, uma correspondência relativamente alta, uma vez que se trata de termos relativos ao fenômeno da aparência, há de se ressaltar que mais de 16% dos que se identificaram com o segundo termo foram classificados como brancos pelo entrevistador.

Tabela 11.2 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo a cor ou raça do entrevistado, definida pelo entrevistador - Paraíba - 2008

Cor ou raça do entrevistado, definida pelo entrevistador	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça							
	Morena	Branca	Parda	Negra	Galega	Amarela	Preta	Outras
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Parda	55,1	21,3	65,9	25,7	0,0	61,9	84,1	52,8
Branca	17,8	76,9	26,5	7,3	100,0	38,1	0,0	34,2
Negra	15,5	1,6	1,5	65,0	0,0	0,0	15,9	10,1
Morena	7,6	0,1	5,5	1,2	0,0	0,0	0,0	2,9
Preta	3,2	0,0	0,6	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

No caso do Estado da Paraíba, cerca de 77% das pessoas que se autoidentificaram como brancas foram também classificadas desta maneira pelo entrevistador, sendo esta a categoria com maior grau de consistência. Aproximadamente $\frac{1}{3}$ das pessoas que se identificaram de cor ou raça parda ou negra foram também classificadas como tais pelo entrevistador, mas cerca de 27% daquelas autoidentificadas na primeira categoria foram classificadas como brancas pelo entrevistador e 26% das autoidentificadas na segunda, como pardas.

Os dados também mostram que a categoria morena revela pouca concordância entre as duas maneiras de classificação racial: apenas 7,6% das pessoas assim autoidentificadas são vistas da mesma maneira na heteroclassificação; por outro lado, cerca de 55% delas são classificadas como pardas e 18%, como brancas.

Em relação ao termo galega, empregado apenas por 1,4% da população desta Unidade da Federação, a tabela mostra que estas pessoas são percebidas em sua totalidade como de cor ou raça branca.

Tabela 11.3 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo a cor ou raça do entrevistado, definida pelo entrevistador - São Paulo - 2008

Cor ou raça do entrevistado, definida pelo entrevistador	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça						
	Branca	Morena	Parda	Negra	Amarela	Preta	Outras
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Branca	91,5	29,6	24,8	2,2	14,7	1,6	49,9
Parda	5,3	39,0	54,8	16,2	4,2	21,6	26,5
Negra	0,1	7,0	5,9	67,3	0,0	45,1	4,6
Morena	2,1	21,8	13,0	11,2	2,1	5,5	7,3
Amarela	0,3	0,4	0,1	0,0	71,7	0,0	5,3
Preta	0,0	0,9	1,1	2,7	0,0	25,8	0,0
Outras	0,7	1,3	0,3	0,3	7,2	0,4	6,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

No Estado de São Paulo e, como se verá a seguir, também no Rio Grande do Sul, a categoria branca apresenta a maior consistência entre as duas formas de classificação: mais de 90% das pessoas que assim se autoidentificaram foram classificadas da mesma maneira pelo entrevistador nessas duas Unidades da Federação. No Estado de São Paulo, as categorias amarela e negra se destacam, com 71,7% e 67,3%, respectivamente, de concordância com a heteroclassificação. Em relação à categoria preta que, como já foi mencionado, é de aceitação significativamente menor que a identificação de cor ou raça negra – apenas pouco mais de 1% da primeira contra mais de 9% de utilização da segunda nas respostas espontâneas – também chama a atenção que 45,1% das pessoas que se autoidentificam como pretas são classificadas como negras pelo entrevistador.

Tabela 11.4 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo a cor ou raça do entrevistado, definida pelo entrevistador - Rio Grande do Sul - 2008

Cor ou raça do entrevistado, definida pelo entrevistador	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça						
	Branca	Morena	Negra	Parda	Brasileira	Preta	Outras
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Branca	92,7	43,8	7,7	43,9	70,2	2,5	67,7
Parda	4,1	22,7	17,6	39,3	18,6	6,6	18,0
Negra	0,3	7,1	51,8	3,4	0,0	58,8	0,9
Morena	2,1	21,6	9,0	10,2	10,4	12,1	8,1
Preta	0,0	3,1	13,0	1,7	0,0	18,0	1,4
Indígena	0,1	0,0	0,0	0,5	0,9	0,0	0,8
Outras	0,7	1,7	0,9	0,9	0,0	2,0	3,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

No Estado do Rio Grande do Sul, além da alta consistência da categoria branca, já mencionada, há de se lembrar que se trata da Unidade da Federação, entre as pesquisadas, onde o maior percentual de entrevistados utiliza esta categoria de forma espontânea para se autoidentificar: 60%?. O termo que segue em ordem de importância é morena, com 10,5% de utilização na mesma pergunta, onde 43,8% dos que assim se identificam são classificados como brancos pelo entrevistador. Por outro lado, destaca-se que entre as pessoas que se identificaram como brasileiras, categoria utilizada por em torno de 3% dos entrevistados na pergunta espontânea, cerca de 70% foi heteroclassificada como branca, um percentual significativamente elevado.

Tabela 11.5 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo a cor ou raça do entrevistado, definida pelo entrevistador - Mato Grosso - 2008

Cor ou raça do entrevistado, definida pelo entrevistador	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça					
	Branca	Morena	Parda	Negra	Amarela	Outras
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Branca	85,9	12,4	4,2	18,6	7,7	43,1
Parda	10,6	54,3	24,3	37,8	18,5	23,7
Negra	0,7	10,6	56,2	15,8	36,8	13,1
Morena	2,6	21,1	13,9	25,7	28,9	16,8
Indígena	0,0	0,9	0,4	1,2	1,7	0,0
Preta	0,0	0,8	1,0	0,8	6,3	0,0
Outras	0,1	0,0	0,0	0,2	0,0	3,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

No Estado de Mato Grosso, além de mais uma vez comprovada a elevada consistência da categoria branca, com 85,9% dos assim autoidentificados também classificados da mesma forma pelo entrevistador, chama a atenção que entre os que se identificam como pardos, a maioria, 56,2%, tenha sido classificada na categoria de cor ou raça negra. Se numa primeira abordagem este termo poderia ser considerado de uso mais frequente pela população desta Unidade da Federação, verifica-se que, entre os que assim se autoidentificam, um percentual pequeno coincide na heteroclassificação, menos de 16%, enquanto os restantes se dividem entre as categorias parda, morena e branca, nessa ordem de importância.

Tabela 11.6 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo a cor ou raça do entrevistado, definida pelo entrevistador - Distrito Federal - 2008

Cor ou raça do entrevistado, definida pelo entrevistador	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça					
	Branca	Parda	Morena	Negra	Amarela	Outras
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Branca	70,2	18,6	19,3	2,4	16,1	34,1
Parda	16,4	39,0	42,2	5,8	40,3	31,8
Negra	0,0	7,8	9,5	61,9	0,0	11,7
Morena	7,7	34,7	28,1	29,9	43,6	22,5
Outras	5,8	0,0	0,9	0,0	0,0	0,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

No Distrito Federal, observa-se um percentual um pouco menor de concordância entre as duas maneiras de classificação da categoria branca, 70,2%, em comparação com as outras Unidades da Federação pesquisadas. Por outro lado, verifica-se que apenas 39% das pessoas que se autoidentificaram como pardas são classificadas da mesma forma pelo entrevistador. Este percentual é maior que o registrado no Estado de Mato Grosso, 24,3%, quase iguala o do Rio Grande do Sul, 39,3%, e é menor que o das outras Unidades da Federação. No Estado de Mato Grosso, porém, as pessoas que assim se identificam são, em sua maioria, 56,2%, classificadas como negras pelo entrevistador, enquanto no Distrito Federal este percentual não alcança 8%. Por outro lado, se destaca o grau relativamente alto de concordância do termo de identificação negra: 61,9% dos que declararam assim também foram classificados da mesma maneira pelo entrevistador.

Conclusões

O conjunto de informações disponíveis, aqui analisadas, permite verificar mudanças na escolha das categorias de identificação, notadamente a que privilegia o uso do termo negro, reduzindo, sensivelmente, a participação da categoria preta entre as respostas a valores que variam de 0,7% a 2% nas diferentes Unidades da Federação pesquisadas. Por outro lado, também se constata que perante um conjunto de alternativas apresentadas de identificação étnico-racial, de opção múltipla, a maioria dos entrevistados tende a escolher mais de uma delas. Esta elevada opção pelas escolhas múltiplas corrobora a ideia de que a exigência, nas pesquisas correntes, de escolher apenas um termo para se classificar em termos de cor ou raça simplifica a expressão da identificação étnico-racial, reduzindo a complexidade da questão.

A discussão em torno das possíveis vias para aprimorar o atual sistema de classificação étnico-racial utilizado limita-se, de uma maneira geral, quase exclusivamente à questão das categorias em uso e às variações encontradas nas pesquisas. Entretanto, esta talvez seja apenas uma maneira de encarar um aspecto do problema, e não o sistema de classificação em toda sua complexidade, uma vez que, mesmo atualizando os termos utilizados, incorporando novos, ou substituindo os até agora utilizados, ainda assim se permaneceria dentro da perspectiva de mensuração unidimensional do fenômeno. Uma maneira mais abrangente de abordar a questão começaria por pensar quais as dimensões implicadas no fenômeno sujeito a mensuração e como as mesmas seriam operacionalizadas. Há de se lembrar que em países com larga experiência na temática, como os Estados Unidos da América, o Canadá ou a Grã-Bretanha, mais de um quesito é empregado nos levantamentos estatísticos para classificar a população sob este ponto de vista.

De todas as formas, se o sistema de classificação tem se mostrado razoavelmente adequado para caracterizar a população em termos étnico-raciais e as análises socioeconômicas têm permitido evidenciar as desigualdades entre as diferentes categorias, os resultados da PCERP 2008 conseguem mostrar que aprimoramentos futuros são possíveis no intuito de melhor refletir as formas como as diversas identidades se expressam e legitimam sua presença no seio da sociedade.

Referências

CAMARGO, A. de P. R. Classificações raciais e formação do campo estatístico no Brasil (1872-1940). In: SENRA, N. de Castro; CAMARGO, A. de P. R. (Org.). *Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 229-263. (Estudos e análises. Documentação e disseminação de informações, n. 2).

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE AO RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, 3., 2001, Durban. *Declaração e programa de ação*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, [2001]. Disponível em: <http://afro-latinos.palmares.gov.br/_temp/sites/000/6/pdf/Declaracao_Durban.pdf>. Acesso em: maio 2012.

NASCIMENTO, A. S. Classificação oficial e extra-oficial: raça e cor em debate. *Perspectivas: revista de ciências sociais*, São Paulo: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Unesp, v. 29, 2006. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/35/28>>. Acesso em: maio 2012.

_____. *A construção da nação arco-íris: problematizando o quesito raça/cor (1936-1960)*. 2005. 235 p. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp, Araraquara, 2005. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030017P7/2005/nascimento_as_me_arafcl.pdf>. Acesso em: maio 2012.

OSORIO, R. G. *O sistema classificatório de "cor ou raça" do IBGE*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2003. 51 p. (Texto para discussão, n. 996). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0996.pdf>. Acesso em: maio 2012.

SILVA, N. do V. Uma nota sobre 'raça social' no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes - UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n. 26, p. 67-80, 1994.

WOOD, C. H.; CARVALHO, J. A. M. de. Categorias do censo e classificação subjetiva de cor no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, v. 11, n. 1, p. 3-17, 1994. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol11_n1_1994/vol11_n1_1994_1artigo_3_17.pdf>. Acesso em: maio 2012.

Classificações e identidades: mudanças e continuidades nas definições de cor ou raça

Alessandra Santos Nascimento*
Dagoberto José Fonseca**

Introdução

No Brasil, tecer considerações, fazer interpretações, análises e reflexões sobre as características étnico-raciais tem sido algo complexo na medida em que diversas categorias sociais são postas em concorrência e em diálogo constante, sobretudo porque trazem conceitos, palavras e terminologias estruturadas pelo imaginário europeu para estabelecer e explicar as diferenças entre os povos com a finalidade de exercer e justificar o domínio de alguns grupos sobre outros¹. Esse tipo de categoria encontra-se presente na Pesquisa das Características Étnico-raciais da População - PCERP 2008, realizada nas seguintes Unidades da Federação: Amazonas, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal.

Após a Constituição Federal de 1988, a organização e a participação política dos movimentos sociais e da sociedade civil no Brasil, atuantes desde o final dos anos 1970, vêm colaborando para aumentar as demandas por políticas setoriais no País. De outro modo, pesquisas como a PCERP 2008 têm funcionado enquanto caminhos para acessarmos as

* Pesquisadora do Laboratório de Política e Governo, do Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão - NUPE, e do Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra - CLADIN, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP.

** Professor de Antropologia, Supervisor do Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão - NUPE, e Coordenador do Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra - CLADIN e do Laboratório de Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diversidade - LEAD, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, campus de Araraquara.

¹ Contudo, contemporaneamente, soma-se a esta finalidade o propósito de definir direitos.

disputas e as escolhas que permitiram e permitem aos diversos grupos étnico-raciais brasileiros se tornarem sujeitos coletivos autoidentificados e/ou identificáveis na esfera pública. Ou seja, para conhecermos a opção desses atores pela etnicidade como uma estratégia (individual e/ou coletiva) para se alcançar um equilíbrio de forças no âmbito político. Assim, para além da ideia de fratura social, o processo de emergência das identidades étnico-raciais, resultantes desse tipo de pesquisa, aponta para a possibilidade de uma redistribuição simbólica para a totalidade da população.

Decorre dessas considerações a necessidade de entendermos que no Brasil assim como nas “[...] principais sociedades do mundo atualmente existem lutas de minorias nacionais, grupos raciais, etc., sem que isso se traduza, necessariamente, em movimentos sérios de comprometimento da unidade nacional” (PAIXÃO, 2005, p. 73-74). Nesse contexto, a emergência das identidades étnico-raciais, em um processo de politização crescente, como ocorre no final do Século XX e início do XXI, passa a ser vista como algo comum em sociedades plurais como a brasileira.

A existência de assimetria entre quem é classificado e quem classifica propicia o surgimento de dissensos no processo de reconhecimento da identidade étnico-racial. A PCERP 2008 parece demonstrar preocupação com esta questão, ao trabalhar com diferentes procedimentos de classificação – autotransclassificação (aberta e fechada) e heterotransclassificação – e explicitar seus resultados.

As reflexões de estudiosos como Bastos e outros (2008), Rocha e Rosemberg (2007), Osorio (2004), Teixeira (2003) e Silva (1994) interessam-nos, em particular, ao fornecerem parâmetros para analisarmos tanto os resultados quanto os métodos de classificação presentes nessa pesquisa. Desse modo, ao perscrutarmos tal literatura, podemos sugerir que são as relações entre a autotransclassificação aberta e a fechada, bem como entre a auto e a heterotransclassificação, que possibilitam um quadro profícuo para ponderarmos sobre a construção das identidades étnico-raciais no País. E, mais, apontar que é a mobilização simultânea e explícita de tais procedimentos que garante importantes subsídios para conhecermos as convergências, ambiguidades e hesitações que acompanham o complexo processo de definição identitária. Assim, ao flertarmos com o repertório propiciado pela PCERP 2008, torna-se possível acessarmos algumas facetas das identidades individuais e coletivas que compõem o imaginário social brasileiro.

Os sistemas de classificação racial, que conformam as características de cor ou raça da população, compreendem os objetos de estudo de autores como Camargo (2010), Petruccelli (2007), Nascimento (2006, 2005), Osorio (2004), Piza e Rosemberg (1998/1999), Maggie (1991), Araujo (1987)², Costa (1974), entre outros. Não obstante, por vieses distintos, tais intérpretes abordam os processos de construção e utilização desses sistemas e problematizam as contribuições e limites de suas categorias enquanto marcadores identitários no Brasil. Esses trabalhos orientaram a conformação de nossas sugestões e/ou contrapontos a respeito de determinados aspectos das categorias classificatórias mobilizadas e resultantes da PCERP 2008.

² Araujo e Costa são sobrenomes da mesma pesquisadora.

As linhas fronteiriças da cor e as identidades no Brasil: um problema epistemológico, estatístico e político

As categorias étnico-raciais elencadas pelo IBGE³, embora sejam construções culturais hegemônicas e difundidas a partir da Região Sudeste, possuem a pretensão de corresponder à realidade brasileira. Os conceitos que as orientam foram propalados, ainda no Século XIX, pela Imprensa, pelos Museus, Faculdades de Direito e de Medicina⁴, mas, sobretudo pela atuação do Movimento Negro brasileiro; ou seja, dos intelectuais e pesquisadores de diversas instituições que, no Século XX, buscaram organizar um conjunto de terminologias dispostas a estabelecer novas e velhas identificações e diferenciações nas linhas de cor produzidas no País. Vale a ressalva que categorias como caboré, cabra, fula, guajiru, saruê, grauçá, banda-forra e salta-atrás não são referências dominantes nesse Movimento ou em suas agências presentes, principalmente, nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Isso posto, as categorias de cor ou raça contribuem, direta ou indiretamente, para modelar e legitimar certo perfil identitário na população brasileira, ou seja, colaboram para a construção de fronteiras entre os grupos que compõem tal população. Essas categorias assumem seu papel de ferramentas do Estado, principalmente, ao auxiliarem na orientação, justificativa e/ou hierarquização das escolhas referentes à adoção das políticas públicas e à definição de seus beneficiários no Brasil. Neste sentido, Petrucelli afirma que:

[...] as categorias utilizadas e as fronteiras definidas entre os grupos nas estatísticas oficiais, não são produto de um conhecimento supostamente objetivo da realidade, nem presumivelmente “científicas”, mas sócio-historicamente construídas, expressando relações de dominação entre o Estado e os diversos grupos étnico-raciais e destes grupos entre si (PETRUCCELLI, 2007, p. 120, grifo do autor).

As fronteiras que demarcam cores distintas definem diferentes possibilidades de pertencer a um grupo social por cor no Brasil. Estas se traduzem em linhas de cores que expressam a miscigenação constituidora do País (FREYRE, 1987; DEGLER, 1976), apontadas já nas pesquisas de Pierson (1971), nos anos 1930, bem como nos estudos de comunidade, a exemplo dos coordenados por Charles Wagley na década de 1950. Tais linhas dialogam com elementos raciais, pautados por uma fenotípi, que constroem o pardo, o moreno, o mulato, o crioulo, o cafuzo, o caboré, o cabra, o fula, o cabrocha, o sarará, o preto-aça, o guajiru, o saruê, o grauçá, o banda-forra, o salta-atrás, o terceiro, o cariό – hoje denominados de carijó, de curiboca ou de cariboca – (DIÉGUES JÚNIOR, 1977).

As linhas de cor estão marcadas pela lógica do *dégradé* resultante do processo de miscigenação produzido pelos descendentes de africanos, europeus e indígenas, sem, contudo, considerar as misturas e as negociações de identidades concorrenciais (LESSER, 2008, 2001), ocorridas entre tais descendentes e os asiáticos – japoneses, chineses, coreanos, libaneses, sírios, entre outros – ou ainda, as miscigenações mais

³ O IBGE, fundado em 1938, propiciou um valor ímpar para o recenseamento no processo de negociação das identidades étnico-raciais no País, pois o transformou no principal e mais amplo instrumento para acessar as opiniões da população. Seu sistema classificatório racial suscitou a atualização de estereótipos – alicerçados no ideal de branqueamento – sobre determinados segmentos no imaginário social. A respeito da relevância dos censos para o projeto de nação brasileira, ainda no período imperial, ver Botelho (2005).

⁴ Os trabalhos de Schwarcz (2001, 1993) abordam, entre outros aspectos, a construção e o funcionamento do sistema de classificação racial extraoficial.

contemporâneas que se dão entre esses segmentos populacionais e os imigrantes bolivianos, peruanos, equatorianos e chilenos presentes, particularmente, nos estados das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil. É com este ponto de vista reflexivo que constatamos que a apreensão da realidade, a partir da percepção ou da influência de um sinal diacrítico (CUNHA, 1987a, 1987b, 1985) em detrimento de outro, pode nos levar ao reconhecimento de um brasileiro diferente de outro. Neste contexto, Araujo expõe que:

[...] a percepção social da cor e a escolha e/ou atribuição de categorias de cor é uma operação complexa que envolve não apenas uma apreensão de características fenotípicas, aqui imbuídas de valor e carregadas de significado, mas, que as categorias compõem um sistema, e que esta operação se processa num contexto de interação social Araujo (1987, p. 15).

Assim, as categorias, as percepções e as influências vislumbradas pelo IBGE, e apontadas na PCERP 2008, já têm um problema epistemológico de saída, à medida que apresentam novas variáveis para a constituição do referencial identitário da população pesquisada. Isto é, variáveis voltadas para o lugar de representação social informada pelos Movimentos Sociais Negros e pelos pesquisadores de diversas instituições de pesquisa e de pesquisa e ensino no País, situadas, principalmente, nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Essa pesquisa, como as demais instituídas pelo IBGE, relaciona os conceitos de raça e de cultura, a partir de seus significados nativos, e estabelece a cor como seu elo de ligação (NASCIMENTO, 2005). O termo cor, ao consistir em uma categoria nativa⁵, pode funcionar como nexos discursivo entre os conceitos de raça e cultura. Dessa maneira, tal termo é utilizado seja no processo de construção da identidade nacional brasileira, conforme destaca Maggie (1991), seja no de elaboração das identidades étnico-raciais.

A “cor”, como um discurso ambíguo, tornou-se fundamental para o sistema classificatório racial ibgeano, desde a década de 1930, pois permitiu que o conceito de raça⁶ fosse atualizado a partir de um significado teórico e retórico enrijecido de cultura. Tanto Araujo (1987) quanto Nascimento (2005) expõem que a “cor” foi e continua sendo utilizada como uma metáfora para se referir à dimensão de origem da população, seja ela racial, cultural ou étnica. De certo modo, esta percepção sobre a cor parece continuar na PCERP 2008, uma vez que é a partir do questionamento a respeito da cor ou raça que se pretende alcançar as informações relativas à identidade étnico-racial da população entrevistada. As mobilizações destes termos e de suas relações, nessa pesquisa, apontam para a dimensão de continuidade no modo de se estabelecer as fronteiras entre o Estado brasileiro e os diversos grupos étnico-raciais e entre os próprios grupos existentes no País.

Se por um lado os objetivos da PCERP 2008 foram ambiciosos, a saber:

⁵ Enquanto categoria nativa, a cor não se encontra vinculada a nenhuma teoria social específica, mas possui o atributo de essencializar ideias e valores nos planos estético e moral (GUIMARÃES, 2003).

⁶ Corroboramos a observação de Petruccelli a respeito desse conceito. Para este estudioso: “[...] a identificação do outro como pertencente a um grupo étnico ou racial impõe socialmente a sua categorização e reifica a noção de raça” (PETRUCCELLI, 2007, p. 147). Entretanto, reconhecemos a pertinência da ressalva de Camargo, segundo a qual o “[...] problema fundamental da associação entre raça e nacionalidade volta à ordem do dia, não mais sob o manto autoritário do branqueamento e da homogeneização racial, mas sob o signo do multiculturalismo e da etnização estatística. Nessa nova representação estatística das relações raciais, o Brasil se torna um país de vocação pluralista, que abriga as minorias e as protege da discriminação” (CAMARGO, 2009, p. 383).

[...] ampliar o espectro de compreensão das categorias nas estatísticas oficiais em relação às questões étnico-raciais; fornecer novos elementos de interpretação para possíveis alternativas de aprimoramento do atual sistema de classificação étnico-racial; construir uma base empírica que permita subsidiar estudos e análises sobre o tema; levantar as denominações correntes de cor, raça, etnia e origem de forma mais abrangente e completa, tanto do ponto de vista da composição étnica da população como das diversidades regionais; identificar as dimensões que definem a construção e o uso desta terminologia e correlacionar os níveis de instrução e a posição na ocupação da população entrevistada com os dos pais, segundo os grupos de cor ou raça (CARACTERÍSTICAS...2011, p. 16).

Por outro, os instrumentos conceituais para alcançá-los parecem ter sido limitados, pois mobilizou-se, especialmente, um conjunto de categorias, difundidas histórica e culturalmente a partir do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, isto é, da antiga capital do País, difusora de diversos elementos culturais da brasilidade, e do maior polo de desenvolvimento industrial. Ou seja, apenas dois estados estabeleceram as categorias (branco, preto, pardo e caboclo⁷) que imprimiram uma marca étnico-racial ao País como um todo. Categorias que, com a exceção de caboclo, vêm se repetindo, direta ou indiretamente, desde o primeiro Recenseamento do Brasil, realizado em 1872, seja no levantamento censitário seja no imaginário social.

Ainda que possamos reconhecer a pertinência do argumento de Osorio (2004), segundo o qual a escolha dessas categorias, no Recenseamento de 1872, foi muito apropriada, é importante destacar o aspecto problemático dessa opção, pois ao privilegiar, quase que exclusivamente, a produção teórica dos intelectuais do eixo Rio de Janeiro-São Paulo semelhante escolha não contemplou a diversidade do Brasil.

Nos censos e nas demais pesquisas amostrais domiciliares posteriores a 1872, os entrevistados pelos agentes censitários tiveram que se identificar a partir das categorias construídas por atores situados no polo hegemônico do País, cuja percepção da miscigenação contemplava apenas sua realidade sociocultural. Decorre disso o fato das terminologias, que atendem o espectro branco-negro, serem mais tangíveis em comparação àquelas que contemplam os encontros interracialis entre brancos e indígenas e entre negros e indígenas, nas Regiões Norte e Centro-Oeste. Isto demonstra a complexidade que envolve a realização de um Censo Demográfico no Brasil. Afinal, inúmeras variáveis precisam ser atendidas diante de um processo miscigenatório que dialoga com as linhas de cor referendadas pelo binômio negro-branco, mais do que com as outras possíveis. Neste contexto, Regueira afirma que:

A classificação de cor na sociedade brasileira, por força da miscigenação, torna-se difícil, mesmo para o etnólogo ou antropólogo. A exata classificação dependeria de exames morfológicos que o leigo não poderia proceder. Até mesmo com relação aos amarelos, é difícil caracterizar o indivíduo como amarelo apenas em função de certos traços morfológicos, os quais permanecem até a 3ª e 4ª gerações, mesmo quando há cruzamentos. Com relação ao branco, preto e pardo a dificuldade é ainda maior, pois o julgamento do pesquisador está relacionado com a 'cultura' regional. Possivelmente o indivíduo considerado como pardo no Rio Grande do Sul, seria considerado branco na Bahia (REGUEIRA, 2004, p. 79).

⁷ Esta voltada a auferir os dados estatísticos daqueles que se autoidentificavam como indígenas (CARACTERÍSTICAS..., 2011).

Essa lógica ditada pelas cores tem, ao longo da história brasileira, contribuído para desvincular as origens africana e indígena de parcela significativa da população nacional e, assim, minimizar o seu potencial político na esfera sociopolítica, ao subtrair, de maneira sub-reptícia, o sentimento de pertencimento étnico-racial desses homens e mulheres

De outro modo, em diversas análises, as cores têm recebido um valor cultural e simbólico significativo na medida em que são dados a elas papel e função social diferentes para dialogarem e estruturarem categorias raciais. Um exemplo disso pode ser observado ao se destacar o que ocorre com a cor branca, ela que, mais do que qualquer outra cor, configura apenas signos positivos. Outro aspecto a ser reconhecido é a ativa e intensa participação dos atores e/ou grupos brancos na construção e difusão do sistema classificatório racial multicolor, mas hierárquico, no Brasil e também em outras regiões do globo.

Neste sentido, as cores não são informações neutras, mas expressam categorias que passam por um processo de politização dentro e fora das instituições que as produzem e difundem como o IBGE. Um processo que se dá na medida em que elas, ao informarem uma característica fundamental da população, contribuem para orientar o vetor da luta política para a constituição das políticas públicas setoriais e para a denúncia do racismo institucional que atinge os contingentes populacionais negros (pretos e pardos) – conforme apontam os estudos de Fonseca (2009), Batista e outros (2005), Paixão (2003), Henriques (2001), Adorno (1995), entre outros – e indígenas

Fonseca (2004) destaca que a sociedade brasileira tem que lidar com uma gama maior de classificações por cor, em comparação com a estadunidense, devido a seu processo de miscigenação e a tentativa de se omitir, através da política de branqueamento, as ascendências africana e indígena de parcela significativa da população. Trata-se de um tipo de processo e de política que, somados à fuga da cor, ou à patologia social do branco, foram considerados como explicações possíveis para as diferenças entre tais países (FONSECA, 1994; MOURA, 1988; RAMOS, 1954; WAGLEY, 1952)⁸. Desse modo, seja a miscigenação seja a política de branqueamento no Brasil, ambas possibilitaram a criação e a invenção de termos a fim de que diferentes segmentos ou grupos sociais pudessem ser “aceitos” e, assim, ascenderem no mercado matrimonial, no de trabalho, entre outros

Parte dos estudiosos das relações étnico-raciais e dos setores do Movimento Negro brasileiro têm se empenhado na criação e no emprego de conceitos que superem as velhas e novas armadilhas que definem o eu e o outro segundo dados, regras, normas e métodos classificatórios arbitrários, isto é, de acordo com termos e métodos que se fixaram numa hipotética essência racial. Este esforço, o qual envolve também uma revisão da História, de seus procedimentos e interpretações, explora o fato da conquista colonial europeia na África, na Ásia, na América e na Oceania ter se apoiado na exploração e sedução sexual de suas populações nativas. Neste contexto, nos lembra Freyre (1987, p. 316): “Não há escravidão sem depravação sexual”⁹.

Na trama da classificação étnico-racial de um país é fundamental considerarmos as experiências de miscigenação, ocorridas em outros continentes e nações, assim como suas categorias; e, desse modo, entender e buscar contemplar o fato de que há

⁸ Outro texto que parece convergir com esta ideia é *A bodarrada*, poema de Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882).

⁹ Ver também, a este respeito, os textos de Pinho (2008) e Young (2002).

africanos brancos e europeus negros, bem como asiáticos e americanos que também estão situados nestas e em outras categorias sociais referenciadas pela cor da pele. É importante lembrar ainda que as cores sociais existentes entre outros países não correspondem, especificamente, às utilizadas no Brasil, de maneira já consagrada pelo IBGE. E que um exemplo desta diferença é oferecido por Angola, país africano que possui entre suas categorias raciais classificatórias o termo cabrito¹⁰.

Assim, na PCERP 2008 foram acrescentadas novas categorias étnico-raciais – tais como as que aparecem nas origens familiares, a saber: africana; centro-americana; europeia; indígena; judaica; norte-americana; oriente médio, síria, libanesa, armênia; sudeste asiático; sul-americana (exceto brasileira); outra; e não sabe – às já existentes. Essas categorias são importantes para demarcar a presença de descendentes de diversas nacionalidades conformando um modelo de nação plural. Todavia, elas também traduzem as dificuldades e negociações presentes nas relações étnico-raciais do País. No contexto destas relações, destacam-se as diferenças entre brancos e negros de acordo com as regiões do País. Sobre esta questão, Fonseca expõe que:

[...] não se pode negligenciar as dinâmicas que são também fundamentadas em aspectos e ambientes situados histórica e espacialmente em regiões e localidades brasileiras. Ser negro ou branco em alguns espaços geográficos nordestinos e/ou nortistas é muito diferente do que é considerado negro ou branco entre sulistas e sudestinos, por exemplo, daí que se percebe que as linhas de cor em nossa sociedade servem para diversos fins, mas, sobretudo aos de fundo político, ideológico e econômico (FONSECA, 2004, p. 67).

As cores, socioculturalmente politizadas, representam uma linha divisória simbólica entre os grupos negros e brancos, uma divisão que é fundamental para a noção de território e de limite fronteiriço no Brasil. Embora produzida e reproduzida socialmente, tal linha é reconhecida como algo natural por parte da população brasileira que concebe a existência de um lugar de negro e de um lugar de branco no País. Semelhante divisão pode ser observada no cotidiano, ao verificarmos que os maiores índices sobre pobreza, mortalidade, moradia precária ou ausência de moradia, analfabetismo, desemprego, entre outros, pertencem aos segmentos negros (pardos e pretos) dessa população.

Essa linha de cor, ao estar baseada em uma:

[...] identidade racial fenotípica, semi aberta ou inconclusa, gera enormes dificuldades de autodefinições e de identificações étnico-raciais, posto que a cor é apenas uma informação para se construir o edifício étnico-racial brasileiro, não é um fim em si mesma, mas apenas e tão somente um item neste processo. Além do mais, quando regionalizamos as referências fenotípicas, a fim de definirmos os negros, os indígenas e os brancos no país, temos de considerar outras variáveis tais como: o formato do nariz; o formato dos olhos; o formato da boca e da grossura dos lábios; quanto ao cabelo temos uma variação que vai do bem crespo, ao crespo, ao encaracolado, ao ondulado, ao liso, ao bem liso (FONSECA, 2004, p. 68).

A preocupação em contemplar diferentes variáveis para a definição de identidade étnico-racial também é compartilhada pelos técnicos e pesquisadores do IBGE na PCERP 2008, quando tais atores apresentam a categoria traços físicos, de modo mais geral,

¹⁰ O termo cabrito se refere ao filho mestiço de branco e mulato, sendo, portanto, mais claro do que o mulato, mas ainda não sendo branco.

nas Tabelas 2.11 e 2.12 da publicação de resultados da pesquisa (CARACTERÍSTICAS..., 2011); e, de forma mais específica, quando mencionam cabelo, boca, nariz, etc. nas Tabelas 2.13 e 2.16.

O cabelo consiste em uma variável fundamental para se designar se alguém é negro ou branco em algumas regiões brasileiras, inclusive, pode ser até mais importante do que o formato do nariz, a grossura dos lábios ou a cor da pele (FONSECA, 2004). Não é à toa que a revista *Raça* – um relevante veículo de difusão e de construção de padrões para o segmento negro brasileiro – tem, ao longo de seus números, elaborado edições especiais relativas ao cabelo, nas quais discute o tratamento ideal a fim de que se torne belo, isto é, que seja retirada a característica de carapinha, ou melhor, de “cabelo de negro”¹¹.

Vale salientar que as matérias dessa revista, ao trabalharem o imaginário ocidental presente na população de descendência africana, mergulhada nos desejos construídos pela sociedade de consumo, colaboram para uma não identificação dessa população com o negro ou o preto. Diante do exposto, a tonalidade da cor da pele não pode ser vista como critério exclusivo para se definir os diversos grupos que compõem a população residente nas diferentes regiões do Brasil.

Na PCERP 2008, a opção traços físicos é separada arbitrariamente da opção cor da pele, conforme podemos constatar nas Tabelas 2.11, 2.12, 2.13, 2.14, 2.15 e 2.16 da publicação de resultados da pesquisa (CARACTERÍSTICAS..., 2011). Com semelhante procedimento, esta pesquisa parece desejar apreender dos entrevistados outra percepção a respeito de sua identidade étnico-racial, isto é, uma definição que contemple a existência de cisão entre as variáveis que compõem as características fenotípicas do entrevistado em contexto social como o brasileiro.

Foi no intrincado processo de construção de terminologias e conceitos – que visaram sair das amarras biologizantes (das linhas de cor e da raça) – que muitos estudiosos e militantes do Movimento Negro se apoiaram na dimensão cultural e na valorização da etnia para estabelecer as diferenças entre negros e brancos no Brasil. O movimento de etnização, situado no pós-guerra, a partir de 1945, foi responsável pelo conceito de afro-brasileiro (FONSECA, 2004). Este termo foi e continua sendo uma invenção do mundo ocidental, constituída a partir de uma leitura culturalista. Seu intuito consistiu em retirar a força das teses evolucionistas, eugênicas e darwinistas, vinculadas ao conceito de raça, isto é, das teorias que sustentaram, ideológica e cientificamente, o nazismo na primeira metade do Século XX.

Feitas essas considerações, o termo afro-brasileiro parece-nos apropriado por seu potencial político e heurístico, contudo, ele não é mobilizado pela PCERP 2008, consistindo, assim, em uma lacuna importante no seu cenário de classificação étnico-racial. Vale lembrar que, embora seja um conceito consolidado, ele encontra categorias sociais similares e concorrenciais no amplo leque das opções dessa pesquisa, tais como negro, preto, pardo e, principalmente, afrodescendente.

A ausência da categoria afro-brasileiro nas Tabelas 2.20, 2.21, 2.22 e 2.23 da publicação de resultados da pesquisa (CARACTERÍSTICAS..., 2011) talvez possa ser explicada pela hipótese de que se estabeleceu uma confusão identitária e epistemológica que, aparentemente, sobrepôs à categoria afrodescendente a categoria afro-brasileiro, como se ambas fossem equivalentes, o que de fato não são. Contemporaneamente,

¹¹ Os trabalhos de Gomes (2006) e de Santos (2011) exploram esta dimensão do reconhecimento étnico-racial.

tais categorias atuam como concorrentes no jogo demográfico e político nacional brasileiro, quiçá, mais do que negro, preto e pardo.

É neste jogo de similaridades e concorrências que se percebe que um conceito não pode substituir ou suprir outro, particularmente quando observamos significativos índices estatísticos em todas as designações apresentadas na PCERP 2008, a saber, as categorias afrodescendente, negro, preto e pardo, conforme podemos consultar nas Tabelas 2.20, 2.21, 2.22 e 2.23 da publicação de resultados da pesquisa (CARACTERÍSTICAS..., 2011).

Cabe ressaltar ainda que os termos afrodescendente e afro-brasileiro convivem com o hegemônico conceito de raça (SCHWARCZ, 1993; POLIAKOV, 1974) e coexistem ao lado das categorias preto e negro que dão a dimensão das características físico-raciais. Aliás, salienta-se o fato da categoria negro ser bastante presente na realidade social brasileira, inclusive nas denominações de diversas entidades do movimento social que combatem o racismo.

É mister apontar também que o termo afrodescendente é novo na sociedade brasileira e que “[...] necessita ser devidamente compreendido no contexto nacional e internacional, bem como nos cenários sociais e culturais, locais e regionais, a fim de designar a população de descendentes de africanos nascidos na diáspora” (FONSECA, 2004, p. 70). Esse termo está situado no debate contemporâneo¹² desenvolvido pelas complexas sociedades multiculturais, pluriraciais e poliétnicas, do final do Século XX e início do XXI. Desse modo,

[a] afrodescendência torna-se palatável para essa comunidade nascida na diáspora africana, pois a coloca idealmente integrada em um único sentido, em um único projeto e programa de ação com capacidade para se retomar as bandeiras do pan-africanismo e do movimento de negritude em dimensão local, nacional e internacional. Esse conceito inventado, pelos intelectuais negros, está situado no seio do processo de globalização e de transnacionalização da cultura e das lutas políticas anti-racistas (FONSECA, 2004, p. 70).

A afrodescendência compreende um conceito que:

[...] une todos os descendentes dos africanos submetidos à escravidão após o século XV; sem, no entanto, distinguir entre aqueles que procuraram livrar seu povo e aqueles que se aliaram ao poder das metrópoles coloniais, em decorrência disso trata todos de uma maneira aberta como irmãos de uma mesma descendência. Esse conceito tem uma grande base política, cultural e demográfica, mas corre o risco de cair no vácuo pelo fato de não lidar com profundas diferenças e antigos antagonismos também cunhados pelo processo político, econômico e cultural (FONSECA, 2004, p. 70).

Daí a necessidade de considerarmos a Tabela 2.24 da publicação de resultados da pesquisa (CARACTERÍSTICAS..., 2011) como de extrema relevância, na medida

¹² Sugerimos que a categoria afrodescendente precisa ser vista com cautela, pois, ao compreender a ideia da África como berço da civilização, tal categoria nos remete à noção de que todos os grupos étnicos poderiam reivindicar a identidade de afrodescendente. Colocando a questão nestes termos, esta categoria seria pouco esclarecedora a respeito dos grupos que compõem a população do Brasil e, desse modo, para a orientação das políticas públicas. Outra categoria que se apresenta como problemática é afro-brasileiro: se, por um lado, semelhante termo nos permite trabalhar, simultaneamente, com a dimensão étnico-racial e com a noção de nação, cara ao pensamento social e político brasileiro, por outro, a possibilidade de aproximação com categorias como teuto-brasileiro, italo-brasileiro, entre outras – nos termos de Lesser (2001) – poderia sugerir que as histórias destes diferentes grupos étnico-raciais foram similares no projeto de nação efetivado no País (NASCIMENTO, 2005).

em que ela traz o cruzamento e a sobreposição da categoria afrodescendente com as demais: indígena, amarelo, negro, branco, preto, pardo. Tais relações nos permitem sugerir que a afrodescendência envolve:

[...] um mecanismo de conscientização política e cultural amplo que dialoga com uma conjuntura extremamente dinâmica, plástica, flácida e, portanto efêmera, como qualquer outro conceito nascido de intensas, mas passageiras, relações sociais oriundas do momento globalizante e modernizante da sociedade ocidental capitalista (FONSECA, 2004, p. 70-71).

Conceituar o negro, o preto e ou o pardo como genericamente afrodescendente torna-se um artifício perigoso em uma sociedade marcada pela desigualdade e pelo racismo, como a brasileira. Quiçá, um desses perigos seja a possibilidade de negar a diversidade que caracteriza o País. Assim, ao se enfatizar a categoria afrodescendente em detrimento de outras, poderíamos estar caminhando pelas sendas abertas por Freyre, ao expor sobre a influência do africano no Brasil:

[...] todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. No litoral, do Maranhão ou do Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota, do africano (FREYRE, 1987, p. 283).

Desse modo, ao adotarmos o termo afrodescendente podemos estar optando pelas indefinições, ou realizando escolhas teóricas e políticas apressadas de conceitos “guarda-chuvas”, os quais geram uma irmandade comum, contudo, frágil, por atuar em um universo social sem desigualdades e sem diferenças (FONSECA, 2004).

Os intelectuais do IBGE assim como os de outras instituições, também produtoras de dados sociais a respeito da população nacional, têm enfrentado os desafios de pesquisar e de interpretar o processo identitário brasileiro procurando entender e considerar que este processo envolve adesões e escolhas tanto teóricas quanto políticas. Nesse contexto, ser branco, indígena ou negro é, sobretudo, uma invenção social elaborada pelas coletividades que integram a pluralidade cultural e étnico-racial do Brasil, e se expressam através de distintas designações como as apresentadas na PCERP 2008 e em outros estudos.

Na PCERP 2008, a definição a respeito de quem se é indica certa limitação no repertório de opções a partir do binômio negro-branco, o que não significa uma limitação no processo de resposta, afinal, este pode requerer, a partir das categorias então mobilizadas, o estabelecimento de diálogos e interpretações com as adaptações culturais e com as (re)invenções históricas, produzidas pelas linhas de cor no Brasil.

As categorias mobilizadas pela PCERP 2008 e pelos Censos Demográficos para investigar a identidade étnico-racial visam a uma percepção da sociedade nacional sobre si mesma. De acordo com Regueira (2004) e Paixão (2008), tal percepção apresenta um enfoque mais subjetivo do que objetivo. Assim, toda “[...] categoria étnico-racial, em qualquer lugar do mundo, é definida socialmente, portando uma indelével qualidade subjetiva” (PAIXÃO, 2008, p. 54).

Semelhante qualidade dá-se na medida em que essas categorias dialogam com diversas e supostas identidades construídas pelos sujeitos entrevistados, a partir de suas características fenotípicas (traços físicos), mas também tendo como referência a

eleição de sinais diacríticos, os quais remontam a cultura e tradição; a origem familiar e antepassados; a opção política e ideológica; a origem socioeconômica ou de classe social, além da cor da pele, como consta nas Tabelas 2.11, 2.12, 2.13, 2.14, 2.15 e 2.16 da publicação de resultados da pesquisa (CARACTERÍSTICAS..., 2011).

Autoclassificação e heteroclassificação: metodologia, identidade, dados e inferências

Em seu estudo sobre raça social no Brasil, Silva (1994) discute a relação entre hetero e autoclassificação, destacando a existência de diferença entre ambos os métodos. Para este autor, enquanto a autoclassificação aparece influenciada pela situação socioeconômica do pesquisado, a heteroclassificação permite um critério mais objetivo, ou seja, mais vinculado às características de seu fenótipo. Tais interpretações necessitam ser problematizadas. No que tange à autoclassificação, a PCERP 2008 confirmou o apontamento de Silva (1994), contudo, apresentou um quadro mais complexo ao sugerir que a dimensão socioeconômica foi mobilizada com maior intensidade no método de heteroclassificação. Assim, ao escolher e hierarquizar as dimensões pelas quais as pessoas definem a própria cor ou raça, a população entrevistada nessa pesquisa estabeleceu a origem socioeconômica ou de classe social como a sexta opção mais recorrente (sendo o maior percentual equivalente a 16,8% e o menor a 2,9%). Ao compararmos estes resultados àqueles envolvendo as dimensões pelas quais as pessoas em geral definem a cor ou raça, constatou-se que a dimensão socioeconômica também ocupou o sexto lugar, contudo, com valores mais elevados – sendo o maior percentual 32,6% e o menor 10,3%.

Um dos argumentos que coloca a existência de diferenças entre auto e heteroclassificação em seus devidos termos foi formulado do seguinte modo: “[...] no fundo, a opção pela auto ou pela hetero-atribuição de pertença racial é uma escolha entre subjetividades: a do próprio sujeito da classificação ou a do observador externo” (OSORIO, 2004, p. 96). Compartilhamos dessa ideia sobre o caráter subjetivo de tais métodos. Além disso, enfatizamos que semelhante atributo não obstaculiza a compreensão segundo a qual a não distinção entre ambos os procedimentos tem colaborado para dificultar a percepção da dimensão relacional que envolve os processos de identificação e classificação.

A noção de plasticidade nos possibilita distinguir o conceito de identidade do conceito de classificação¹³. Outra questão que merece destaque é o fato dos resultados de ambos os processos poderem ou não convergir. A PCERP 2008, ao assegurar a utilização de distintos procedimentos e o estabelecimento de relações entre seus produtos, contribuiu para o desenvolvimento de inferências a respeito das diferenças entre identificar-se e classificar-se no País.

Ao mobilizar o conceito de campo de possibilidades¹⁴, Teixeira (2003) aponta a existência de uma margem de manobra para a formulação das identidades étnico-raciais no Brasil. Contudo, ao considerar o processo de classificação, adverte:

¹³ O processo de classificação se caracteriza por representar uma espécie de aprisionamento da fluidez da identidade, expressando um registro “fotográfico”, isto é, estático de quem é pesquisado. Desse modo, a classificação enrijece a vivacidade das representações e gera apreensão ao servir de instrumento para orientar as políticas públicas para o conjunto da população do País (NASCIMENTO, 2005).

¹⁴ Conceito que foi desenvolvido por Velho (2003).

[...] que, por mais amplo, ambíguo e abrangente que possa ser o sistema de classificação racial brasileiro, cada indivíduo guarda em si, baseado em suas características físicas, onde a principal delas é a cor da pele, um certo “limite” nas possibilidades, tanto de classificação por terceiros quanto de autoclassificação (TEIXEIRA, 2003, p. 64).

Com esta argumentação, Teixeira (2003) parece afirmar que os traços físicos – e, em particular, a cor – atuam como limites para se efetivar os procedimentos de classificação no País. Entendemos que este quadro não representa uma exclusividade desses procedimentos, podendo ser encontrado no processo de definição das identidades étnico-raciais. Assim, se por um lado, a PCERP 2008 assegura um diálogo com o cerne do sistema classificatório oficial, ao fornecer um lugar de destaque para o fenótipo, por outro, ela inova ao salientar a preocupação em conhecer as demais dimensões que definem a construção e o uso da terminologia presente nos processos de identificar-se e classificar-se, a saber: a tradição, a cultura, a origem dos antepassados, o posicionamento político, a origem socioeconômica ou de classe, entre outros aspectos.

Um dos problemas encontrados no sistema de classificação racial brasileiro decorre do fato de sua ênfase no fenótipo favorecer a mobilização do preconceito de marca existente no País, nos termos sugeridos por Nogueira (1985). Isto colabora para dificultar a compreensão de que “[...] não há nada de espontaneamente natural nem inerente nos traços fenotípicos destacados para constituir uma cor” (PETRUCCELLI, 2007, p. 119); e, mais, que essa categoria apenas adquire significado no interior de uma ideologia preexistente, capaz de criar os fatos que a organizam (GUIMARÃES, 1995). No Brasil, essa ideologia é o branqueamento¹⁵.

A noção segundo a qual o grupo étnico é aquele que compartilha valores, expressões e formas culturais foi questionada pela Antropologia tendo em vista três pressupostos: primeiro, que a cultura não é a característica primária de um grupo e sim a consequência de sua organização, isto é, ela consiste no produto de um grupo; segundo, que a cultura partilhada não é necessariamente a cultura ancestral, posto que o mesmo grupo étnico poderá apresentar traços culturais distintos, dependendo das condições naturais e sociais, bem como das oportunidades sociais na interação com outros grupos, sem perder sua identidade própria; e, terceiro, que existe uma imprevisibilidade dos traços culturais que serão enfatizados pelo grupo (CUNHA, 1987b). A partir desta reflexão de Cunha, o fundamental na definição do grupo étnico é considerar-se e ser considerado como tal. Desse modo, o único critério de identidade étnico-racial, seja ela coletiva ou individual, é o de se identificar e ser identificado como um grupo específico ou enquanto seu membro.

Essas interpretações de Cunha (1987a, 1987b) contribuem, direta ou indiretamente, para reforçar a concepção de identidade como algo dinâmico e ao mesmo tempo para ressaltar a ausência de plasticidade como uma característica da classificação. Esta estudiosa explica que um dos perigos de tratar a cultura como algo enrijecido consiste na possibilidade de que ela funcione como alicerce para aqueles que tentam: “[...] convencer[-nos] de que a questão “racial” se dissolve na de classe [...]” (CUNHA, 1987a, p. 103).

¹⁵ A ideologia do branqueamento foi forjada no final do Século XIX no País. Ela serviu para orientar as políticas públicas de imigração, de segurança, de saúde, de educação, entre outras. Talvez uma de suas dimensões mais perversas tenha sido a negação da diversidade como um valor para o projeto de nação (NASCIMENTO, 2005).

Ainda segundo a autora, é preciso atentar-se para o fato de que na “[...] negação da especificidade da questão étnica conjugam-se às vezes os defensores da democracia racial com os da democracia *tout court*, expulsando, por exemplo, os negros como uma falsa categoria” (CUNHA, 1987a, p. 103). Este tipo de interpretação sobre a questão étnica e a categoria negro é expressiva de parte da sociedade brasileira que apresenta dificuldades em reconhecer e respeitar a diversidade para além da dimensão retórica.

Pesquisas que abordam os processos de classificação e identificação étnico-racial no Brasil, como a de Teixeira (2003) e a de Rocha e Rosemberg (2007), entre outras, têm demonstrado que uma parcela considerável das pessoas entrevistadas, ao se autoclassificar, “[...] prefere a designação de *negro* ao invés de *preto*” (TEIXEIRA, 2003, p. 88). Tal preferência nos permite estabelecer uma convergência com a PCERP 2008 na medida em que, nesta pesquisa, ao se comparar os resultados do procedimento de autoclassificação aberta, constata-se que os entrevistados que se autoclassificaram mobilizando a categoria negra corresponderam a 7,8% da população total considerada, enquanto aqueles que se autoclassificaram com a categoria preta representaram apenas 1,4% dessa população. Se este dado por si só não valida a inserção da categoria negra no rol de categorias oficiais utilizadas nos Censos Demográficos brasileiros, ao menos demonstra seu grau de reconhecimento no processo de definição da identidade étnico-racial do público pesquisado.

A referência às categorias de cor ou raça, no procedimento de autoclassificação aberta da PCERP 2008, permite o diálogo com as noções de identidade e de grupo étnico, nos termos propostos por Cunha (1987b), em particular, no que tange à acepção da autora sobre grupo étnico: “ser é considerar-se como tal”. Assim, ser branca, ser morena, ser parda, ser negra, ser preta, ser amarela, ser indígena – para citarmos apenas as sete categorias mais frequentes na pesquisa – representa sentir-se, ver-se, posicionar-se como tal. Embora este apontamento possa parecer simples, o processo de definir-se é bastante complexo, pois envolve também a heteroclassificação. Desse modo, “considerar-se como tal” requer e ao mesmo tempo impõe “ser considerado como tal”.

Na PCERP 2008, o método de autoclassificação aberta aponta para a pertinência da utilização das categorias pertencentes ao sistema classificatório racial oficial do Brasil. Por outro lado, sugere que a diversidade responsável por caracterizar sua formação social regional impõe limites a esse sistema, em particular, quando ele não contempla o fato de estados como Amazonas e Paraíba apresentarem a categoria morena como a mais frequente entre as 14 consideradas. Nesses estados, os índices da categoria morena foram 40,5% e 37,6%, respectivamente. Outro dado a ser observado é que tal categoria não corresponde à categoria parda, a qual também é citada pelos entrevistados de ambos os estados, representando os percentuais de 23,3% e 10,9%, respectivamente.

Entretanto, a não correspondência entre as categorias morena e parda pode ser flexibilizada ao compararmos o procedimento de autoclassificação fechada com o de autoclassificação aberta. Assim, os pesquisados que se autoclassificaram como morenos no procedimento aberto optaram no fechado pela categoria parda como a alternativa mais recorrente em cinco das seis Unidades da Federação pesquisadas. A exceção coube apenas ao Rio Grande do Sul, onde a categoria mais recorrente na autoclassificação fechada para os autoclassificados como morenos, espontaneamente, foi a branca.

O procedimento de heteroclassificação na PCERP 2008 revelou duas tendências a respeito da população total pesquisada: primeira, uma predileção pela categoria negra em detrimento da preta; e, segunda, a utilização da categoria parda em detrimento da morena.

Um exemplo disso pode ser vislumbrado no fato de que, para identificar os autoclassificados como pretos, os entrevistadores mobilizaram a categoria negra para 42,9% desta população, enquanto a preta foi utilizada apenas para 20,9%. De outro modo, para identificar os autoclassificados como morenos, os entrevistadores mobilizaram a categoria parda para 40,4% dos entrevistados pertencentes a este grupo, enquanto a categoria morena foi utilizada somente para 22,4%.

Ao compararmos os resultados dos métodos de auto e de heteroclassificação da população do Estado do Amazonas, concluímos que o procedimento de heteroclassificação apresentou uma tendência para o branqueamento dessa população. Semelhante interpretação apoiou-se em duas constatações: 51% da população autoclassificada como negra foi heteroclassificada a partir da mobilização de duas outras categorias – morena (24,1%) e parda (27,5%); e 61,5% do total da população autoclassificada como preta foi heteroclassificada mediante a utilização de duas outras categorias – morena (37,7%) e parda (23,8%).

Ao voltarmos nosso olhar para o Estado da Paraíba, verificamos que os autoclassificados como pretos, amarelos e indígenas foram heteroclassificados como pardos com percentuais iguais ou superiores a 63,7%. Além disso, observamos que na heteroclassificação não houve nenhuma referência a estas categorias para os entrevistados autoclassificados com elas.

A categoria parda foi a segunda categoria mais mobilizada no procedimento de heteroclassificação para classificar a população negra nesse estado, com 23,3%. Embora 37,6% dos entrevistados tenham utilizado a categoria morena no método de autoclassificação, no de heteroclassificação, apenas 8,3% foram classificados como morenos, sendo a categoria parda aquela com o maior percentual de mobilização pelos entrevistadores para definir esse grupo, com 55,9%.

Diante do exposto, é possível apontarmos que o procedimento de heteroclassificação assegurou a preferência pela categoria negra, ao invés da preta, e a utilização da categoria parda em detrimento da morena.

No que tange à população do Estado de São Paulo, é possível apontarmos que o procedimento de heteroclassificação assegurou a preferência pela categoria negra, ao invés da preta, e a utilização da categoria parda em detrimento da morena. Isso pode ser verificado tanto pela observação de que, para identificar os autoclassificados como pretos, a categoria negra foi mobilizada para 42,6% desta população, enquanto a preta foi utilizada apenas para 25,4%, como pela constatação de que, para identificar os autoclassificados como morenos, os entrevistadores mobilizaram a categoria parda para 39,6% deste grupo, enquanto a categoria morena foi empregada somente para 21,4%.

Seja o fato de 16,7% da população autoclassificada como negra ter sido heteroclassificada como parda, seja o da população que se identificou como outras ter sido heteroclassificada com o maior percentual como branca – em 41,1% dos casos – ambos sugerem que o procedimento de heteroclassificação contribuiu para o branqueamento da população do Estado de São Paulo.

No que tange ao Estado do Rio Grande do Sul, é possível sugerirmos que o procedimento de heteroclassificação apresentou duas tendências: a preferência pela categoria negra em detrimento da preta; e a utilização da categoria branca em detrimento da morena. Nesse contexto, para identificar os autoclassificados como pretos, a categoria negra foi mobilizada para 57,9% desta população, enquanto a preta somente para 18%. Por outro lado, para definir os autoclassificados como morenos, os entrevistadores mobilizaram a categoria branca para 41,1% deste grupo enquanto a categoria morena foi utilizada apenas para 21,9%.

O fato dos autoclassificados como morenos, pardos, amarelos, indígenas e outros terem sido heteroclassificados, com os maiores percentuais, como pertencentes à categoria branca sugere que o procedimento de heteroclassificação contribuiu para o branqueamento dessa população. Outro aspecto que chama a atenção no Rio Grande do Sul é que nesse procedimento a categoria amarela foi mobilizada apenas para aqueles entrevistados que se autoclassificaram deste modo.

No Estado de Mato Grosso, o método de heteroclassificação demonstrou uma predileção pela mobilização da categoria negra em detrimento da preta, e pela categoria parda em detrimento da morena. Isso se torna evidente ao verificarmos que, para identificar a população autoclassificada como preta, os entrevistadores utilizaram a categoria negra para 46,4% desta população, enquanto a preta foi mobilizada apenas para 4,9%; e ao observarmos que, para definir os autoclassificados como morenos, os entrevistadores optaram pela categoria parda em 37,4% dos casos, enquanto a categoria morena foi empregada somente em 26,4%.

Vale destacar que nesse estado a categoria indígena não foi mobilizada no procedimento de heteroclassificação para a população que se autoclassificou com esta categoria. E que, seja em Mato Grosso seja no Rio Grande do Sul, a categoria amarela foi empregada no procedimento de heteroclassificação apenas para aqueles entrevistados que se autoclassificaram deste modo.

Sobre o Distrito Federal, é importante ressaltar que, no procedimento de heteroclassificação, a categoria preta não foi empregada para nenhum grupo de entrevistados e que a maioria dos autoclassificados como pretos foi heteroclassificada como parda (75,4%) e, em segundo lugar, como negra (24,6%), o que nos sugere uma rejeição da categoria preta pelos entrevistadores.

Um dado curioso envolvendo o Distrito Federal é que, enquanto a maioria da população autoclassificada como amarela foi heteroclassificada como morena (50,4%), os entrevistadores mobilizaram para os autoclassificados como morenos, como o maior percentual, a categoria parda (44,7%). Aliás, nessa Unidade da Federação, é interessante ressaltar que os entrevistados que se autoclassificaram como amarelos foram heteroclassificados como morenos (50,4%) e pardos (30,9%) e nenhum como amarelo.

Além disso, no procedimento de heteroclassificação não houve nenhuma referência às categorias preta, amarela, indígena e outras para os entrevistados que se autoclassificaram com elas.

No procedimento de autoclassificação fechada, a PCERP 2008 acrescentou as categorias afrodescendente e negro às cinco categorias de cor ou raça recorrentes, oficialmente, no sistema classificatório oficial do IBGE, desde a década de 1990¹⁶,

¹⁶ A saber: branca, preta, parda, amarela e indígena.

e ainda assegurou aos entrevistados a possibilidade de assinalar mais de uma alternativa. Esta possibilidade parece ter funcionado como uma estratégia para dotar os resultados da classificação de maior flexibilidade.

As categorias de identificação, no procedimento de autoclassificação fechada, foram apresentadas para o entrevistado, no questionário da PCERP 2008, a partir das perguntas **3.12 a 3.18**: *Dentre as seguintes alternativas, você se reconhece ou se identifica como de cor ou raça (assinale quantas opções desejar): 3.12: afrodescendente? 3.13: indígena? 3.14: amarelo? 3.15: negro? 3.16: branco? 3.17: preto? e 3.18: pardo?* (as respostas são todas sim ou não, com especificações para as alternativas indígena e amarelo. A Tabela 1 apresenta os resultados desta questão, destacando as respostas dos entrevistados segundo sua autoclassificação espontânea de cor ou raça. O cruzamento dos procedimentos de autoclassificação aberta (espontânea) e de autoclassificação fechada nos fornece pistas sobre as correspondências e/ou as incoerências do complexo processo de identificação no Brasil.

Tabela 1 - Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as alternativas de identificação de cor ou raça - 2008

Alternativas de identificação de cor ou raça	Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça (%)							
	Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela	Indígena	Outras
Afrodescendente	12,5	27,5	37,4	72,8	51,1	12,2	29,9	27,8
Indígena	12,9	29,4	33,7	27,8	24,4	13,1	87,2	29,0
Amarelo	4,3	4,3	4,9	2,2	0,9	85,4	5,0	5,5
Negro	10,9	34,4	36,1	92,9	81,9	11,3	32,0	28,5
Branco	97,8	46,0	41,4	17,3	13,6	31,5	42,8	68,2
Preto	7,3	22,2	21,2	48,1	81,0	9,6	12,6	15,2
Pardo	21,6	63,2	92,8	38,7	36,1	24,2	63,5	39,8

Fonte: Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>. Acesso em: maio 2012.

Nota: Foram agregadas as sete categorias mais frequentes de cor ou raça declarada de forma espontânea (autoclassificação).

Enquanto exemplos de correspondências entre os resultados desses procedimentos de classificação, podemos apontar, em primeiro lugar, que, em todas as Unidades da Federação consideradas na PCERP 2008, as pessoas que se autoclassificaram como brancas, de forma espontânea, optaram por esta categoria na autoclassificação fechada como resposta mais recorrente.

Segundo, que nas seis Unidades da Federação as pessoas que se autoclassificaram como pardas, de forma espontânea, optaram pela categoria pardo na autoclassificação fechada como resposta mais recorrente.

Terceiro, que as pessoas que se autoclassificaram como negras, de forma espontânea, escolheram esta categoria na autoclassificação fechada como a alternativa mais recorrente.

Quarto, que na autoclassificação fechada, nas seis Unidades da Federação, a categoria pardo foi a segunda opção mais recorrente para os autoclassificados como brancos espontaneamente.

E quinto, na população entrevistada, todas as pessoas que se autoclassificaram, de forma espontânea, independente da categoria de cor ou raça, optaram pela categoria amarelo na autoclassificação fechada como a alternativa menos recorrente.

Como expoentes das diferenças entre os resultados dos métodos de autoclassificação aberta (espontânea) e autoclassificação fechada, podemos destacar que, na população total, as pessoas que se autoclassificaram como pretas, de forma espontânea, mantiveram esta escolha apenas nos Estados do Amazonas e da Paraíba, pois em São Paulo, no Rio Grande do Sul e em Mato Grosso tais entrevistados optaram por negro como a alternativa mais recorrente, enquanto no Distrito Federal escolheram pardo.

A segunda categoria mais recorrente na autoclassificação fechada, para os autoclassificados como morenos, espontaneamente, variou de acordo com a Unidade da Federação considerada. Assim, temos que, no Amazonas, a segunda categoria mais recorrente foi indígena; em São Paulo foi branco; no Rio Grande do Sul foi pardo; e na Paraíba, no Mato Grosso e no Distrito Federal foi negro.

A segunda categoria mais recorrente na autoclassificação fechada para os autoclassificados como pardos, espontaneamente, também variou de acordo com a Unidade da Federação considerada. Desse modo, tivemos que, no Amazonas, a segunda categoria mais recorrente foi indígena; na Paraíba, em São Paulo e no Rio Grande do Sul foi branco; no Distrito Federal foi afrodescendente; e em Mato Grosso foi negro.

A segunda categoria mais recorrente na autoclassificação fechada para os autoclassificados como pretos, espontaneamente, apresentou variação de acordo com a Unidade da Federação pesquisada. Contudo, em quatro delas – São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal – a segunda categoria mais recorrente foi preto. As exceções pertenceram aos entrevistados do Amazonas e da Paraíba, onde a segunda categoria mais recorrente foi negro e pardo, respectivamente.

A segunda categoria mais recorrente na autoclassificação fechada para os autoclassificados como amarelos, espontaneamente, variou de acordo com a Unidade da Federação considerada. Desta forma, no Amazonas e no Rio Grande do Sul, a segunda categoria mais recorrente foi indígena; em São Paulo e na Paraíba foi branco; e em Mato Grosso e no Distrito Federal foi pardo.

A segunda categoria mais recorrente na autoclassificação fechada para os autoclassificados como indígenas, espontaneamente, também apresentou variação dependendo do estado pesquisado. Desse modo, no Amazonas, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, a segunda categoria mais recorrente foi pardo, enquanto em Mato Grosso foi amarelo. Tendo em vista que no Distrito Federal ninguém se autoclassificou com indígena, não há dados sobre as categorias fechadas.

As pessoas que se autoclassificaram, espontaneamente, como amarelas mantiveram esta categoria como a opção mais recorrente, na autoclassificação fechada, somente nos Estados de São Paulo, de Mato Grosso, do Amazonas e da Paraíba.

De outro modo, as pessoas que se autoclassificaram como morenas, de forma espontânea, elegeram a categoria pardo na autoclassificação fechada como alternativa mais recorrente, exceto no Estado do Rio Grande do Sul. Por outro lado, os entrevistados que se autoclassificaram como indígenas mantiveram esta categoria como sua principal opção na autoclassificação fechada, exceto no Distrito Federal.

A segunda categoria mais recorrente na autoclassificação fechada para os autoclassificados como negros, espontaneamente, foi afrodescendente. Ao apresentar a categoria preto como a segunda mais recorrente para esse grupo, o Estado do Amazonas diferenciou-se dos demais.

Nas seis Unidades da Federação consideradas, as pessoas que se autoclassificaram como brancas, de forma espontânea, optaram pela categoria preto na autoclassificação fechada como alternativa menos recorrente no Amazonas, na Paraíba e no Distrito Federal, e pela categoria amarelo em São Paulo, no Rio Grande do Sul e em Mato Grosso.

No conjunto dos entrevistados, as pessoas que se autoclassificaram como morenas, de forma espontânea, escolheram a categoria amarelo como a alternativa menos recorrente em cinco das seis Unidades da Federação na autoclassificação fechada. O Distrito Federal consistiu na exceção, ao apresentar como alternativa menos recorrente para essa população a categoria preto.

As pessoas que se autoclassificaram como pardos, de forma espontânea, optaram pela categoria amarelo na autoclassificação fechada como a alternativa menos recorrente para os Estados do Amazonas, de São Paulo, do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso, assim como para o Distrito Federal, sendo a exceção a Paraíba. Neste, a alternativa menos mobilizada foi a categoria preto.

A população entrevistada que se autoclassificou como negra, de forma espontânea, optou pela categoria branco, na autoclassificação fechada, como a alternativa menos recorrente para o Estado do Amazonas; pela categoria indígena para a Paraíba; e pela categoria amarelo para os Estados de São Paulo, do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso, assim como para o Distrito Federal.

Os entrevistados que se autoclassificaram como pretos, de forma espontânea, escolheram a categoria branco como a alternativa menos recorrente na autoclassificação fechada nos Estados do Amazonas e de São Paulo; a categoria afrodescendente na Paraíba; a categoria amarelo no Rio Grande do Sul e em Mato Grosso; e as categorias negro e branco no Distrito Federal.

As pessoas que se autoclassificaram como amarelas, de forma espontânea, optaram pela categoria negro como a alternativa menos recorrente na autoclassificação fechada no Estado do Amazonas; pelas categorias indígena e negro na Paraíba; pela categoria indígena em São Paulo; pelas categorias negro e preto no Rio Grande do Sul; pela categoria preto em Mato Grosso; e pela categoria negro no Distrito Federal.

Por outro lado, o público pesquisado que se autoclassificou como indígena, de forma espontânea, escolheu a categoria afrodescendente como a alternativa menos recorrente na autoclassificação fechada para os Estados do Amazonas e de Mato Grosso; as categorias branco e negro na Paraíba; a categoria preto em São Paulo; e a categoria amarelo no Rio Grande do Sul. No Distrito Federal, não há dados sobre esta categoria, pois ela não foi mobilizada no procedimento de autoclassificação aberta.

Conhecer quais são as categorias mais e menos recorrentes na PCERP 2008 nos permite vislumbrar a importância do fenótipo para a construção do imaginário social brasileiro, assim como para o combate ao preconceito e à discriminação racial existentes no País, nos termos apontados por Munanga (2004).

PCERP 2008: realidade social e problema de pesquisa

Considerando o questionário da PCERP 2008, a pergunta **3.06**: *Em sua opinião, no Brasil, a vida das pessoas é influenciada por sua cor ou raça?* (as alternativas são: 1 - sim; 2 - não; e 3 - não sabe) teve suas respostas apresentadas na Tabela 2.1 da publicação de resultados da pesquisa (CARACTERÍSTICAS..., 2011). De acordo com

esta tabela, podemos apontar que 63,7% da população total pesquisada reconheceu a influência da cor ou raça na vida das pessoas. Entre as Unidades da Federação pesquisadas, a que obteve o maior índice de reconhecimento foi o Distrito Federal, com 77% dos entrevistados, enquanto aquela com o menor percentual foi o Amazonas, com 54,8%. Este percentual nos sugere que a maioria da população entrevistada, independente da Unidade da Federação, não teve dificuldades para reconhecer a influência da cor ou raça na vida das pessoas.

No Estado do Rio Grande do Sul, 39,7% dos entrevistados responderam negativamente a pergunta sobre a influência da cor ou raça na vida das pessoas. Semelhante resultado parece indicar a existência de um contradiscurso cujo objetivo seja afirmar como prescindível a implantação e/ou a continuidade das políticas de ação afirmativa nesse estado. Indiretamente, tal resultado parece sinalizar para a redução da importância da questão racial como um obstáculo para a ascensão social.

Entre os entrevistados que afirmaram não saber se a cor ou raça influencia ou não na vida das pessoas o maior índice encontrado pertenceu ao Amazonas (6,6%) e o menor ao Distrito Federal (0,4%).

A PCERP 2008 também nos permitiu conhecer as respostas sobre a existência ou não de influência da cor ou raça na vida das pessoas, segundo o recorte de gênero. No universo total dessa pesquisa, ao compararem-se as respostas do grupo de mulheres com as do grupo de homens, sobressaíram-se, em quatro das seis Unidades da Federação, as opiniões afirmativas para o reconhecimento de tal influência entre as mulheres. Desse modo, apenas no Estado do Amazonas e no Distrito Federal a população de homens apresentou o maior índice afirmativo para tal pergunta.

A Tabela 2 apresenta a distribuição percentual por influência da cor ou raça na vida das pessoas, segundo os grupos de idade, em duas Unidades da Federação investigadas pela PCERP 2008.

Tabela 2 - Percentuais de maior reconhecimento da influência de cor ou raça na vida das pessoas, segundo as Unidades da Federação pesquisadas e os grupos de idade - 2008

Unidades da Federação pesquisadas e grupos de idade	Percentuais de maior reconhecimento da influência de cor ou raça na vida das pessoas
Total	
15 a 24 anos	67,2
25 a 39 anos	67,8
Paraíba	
15 a 24 anos	69,9
60 anos ou mais	64,5
Distrito Federal	
25 a 39 anos	77,4
40 a 59 anos	79,5

Fonte: Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>. Acesso em: maio 2012.

De acordo com essa tabela, o Estado da Paraíba e o Distrito Federal foram as exceções à tendência da população total de apresentar os dois maiores valores de reconhecimento nas camadas etárias mais jovens.

Por outro lado, os Estados de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso e do Amazonas representaram aqueles onde as populações mais jovens – isto é, aquelas situadas no grupo de 15 a 39 anos – apresentaram os maiores percentuais de reconhecimento da influência da cor ou raça na vida das pessoas. Enquanto hipótese, é possível aventarmos que um dos fatores que contribuiu para esta situação foi o espaço conquistado na mídia, em geral, e nas instituições escolares pela e para a temática das relações étnico-raciais¹⁷, seja no processo de construção e reconhecimento das identidades individuais e coletivas, seja no combate aos diversos tipos de preconceito no País. Contudo, essa suposição não é suficiente para explicar as exceções vivenciadas pelos entrevistados do Estado da Paraíba e do Distrito Federal.

Ao destacar a distribuição percentual por influência da cor ou raça na vida das pessoas, segundo as classes de rendimento familiar *per capita* obtidas na PCERP 2008, é interessante observarmos a Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 - Percentuais de maior reconhecimento da influência de cor ou raça da população, segundo as Unidades da Federação pesquisadas e as classes de rendimento familiar *per capita* - 2008

Unidades da Federação pesquisadas e classes de rendimento familiar <i>per capita</i>	Percentuais de maior reconhecimento da influência de cor ou raça da população
Total	
Mais de 2 a 4 salários mínimos	66,2
Mais de 4 salários mínimos	77,4
Paraíba	
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	69,6
Mais de 4 salários mínimos	94,7
Distrito Federal	
Mais de 1 a 2 salários mínimos	75,3
Mais de 4 salários mínimos	86,3

Fonte: Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>. Acesso em: maio 2012.

Nota: As demais Unidades da Federação que compõem a pesquisa - Amazonas, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso - confirmam a tendência da população total pesquisada, de acordo com a qual maior renda *per capita* equivale a maior reconhecimento da influência de cor ou raça na vida das pessoas.

As informações sintetizadas nessa tabela sugerem que os entrevistados que apresentaram os maiores índices de reconhecimento da influência da cor ou raça na vida das pessoas foram aqueles com rendimento familiar *per capita* maior que 4 salários mínimos. Contudo, diante das exceções apresentadas pelo Estado da Paraíba e o Distrito Federal, seria imprudente afirmarmos que o valor do rendimento atua como um fator determinante para o referido reconhecimento.

Na Tabela 4, procuramos apresentar os maiores percentuais de reconhecimento da influência da cor ou raça na vida das pessoas, destacando os grupos de anos de estudo nas Unidades da Federação. A partir de seus dados é possível apontarmos que quanto maior o número de anos de estudos da população pesquisada mais elevado o percentual de reconhecimento da influência da cor ou raça na vida das pessoas.

¹⁷ A esse respeito, destaca-se a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Não obstante o Estado da Paraíba representar uma exceção, pois seu percentual mais elevado encontrou-se na população com 9 a 11 anos de estudo, nas demais Unidades da Federação, os maiores índices de reconhecimento da influência da cor ou raça na vida das pessoas pertenceram aos entrevistados com 12 anos ou mais de estudo.

Tabela 4 - Percentuais de maior reconhecimento da influência de cor ou raça da população, segundo as Unidades da Federação pesquisadas e os grupos de anos de estudo - 2008

Unidades da Federação pesquisadas e grupos de anos de estudo	Percentuais de maior reconhecimento da influência de cor ou raça da população
Total	
9 a 11 anos	69,5
12 anos ou mais	75,3
Amazonas	
9 a 11 anos	62,7
12 anos ou mais	78,3
Paraíba	
9 a 11 anos	80,9
12 anos ou mais	69,8
São Paulo	
9 a 11 anos	69,2
12 anos ou mais	74,7
Rio Grande do Sul	
9 a 11 anos	68,8
12 anos ou mais	74,0
Mato Grosso	
9 a 11 anos	67,8
12 anos ou mais	74,9
Distrito Federal	
9 a 11 anos	74,4
12 anos ou mais	84,0

Fonte: Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>. Acesso em: maio 2012.

Outro aspecto importante, conquanto não esteja exposto na Tabela 4, é que, em todas as Unidades da Federação pesquisadas, os menores percentuais de reconhecimento da influência da cor ou raça na vida das pessoas foram obtidos na população com até 4 anos de estudo, o que nos possibilita sugerir que quanto menor o grau de escolaridade mais baixo o índice de reconhecimento de tal influência. Esta hipótese parece ser reforçada ao analisarmos a população que optou pela alternativa não como resposta. Os maiores índices de resposta negativa, a respeito da influência da cor ou raça na vida das pessoas, também pertenceram, na maioria dos estados (Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso), aos entrevistados com até 4 anos de estudo.

Diversamente da opinião de alguns intelectuais que insistem em valorizar, de modo excessivo, possíveis dificuldades que a população brasileira teria para definir-se étnico-racialmente, a PCERP 2008 sugeriu que tal questão pode ser considerada como um falso problema. Afinal, diante da pergunta **3.07: Você saberia dizer qual é a sua cor**

ou raça?¹⁸, obteve-se sim em 96,0% do total de respostas. O maior e o menor índices foram apresentados, respectivamente, pelo Estado da Paraíba (97,6%) e pelo Distrito Federal (92,5%). O fato de o menor percentual corresponder a 92,5% pode ser visto como um indicativo de que a complexidade que envolve os processos de identificar-se e classificar-se não obstaculiza sua efetivação.

Várias pesquisas realizadas no País têm demonstrado, a exemplo da que resultou no artigo de Rocha e Rosemberg (2007), que crianças, a partir de 9 anos de idade, e jovens são capazes de manipular um conjunto complexo e sutil de terminologias que dialogam com as representações sociais orientadas por raça e etnia, através do termo cor. Segundo esses estudiosos, os resultados da pesquisa possibilitam argumentar com o “[...] MEC/INEP que crianças e adolescentes entre 9 e 16 anos [...] poderiam responder adequadamente ao quesito cor/raça do questionário do Censo Escolar” (ROCHA; ROSEMBERG, 2007, p. 795), ou seja, apontar que estes atores sociais apresentam condições para se tornarem parte ativa no debate sobre as relações raciais no País. Esta sugestão merece ser acolhida no processo de preparação de futuras pesquisas com esse recorte.

A Tabela 2.7 da publicação de resultados da pesquisa (CARACTERÍSTICAS..., 2011) apresenta as 14 categorias mais frequentes na autoidentificação aberta, em ordem decrescente, segundo as seis Unidades da Federação consideradas: branca¹⁹, morena²⁰, parda²¹, negra²², morena clara, preta, amarela²³, brasileira, mulata²⁴, mestiça, alemã, clara, italiana e indígena²⁵. Este repertório “nativo” compreende um referencial eclético, expressivo das imbricações entre as produções teóricas e os discursos políticos sobre raça, cultura e etnia difundidos e ressignificados, historicamente, no Brasil. Vale a ressalva de que esse repertório não contemplou, entre seus termos

¹⁸ Esta pergunta compreendeu a primeira opção, para o pesquisado, de utilizar o procedimento de autoclassificação aberta, pois lhe propôs que, em caso de resposta afirmativa, especificasse sua cor ou raça.

¹⁹ Apesar de remeter à cor, essa categoria tem significado, dentro de uma concepção alargada de representação social, o belo, o bom, a luz, a paz, a higiene, entre outras imagens, todas elas suscitadas e reproduzidas no contexto social brasileiro permeado pela ideologia do branqueamento. Tais imagens sugerem um discurso unívoco a respeito do grupo étnico-racial que simbolizam (NASCIMENTO, 2006, 2005). Para compreender o alcance dessa representação deve-se lembrar que a: “[...] associação da cor preta com maldade e feiura, e da cor branca com bondade e beleza remonta à tradição bíblica, resultando daí que o simbolismo do branco e do preto constitui parte intrincada da cultura européia, permanecendo no folclore e em seu patrimônio literário e artístico” (BROOKSHAW, 1983, p. 12 apud NASCIMENTO, 2005, p. 60).

²⁰ Sobre as dificuldades envolvendo a definição e o uso desse termo, ver Petrucelli (2007) e Silva (1995).

²¹ Consultar Camargo (2010) e Petrucelli (2007).

²² Embora entenda que os dicionários da língua portuguesa não nos oferecem uma real distinção terminológica entre os termos negro e preto, Rocha salienta a importância de consultar tais definições. Desse modo, ao tratar o *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa* publicado em 2004 como referência, expõe a seguinte conceituação para negro: “de cor preta. Indivíduo de raça negra, preto. Sujo, encardido, preto. Muito triste, lúgubre. Melancólico, funesto. Maldito, sinistro. Escravo” (FERREIRA, 2004 apud ROCHA, 2010, p. 900). O mesmo dicionário é consultado para apresentar o significado de “Preto – que tem a mais sombria de todas as cores; da cor de ébano, do carvão. Rigorosamente no sentido físico o preto é ausência de cor, como o branco é o conjunto de todas as cores. (...) Sujo, encardido, indivíduo negro, a cor da pele desse indivíduo, a cor da pele queimada pelo sol. (...) perigoso, difícil (...) preto de alma branca – indivíduo negro bom, generoso, nobre, leal” (FERREIRA, 2004 apud ROCHA, 2010, p. 900). Embora a confusão terminológica seja evidente, a categoria negro vem passando por um significativo processo de ressignificação no Brasil. Sobre este processo podemos apontar, grosso modo, o resgate de identidade com a ascendência africana e a dissociação da história de escravização no País.

²³ A categoria “amarelo” que se fez presente nos jornais e nos discursos políticos no final do Século XIX e nas primeiras décadas do Século XX no Brasil, quando o assunto em pauta foi a imigração, referiu-se, principalmente, aos imigrantes provenientes do Japão. Posteriormente, essa categoria serviu para classificar imigrantes originários de outros países asiáticos como a China, entre outros. Essa, e as demais categorias não brancas oficiais – preta, parda e indígena – são definidas a partir do contraste com os significados atribuídos à categoria branca (NASCIMENTO, 2006, 2005).

²⁴ Petrucelli (2007) destaca que essa categoria se origina do termo “mula” ressaltando as relações estabelecidas no País, a partir das ideias sobre miscigenação e hibridação entre as espécies.

²⁵ De acordo com Nascimento (2006, 2005), na década de 1990, a categoria “indígena” é inserida no sistema classificatório racial oficial do IBGE. Sua particularidade encontra-se no fato de não deixar dúvidas a respeito do reconhecimento étnico e racial que simboliza. Trata-se de uma categoria que representa uma diversidade de grupos minoritários, no sentido político e numérico. Tais grupos contaram com um movimento organizado (indigenista) para serem reconhecidos oficialmente no País.

nativos, as categorias japonês e turco, as quais são expressões da presença das nacionalidades nipônica e turca, respectivamente, no País. Uma hipótese para explicar esta ausência talvez possa ser encontrada no tipo de projeto nacional implantado, a partir dos anos de 1930. Neste, os atores sociais pertencentes a esses grupos étnico-raciais foram induzidos a se classificar mobilizando as categorias amarelo e/ou pardo para satisfazer a uma idéia de Brasil enquanto um imenso mosaico racial e cultural, nos termos apontados por Nascimento (2005).

Entre os aspectos positivos da PCERP 2008, podemos destacar que, ao privilegiar o método de autoclassificação aberta (espontânea), nos possibilitou conhecer as categorias mais frequentes que foram mobilizadas pela população pesquisada para identificar-se e classificar-se. Neste sentido, assegurou um procedimento de classificação adequado para expressar a dimensão identitária dos entrevistados. Por outro lado, é possível sugerir como um dos aspectos problemáticos o fato de ter realizado uma pré-seleção dos resultados apresentados. Afinal, a PCERP 2008 selecionou apenas as categorias mais frequentes. A Tabela 5, a seguir, expressa os dados relativos à maior e à menor frequência obtida pelas 14 categorias.

Tabela 5 - Percentuais das Unidades da Federação que apresentaram maior e menor frequência de cor ou raça, segundo as 14 categorias mais frequentes de cor ou raça, escolhidas pela população para se autoidentificar - 2008

14 categorias de cor ou raça mais frequentes (autoidentificação aberta)	Unidade da Federação onde a categoria de cor ou raça apresentou maior frequência e respectivo percentual (%)	Unidade da Federação onde a categoria de cor ou raça apresentou menor frequência e respectivo percentual (%)
Branca	Rio Grande do Sul	63,5 Amazonas
Morena	Amazonas	40,5 Rio Grande do Sul
Parda	Distrito Federal	29,5 Rio Grande do Sul
Negra	Distrito Federal	10,9 Amazonas
Morena clara	Amazonas	8,6 Rio Grande do Sul
Preta	Mato Grosso	2,0 Paraíba Distrito Federal
Amarela	São Paulo	1,9 Rio Grande do Sul
Brasileira (1)	Rio Grande do Sul	2,9 Amazonas
Mulata	Distrito Federal	2,8 Mato Grosso
Mestiça (2)	Distrito Federal	1,9 Amazonas
Alemã (3)	Rio Grande do Sul	3,0 Mato Grosso
Clara	Amazonas	1,2 Distrito Federal
Italiana (4)	Rio Grande do Sul	2,0 Mato Grosso
Indígena (5)	Amazonas	1,5 São Paulo Mato Grosso

Fonte: Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>. Acesso em: maio 2012.

(1) Não figura no Estado da Paraíba e no Distrito Federal. (2) Não figura no Estado de Mato Grosso. (3) Somente figura nos Estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso. (4) Não figura nos Estados do Amazonas e Paraíba e no Distrito Federal. (5) Não figura no Distrito Federal.

Essa tabela nos permite realizar alguns apontamentos. Em primeiro lugar, que a Unidade da Federação onde a categoria branca apresenta o maior índice de frequência é a mesma onde a categoria morena possui seu menor percentual, isto é, o Estado do Rio Grande do Sul; e que o inverso é válido para a categoria morena, pois seu maior percentual é encontrado onde a categoria branca apresenta seu menor índice, ou seja, o Estado do Amazonas. Segundo, que ao compararmos as categorias negra e

preta, percebemos que em todas as Unidades da Federação consideradas a categoria negra apresentou os maiores percentuais, sendo seu maior índice encontrado entre os pesquisados no Distrito Federal (10,9%) e o menor, no Amazonas (3,6%); a categoria preta, por outro lado, apresentou como seu valor máximo de mobilização o percentual de 2,0%, no Estado de Mato Grosso. A categoria preta apresentou seus menores percentuais nas mesmas Unidades da Federação onde a categoria mulata obteve os índices mais elevados, isto é, no Distrito Federal (2,8%) e no Estado da Paraíba (1,3%).

A utilização da categoria mulata, no procedimento de autoclassificação aberta, nos sugere que ela apresenta certo grau de pertinência para parte da população pesquisada, a despeito do termo mulato compreender uma definição pejorativa. No entanto, ao considerarmos a população total, é possível perceber que seu percentual de mobilização foi baixo, sendo o maior valor encontrado entre os entrevistados do Distrito Federal (2,8%) e o menor, entre os pesquisados do Estado de Mato Grosso (0,3%).

O Rio Grande do Sul chama-nos a atenção por consistir na Unidade da Federação que apresenta o maior percentual de entrevistados autoclassificados como brasileiros (2,9%) e ao mesmo tempo na que possui o índice mais elevado de autoclassificados como alemães (3,0%). Supomos que tais resultados sejam influenciados pela estrutura demográfica desse estado ser marcada pela imigração europeia, no final do Século XIX e início do XX, com destaque para os alemães, bem como pela imigração de populações provenientes de países fronteiriços, a exemplo da Bolívia, Colômbia, entre outros, durante o Século XX e início do XXI. Vale salientar ainda que é na fronteira Sul do Brasil que estabelecemos um contato mais intenso e sistemático com os processos pelos quais as populações de países como o Uruguai, o Paraguai e a Argentina estruturaram e estruturam suas identidades nacionais. Talvez estes processos influenciem, mesmo que indiretamente, nos índices de autoclassificados como brasileiros (nacionais) nessa região do País.

Na PCERP 2008, a ausência de menção à categoria indígena no Distrito Federal consiste em um dado que causa estranhamento, uma vez que, nesta Unidade da Federação, os resultados preliminares do Censo Demográfico 2010 indicaram que 6 128 habitantes se classificaram como indígenas.

De outro modo, o fato da categoria morena (18,7%) destacar-se no rol das 14 categorias mais frequentes, superando o percentual da categoria parda (13,6%) no total da população considerada, é um indicativo de cautela nas inferências envolvendo os segmentos classificados com essas categorias.

A Tabela 6 põe em evidência a categoria morena como a mais frequente em duas das seis Unidades da Federação consideradas, ou seja, no Amazonas (40,5%) e na Paraíba (37,6%). Conquanto reconheçamos que estes dados sinalizam para a necessidade de que os padrões regionais sejam mais bem-estudados nas análises, semelhante recomendação não encontra condições de ser satisfeita neste artigo. Entretanto, a reflexão de Petruccelli sobre essa categoria, tendo em vista a diversidade regional contemplada pela Pesquisa Mensal de Emprego - PME, realizada em julho de 1998²⁶, pode contribuir para elucidá-la no contexto da PCERP 2008. Assim, podemos apontar que a categoria morena expressa a “[...] ‘produção’ de uma cor ‘média’, quase no sentido estatístico, nas suas múltiplas expressões nuançadas, que se corresponderia com uma teórica abolição dos opostos na liça” (PETRUCCELLI, 2007, p. 22).

²⁶ Pesquisa suplementar que investigou a característica cor ou raça, denominada pela própria pessoa em um quesito aberto e outro fechado com base em uma classificação em cinco categorias: branca, preta, amarela, parda e indígena. A pesquisa, realizada nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, também investigou, através de quesitos aberto e fechado, a origem do entrevistado, sem nenhuma definição explícita deste conceito.

Tabela 6 - Percentuais de cor ou raça mais e menos frequentes, considerando as 14 categorias escolhidas pela população para se autoidentificar, segundo as Unidades da Federação da população entrevistada - 2008

Unidades da Federação da população entrevistada	Cor ou raça mais frequente, considerando as 14 categorias escolhidas pela população para se autoidentificar e respectivo percentual (%)	Cor ou raça menos frequente, considerando as 14 categorias escolhidas pela população para se autoidentificar e respectivo percentual (%)
Total	Branca	49,0
		Clara
		0,4
		Italiana
		0,4
		Indígena
		0,4
Amazonas	Morena	40,5
Paraíba	Morena	37,6
São Paulo	Branca	51,4
Rio Grande do Sul	Branca	63,5
Mato Grosso	Branca	30,4
Distrito Federal	Branca	29,5
	Parda	29,5
		Mestiça
		0,2
		Indígena
		0,4
		Italiana
		0,1
		Amarela
		0,4
		Alemã
		0,1
		Clara
		0,2

Fonte: Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>. Acesso em: maio 2012.

Nota: Procedimento de autoidentificação aberta.

Outra característica dessa pesquisa que merece ser lembrada é a sua preocupação em destacar, do conjunto das sete categorias mais frequentes, a categoria “outras”. Com isto, a PCERP 2008 assegurou que os termos provenientes da população pesquisada, a saber: brasileira, mulata, mestiça, alemã, clara e italiana, não fossem vinculados, de forma arbitrária, a nenhuma das sete categorias, conforme podemos verificar na Tabela 7, a seguir.

Tabela 7 - Primeira e segunda Unidade Federativa onde a categoria de cor ou raça apresentou maior frequência na escolha da população para se autoidentificar, segundo as sete categorias de cor ou raça mais frequentes - 2008

Sete categorias de cor ou raça mais frequentes (autoidentificação aberta)	Primeira Unidade Federativa onde a categoria de cor ou raça apresentou maior frequência na escolha da população e respectivo percentual (%)	Segunda Unidade Federativa onde a categoria de cor ou raça apresentou maior frequência na escolha da população e respectivo percentual (%)
Branca	Rio Grande do Sul	63,5
Morena (+ morena clara)	Amazonas	49,2
Parda	Distrito Federal	29,5
Negra	Distrito Federal	10,9
Preta	Mato Grosso	2,0
Amarela	São Paulo	1,9
Indígena (1)	Amazonas	1,5
Outras (2)	Rio Grande do Sul	12,3
	São Paulo	51,4
	Paraíba	45,7
	Amazonas	23,3
	Mato Grosso	9,7
	Amazonas	1,7
	Amazonas	1,6
	Rio Grande do Sul	1,1
	Distrito Federal	7,3

Fonte: Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>. Acesso em: maio 2012.

(1) Não figura no Distrito Federal. (2) Inclusive as categorias que não atingiram o percentual mínimo de expressão estatística mais as categorias: brasileira, mulata, mestiça, alemã, clara e italiana.

As informações presentes na Tabela 8 nos permitem apontar que o Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que apresenta a maior variedade de categorias no procedimento de autoclassificação dos entrevistados, consiste no estado onde as categorias não brancas – morena, parda e amarela – tiveram os índices mais baixos de frequência.

Tabela 8 - Percentuais das Unidades da Federação que apresentaram maior e menor frequência de cor ou raça, segundo as sete categorias mais frequentes de cor ou raça, escolhidas pela população para se autoidentificar - 2008

Sete categorias de cor ou raça mais frequentes (autoidentificação aberta)	Unidades da Federação onde a categoria de cor ou raça apresentou maior frequência e respectivo percentual (%)	Unidades da Federação onde a categoria de cor ou raça apresentou menor frequência e respectivo percentual (%)
Branca	Rio Grande do Sul 63,5	Amazonas 16,2
Morena (+ morena clara)	Amazonas 49,2	Rio Grande do Sul 12,4
Parda	Distrito Federal 29,5	Rio Grande do Sul 3,8
Negra	Distrito Federal 10,9	Amazonas 3,6
Morena clara	Amazonas 8,6	Rio Grande do Sul 1,9
Preta	Mato Grosso 2,0	Paraíba 0,7
Amarela	São Paulo 1,9	Rio Grande do Sul 0,4
Indígena (1)	Amazonas 1,5	São Paulo 0,2 Mato Grosso 0,2
Outras (2)	Rio Grande do Sul 12,3	Mato Grosso 2,4

Fonte: Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>. Acesso em: maio 2012.

(1) Não figura no Distrito Federal. (2) Inclusive as categorias que não atingiram o percentual mínimo de expressão estatística mais as categorias: brasileira, mulata, mestiça, alemã, clara e italiana.

A Tabela 9, por sua vez, expõe a relevância da categoria morena como a mais frequente em 50% das Unidades da Federação pesquisadas e revela a categoria indígena como aquela com o menor percentual de frequência.

Tabela 9 - Percentuais de cor ou raça que apresentaram maior e menor frequência nas sete categorias de cor ou raça agregadas, segundo as Unidades da Federação pesquisadas - 2008

Unidades da Federação pesquisadas	Categoria de cor ou raça que apresentou maior frequência nas sete categorias de cor ou raça agregadas e respectivo percentual (%)	Categoria de cor ou raça que apresentou menor frequência nas sete categorias de cor ou raça agregadas e respectivo percentual (%)
Amazonas	Morena 49,2	Indígena 1,5
Paraíba	Morena 45,7	Indígena 0,4
São Paulo	Branca 51,4	Indígena 0,2
Rio Grande do Sul	Branca 63,5	Indígena 1,1
Mato Grosso	Morena 35,6	Indígena 0,2
Distrito Federal (1)	Branca 29,5 Parda 29,5	Preta 0,7

Fonte: Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>. Acesso em: maio 2012.

(1) Não figura a categoria indígena.

Os resultados da comparação entre os métodos de auto e heteroclassificação na PCERP 2008 são apresentados na Tabela 10, a seguir.

Essa tabela, ao demonstrar as diferenças entre adotar um ou outro procedimento de classificação, permite lançar luz a respeito das dificuldades que envolvem a conformação das identidades étnico-raciais no complexo jogo de reconhecimento social no Brasil.

Tabela 10 - Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Unidades da Federação pesquisadas, a forma de classificação de cor ou raça e a diferença entre as classificações - 2008

Unidades da Federação pesquisadas, forma de classificação de cor ou raça e diferença entre as classificações	Distribuição percentual das pessoas de 15 anos ou mais idade (%)								
	Total	Cor ou raça							
		Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela	Indígena	Outras
Total									
Autoclassificação	100,0	49,0	21,7	13,6	7,8	1,4	1,5	0,4	4,6
Diferença	..	7,2	12,4	8,9	0,6	0,4	0,3	0,2	3,5
Heteroclassificação	100,0	56,2	9,3	22,5	8,4	1,0	1,2	0,2	1,1
Amazonas									
Autoclassificação	100,0	16,2	49,2	23,3	3,6	1,7	1,6	1,5	2,9
Diferença	..	4,2	19,5	17,8	0,8	0,4	0,7	0,3	2,5
Heteroclassificação	100,0	20,4	29,7	41,1	4,4	1,3	0,9	1,8	0,4
Paraíba									
Autoclassificação	100,0	31,9	45,7	10,9	4,3	0,7	0,8	0,4	5,3
Diferença	..	5,6	41,4	34,3	7,0	0,6	-	-	5,0
Heteroclassificação	100,0	37,5	4,3	45,2	11,3	1,3	-	-	0,3
São Paulo									
Autoclassificação	100,0	51,4	19,1	14,5	8,9	1,3	1,9	0,2	2,7
Diferença	..	6,6	11,2	7,1	0,2	0,4	0,1	0,1	1,7
Heteroclassificação	100,0	58,0	7,9	21,6	8,7	0,9	1,8	0,1	1,0
Rio Grande do Sul									
Autoclassificação	100,0	63,5	12,4	3,8	5,0	1,6	0,4	1,1	12,3
Diferença	..	12,5	6,8	6,2	0,3	0,1	0,3	0,9	10,4
Heteroclassificação	100,0	76,0	5,6	10,0	4,7	1,5	0,1	0,2	1,9
Mato Grosso									
Autoclassificação	100,0	30,4	35,6	18,6	9,7	2,0	1,0	0,2	2,4
Diferença	..	6,5	19,2	11,8	4,9	1,3	0,9	0,6	2,2
Heteroclassificação	100,0	36,9	16,4	30,4	14,6	0,7	0,1	0,8	0,2
Distrito Federal									
Autoclassificação	100,0	29,5	21,1	29,5	10,9	0,7	1,0	-	7,3
Diferença	..	4,5	2,7	1,5	0,9	-	0,8	-	5,5
Heteroclassificação	100,0	34,0	23,8	28,0	11,8	-	0,2	0,2	1,8

Fonte: Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>. Acesso em: maio 2012.

Nota: Foram agregadas as sete categorias mais frequentes de cor ou raça declarada de forma espontânea (autoclassificação) e de cor ou raça definida pelo entrevistador (heteroclassificação).

Considerações finais

Ao interpretarmos os dados apresentados pela PCERP 2008, constatamos a necessidade de contemplar o processo de miscigenação como uma dimensão importante para a análise, bem como de compreender que a história, a cultura e os contextos econômico e político marcam profundamente o significado e a ressignificação das cores, e neste sentido, das identidades, fornecendo, inclusive, seu teor político.

Verificamos que é imprescindível entender que os processos e procedimentos de classificação – autoclassificação (fechada e aberta) e heteroclassificação – expressam e influenciam naquilo que imaginamos, seja a respeito do eu seja sobre o outro; que tais processos e procedimentos nos auxiliam a inventar e a reinventar a nós mesmos

e aos outros como cidadãos de cor, segundo os interesses e utopias localizados nas tramas e jogos da sociedade brasileira.

Neste contexto, os resultados da PCERP 2008 nos alertam para reconhecermos que “[...] não se dissocia etnia de raça, como querem alguns estudiosos brasileiros. [E aceitarmos que a] nossa identidade étnico-racial foi construída no[s] diálogo[s] [e embates] das diversas culturas [...] em solo brasileiro, constituindo essa brasileiridade plural” (FONSECA, 2004, p. 81-82).

A PCERP 2008, ao estabelecer a conexão de diferentes categorias analíticas e conceitos, tais como etnia-raça, identidade, classe, camadas sociais e gênero, com variáveis, como nacionalidade e idade, entre outras, propicia a articulação de diferentes metodologias e teorias para se interpretar as características da população nacional e para propor um sentido sobre o que significa identificar-se e classificar-se no Brasil.

Por fim, atualizamos o apontamento de Rosemberg (2004, p. 61) sobre a necessidade de “[...] aprofundar o conhecimento sobre as práticas de coleta das pesquisas do IBGE” por meio da declaração de pertença racial e do sexo do(a) entrevistador(a) como parte constitutiva do procedimento de coleta de dados em pesquisas como a PCERP 2008.

Referências

ADORNO, S. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. *Novos Estudos*, São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - Cebrap, n. 43, nov. 1995.

ARAÚJO, T. C. N. A classificação de “cor” nas pesquisas do IBGE: notas para uma discussão. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas - FCC, n. 63, p. 14-15, nov. 1987. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n63/n63a01.pdf>>. Acesso em: maio 2012.

BASTOS, J. L. et al. Diferenças socioeconômicas entre autoclassificação e heteroclassificação de cor/raça. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Faculdade de Saúde Pública, v. 42, n. 2, p. 324-334, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v42n2/6412.pdf>>. Acesso em: maio 2012.

BATISTA, L. E. et al. Mortalidade da população negra adulta no Brasil. In: SAÚDE da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade. Brasília, DF: Fundação Nacional de Saúde - Funasa, 2005. p. 237-314.

BOTELHO, T. R. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, v. 17, n. 1, p. 321-341, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n1/v17n1a13.pdf>>. Acesso em: maio 2012.

CAMARGO, A. de P. R. Classificações raciais e formação do campo estatístico no Brasil (1872-1940). In: SENRA, N. de Castro; CAMARGO, A. de P. R. (Org.). *Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 229-263. (Estudos e análises. Documentação e disseminação de informações, n. 2).

_____. Mensuração racial e campo estatístico nos censos brasileiros (1872-1940): uma abordagem convergente. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 4, n. 3, p. 361-385, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v4n3/v4n3a02.pdf>>. Acesso em: maio 2012.

CARACTERÍSTICAS étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 93 p. Acompanha

1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>. Acesso em: maio 2012.

COSTA, T. C. N. A. O princípio classificatório “cor”; sua complexidade e implicações para um estudo censitário. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 36, n. 3, p. 91-102, jul./set. 1974. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=7115>. Acesso em: maio 2012.

CUNHA, M. C. da. Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível. In: _____. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987a. p. 97-112.

_____. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985. 231 p.

_____. Parecer sobre os critérios da identidade étnica. In: _____. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987b. p. 113-119.

DEGLER, C. N. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976. 337 p. (Coleção de bolso Labor, 2).

DIÉGUES JÚNIOR, M. *Etnias e culturas no Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. 208 p. (Retratos do Brasil, v. 95).

FONSECA, D. J. *A piada: discurso sutil da exclusão social: um estudo do racismo à brasileira*. 1994. 298 p. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo, 1994.

_____. *Políticas públicas e ações afirmativas*. São Paulo: Selo Negro, 2009. 140 p. (Consciência em debate).

_____. A (re)invenção do cidadão de cor e da cidadania. *Cadernos do CEAS*, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social - CEAS, n. 210, p. 65-83, mar./abr. 2004.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Poemas de Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e João Cabral de Melo Neto; crônica de José Lins do Rego; desenhos de Tomás Santa Rosa; ilustrações a cores de Cícero Dias; bicos-de-pena de Poty. 25. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987. 573 p. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil, 1).

GOMES, N. L. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 411 p.

GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Faculdade de Educação, v. 29, n. 1, p. 94-107, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a08v29n1.pdf>>. Acesso em: maio 2012.

_____. ‘Raça’, racismo e grupos de cor no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes - UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n. 27, p. 45-63, abr. 1995.

HENRIQUES, R. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2001. 49 p. (Texto para discussão, n. 807). Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0807.pdf>. Acesso em: maio 2012.

LESSER, J. *Uma diáspora descontente: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica, 1960-1980*. Tradução de Patrícia de Queiroz Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2008. 293 p. Tradução de: A discontented diaspora.

_____. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Tradução de Patrícia de Queiroz Zimbres. São Paulo: Ed. da Unesp,

2001. 344 p. Tradução de: *Negotiating national identity: immigrants, minorities and the struggle for ethnicity in Brazil*.

MAGGIE, Y. *A ilusão do concreto: análise do sistema de classificação racial no Brasil*. 1991. 127 f. Tese (Professor Titular em Antropologia)-Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 1991.

MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988. 250 p. (Série Fundamentos, 34).

MUNANGA, K. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Instituto de Estudos Avançados, v. 18, n. 50, p. 51-56, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a05v1850.pdf>>. Acesso em: maio 2012.

NASCIMENTO, A. S. Classificação oficial e extra-oficial: raça e cor em debate. *Perspectivas: revista de ciências sociais*, São Paulo: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp, v. 29, p. 133-148, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/35>>. Acesso em: maio 2012.

_____. *A construção da nação arco-íris: problematizando o quesito raça/cor (1936-1960)*. 2005. 235 p. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp, Araraquara, 2005. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030017P7/2005/nascimento_as_me_arafcl.pdf>. Acesso em: maio 2012.

NOGUEIRA, O. *Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. 133 p. (Biblioteca básica de ciências sociais. Série 1a, Estudos brasileiros, v. 9).

OSORIO, R. G. O sistema classificatório de "cor ou raça" do IBGE. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (Org.). *Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade*. Rio de Janeiro: DP&A: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Laboratório de Políticas Públicas - LPP, 2004. p. 85-135. (Políticas da cor).

PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. da. *O negro na universidade: o direito à inclusão*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007. 151 p.

PAIXÃO, M. J. P. *Desenvolvimento humano e relações raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 159 p. (Políticas da cor).

_____. *Manifesto anti-racista: idéias em prol de uma utopia chamada Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Laboratório de Políticas Públicas - LPP, 2005. 180 p. (Políticas da cor).

PAIXÃO, M. J. P.; CARVANO, L. M. Censo e demografia: a variável cor ou raça no interior dos sistemas censitários brasileiros. In: PINHO, O. A.; SANSONE, L. (Org.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia - ABA; EDUFBA, 2008.

PETRUCELLI, J. L. *A cor denominada: estudos sobre a classificação étnico-racial*. Rio de Janeiro: DP&A: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Laboratório de Políticas Públicas - LPP, 2007. 156 p. (Políticas da cor).

PIERSON, D. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. Introdução de Arthur Ramos e Robert E. Park. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971. 429 p. (Brasiliana, v. 241).

PINHO, O. A. Relações raciais e sexualidade. In: PINHO, O. A.; SANSONE, L. (Org.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia - ABA; EDUFBA, 2008.

PIZA, E.; ROSEMBERG, F. Cor nos censos brasileiros. *Revista USP*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, n. 40, p. 122-137, dez./fev. 1998-1999. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/40/13-edithpiza.pdf>>. Acesso em: maio 2012.

POLIAKOV, L. *O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos*. Tradução de Luiz João Gaio. São Paulo: Perspectiva: Edusp, 1974. 329 p. (Estudos, 34).

RAMOS, A. G. O problema do negro na sociologia brasileira. *Cadernos do Nosso Tempo*, São Paulo: Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política - Ibesp, v. 2, n. 2, p. 189-220, jan./jun. 1954.

REGUEIRA, A. T. R. *As fontes estatísticas em relações raciais e a natureza da investigação do quesito cor nas pesquisas sobre a população no Brasil: contribuição para os estudos das desigualdades raciais na educação*. 2004. 239 p. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro, 2004.

ROCHA, E. J. da; ROSEMBERG, F. Autodeclaração de cor e/ou raça entre escolares paulistanos(as). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas - FCC, v. 37, n. 132, p. 759-799, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a1237132.pdf>>. Acesso em: maio 2012.

ROCHA, J. G. da. De preto à afrodescendente: implicações terminológicas. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 14., 2010, Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: Circulo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos - Cifefil, 2010. v. 14, n. 2, t. 1, p. 899-907. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_1/899-907.pdf>. Acesso em: maio 2012.

ROSEMBERG, F. O branco no IBGE continua branco na ação afirmativa? *Estudos Avançados*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Instituto de Estudos Avançados, v. 18, n. 50, p. 61-66, 2004. Disponível em: <<http://www.acoesafirmativas.ufscar.br/arquivos/o-branco-no-ibge-continua-branco-na-acao-afirmativa-artigo-de-fulvia-rosemberg>>. Acesso em: maio 2012.

SANTOS, L. J. dos. *Por dentro do espelho: reflexões sobre o feminino negro em raça no Brasil*. 2011. 158 p. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp, Araraquara, 2011.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287 p.

_____. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 284 p.

SILVA, N. do V. Uma nota sobre 'raça social' no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes - UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n. 26, p. 67-80, 1994.

_____. Morenidade: modo de usar. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes - UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n. 30, p. 79-95, 1995.

TEIXEIRA, M. de P. *Negros na universidade: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003. 267 p.

VELHO, G. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3 ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003. 137 p. (Antropologia social).

WAGLEY, C. (Ed.). *Race and class in rural Brazil: a UNESCO study*. Fotos de Pierre Verger. Paris: United Nations Organization for Education, Science and Culture - Unesco, 1952. 160 p. Acima do título: Race and society.

YOUNG, R. J. C. *Colonial desire: hybridity in theory, culture and race*. London; New York: Routledge, 2002. 236 p.

A classificação de cor ou raça do IBGE revisitada

Rafael Guerreiro Osorio*

Introdução

Por ocasião do Censo Demográfico 2010, a classificação racial do IBGE completou 138 anos de uso. Ao longo dessa trajetória, foi objeto de questionamentos e investigações internas e externas de sua adequação, sendo a Pesquisa das Características Étnico-raciais da População - PCERP 2008 a terceira oportunidade em que o próprio IBGE levanta informações que permitem avaliá-la. Nas ocasiões anteriores, tal investigação ocorreu na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, realizada em 1976¹, e na Pesquisa Mensal de Emprego - PME, realizada em 1998².

A informação adicional nesses dois levantamentos permitia testar a fluência social das categorias da classificação. A PME de julho de 1998 facultava também verificar se, no contexto brasileiro, a classificação étnico-racial por origem seria tão ou mais importante do que a por aparência. Embora na PNAD e na PME então realizadas não houvesse questões para o teste do método de identificação do pertencimento às categorias da

* Pesquisador da Diretoria de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

¹ Pesquisa especial que investigou, por meio de uma subamostra, o tema mobilidade social e a característica cor, denominada pela própria pessoa em um quesito aberto e outro fechado com base em uma classificação em quatro categorias: branca, preta, amarela e parda. A pesquisa, de âmbito nacional, era realizada, à época, em todo o território, exceto na área rural das Unidades da Federação das Regiões Norte e Centro-Oeste, sem contar o Distrito Federal, que estava integralmente representado.

² Pesquisa suplementar que investigou a característica cor ou raça, denominada pela própria pessoa em um quesito aberto e outro fechado com base em uma classificação em cinco categorias: branca, preta, amarela, parda e indígena. A pesquisa, realizada nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, também investigou, através de quesitos aberto e fechado, a origem do entrevistado, sem nenhuma definição explícita deste conceito. Para informações complementares, consultar a publicação: PETRUCCELLI, J. L. *A cor denominada: um estudo do suplemento da PME de julho/98*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 54 p. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 3)

classificação, pesquisas conduzidas por outras instituições permitiram contrapor os resultados obtidos pela autoatribuição de cor ou raça aos resultantes da heteroatribuição, na qual o entrevistador define a categoria a que pertence o entrevistado. Em trabalho anterior (OSORIO, 2003), coligi e comentei tanto os resultados dos testes das categorias da classificação a partir das respostas à pergunta aberta de cor ou raça, quanto os dos métodos de identificação.

A PCERP 2008 contém informações que levarão o estudo da classificação racial muito além do facultado pelas pesquisas que a precederam, principalmente pela disponibilização de seus microdados ao público. A despeito disso, a contribuição deste trabalho é apenas a de atualizar, com os dados da PCERP 2008, o conhecimento sobre os resultados do emprego dos dois principais métodos de identificação e sobre a fluência social das categorias empregadas na classificação. Para tanto, depois de uma breve discussão sobre o que se entende por raça e sua representação por uma classificação cujas principais categorias são cores, os resultados da pesquisa são comparados aos de levantamentos anteriores.

No que toca ao conjunto restrito de informações que havia sido levantado por pesquisas anteriores, a grande novidade trazida pela PCERP 2008 é o crescimento da preferência pela classificação negra e o decréscimo da preferência pela cor morena, fato que suscita questionamentos quanto a uma eventual inclusão dessas categorias na classificação, assunto discutido na conclusão. Quanto ao restante, as informações da PCERP 2008 também corroboraram a adequação do atual sistema classificatório de cor ou raça do IBGE. A identificação da própria cor ou raça feita pelo entrevistado continua a concordar, em grande grau, com a do entrevistador; e a população representada continua a escolher uma grande quantidade de termos para se definir quanto à cor ou raça, mas cerca de 95% escolhem um conjunto restrito de oito categorias, que inclui quatro das categorias atuais da classificação, que continuam a ser escolhidas espontaneamente pela maior parte dos entrevistados.

As raças como representação da diversidade humana

As raças interessam às Ciências Sociais por que as produções psicológicas e sociológicas de uma cultura, mesmo as imateriais, orientam as ações das pessoas com efeitos concretos. A representação da diversidade humana em raças é uma dessas produções. Por si, não seria um problema, não fora quase sempre acompanhada por hierarquizações das raças, insegurança e medo do outro. O racismo e o preconceito escorados nas representações das raças se tornam danosos a partir do momento em que determinam atitudes e comportamentos, levando a situações de discriminação na interação entre pessoas de grupos raciais diferentes. No Brasil, embora não seja a única causa da desigualdade racial, a repetição frequente dessas situações contribui para que os grupos discriminados tenham, em média, piores condições de vida (OSORIO, 2009). Por conta das crenças, atitudes e ações que motivam e dos seus efeitos, as raças devem ser objeto de estudo pelas Ciências Sociais, independentemente do juízo de outras ciências sobre sua materialidade.

Mais que uma criação da ciência positivista, as raças são uma forma ancestral e recorrente de representar a diversidade humana, que antecede ao uso da palavra raça para designar suas variedades. Muda para se adequar às situações reais nas quais se aplica e aos usos de cada tempo histórico e cada cultura, todavia mantendo um núcleo

canônico de significados subjacente a todas as suas encarnações. Na Antiguidade e na Idade Média, outras palavras foram usadas para designar a prática de distinguir e hierarquizar povos, culturas ou nações. Muitos dos significados que foram atrelados à palavra raça a antecedem.

Tanto a palavra raça quanto seu uso para designar as variedades humanas surgiram nas línguas dos países europeus que, a partir do Século XV, dominaram praticamente todo o mundo. A etimologia de raça aponta sua origem no Francês ou no Italiano dos Séculos XIV-XV – provavelmente em algum dialeto falado na fronteira entre a França e a Itália contemporâneas. Depois, foi rapidamente assimilada por outras línguas, como o Português, o Espanhol e o Inglês. Nessas línguas, há registros do uso de raça a partir do final do Século XV ou do início do XVI. O uso se torna progressivamente mais frequente a partir de então. No Século XVII, raça já era bastante usada para designar povos, nações, tribos, ou outros grandes grupos humanos de mesma progênie – real ou mítica. Um marco da história desse novo significante, atrelado a velhos significados, ocorre em 1795, quando Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840) inaugura o uso científico do termo para classificar a diversidade humana em seu *De generis humani varietate nativa* (MONTAGU, 1997).

O dicionário etimológico de Pianigiani traça a história de *razza* no idioma italiano. Os vocábulos de outras línguas apontados como prováveis origens têm um conjunto relativamente interligado de significados: raiz, gênero, origem, plantar, marca. Segundo o autor, o termo designa “todos aqueles que pertencem a uma mesma família, provenientes do mesmo tronco: e se usa ao falar das grandes famílias humanas e das espécies dos animais”³ (PIANIGIANI, 1907, verb. *razza*, tradução nossa). Esses significados ajudam a elucidar o núcleo canônico de significados de raça. A raça é um grupo que compartilha uma marca da sua formação a partir de uma origem comum. A formação é dada por algum tipo de reprodução de uma semente, cuja acumulação como sucessão de gerações produz a linhagem, e os membros da linhagem compartilham características. Pessoas, animais, ou mesmo coisas, podiam pertencer a uma raça.

A etimologia da palavra raça ajuda a entender o porquê de Blumenbach, pai da Antropologia Física, a ter escolhido para designar as variedades que perfazem a diversidade humana. Raça tinha já um sentido apropriado ao que pretendia descrever. Qualquer discurso visa antes de tudo “um sentido que pode ser percebido, pensado ou imaginado; e são as modalidades dessa relação com o sentido que fazem um discurso ou um delírio” (CASTORIADIS, 1995, p. 169). O que permite a diferenciação entre um discurso válido e um delirante está no significado canônico dos termos que utiliza. Blumenbach não poderia escolher qualquer palavra para designar as variações da espécie humana relacionadas aos mitos e aos fatos de sua origem. Como outros, conforme Hofbauer (2006), escolheu o termo que carregava o sentido apropriado na sua época, e seus pares o compreenderam.

Classificações da humanidade em raças, portanto, devem ser entendidas como representações da diversidade humana. Essa sempre foi objeto de interesse, e sua explicação relacionada às respostas às perguntas acerca da origem do ser humano. Durante a maior parte da história da humanidade, tais respostas foram dadas pelos mitos e pelas religiões. Nos Séculos XVIII e XIX, porém, no ápice de um processo

³ “[...] tutti coloro che appartengono alla stessa famiglia, provenendo dal medesimo stipite: e si usa parlando delle grandi famiglie umane e della specie degli animali” (PIANIGIANI, 1907, verb. *razza*).

histórico que se iniciara no Renascimento, o ser humano é tomado pela ciência como objeto de estudo, como parte e produto da natureza. Assim sendo, cabia colocá-lo em seu lugar na classificação zoológica das criaturas do mundo animal, e estudar a evolução da espécie e suas variações.

Classificar zologicamente o ser humano e suas variações, descrevê-las e estudá-las, passou a ser parte importante da explicação científica sobre sua origem e os porquês da sua diversidade cultural e física. No Século XIX, essa tarefa cabia à Antropologia, então uma especialidade da Zoologia, que foi sacudida pelas descobertas de Charles Darwin (1809-1882) e por sua Teoria da Evolução, anunciada em 1858. Como relatou Thomas Henry Huxley (1825-1895), quando esta teoria veio a público havia um acalorado debate sobre a classificação zoológica da espécie humana – seu lugar na natureza e sobre a existência de hierarquia entre os vários grupos humanos. Depois de Darwin, estudar a variedade da espécie humana segundo a Teoria da Evolução se tornou imperativo (HUXLEY, 1896).

As teorias racistas ganharam força com a divulgação da Teoria da Evolução, que logo encontrou recepção na ciência da época e foi extrapolada para outras áreas do saber, como a Sociologia, degenerando no que ficou conhecido como darwinismo social, dando força ou origem a movimentos racistas e eugenistas. Aplicadas às sociedades e aos seres humanos, as ideias da Teoria da Evolução levaram à suposição errônea de que as sociedades europeias eram superiores por representarem o ápice da evolução da espécie, compostas por raças mais evoluídas e mais aptas.

Ganharam vigor teorias racistas já existentes, teorias que pregavam a superioridade de algumas nações europeias sobre outras, ou de alguns grupos dentro de países sobre outros (*e.g.* nobreza *versus* burguesia), como a de Arthur de Gobineau (1816-1882), de que os brancos eram a raça suprema e, entre os brancos, os arianos eram os mais perfeitos. Desenvolveu-se então toda uma pseudociência para comprovar as teses de superioridade racial dos europeus ou de nações europeias específicas. Contudo, já no Século XIX havia cientistas e filósofos que desconfiavam do racismo pseudocientífico, apontando a ausência de evidências reais de bases para as hierarquias que as teorias racistas estipulavam entre as raças. Mesmo sem razão, os partidários de teorias racistas encontravam na Teoria da Evolução, que previa a sobrevivência dos mais bem adaptados⁴, a base de seu credo. Existem várias histórias dessas teorias – Benedict (1940), Klineberg (1966), Montagu (1997) – cuja recepção no Brasil foi descrita por Hofbauer (2006).

A raça ganhou uma dimensão política sem precedentes no final do Século XIX e no início do XX, quando ideólogos variados alegavam bases pseudocientíficas para reivindicações de superioridade racial. A situação na Alemanha na década de 1930, em particular, levou associações científicas de antropólogos, psicólogos e biólogos a fazerem declarações públicas da não existência de bases biológicas, psicológicas, ou culturais para afirmações de superioridade de certos grupos humanos (BENEDICT, 1940).

A experiência nazista foi extrema ao ponto de suscitar a proposta de abolir o uso do conceito e da própria palavra raça para se referir à diversidade dos seres humanos Montagu (1997). A ideia de que se deve abolir o uso da palavra raça, de que não se deve falar em raça, tornou-se popular. Há quem defenda que o simples uso da palavra

⁴ Convém lembrar que o subtítulo de *A origem das espécies*, de Darwin (1860), era: *The preservation of the favoured races in the struggle for life*.

constituiria racismo ou racialismo: sendo inexistente para a Biologia, a raça seria parte de um discurso pseudocientífico pernicioso e por isso deveria ser abolida (GILROY, 1998). Guimarães considera essa noção de que falar em raça leva ao racismo reflexo da “crença iluminista de que os indivíduos podem ser esclarecidos sobre a inexistência das raças, e que, a partir desse esclarecimento mudem seu comportamento racista” (GUIMARÃES, 2002, p. 53).

Montagu (1997), por exemplo, parecia convencido de que bastava abolir o termo raça do vocabulário científico e substituí-lo por etnia ao tratar da diversidade humana para acabar com o racismo. Se a ciência dissesse que raças não existem, as sociedades se convenceriam. No entanto, as ciências não criaram as raças. As ciências discursam sobre as raças, como discursam sobre a origem do universo, mas os seus não foram os primeiros discursos sobre esses temas, recorrentes nas religiões e filosofias. Há fartura de exemplos históricos de classificações da diversidade humana em raças anteriores à ciência iluminista ou positivista. O deslocamento da explicação das diferenças entre povos e nações da Biologia para o terreno da Cultura, consagrado no pós-guerra, não provocou a superação do racismo, que ressurgiu com alegações de superioridade baseadas nas diferenças culturais (WIEVIORKA, 2004).

Além disso, para a ciência social o que importa de fato não são as variedades nas quais alguma ciência de ontem ou de hoje classifica a diversidade humana, mas as raças que pessoas comuns usam para designar grandes grupos humanos que compartilham uma marca visível, corporal ou não, de sua progênie comum, real ou mítica. É claro que, em graus variados, o sentido popular reflete ou é influenciado por discursos científicos sobre as raças, mas também se faz de outros discursos e valorações da origem das diferenças. Não importa o quanto os porta-vozes da ciência repitam a irrelevância ou a inexistência das raças, pois, enquanto as pessoas continuarem a usá-las para embasar suas ações com consequências efetivas materializadas em desigualdade racial, as raças permanecem relevantes para a Sociologia como construção sócio-histórica para organizar a percepção e a hierarquização da diversidade dos seres humanos.

O sistema de classificação racial do IBGE

Para estudar a importância e as consequências da raça em uma sociedade por meio de levantamentos, como censos e pesquisas domiciliares, é preciso identificar a que grupos raciais pertencem as pessoas por meio de um sistema de classificação. Um sistema de classificação racial possui dois componentes: a classificação em raças, isto é, o conjunto das categorias raciais; e o método de identificação do pertencimento das pessoas às categorias raciais (OSORIO, 2003).

A classificação deve idealmente ser composta pelas categorias mais difundidas e frequentes nas classificações espontâneas, e ser condizente com o tipo de informação que se visa levantar mediante a pergunta sobre cor ou raça. A classificação racial atualmente empregada pelo IBGE distingue as variedades pela característica “cor da pele”, que pode ser branca, preta, amarela e parda, a única exceção sendo a categoria indígena, introduzida no Censo Demográfico 1991. Ela deriva da classificação usada no primeiro Recenseamento do Brasil, realizado em 1872, quando a forma mais comum para classificar pessoas segundo as raças era pela cor da pele, sendo preta, parda e branca as cores mais frequentes, razão de terem sido usadas assim naquele censo, que possuía, ainda, a categoria caboclo para identificar os indígenas. As categorias preta

e parda eram as únicas aplicáveis à parcela escrava da população, embora pudessem também enquadrar pessoas livres, assim nascidas ou alforriadas.

O Recenseamento de 1872 simplesmente lançou mão da forma corrente no Brasil de então para classificar e hierarquizar racialmente a população. No segundo Recenseamento, de 1890, o termo pardo foi substituído por mestiço. Os Censos Demográficos subsequentes ignoraram a raça até 1940, quando a cor da população voltou a ser coletada quase segundo as mesmas categorias utilizadas em 1872. O termo designador dos mestiços voltou a ser pardo e, para contemplar a imigração asiática, foi criada a categoria amarela. Não havia uma categoria específica para indígenas (que foram classificados como pardos). Desde então, a única alteração no sistema classificatório, que não foi empregado no Censo Demográfico 1970, foi justamente o acréscimo da categoria indígena na década de 1990. De 1940 até o Censo Demográfico 1991, a classificação era só de cor. Foi com a inclusão da categoria indígena, a partir desse Censo, que a classificação passou a ser designada de cor ou raça, ganhando suas cinco categorias atuais. Essa classificação é usada também nos demais levantamentos do IBGE, nos registros administrativos do governo brasileiro, e em pesquisas realizadas por outras instituições (PETRUCELLI, 2000; OSORIO, 2003).

Poucos países usam uma categoria semelhante à parda em suas classificações raciais, ou optam por distinguir as variedades principalmente pela cor, quase sem menção à origem geográfica ou nacional (OSORIO, 2003). Essas particularidades da classificação brasileira podem ser entendidas como relacionadas à história nacional e ao tipo particular de preconceito racial brasileiro, o preconceito racial de marca, caracterizado por Nogueira (1985) em oposição ao tipo que vigia nos Estados Unidos, o preconceito racial de origem. Dependendo do tipo de preconceito para o qual tendem com maior intensidade as relações raciais, alteram-se os mecanismos pelos quais a discriminação se torna efetiva. Não obstante, em geral as marcas remetem à origem, e a origem, às marcas.

O preconceito racial de origem prejudica os que descendem do grupo discriminado, não importando se as pessoas trazem em sua aparência física os traços de seu grupo de origem. Em caso de miscigenação, o produto é identificado com o grupo discriminado, mesmo que fisicamente se caracterize pela aparência do grupo discriminador. Entretanto, a forma de atuação do preconceito racial de origem, a exclusão incondicional “dos membros do grupo atingido, em relação a situações ou recursos pelos quais venham a competir com os membros do grupo discriminador” (NOGUEIRA, 1985, p. 79), por si já reduz bastante a probabilidade de uniões inter-raciais ocorrerem. Além disso, a pureza racial é algo prezado tanto pelo grupo discriminador quanto pelo discriminado. Como a exclusão é incondicional, a delimitação do grupo discriminado é rígida: nos Estados Unidos da década de 1950, por exemplo, qualquer pessoa que tivesse um antepassado negro conhecido ou localizável (ou que a comunidade considerasse negra) seria também negra, mesmo que, numa situação extrema, a pessoa fosse inteiramente branca em aparência.

De outra forma, onde predomina o preconceito racial de marca, a origem não importa, apenas quantos traços, ou marcas, do fenótipo do grupo discriminado tem a vítima potencial. A principal marca é a cor da pele, mas outras, como o cabelo, também são importantes. O preconceito racial de marca não exclui completamente, mas desabona suas vítimas. Portar os traços do grupo discriminado constitui inferioridade, e faz com que os sujeitos ao preconceito sejam sistematicamente preteridos em relação

aos demais. Todavia, a posse de outras características positivamente valoradas, como educação, poder político, projeção social e posse de riquezas, podem compensar, ao menos parcialmente, as marcas.

Antes da PCERP 2008, o IBGE coletou informações sobre a origem na PME de julho de 1998 para testar a preponderância da marca sobre a origem no Brasil e subsidiar os trabalhos da Comissão Consultiva do Censo 2000, que incluíam considerar a eventual necessidade de reelaboração da classificação de cor ou raça e a possibilidade da inclusão de quesitos de origem (SCHWARTZMAN, 1999). Após discutir os dados, a Comissão optou pela manutenção da classificação e pela inutilidade da inclusão de um quesito de origem, pois a maior parte dos entrevistados considerou-se brasileira, eventualmente adicionando outra origem, portuguesa e italiana, sendo estas as mais expressivas (SCHWARTZMAN, 1999). A irrelevância da definição por origem estava plenamente de acordo com o predomínio do preconceito de marca, essencialmente estético, reforçando a pertinência da identificação da raça pela cor. A origem africana, que definiria os que se reconhecem como afrodescendentes, ou afro-brasileiros, representou apenas 1,5% das respostas, e foi escolhida por somente 2,1% dos entrevistados (OSORIO, 2003).

Novas evidências sobre a classificação racial

Na perspectiva da discriminação, a raça no Brasil é essencialmente uma questão de aparência, não de origem, e a marca principal que permite a identificação da raça é a cor, para a qual existe uma espécie de escala de gradação que vai do branco ao preto (NOGUEIRA, 1985). A PCERP 2008 trouxe novas evidências de que essa caracterização é condizente com a forma mais popular de identificar raças, validando a classificação de cor ou raça do IBGE. Uma das mais expressivas é a de que a população representada considera a cor da pele – principalmente – e os traços físicos elementos mais importantes para as pessoas definirem a raça do que a origem familiar dos antepassados, ou do que a cultura ou tradição (CARACTERÍSTICAS..., 2011, tab. 2.11). A pesquisa também revelou que a maior parte, 63,7%, da população representada pelos entrevistados considera que a cor ou a raça influencia a vida das pessoas no Brasil (CARACTERÍSTICAS..., 2011, tab. 2.1).

Outra informação nova e sobremaneira relevante aportada pela PCERP 2008 é sobre o quanto as pessoas têm conhecimento da própria cor ou raça. No total das seis Unidades da Federação pesquisadas, 96% das pessoas de 15 anos ou mais de idade afirmaram saber qual a sua própria cor ou raça⁵ (CARACTERÍSTICAS..., 2011, tab. 2.6). Essa elevada percentagem de pessoas com conhecimento da categoria em que se enquadram funciona como uma espécie de garantia da qualidade da resposta à pergunta aberta sobre a característica. E o fato de serem tão poucos os alheios à questão ao ponto de não saberem o seu enquadramento, mesmo entre aqueles que não reconhecem sua importância na vida das pessoas, pode ser interpretado como sinal do peso que ainda possui a raça na sociedade brasileira.

Uma crítica comum à classificação racial do IBGE é a de que seria pobre em face da riqueza do vocabulário empregado pelos brasileiros para designar sua identidade racial, restringindo-o aos termos branca, parda e preta que, normalmente, enquadram

⁵ Em linha com esse resultado, as respostas ignoradas, ou as recusas em declarar a cor ou raça em outros levantamentos do IBGE, geralmente são inferiores a 1% (OSORIO, 2009).

quase toda a população nos levantamentos do Instituto. De fato, vários estudos dedicados à identificação racial levantaram uma enorme quantidade de termos. Esses levantamentos realizados em áreas restritas, cidades ou vilas, mostravam também que determinados termos não eram objeto de concordância, pois um mesmo conjunto de traços poderia ser referido por mais de um termo, dependendo dos entrevistados, podendo mesmo haver contradições entre os termos empregados. Sabendo-se que estas variações locais são importantes, poder-se-ia questionar se a classificação de cor ou raça do IBGE daria conta desta riqueza sem perder informações relevantes. A PNAD 1976, por exemplo, levantou 136 termos distintos de identificação racial, dado frequentemente lembrado por críticos da classificação como prova de sua suposta inadequação.

Contudo, em todas as ocasiões em que foi feita a pergunta aberta sobre cor ou raça, as respostas se concentraram em poucas categorias (OSORIO, 2003). Embora não tenha sido divulgado o total, também na PCERP 2008 foi grande a quantidade de categorias registradas como respostas à pergunta aberta sobre cor ou raça, porém concentradas em um conjunto restrito, que inclui as quatro usadas pelo IBGE desde 1940: branca, preta, amarela e parda. Na PNAD 1976, essas quatro categorias apareceram em 57% das respostas espontâneas. Em 1995, em levantamento realizado pela Folha de São Paulo e o Instituto de Pesquisas Datafolha (TURRA e VENTURI, 1995), foram mencionadas em 50% das respostas livres, e em 70% das respostas livres na PME de julho de 1998 (OSORIO, 2003). Na PCERP 2008, correspondem a 65,5% das respostas livres (CARACTERÍSTICAS..., 2011, tab. 2.7).

A melhor avaliação disponível em todas as pesquisas sobre o quanto as categorias formais da classificação do IBGE correspondem às usadas para distinguir raças pela população é justamente sua citação espontânea pelos entrevistados ao responderem a pergunta aberta sobre a cor. Mais da metade da população representada usa uma das quatro categorias do sistema de classificação espontaneamente para designar sua cor ou raça, maioria que se amplia nos levantamentos mais recentes. Infelizmente, os dados não são estritamente comparáveis, devido a diferenças metodológicas e à cobertura geográfica e etária distinta. Assim, não é possível ser conclusivo quanto ao aumento da fluência social dessas categorias do primeiro ao último levantamento, mas se pode afastar a hipótese de que tenha diminuído seu uso pela população.

Em 1976, além dos 57% que haviam escolhido branca, preta, parda ou amarela para designar de forma espontânea a própria cor, outros 38% das respostas estavam concentradas em três termos: morena, moreno-clara e clara. Ou seja, a despeito da enorme variedade – 136 categorias registradas – 95% das respostas espontâneas se enquadravam em apenas sete categorias, definidas pela cor da pele. E tanto em 1995 quanto em 1998, as mesmas concentravam 94% das respostas livres (OSORIO, 2003). Na PCERP 2008, essas sete categorias também estão entre as mais frequentes, porém a percentagem dos que as escolhem é um pouco menor, 88% (CARACTERÍSTICAS..., 2011, tab. 2.7).

Uma diferença relevante entre os levantamentos, a despeito das dificuldades de comparação, que explica a menor percentagem dessas sete categorias na PCERP 2008, é o aumento expressivo da parcela da população representada por entrevistados que espontaneamente se declaram negros. Essa categoria não era relevante em 1976, quando montava a apenas 0,1% das respostas, mas passou a 3% em 1995 e em 1998 (OSORIO, 2003). Em 2008, nas seis Unidades da Federação cobertas pela pesquisa,

8% da população de 15 ou mais anos se declarou negra (CARACTERÍSTICAS..., 2011, tab. 2.7). Ou seja, adicionando a categoria negra às outras sete mais frequentes, cobre-se 95% das respostas em 1976 e em 2008, e 97% em 1995 e 1998. Guardadas as diferenças metodológicas, tais mudanças mostram maior valorização da negritude. Essa interpretação é condizente com o aumento da proporção de pretos e pardos nos levantamentos do IBGE, que se deve em parte a mudanças nas declarações (PETRUCCELLI, 2002; SOARES, 2008).

Morena e negra são as categorias quantitativamente relevantes citadas nas respostas espontâneas e não contempladas pela classificação do IBGE. A cor morena é a mais citada, mas sua frequência diminuiu nos levantamentos mais recentes, o contrário do que ocorreu com a categoria negra. Em 1976, 33% da população se declarou morena; em 1995, 35%; e, em 1998, 21% (OSORIO, 2003). Na PCERP 2008, 19% dos representados se declararam de cor morena (CARACTERÍSTICAS..., 2011, tab. 2.7). Essas percentagens se elevam um pouco considerando as tonalidades moreno-clara e escura.

Na PNAD 1976, na pesquisa Datafolha de 1995, e na PME de julho de 1998, após a pergunta aberta para colher as classificações espontâneas de cor ou raça, foi feita uma pergunta fechada que induzia à escolha de uma das categorias da classificação racial do IBGE. O cotejamento das categorias escolhidas de forma espontânea e induzida trouxe uma série de informações relevantes. Infelizmente, a PCERP 2008 não adotou a pergunta fechada após a aberta, o que seria particularmente importante para uma melhor compreensão de como as categorias parda e morena – as maiores fontes de ruído na classificação – se relacionam. Mesmo assim, vale recapitular as conclusões proporcionadas pelo cotejamento nos levantamentos anteriores.

Previsivelmente, a maior parte das pessoas que escolhia espontaneamente uma das categorias do IBGE a mantinha na segunda pergunta, ou seja, poucos dos que se declararam brancos, pretos, pardos, ou amarelos mudaram de cor ao ouvir as categorias. Sendo as categorias da classificação muito escolhidas, a correlação entre as respostas das duas perguntas era elevada, aumentando ao longo do tempo. A maior fonte de discordância entre as respostas espontâneas e as induzidas estava na categoria morena. A maioria dos que a escolhiam na pergunta aberta posteriormente se considerava parda na pergunta fechada, mas uma proporção não desprezível escolhia branca ou preta. A pequena proporção que se declarava negra se distribuía entre pretos e pardos na pergunta de resposta fechada (OSORIO, 2003).

Nos três levantamentos em que foram feitas as duas perguntas em sequência ficou caracterizada certa rejeição da cor parda e preferência pela morena. Quando instadas a se enquadrar em uma das categorias do IBGE, apenas 21% das pessoas que se declararam pardas o haviam feito espontaneamente ao responder a primeira pergunta, em 1976 e em 1995, e 34% em 1998. Os pardos se declararam preferencialmente como morenos: 66% em 1976, 62% em 1995, e 54% em 1998 (OSORIO, 2003).

O método de identificação racial

O método de identificação racial é o procedimento estabelecido para decidir acerca do enquadramento dos indivíduos nos grupos definidos pelas categorias da classificação (OSORIO, 2003). Existem basicamente três métodos de identificação racial, que podem ser aplicados com variações. O primeiro é a autoatribuição, no qual

o próprio sujeito da classificação escolhe seu grupo. O segundo é a heteroatribuição, no qual outra pessoa define o grupo do sujeito. O terceiro método é a identificação de grandes grupos populacionais dos quais provieram os ancestrais por intermédio de análise genética.

Não há como garantir congruência entre as classificações dos sujeitos obtidas mediante a aplicação de cada método, particularmente o terceiro, que gera enquadramentos distintos dos socialmente efetivos⁶. Todavia, é razoável esperar convergência entre os dois primeiros quando os sujeitos da classificação se apresentam de forma próxima ao estereótipo de um grupo, e divergência quando forem indivíduos na fronteira entre dois grupos. Nada impede que mais de um método de identificação seja empregado para definir o pertencimento.

No sistema classificatório do IBGE, são empregados simultaneamente os métodos da auto e da heteroatribuição, pois, nos levantamentos domiciliares, não necessariamente todas as pessoas do domicílio são entrevistadas – algumas por estarem ausentes no momento da visita, outras por incapacidade, como as crianças. As informações sobre essas pessoas são prestadas por outro morador. Mas como não há, regularmente, informações sobre quem respondeu a questão, não é possível distinguir diretamente o grupo das pessoas que declararam sua cor do grupo das que tiveram sua cor apontada por outro morador. As instruções do entrevistador ensinam a colher a informação sem intervir ou influenciar a escolha do entrevistado⁷.

Mas algumas edições da PNAD, por exemplo, as que possuem suplementos de saúde, registram quem foi o informante da parte do questionário correspondente ao suplemento. Assumindo que os não informantes dessa parte também não responderam ao questionário principal, a autoatribuição efetiva da cor foi feita por 37% dos entrevistados em 1998, 38% em 2003, e 49% em 2008. Ou seja, respectivamente, em 63%, 62%, e 51% dos casos, a cor teria sido definida por heteroatribuição.

Há que se ressaltar, porém, que esta heteroatribuição é efetuada por um outro muito próximo ao sujeito da classificação, não havendo, portanto, razões para suspeitar que o enquadramento assim obtido seja, na maior parte dos casos, diferente do que seria autoatribuído. Para todos os efeitos, embora o sistema seja misto, na exposição a seguir considerar-se-á que o método de identificação nas pesquisas domiciliares do IBGE é a autoatribuição, para distingui-lo da atribuição feita pelo entrevistador. No caso da PCERP 2008, a seleção de apenas um morador para responder a entrevista faz com que o método seja a autoatribuição pura.

Embora existam recomendações internacionais no sentido de se adotar sempre a autoatribuição em pesquisas ou registros que captam a raça ou a etnia, ou outras características correlatas à identidade dos indivíduos, há uma extensa discussão sobre

⁶ Em 2007, a versão brasileira da British Broadcast Company, BBC Brasil, publicou a reportagem especial *Raízes Afro-Brasileiras* para a qual convidou vários artistas negros a fazerem o teste de ancestralidade biogeográfica, e descobriu-se que alguns deles, a despeito de bem negros na aparência, tinham mais ancestralidade europeia do que africana. Foi o caso do Neginho da Beija-Flor, cuja avaliação do resultado do teste merece citação: “Europeu, eu? Um negão desse... Eu vou pela cor da pele. Se eu disser que sou 67% europeu, nego vai achar que eu estou de gozação” (GLYCÉRIO, 2007). Longe de provar que raça não existe, esse tipo de experimento só confirma o caráter social da raça e sua definição pela aparência. A genética não interessa para discriminar, apenas o que se pode ver – ainda mais onde prepondera o preconceito de marca – e o material genético só se enquadra na categoria dos objetos visíveis para os geneticistas. Para o racista ou preconceituoso comum, pouco importa o fato de que geneticamente é praticamente igual ao negro que discrimina, ou mesmo de que pode ter mais ascendência africana: bastam as diferenças visíveis da cor da pele, do cabelo e das feições.

⁷ Telles e Lim (1998) citam um estudo não publicado segundo o qual, em várias situações de pesquisa no Brasil, o entrevistador, contrariando as instruções, influencia a resposta, ou então, constrangido por ter que perguntar a cor do interlocutor – o que é falta de educação segundo a etiqueta brasileira das relações raciais (NOGUEIRA, 1985) – simplesmente não o faz, e escolhe por sua conta a cor dos entrevistados.

se este método de identificação seria adequado ao Brasil. Antes da adoção das políticas voltadas para pretos e pardos, como a reserva de vagas em universidades, a grande questão colocada à identificação por autoatribuição era a variação socioeconômica da cor, pois a literatura disponível sobre o assunto é unânime em afirmar que a ascensão social pode embranquecer, havendo vários registros do fenômeno (NOGUEIRA, 1985, 1998; RAMOS, 1995; SILVA, 1999a, 1999b). O advento das políticas públicas introduziu um novo uso para a classificação de cor ou raça do IBGE – o de selecionar beneficiários – o que trouxe questionamentos sobre a autoatribuição dar margem a fraudes (pessoas brancas ou amarelas se declararem pretas ou pardas para se beneficiarem indevidamente).

Sabendo-se que, à luz do ideal de brancura vigente, é de se esperar que as pessoas que carregam menos traços negros em sua aparência tendam a se considerar brancas, e que essa tendência varia de acordo com a situação socioeconômica, com as pessoas mais abastadas também tendendo à escolha do branco, o fato de que a classificação de cor é realizada por autoatribuição pode se afigurar problemático para o estudo da desigualdade causada por discriminação. Se, por exemplo, a grande diferença nas médias da renda domiciliar *per capita* de negros (pretos ou pardos) e brancos é considerada (OSORIO, 2009), poder-se-ia, como chamou atenção Silva (1999a, p. 117), perguntar quanto dessa diferença, na verdade, dever-se-ia ao fato de que a reivindicação da brancura é maior entre os mais ricos, e menor entre os mais pobres.

Uma possível forma de contornar esse problema, e que, à primeira vista, poderia conferir maior objetividade à classificação, seria a heteroatribuição da cor dos sujeitos pelos entrevistadores ou outros responsáveis pelo registro da informação. Eles poderiam ser treinados para reconhecer os diferentes fenótipos e classificá-los, sem recorrer à identidade racial subjetivamente construída pelo sujeito da classificação. Contudo, em levantamentos domiciliares como a PNAD, na qual um morador responde por outros, a heteroatribuição geraria uma grande quantidade de indivíduos de cor ou raça ignorada, pois o entrevistador não poderia classificar – como pode o morador – as pessoas ausentes, pois nunca as viu.

Além disso, se os problemas em relação à autoatribuição são ocasionados pelas características particulares da ideologia racial brasileira, que permitiria a ultrapassagem da linha de cor pelos mais abastados e/ou pelos que têm poucos traços da ascendência africana, não há nenhuma garantia *a priori* de que os entrevistadores não branqueiem os entrevistados mais ricos e os tipos de aparência limítrofe. No fundo, a opção pela auto ou pela heteroatribuição de pertença racial é uma escolha entre subjetividades: a do próprio sujeito da classificação, ou a do observador externo. Portanto, a heteroatribuição não é necessariamente mais objetiva do que a autoatribuição.

De qualquer forma, as comparações dos resultados do emprego de ambos os métodos não mostram grandes diferenças (OSORIO, 2003). Antes da PCERP 2008, houve pelo menos três levantamentos realizados no Brasil que permitiam comparar a composição racial da população obtida por intermédio de autoatribuição e a gerada pela heteroatribuição de pertença racial, cujos resultados foram compilados por OSORIO (2003).

A primeira pesquisa que permitiu cotejar auto e heteroatribuição de cor, as eleições de 1986 em São Paulo, foi realizada com uma amostra pequena e restrita a São Paulo (capital). Os resultados dessa pesquisa, no que toca a esse cotejamento

particular e a prováveis explicações das variações entre as duas declarações de cor, foram analisados por Silva (1999b).

Nesse levantamento, os entrevistadores receberam um treinamento especial para classificar os entrevistados em uma das categorias da classificação do IBGE. Os entrevistados também eram convidados a identificarem sua própria cor. Como em outros levantamentos, muitos entrevistados optaram por se declarar morenos, o que foi registrado. Na análise de Silva (1999b), além da comparação dos dois registros de cor, foram considerados o nível de escolaridade e a renda familiar dos respondentes para avaliar o efeito branqueamento. A conclusão foi a de que, em regra, as discrepâncias entre a cor apontada pelo entrevistado e a apontada pelo entrevistador podiam ser entendidas pela sua relação com o nível socioeconômico dos respondentes. Entrevistados mais abastados considerados pretos pelos entrevistadores tendiam a se considerar morenos, mulatos, ou mesmo brancos. Contrariamente, indivíduos mais pobres considerados brancos pelos entrevistadores tendiam a se escurecer. Isso levou à conclusão de que a heteroatribuição geraria uma distribuição de cor mais acurada do que a produzida por autoatribuição.

Globalmente, é possível perceber um elevado grau de concordância entre as cores registradas por entrevistados e entrevistadores. Ressalvadas as diferenças de termos, ao considerar-se que as autoatribuições de cor morena e mulata equivalem à heteroatribuição da cor parda, tem-se que os dois métodos de determinação de cor concordam em 76% dos casos. Desconsiderando-se o refinamento da análise de Silva (1999b), os valores marginais das distribuições dos registros de cor – 71% de brancos na heteroatribuição contra 60% na autoatribuição – revelam que ou os entrevistados se escureceram, ou os entrevistadores os embranqueceram.

O segundo levantamento que permitiu o cotejamento da cor autoatribuída com a heteroatribuída foi o conduzido pela Folha de São Paulo e o Instituto de Pesquisas Datafolha em 1995 (TURRA e VENTURI, 1995). O grau de concordância entre os dois registros de cor foi elevado, 72% (OSORIO, 2003), e, a exemplo do levantamento das eleições paulistas de 1986, a distribuição dos valores marginais revelou ser o registro dos entrevistadores mais branco que o dos entrevistados, mas com discrepância de apenas dois pontos percentuais na proporção de brancos.

Telles e Lim (1998) analisaram os dados da pesquisa do Datafolha, buscando averiguar se o método de identificação racial afetaria as conclusões obtidas sobre as desigualdades entre os brancos e os não brancos, definidos como o conjunto de pretos ou pardos. Os autores concluíram que a heteroatribuição seria preferível, pois com dados de cor obtidos desta forma o modelo estatístico empregado explicaria melhor as diferenças de rendimentos entre os grupos raciais.

SILVA (1999a) havia especulado que se as pessoas mais ricas tendiam a se declarar brancas mesmo se pretas ou pardas, a desigualdade racial poderia estar sobre-estimada no Brasil. Todavia, para Telles e Lim, o contrário ocorreria:

Então, acreditamos que estudos anteriores subestimaram as desigualdades raciais por terem se baseado somente em estatísticas oficiais, nas quais a raça é baseada em auto classificação, ou em uma mistura desconhecida de auto classificação ou classificação pelo entrevistador (TELLES; LIM, 1998, p. 473).

Contudo, independentemente de estar sub ou sobre-estimada, a intensidade e as características das desigualdades raciais no Brasil não variariam substantivamente em função da definição dos grupos por auto ou por heteroatribuição.

O terceiro levantamento que permitiu estudar os dois métodos de identificação da pertença racial antes da PCERP 2008 foi a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde - PNDS⁸, realizada em 1996. Nessa pesquisa, na qual as categorias raciais do IBGE foram empregadas – tanto por entrevistadores quanto por entrevistados – o grau de concordância entre as respostas foi ainda mais elevado do que nas duas anteriormente comentadas, 89%. Também na PNDS 1996 a distribuição de cor heteroatribuída foi mais branca que a definida pelas respostas dos entrevistados (OSORIO, 2003).

Os resultados da comparação entre a cor auto e a heteroatribuída da PCERP 2008, a despeito de algumas diferenças que podem ser creditadas na conta da variação metodológica, foram semelhantes aos das três pesquisas anteriores. A concordância entre entrevistadores e entrevistados ocorreu para 63% da população representada (CARACTERÍSTICAS..., 2011, tab. 2.10). Embora essa percentagem seja menor do que a dos levantamentos anteriores, há que se descontar o fato de que se refere a um número maior de categorias, pois, na PCERP 2008, tanto o entrevistador quanto o entrevistado declararam a cor do último de forma espontânea. Também nessa pesquisa os entrevistadores embranqueceram os entrevistados, gerando 56,2% de população branca contra 49% de brancos autodeclarados (CARACTERÍSTICAS..., 2011, tab. 2.9). Todavia, um resultado interessante da PCERP 2008, mas não comparável, é o de que os entrevistadores, ao contrário dos entrevistados, preferiram a classificação parda à morena.

Conclusões

O fato de as sociedades diferenciarem grandes grupos humanos segundo raças se torna fonte potencial de desigualdade quando se atribui aos grupos raciais características que podem ser usadas para estabelecer hierarquias de superioridade entre as raças. Isso gera racismo e preconceito, levando a situações de discriminação racial, que acumuladas se traduzem em desvantagens para o grupo vitimado. No Brasil, o preconceito racial se caracteriza por ser preponderantemente de marca. Ter um corpo de aparência branca, com as marcas que se imagina ter o branco, cor da pele, cabelos, os traços da face, é o ideal. A aparência branca com pele morena também é valorizada. Amarelos à parte, quem traz no corpo as marcas das populações não brancas – os pardos e os pretos – se distancia do ideal, tornando-se tornando vítima potencial de discriminações.

Globalmente, as evidências da PCERP 2008 mostram que o sistema de classificação racial do IBGE continua adequado, pois a população em geral sabe qual é seu enquadramento, definido principalmente pela cor da pele, e a maioria usa uma das categorias do Instituto espontaneamente para se classificar. Além disso, a PCERP 2008 revelou que a população representada majoritariamente considera que a cor ou a raça influencia a vida das pessoas, o que reforça a necessidade de continuidade dos estudos sobre as consequências do pertencimento a grupos raciais. A autoatribuição funciona tão bem quanto a heteroatribuição, dado o baixo grau de discordância entre entrevistadores e entrevistados, concentrado nos tipos limítrofes,

⁸A PNDS, atualmente denominada Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher, integra o Programa Mundial de Pesquisas de Demografia e Saúde (Demographic and Health Survey - DHS). Em 1996, foi conduzida pela Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil - BEMFAM e mais recentemente, pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP.

mais difíceis de serem classificados. Obviamente, a classificação não é absolutamente precisa ou objetiva, e nem poderia ser, pois o fenômeno que pretende captar varia circunstancialmente. As categorias abrangentes e de fronteiras fluidas da classificação permitem lidar com essa imprecisão: embora não se possa, a partir dos resultados de seu emprego, saber exatamente qual é o fenótipo nacional ideal do pardo, ou do preto, ou do branco, sabe-se que identificou pessoas que se enquadram nessas categorias em seus contextos relacionais locais.

Porém, a classificação racial emprega uma categoria de cor que é obviamente rejeitada por parte dos nela enquadrados – parda – e não contempla a segunda categoria mais usada espontaneamente – morena – a preferida pelos que não apreciam ser pardos. A categoria preta também enfrenta certa rejeição, e negra, que não faz parte da classificação, ganhou muita importância nas últimas décadas. A pergunta que se levanta, então, é por que não incluir as categorias morena e negra na classificação do IBGE como respostas possíveis à pergunta fechada como cor ou raça? Se essas duas categorias fossem incluídas, a classificação açambarcaria todos os termos mais frequentes nas respostas abertas, refletindo melhor as categorias efetivamente usadas pela população para distinguir raças.

Responder essa pergunta, contudo, não é simples, principalmente no que diz respeito à inclusão da categoria morena. Se a categoria negra fosse incluída, e mantidas preta e parda, dado ser quase toda composta por pessoas que se declarariam pretas e pardas, a comparabilidade da classificação seria preservada, pois não mudaria a divisão essencial que é entre brancos – os favorecidos pelo pertencimento racial – e não brancos – preto e pardos, vítimas potenciais de discriminação. Haveria, no entanto, muita confusão e disputa sobre o emprego dos termos.

Já existe confusão em relação à categoria negra, pois é comum que pessoas preocupadas em não externar preconceito substituam a palavra preta usada nos levantamentos do IBGE por negra ao disseminarem informações construídas a partir de censos e pesquisas domiciliares (*preta é cor, negra é raça*). Ao mesmo tempo, é prática de vários pesquisadores e também do movimento social usar a categoria negra para designar o agregado das pessoas que escolhem as cores preta e parda. Se negra passasse a ser uma categoria da classificação, poder-se-ia continuar construindo a atual categoria negra, que passaria a ser composta por pretos, pardos, e negros, não mudando substantivamente sua composição e mantendo a comparabilidade com a série histórica e todo o conhecimento acumulado sobre o assunto.

Porém, não é difícil imaginar que surgiriam novas formas de agregar os dados, como, por exemplo, pretos e negros, o que pode gerar tensões na identificação dos beneficiários de políticas públicas. A classificação racial tem estado no centro de um debate político sobre as causas e as soluções do problema da desigualdade racial no Brasil, logo, alterações que venha a sofrer terão impactos nessa área. Por outro lado, novos e interessantes temas de pesquisa surgiriam, como, por exemplo, estudar as diferenças socioeconômicas entre pretos e pardos – pessoas que se identificam pelas categorias usadas para discriminar – e os negros – pessoas que escolhem a identidade positiva construída pelo movimento social. Uma decisão sobre a eventual inclusão da categoria negra deve levar em consideração todos esses aspectos.

Mas deve considerar, em particular, se a classificação deve atender preponderantemente ao objetivo de estudar os efeitos da discriminação racial ou da identidade racial. Isso fica mais claro no caso da categoria morena. Ao contrário da

negra, se a categoria morena fosse incluída na classificação, a linha entre brancos e não brancos – essencialmente pretos e pardos – se deslocaria, pois é uma categoria composta de brancos, pardos e mesmo pretos. Morena é tanto uma categoria de negação da negritude quanto a que caracteriza o indivíduo branco bronzeado; há morenos que jamais serão objeto de discriminação racial e aqueles que provavelmente serão. Quando o indivíduo que se identifica moreno se vê obrigado a decidir se é branco ou pardo na classificação do IBGE, provavelmente o faz segundo a nossa cultura racial e leva em consideração suas marcas e outros aspectos – sua situação socioeconômica, por exemplo – classificando-se na categoria discriminada, ou não, depois de um julgamento subjetivo de sua proximidade com o polo branco da escala de cor.

Incluir a categoria morena na classificação tornaria, portanto, mais imprecisos os estudos sobre os efeitos da discriminação racial. Politicamente, reduziria o tamanho da parcela da população que o Movimento Negro reivindica representar, e também teria impactos sobre a definição de beneficiários de políticas públicas. Contudo, uma eventual inclusão da categoria morena na classificação parece mais justificável hoje, e até interessante, pois a categoria parece estar perdendo espaço na preferência popular justamente para a categoria negra, denotando, talvez, a transição de uma identidade que recalca as marcas da ascendência não europeia para uma que a valoriza, fenômeno digno de estudo. A inclusão simultânea das categorias morena e negra na classificação, com a manutenção das atuais, quebraria a comparabilidade histórica dos estudos sobre os efeitos da discriminação e criaria problemas políticos, mas faria a classificação ser mais representativa das formas populares correntes de identificar raças, gerando novos temas para reflexão e pesquisa.

De qualquer forma, antes de pensar em alterações, é preciso considerar que o atual sistema classificatório do IBGE continua a ser adequado, portanto, não há razão para decisões apressadas, que de resto não combinariam com a tradicional ponderação do Instituto. Os dados gerados pela PCERP 2008 precisam ainda ser investigados de forma mais detalhada para avaliar se os ganhos resultantes de alterações nas categorias da classificação as justificam, o que se tornará possível com a disponibilização de seus microdados à comunidade de pesquisadores. É importante, também, que o IBGE continue sua rotina de discutir previamente eventuais alterações com a sociedade em geral, mas em particular com a comunidade de usuários de suas informações. Por ora, em face dos dados da PCERP 2008, o usuário que subscreve este capítulo se manifesta pela manutenção do sistema de classificação de cor ou raça do IBGE em sua forma atual.

Referências

- BENEDICT, R. F. *Race: science and politics*. New York: Modern Age Books, 1940. 274 p.
- CARACTERÍSTICAS étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 93 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>. Acesso em: maio 2012.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Tradução de Guy Reynaud; revisão técnica de Luís Roberto Salinas Forte. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 418 p. (Rumos da cultura moderna, 52).

DARWIN, C. *On the origin of species by means of natural selection, or The preservation of favoured races in the struggle for life*. 2. ed. New York: Hurst & Company, 1860.

GILROY, P. Race ends here. *Ethnic and Racial Studies*, Oxfordshire: Taylor & Francis, v. 21, n. 5, p. 838-847, Sept. 1998.

GLYCERIO, C. *Neguinho da Beija-Flor tem mais gene europeu*. São Paulo: BBC Brasil, 2007. Notícia de 29 de maio de 2007. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070424_dna_neguinho_cg.shtml>. Acesso em: maio 2012.

GUIMARÃES, A. S. A. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo - FUS: Ed. 34, 2002. 231 p.

HOFBAUER, A. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2006. 435 p.

HUXLEY, T. H. *Man's place in nature and other anthropological essays*. New York: D. Appleton and Company, 1896. 328 p.

KLINEBERG, O. *As diferenças raciais*. Tradução de Gioconda Mussolini. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. 315 p. (Biblioteca universitária. Ciências sociais, 2).

MONTAGU, A. *Man's most dangerous myth: the fallacy of race*. 6th ed. Walnut Creek: AltaMira, 1997. 699 p.

NOGUEIRA, O. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. Apresentação e edição Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti. São Paulo: Edusp, 1998. 245 p.

_____. *Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. 133 p. (Biblioteca básica de ciências sociais. Série 1a, Estudos brasileiros, v. 9).

OSORIO, R. G. *A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006*. 2009. 377 p. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília - UnB, Brasília, DF, 2009.

_____. *O sistema classificatório de "cor ou raça" do IBGE*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2003. 51 p. (Texto para discussão, n. 996). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0996.pdf>. Acesso em: maio 2012.

PETRUCCELLI, J. L. *A cor denominada: um estudo do suplemento da PME de julho/98*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 54 p. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 3).

_____. *A declaração de cor/raça no censo 2000: um estudo comparativo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 6).

PIANIGIANI, O. *Vocabolario etimologico della lingua italiana*. Prefácio de F. L. Pullè. Roma: Società Editrice Dante Alighieri di Albrighi, Segati, 1907. 2 v.

RAMOS, A. G. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995. 290 p. (Terceira margem).

SCHWARTZMAN, S. Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil. *Novos Estudos*, São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - Cebrap, n. 55, p. 83-96, nov. 1999. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/origem.pdf>>. Acesso em: maio 2012.

SILVA, N. do V. Morenidade: modo de usar. In: HASENBALG, C. A.; SILVA, N. do V.; LIMA, M. (Ed.). *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999a.

_____. Uma nota sobre "raça social" no Brasil. In: HASENBALG, C. A.; SILVA, N. do V.; LIMA, M. (Ed.). *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999b.

SOARES, S. S. D. A demografia da cor: a composição da população brasileira de 1890 a 2007. In: THEODORO, M. (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial*

no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2008. p. 97-117.

TELLES, E. E.; LIM, N. Does it matter who answers the race question? Racial classification and income inequality in Brazil. *Demography*, Silver Spring: Population Association of America, v. 35, n. 4, p. 465-474, Nov. 1998. Disponível em: <<http://leadership-innovation.org/files/3004014.pdf>>. Acesso em: maio 2012.

TURRA, C.; VENTURI, G. (Org.) *Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995. 208 p. Realizada através de pesquisa inédita pela Folha de São Paulo e pelo Instituto de Pesquisas Datafolha.

WIEVIORKA, M. The making of differences. *International Sociology*, Madri: International Sociological Association - ISA, v. 19, n. 3, p. 281-297, 2004. Disponível em: <<http://iss.sagepub.com/content/19/3/281.full.pdf+html>>. Acesso em: maio 2012.

Além do preconceito de marca e de origem: a motivação política como critério emergente para classificação racial

Moema De Poli Teixeira *

Kaizô Iwakami Beltrão **

Sonoê Sugahara *

Introdução

Oracy Nogueira foi um dos primeiros pesquisadores brasileiros a teorizar o conceito de preconceito racial, em suas diversas nuances, inerentes a cada cultura. Em linhas gerais, o autor considerou

[...] como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações, os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem (NOGUEIRA, 1985).

* Pesquisadora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, do IBGE.

** Pesquisador da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas - EBAPE, da Fundação Getúlio Vargas - FGV.

No Brasil, existe um consenso entre os pesquisadores que o preconceito seria predominantemente de marca, por oposição a um preconceito predominantemente de origem, como nos Estados Unidos da América. O autor ainda pondera que nos casos de preconceito de marca, a reação do discriminado

[...] tende a ser individual, procurando o indivíduo 'compensar' suas marcas pela ostentação de aptidões e características que impliquem aprovação social tanto pelos de sua própria condição racial (cor) como pelos componentes do grupo dominante e por indivíduos de marcas mais 'leves' que as suas (NOGUEIRA, 1985).

Onde o preconceito "... é de origem, a reação tende a ser coletiva, pelo esforço da solidariedade grupal, pela redefinição estética, etc." (NOGUEIRA, 1985).

Da Matta (2000, p. 81) chama a atenção para o fato de que "esses tipos de preconceito racial são inteiramente coerentes com as ideologias dominantes de cada uma dessas sociedades, estando diretamente relacionados com as formas escolhidas historicamente de recorte da realidade social". Nesse sentido, o preconceito de marca estaria profundamente vinculado a sociedades hierárquicas como o Brasil, enquanto o preconceito de origem seria característico de sociedades igualitárias marcadas pelo individualismo, como a norte-americana.

Mais recentemente, observa-se a ampliação de reações entre os grupos discriminados que se assemelham àquelas que estão usualmente associadas a uma sociedade com preconceito de origem. É importante notar que antes, este tipo de reação era restrito a uma elite negra que emulava a situação americana, e principalmente na esfera da cultura. O movimento que ora se vê é político numa acepção mais ampla e açambarca uma população também maior, possivelmente como reflexo dos programas de ação afirmativa no ensino superior e da maior precisão das leis tratando da matéria de preconceito (a partir da Constituição Federal de 1988, ainda que a Lei Afonso Arinos datasse de 1951).

Sabe-se, também, que um dos problemas da variável cor ou raça nas pesquisas do IBGE, revelado por pesquisas de campo na área da construção das identidades étnico-raciais, tem sido o fato de que, usualmente, um único informante responde as categorias a que pertencem todos os residentes no domicílio. Com o intuito de eliminar este viés do levantamento, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População - PCERP 2008 foi aplicado a apenas um informante por domicílio, que respondia apenas sobre si mesmo. Os vários estudos realizados sobre o tema também têm sido unânimes em demonstrar como pode diferir a forma como cada um se vê e como é percebido em termos raciais, ou seja, o processo de classificação é, de fato, relacional¹. Nesse sentido, poder-se-ia, em princípio, distinguir pelo menos cinco níveis de classificação:

- a) a visão do indivíduo sobre si mesmo;
- b) a visão do indivíduo sobre alguém próximo (um familiar, por exemplo);
- c) a visão do indivíduo sobre um desconhecido, baseado tão somente na aparência deste último;

¹ Alguns exemplos: *Durante meu estudo na comunidade, também aprendi que alguns faziam distinção entre o que pareciam perceber como a 'verdadeira cor' da pessoa e as palavras convencionalmente usadas para falar da cor de uma determinada pessoa. Quando perguntei a uma moça qual era a sua cor, ela riu e disse: 'As pessoas me chamam de branca, mas eu não sou mesmo. Eu sou, não sei, morena?' De maneira semelhante, um homem disse-me que sua mulher era branca. Então, riu e acrescentou: 'Ela não é, mas a gente fala assim.' Uma mulher na casa dos 40 anos me disse: 'Eu sou preta. As pessoas me chamam de morena, mas eu acho que sou preta mesmo'* (SHERIFF, 2002, p. 221).

'Eu não sou racista. Tenho uma filha clara, o pai dela é claro, eu sou escura. Eu acho que a minha cor nunca atrapalhasse [sic] nada. Eu acho que nunca lidei com pessoas que tivessem [sic] racismo porque eu, com minha cor, do jeito que sou, eu chego em qualquer lugar, faço o meu ambiente. Não tenho e eu vou ensinar a minha filha a não ter racismo também porque a mãe dela é preta' (TEIXEIRA, 1987).

- d) a visão do indivíduo sobre como é percebido pela sociedade em geral; e
- e) a descrição de como um indivíduo quer ser percebido num dado contexto (TEIXEIRA; BELTRÃO, 2008).

O objetivo principal deste texto é avaliar a importância das diferentes motivações dos indivíduos na escolha de sua cor ou raça.

Variáveis utilizadas na análise

A análise foi realizada com base nas respostas a quatro perguntas do questionário da PCERP 2008:

Pergunta 3.06: *Em sua opinião, no Brasil, a vida das pessoas é influenciada por sua cor ou raça?* (as alternativas são: 1 - sim; 2 - não; e 3 - não sabe).

Pergunta 3.08: *Na sua opinião, as pessoas, em geral, definem a cor ou raça de acordo com:* 1 - cultura, tradição; 2 - traços físicos (cabelo, boca, nariz, etc.); 3 - origem familiar, antepassados; 4 - cor da pele; 5 - opção política/ideológica; 6 - origem socioeconômica ou de classe social; e 7 - outra (as respostas são fechadas com especificação para a alternativa outra).

Pergunta 3.09: *Em relação a sua própria cor ou raça, você a definiria de acordo com:* 1 - cultura, tradição; 2 - traços físicos (cabelo, boca, nariz, etc.); 3 - origem familiar, antepassados; 4 - cor da pele; 5 - opção política/ideológica; 6 - origem socioeconômica ou de classe social; e 7 - outra (as respostas são fechadas com especificação para a alternativa outra).

Pergunta 3.20: *Em quais situações ou momentos a cor ou raça influencia a vida das pessoas no Brasil?* 1 - casamento; 2 - trabalho; 3 - escola; 4 - atendimento à saúde; 5 - repartições públicas; 6 - convívio social; 7 - relação com justiça/polícia; e 8 - outra (as respostas são fechadas com especificação para a alternativa outra).

Análise

O cruzamento por cor ou raça do entrevistado utilizou uma agregação, com base na primeira pergunta aberta **3.07** (*Você saberia dizer qual é a sua cor ou raça?*) em seis categorias mais frequentes e suas correlatas (branca, morena, parda, negra, preta e amarela), que representam cerca de 93% do total de respostas, sendo que 96% das pessoas entrevistadas informaram que sabiam dizer qual a sua cor ou raça.

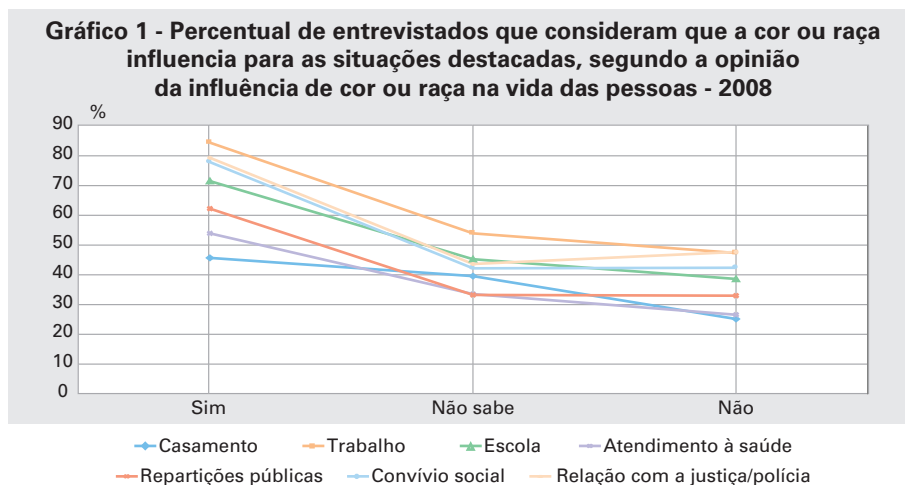
Tabela 1 - Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo a influência da cor ou raça na vida das pessoas - 2008

Influência da cor ou raça na vida das pessoas	Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade
Sim	63,7
Não	33,5
Não sabe	2,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

A maior parte dos entrevistados concorda que a cor ou raça influencia a vida das pessoas no Brasil (Tabela 1) e curiosamente, como se pode ver no Gráfico 1 e na Tabela 2, mesmo aquelas que dizem que não concordam, elegem situações em que isso acontece, ao final do questionário.

Também pode-se verificar que, entre as situações sugeridas no questionário, o casamento é considerado como a situação onde a cor ou raça menos influencia a vida das pessoas, enquanto o trabalho aparece como o lugar onde existe maior influência (Gráfico 1 e Tabela 2). Cumpre notar que no questionário não se especifica se a situação refere-se a uma situação prévia ou a uma situação atual. Assim, por exemplo, quando se lista casamento, a referência tanto poderia ser o mercado matrimonial (e a dificuldade de casamentos inter-raciais) como a relação dentro de um casamento já estabelecido. O mesmo valeria para a situação de trabalho: a referência poderia ser tanto a procura de trabalho quanto uma situação de trabalho já estabelecida.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Tabela 2 - Percentual de entrevistados que consideram que a cor ou raça influencia nas situações destacadas, por opinião da influência da cor ou raça na vida das pessoas - 2008

Situações destacadas	Percentual de entrevistados, por opinião quanto à influência da cor ou raça na vida das pessoas (%)		
	Sim	Não sabe	Não
Casamento	45,7	39,6	25,1
Trabalho	84,4	53,9	47,3
Escola	71,5	45,3	38,6
Atendimento à saúde	53,9	33,5	26,6
Repartições públicas	62,3	33,3	33,0
Convívio social	77,9	42,2	42,4
Relação com justiça/polícia	79,4	43,6	47,7

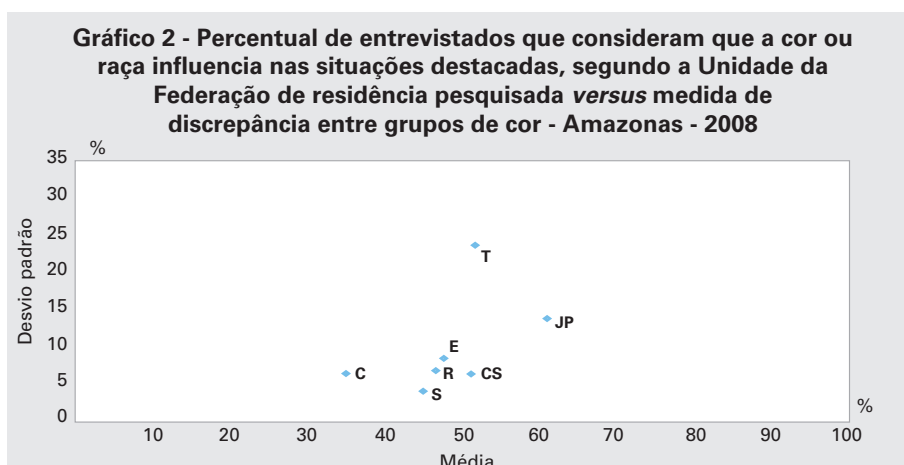
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Considerando a mesma informação a partir da cor ou raça declarada e a Unidade da Federação de residência, na Tabela 3, verificam-se algumas diferenças interessantes. Por exemplo, o casamento é uma situação mais citada por pretos na maioria das Unidades da Federação pesquisadas (os pretos do Distrito Federal marcam todas as alternativas, com exceção das repartições públicas). Nesta tabela, a coluna total informa a percentagem do total da amostra em relação ao total das Unidades da Federação e os valores para cada grupo de cor ou raça, sendo que estes últimos estão em negrito quando acima do valor da amostra como um todo.

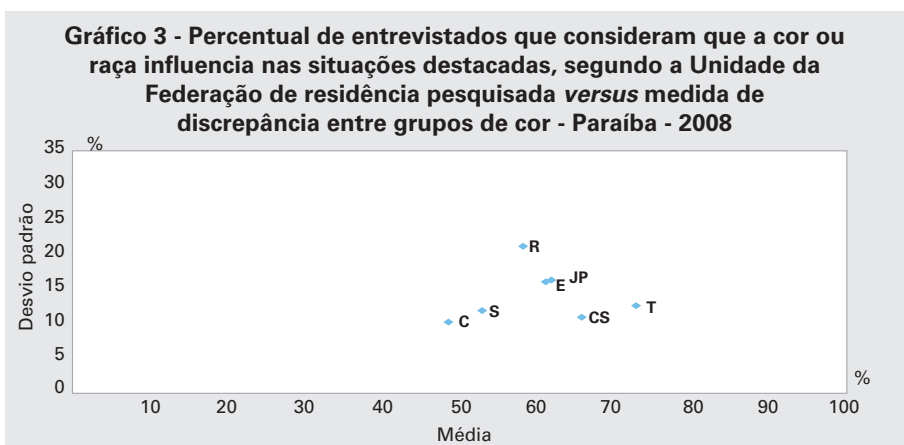
Tabela 3 - Percentual de entrevistados que consideram que a cor ou raça influencia a vida das pessoas, por cor ou raça, segundo as Unidades da Federação de residência pesquisadas e situações destacadas - 2008

Unidades da Federação de residência pesquisadas e situações destacadas	Percentual de entrevistados que consideram que a cor ou raça influencia a vida das pessoas, por cor ou raça (%)						
	Total	Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela
Amazonas							
Casamento	34,9	41,9	35,1	31,5	30,9	37,2	11,9
Trabalho	53,8	53,3	54,1	50,3	50,1	74,2	86,8
Escola	47,6	41,9	50,2	46,3	35,3	69,5	47,6
Atendimento à saúde	44,9	43,3	44,9	46,6	48,0	42,6	32,7
Repartições públicas	46,7	41,7	46,6	47,9	50,8	53,2	70,4
Convívio social	51,3	49,9	51,0	51,4	56,2	41,8	70,4
Relação com justiça/polícia	60,9	61,4	60,2	63,9	65,7	50,2	38,0
Paraíba							
Casamento	48,9	55,6	44,4	46,6	54,5	53,8	21,4
Trabalho	73,1	74,0	69,5	81,8	81,5	60,7	86,5
Escola	61,5	66,6	55,4	69,6	70,5	53,8	48,1
Atendimento à saúde	53,0	58,7	47,0	58,7	57,8	42,9	61,8
Repartições públicas	58,4	58,9	52,7	72,7	73,8	49,8	86,5
Convívio social	66,0	69,6	61,9	69,1	73,8	53,8	72,7
Relação com justiça/polícia	62,1	70,1	54,1	68,1	72,6	49,8	58,3
São Paulo							
Casamento	37,9	36,9	35,9	39,3	44,8	37,1	39,7
Trabalho	72,8	70,3	68,8	80,8	85,3	75,0	60,0
Escola	61,7	58,4	58,2	70,7	75,1	58,6	56,7
Atendimento à saúde	43,4	42,3	43,3	44,6	49,4	46,9	36,8
Repartições públicas	51,0	48,8	49,2	55,8	60,1	62,1	42,7
Convívio social	65,7	65,1	60,2	72,0	72,7	59,0	59,2
Relação com justiça/polícia	70,7	70,3	64,4	75,5	77,9	74,1	71,9
Rio Grande do Sul							
Casamento	36,0	36,8	29,5	36,0	34,4	53,5	49,0
Trabalho	64,9	63,7	58,1	78,4	79,6	89,6	72,6
Escola	51,1	49,9	46,4	57,9	64,6	78,6	61,4
Atendimento à saúde	39,5	38,3	40,0	41,3	47,9	55,7	52,3
Repartições públicas	48,2	46,9	45,0	58,3	60,7	68,3	57,7
Convívio social	62,9	61,6	62,3	71,9	73,5	77,6	35,3
Relação com justiça/polícia	59,8	61,3	50,1	66,4	57,3	63,2	69,1
Mato Grosso							
Casamento	41,8	35,9	46,4	40,4	44,0	57,6	33,2
Trabalho	72,8	65,7	73,8	75,5	83,9	76,8	83,4
Escola	64,2	57,6	66,2	66,9	72,9	49,5	83,0
Atendimento à saúde	53,5	48,7	56,8	50,7	60,9	63,3	43,4
Repartições públicas	58,2	54,2	57,1	58,6	69,5	74,8	67,4
Convívio social	66,5	65,0	62,7	70,8	76,0	63,8	80,5
Relação com justiça/polícia	63,0	62,4	60,7	60,2	74,5	64,7	91,8
Distrito Federal							
Casamento	47,3	47,1	53,0	42,2	51,1	100,0	0,0
Trabalho	86,0	85,6	83,5	89,7	80,2	100,0	100,0
Escola	70,9	68,7	71,6	74,8	61,3	100,0	100,0
Atendimento à saúde	55,0	53,7	68,0	47,4	52,3	67,0	52,0
Repartições públicas	69,7	61,2	67,5	80,0	68,2	100,0	91,8
Convívio social	78,3	76,8	73,4	82,7	77,3	100,0	100,0
Relação com justiça/polícia	74,9	81,5	61,9	76,8	75,7	100,0	60,2

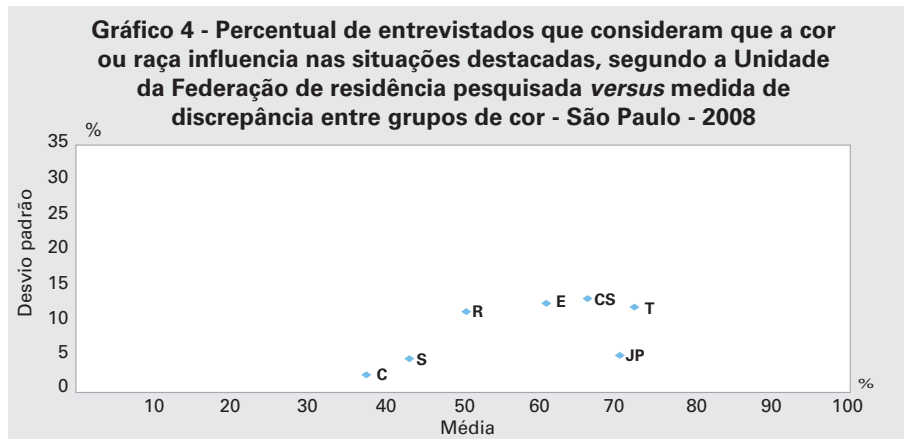
Os Gráficos 2 a 7 mostram as mesmas informações por graus de discrepância das respostas entre os grupos de cor ou raça em cada Unidade da Federação de residência pesquisada. O Gráfico 8 apresenta todas as Unidades da Federação consideradas, para uma melhor comparação. No eixo dos *x*, estão as proporções do total de respostas, e no eixo dos *y*, a discrepância encontrada entre os grupos de cor ou raça. Cada letra (ou grupo de letras) representa uma das situações listadas na Tabela 2. Assim, quanto mais à direita do gráfico, mais pessoas responderam sim à influência dessa situação, e quanto mais acima do gráfico, maior a discrepância entre os grupos de cor ou raça. No Estado do Amazonas (Gráfico 2), por exemplo, a maior discrepância encontrada foi entre os que responderam sim à situação de trabalho (T), esta tendo sido, também, a segunda mais citada pelos entrevistados. A primeira foi relação com justiça/polícia (JP). Em linhas gerais, pode-se dizer que o trabalho foi citado, em quase todas as Unidades da Federação de residência pesquisadas, como a situação para qual a cor ou raça apresenta a maior importância, exceto, como já dito, no Estado do Amazonas. Valores médios mais altos para as situações implicam usualmente maiores dispersões, ou seja, maior divergência de opiniões entre os grupos de cor ou raça autodeclarados. Tipicamente no Estado do Amazonas, as médias e as divergências de opiniões são baixas, ao passo que, no Distrito Federal, as médias e dispersões são altas.



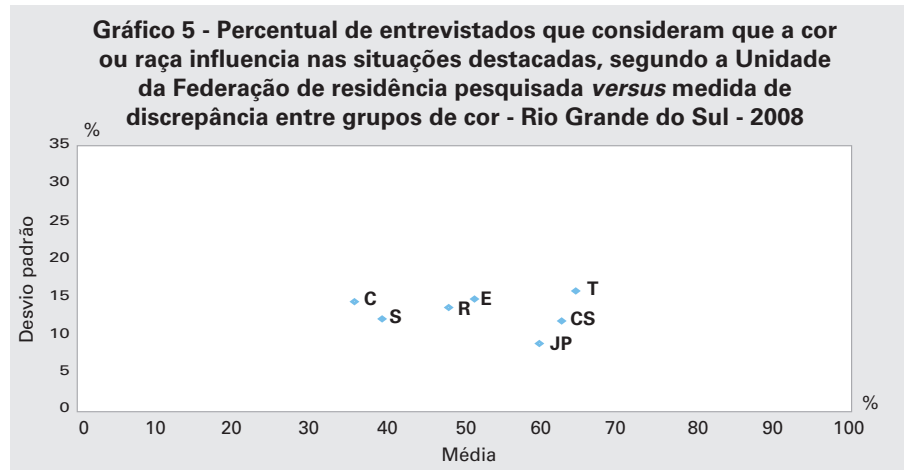
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.
Nota: Foram destacadas as seguintes situações: casamento (C), trabalho (T), escola (E), atendimento à saúde (S), repartições públicas (R), convívio social (CS) e relação com justiça/polícia (JP).



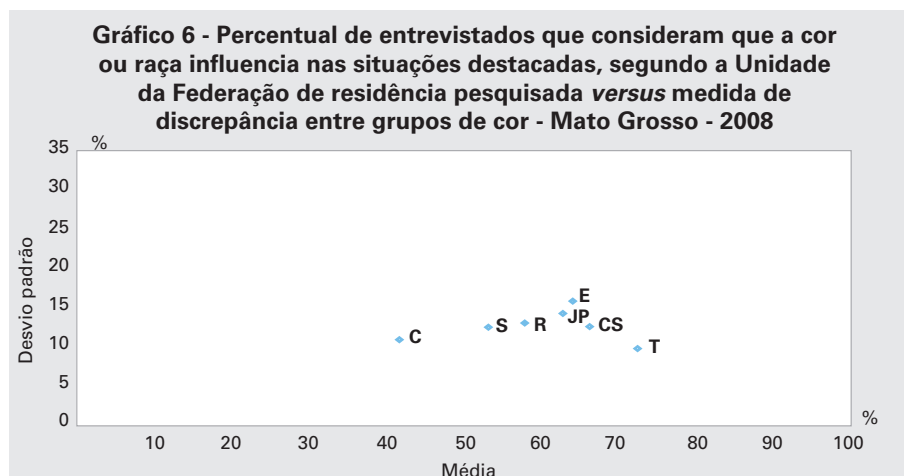
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.
Nota: Foram destacadas as seguintes situações: casamento (C), trabalho (T), escola (E), atendimento à saúde (S), repartições públicas (R), convívio social (CS) e relação com justiça/polícia (JP).



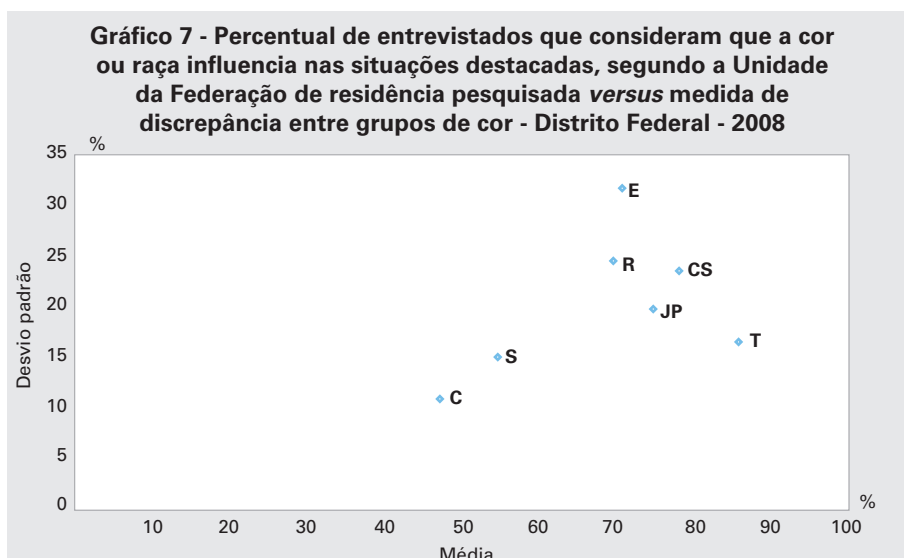
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.
 Nota: Foram destacadas as seguintes situações: casamento (C), trabalho (T), escola (E), atendimento à saúde (S), repartições públicas (R), convívio social (CS) e relação com justiça/polícia (JP).



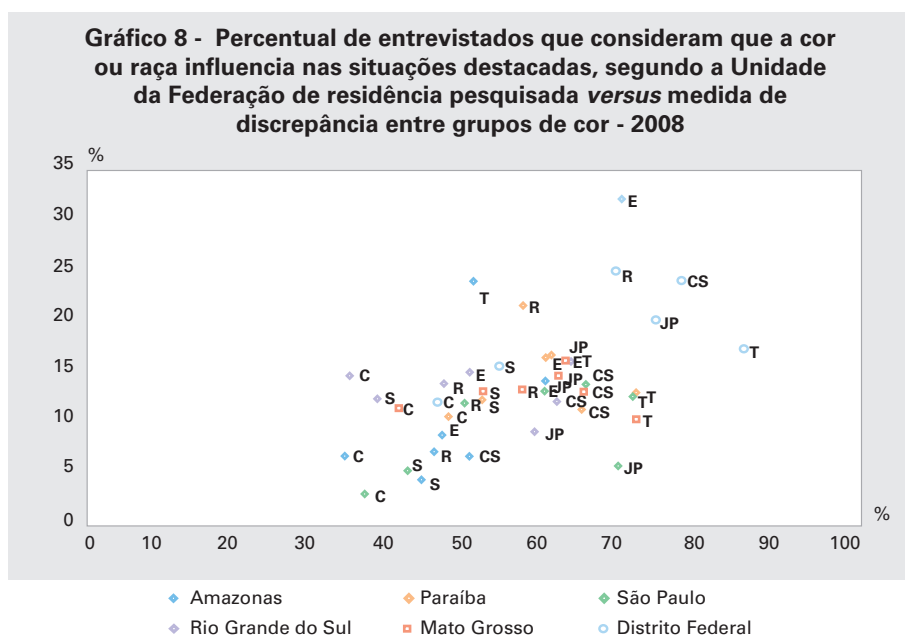
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.
 Nota: Foram destacadas as seguintes situações: casamento (C), trabalho (T), escola (E), atendimento à saúde (S), repartições públicas (R), convívio social (CS) e relação com justiça/polícia (JP).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.
 Nota: Foram destacadas as seguintes situações: casamento (C), trabalho (T), escola (E), atendimento à saúde (S), repartições públicas (R), convívio social (CS) e relação com justiça/polícia (JP).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.
Nota: Foram destacadas as seguintes situações: casamento (C), trabalho (T), escola (E), atendimento à saúde (S), repartições públicas (R), convívio social (CS) e relação com justiça/polícia (JP).

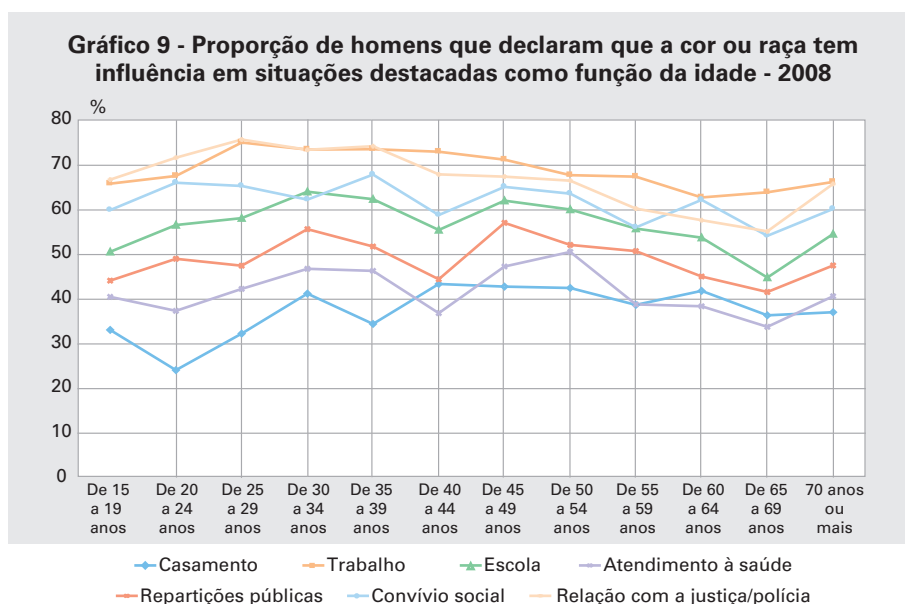


mostra os coeficientes de inclinação das retas ajustadas às curvas apresentadas nos gráficos a seguir. Uma inclinação negativa corresponde a uma função decrescente com a idade, enquanto uma reta com inclinação positiva, a uma função crescente. As mulheres apresentam valores para a inclinação maiores em módulo quando negativos, indicando maior variação durante o ciclo de vida do que os homens. Analisando a única situação com inclinação positiva, os homens mostram um maior valor e, logo, uma maior variação, crescendo com a idade a proporção daqueles que declararam que a cor ou raça tem influência no casamento. Por outro lado, a situação relativa a trabalho apresenta o comportamento oposto: coeficientes negativos tanto para homens como para mulheres, sendo maior em módulo para as mulheres. Em linhas gerais, pode-se dizer também, considerando os dois gráficos, que a razão de sexo da proporção que declarou haver influência nas situações cresce com a idade.

Tabela 4 - Coeficiente de inclinação da reta ajustada à proporção de entrevistados que declararam que a cor ou raça influencia a vida das pessoas como função da idade, por sexo, segundo as situações destacadas - 2008

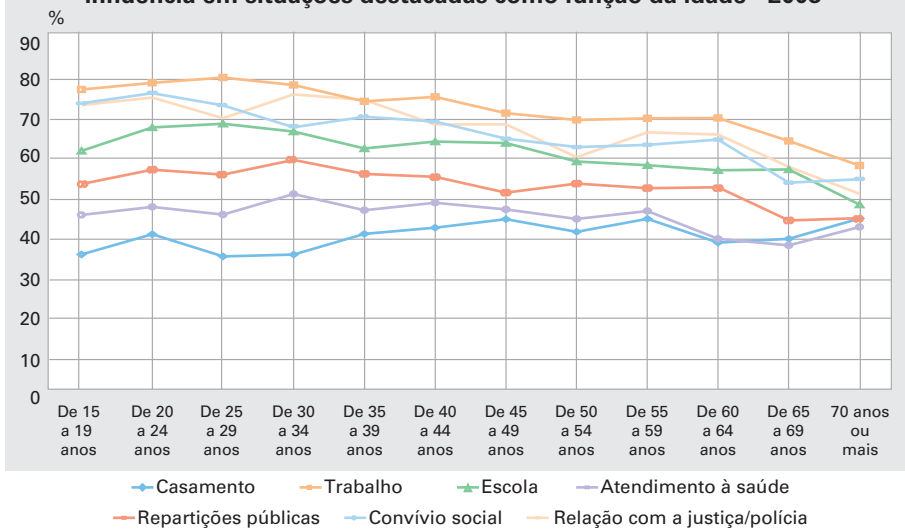
Situações destacadas	Coeficiente de inclinação da reta ajustada à propoção de entrevistados que declararam que a cor ou raça influencia a vida das pessoas, como função da idade, por sexo	
	Homem	Mulher
Casamento	0,76	0,55
Trabalho	(-) 0,55	(-) 1,62
Escola	(-) 0,45	(-) 1,30
Atendimento à saúde	(-) 0,25	(-) 0,64
Repartições públicas	(-) 0,19	(-) 0,95
Convívio social	(-) 0,54	(-) 1,76
Relação com justiça/polícia	(-) 1,23	(-) 1,79

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

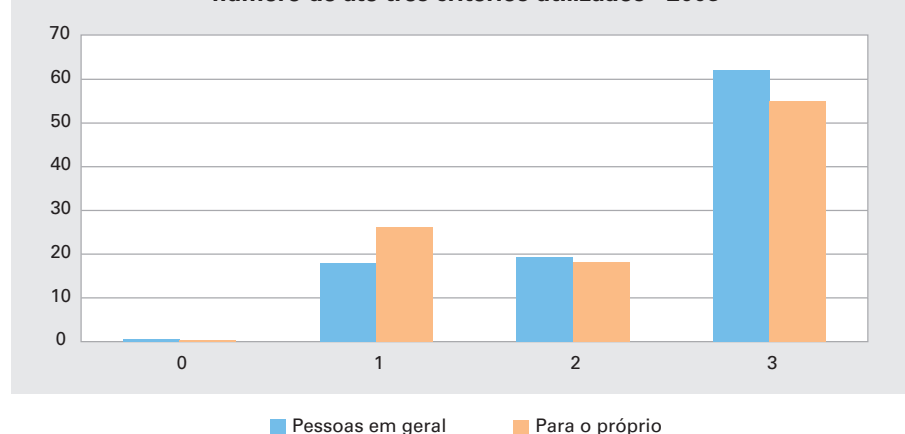
Gráfico 10 - Proporção de mulheres que declaram que a cor ou raça tem influência em situações destacadas como função da idade - 2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

No Gráfico 11, apresentam-se os resultados da combinação de critérios para definir a cor ou raça, tanto para a população em geral (segundo a opinião do entrevistado) quanto para o próprio entrevistado. Pode-se verificar que a maioria informou três critérios (a pergunta solicitou informação de até três) e poucos (menos de 1%) não informaram nenhum critério. Também é interessante notar que, ao descrever o comportamento dos “outros”, os entrevistados informaram um maior número de critérios do que para informar a sua própria cor ou raça. Isto demonstra que esse tipo de investigação envolve um processo complexo de autoidentificação por parte do informante, no qual uma só dimensão de abordagem não consegue dar conta, e isto é mais verdadeiro quando se especula sobre os “outros”.

Gráfico 11 - Incidência de combinação de critérios para definir cor ou raça para pessoas em geral e para o próprio entrevistado, segundo o número de até três critérios utilizados - 2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Na Tabela 5, pode-se verificar a distribuição dos critérios, por tipo², segundo a ordem de importância em que apareceram para as pessoas em geral (na opinião do entrevistado) e para si mesmo. Pode-se perceber, por exemplo, que os critérios de marca aparecem em primeiro lugar nas duas situações, mas mais representativo para as pessoas em geral (cerca de 70%) do que para si próprio (cerca de 60%). Por outro lado, os critérios de origem são mais representativos para definir a cor ou raça da própria pessoa (cerca de 38%) do que para as pessoas em geral (cerca de 28%). Os critérios político-ideológicos, por sua vez, são mais representativos para as pessoas em geral e aparecem em ordem decrescente de importância, mais como terceiro critério, depois como segundo e menos como primeiro critério. Interessante observar, também, que as pessoas utilizam menos critérios para definir a sua própria cor ou raça do que pensam que as pessoas utilizam em geral. Isso pode ser verificado na quantidade de não respostas na segunda e terceiras posições declaradas pelo entrevistado quanto fala das pessoas em geral e quando fala de si mesmo. Aventa-se a possibilidade de duas razões para isso: que o entrevistado considere que precisa de mais critérios para definir a cor ou raça das pessoas em geral ou que ele esteja tentando representar o pensamento de várias pessoas sobre o assunto.

Tabela 5 - Distribuição dos critérios por ordem de importância em que apareceram, para as pessoas em geral e para o próprio entrevistado, segundo o tipo de critério - 2008

Tipo de critério	Para as pessoas em geral			Para o próprio		
	Primeiro	Segundo	Terceiro	Primeiro	Segundo	Terceiro
Não respondeu (código 0)	0,7	17,3	35,7	0,4	25,8	42,9
Marca (código 1)	70,0	46,3	23,5	60,3	42,1	25,0
Origem (código 2)	28,7	34,9	38,8	38,2	30,9	30,6
Político-ideológico (código 3)	0,6	1,5	1,8	0,4	1,0	1,4
Outro (código 7)	0,1	0,0	0,2	0,7	0,1	0,1

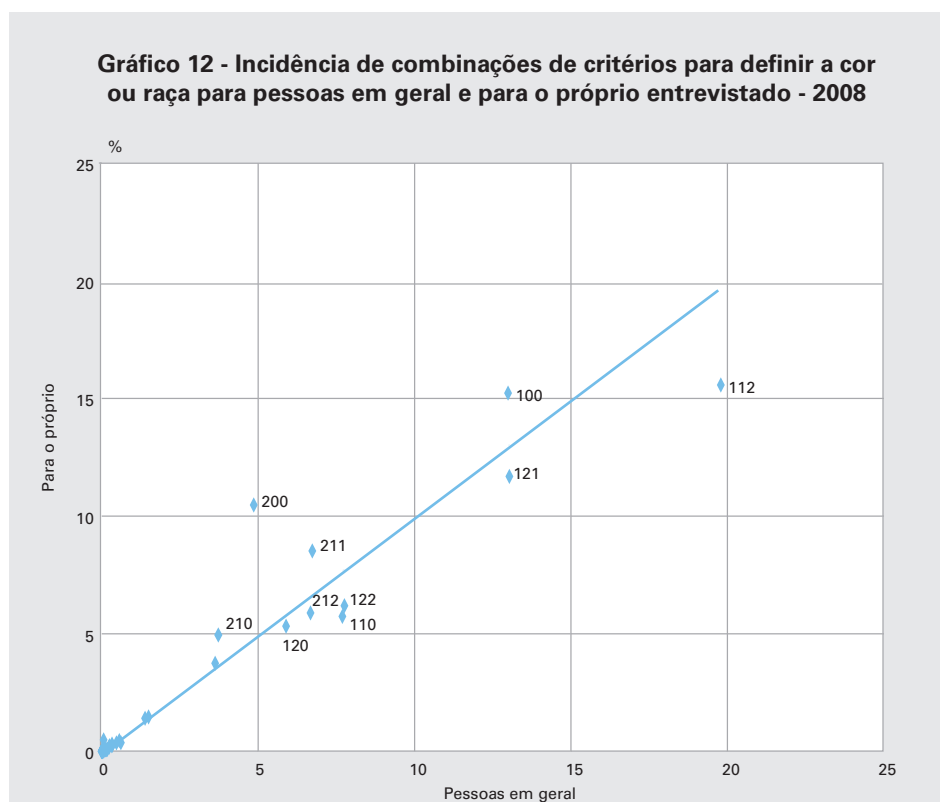
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

O Gráfico 12 cruza as duas informações, tipos de critérios que as pessoas acham que os outros utilizam (sempre na opinião do entrevistado, plotado no eixo dos **x**) e os que o informante utiliza para definir a si mesmo (no eixo dos **y**). Na casa das centenas, colocou-se o primeiro critério em ordem de importância; na casa das dezenas, o segundo critério; e na casa das unidades, o terceiro critério informado. Os códigos são os mesmos descritos na Tabela 5: (0) para a não resposta; (1) para critérios de marca; (2) para critérios de origem; e (3) para critérios político-ideológicos.

Acima da linha de 45° (sobre a qual a representatividade seria idêntica nos dois conceitos) e quanto mais afastadas dela, as respostas são mais representativas para a

² Agregaram-se as alternativas em: critérios de marca (traços físicos e cor da pele), como código 1; critérios de origem (cultura/tradição, origem familiar e origem socioeconômica/classe social), como código 2; e critérios político-ideológicos, como código 3.

própria pessoa. Quanto mais abaixo da linha e mais afastadas dela, as respostas são mais representativas para os outros em geral. Pode-se perceber, por exemplo, que a utilização de um único critério – em primeiro lugar de marca (100) e em segundo lugar de origem (200) – é uma situação muito mais representativa do pensamento do entrevistado para definir a si mesmo. Também a situação do critério de origem, como primeiro critério em ordem de importância, aparece como mais significativo para definir a própria pessoa (pontos 211 e 210) enquanto a combinação de três critérios, tendo a marca como o mais importante, aparece como mais significativo para mostrar como pensam as pessoas em geral (pontos 112 e 121).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Nota: Consideram-se os seguintes códigos: critérios de marcas (traços físicos e cor da pele), como código 1; critérios de origem (cultura/tradição, origem familiar e origem socioeconômica/classe social), como código 2; e critérios político-ideológicos como código 3.

A seguir, analisa-se a resposta ao primeiro critério em ordem de importância para descrever a cor ou raça, segundo a cor ou raça declarada pelo informante. Com base na Tabela 6, pode-se verificar, por exemplo, que o critério político-ideológico aparece como o primeiro, em ordem de importância, para 3,3% das pessoas que se declararam amarelas e para 2,3% das que se declararam pretas, proporção bem superior à das pessoas que se declararam negras, 0,4%, na resposta referente aos critérios utilizados pelas pessoas em geral. Também para descrever esta situação (pessoas em geral), os critérios de marca foram mais informados por declarados pretos, negros e brancos, enquanto os critérios de origem apareceram mais para declarados amarelos, pardos e morenos, pessoas que, muito provavelmente, se originam de casais inter-raciais.

Tabela 6 - Distribuição do primeiro critério em ordem de importância para descrever a cor ou raça, na opinião das pessoas em geral, por cor ou raça declarada do entrevistado, segundo o tipo de critério - 2008

Tipo de critério	Distribuição do primeiro critério em ordem de importância para descrever a cor ou raça, na opinião das pessoas em geral, por cor ou raça declarada do entrevistado					
	Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela
Não respondeu (código 0)	0,4	1,0	0,4	0,3	1,2	0,0
Marca (código 1)	71,5	67,6	67,8	74,2	76,7	58,7
Origem (código 2)	27,3	30,8	31,6	25,1	19,8	38,0
Político-ideológico (código 3)	0,6	0,5	0,3	0,4	2,3	3,3
Outro (código 7)	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Todos os informantes, independente da sua cor ou raça declarada, apontam critérios de marca numa proporção mais elevada quando descrevem aquilo que acham que “os outros” pensam do que quando falam de si mesmos (Tabela 7). Ou seja, ao falar dos próprios critérios utilizados para definir a sua própria cor ou raça, os entrevistados utilizam mais critérios de origem do que quando falam o que pensam as outras pessoas em geral.

Tabela 7 - Distribuição do primeiro critério em ordem de importância para descrever a cor ou raça, do próprio entrevistado, por cor ou raça declarada do entrevistado, segundo o tipo de critério - 2008

Tipo de critério	Distribuição do primeiro critério em ordem de importância para descrever a cor ou raça, do próprio entrevistado, por cor ou raça declarada do entrevistado					
	Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela
Não respondeu (código 0)	0,3	0,7	0,1	0,0	0,2	0,0
Marca (código 1)	61,3	60,0	58,9	62,6	74,3	47,0
Origem (código 2)	37,5	38,6	39,1	35,8	25,5	49,7
Político-ideológico (código 3)	0,3	0,4	0,6	0,1	0,0	3,3
Outro (código 7)	0,5	0,2	1,2	1,4	0,0	0,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

A seguir, na Tabela 8, pode-se visualizar as combinações de critérios mais frequentes (acima de 1) a partir da cor ou raça do entrevistado. A combinação mais frequente (112), para todos os grupos, é aquela que associa dois critérios de marca seguidos de um terceiro critério de origem, que, por sua vez, é ainda mais representativa para as pessoas declaradas pretas (32,6%). Entre as combinações mais frequentes, também é possível verificar o que se viu na tabela anterior, que o critério político-ideológico aparece em primeiro lugar entre as combinações mais citadas para

4,5% dos declarados amarelos e 3,4% dos declarados pretos, além de aparecer como segundo critério, onde o primeiro é de marca e o terceiro de origem, entre os 1,5% declarados negros. É interessante notar que somente entre os autodeclarados pretos o critério político-ideológico aparece como único, o que talvez fizesse mais sentido entre os autodeclarados negros.

Tabela 8 - Critérios que definem a cor ou raça para as pessoas em geral a partir da cor ou raça do entrevistado, segundo as combinações de critérios por ordem mais frequentes - 2008

Combinações de critérios por ordem mais frequentes	Cor ou raça do entrevistado (%)						
	Total	Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela
112	21,8	23,1	18,7	19,8	24,5	32,6	14,8
121	13,4	13,6	10,9	16,1	14,2	10,2	15,4
100	11,6	11,1	14,0	9,7	11,2	13,1	10,9
122	8,2	8,1	7,6	9,7	8,2	9,1	3,3
110	7,6	7,7	7,7	7,0	8,5	4,8	4,3
212	6,6	5,8	7,2	7,6	7,1	8,0	13,3
211	6,4	5,9	7,3	8,8	5,0	1,5	2,2
120	5,5	6,0	6,1	3,9	4,3	4,8	2,6
200	4,0	4,2	3,8	3,2	4,1	2,5	11,9
210	3,7	3,8	4,0	2,8	2,7	7,7	4,7
221	3,4	3,1	3,9	3,9	3,3		5,4
222	1,6	1,6	1,8	1,6	1,7		
220	1,4	1,6	1,3				3,5
123			1,1				1,4
0			1,3				
132					1,5		
223							
213							
231							
232							
113							
312	4,5						
130							
321							
131							
300						3,4	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Notas: 1. Consideram-se os seguintes códigos: critérios de marca (traços físicos e cor da pele), como código 1; critérios de origem (cultura/tradição, origem familiar e origem socioeconômica/classe social), como código 2; e critérios político-ideológicos, como código 3.

2. São apresentadas as combinações acima de 1,0%.

A Tabela 9, a seguir, apresenta a mesma informação com relação ao total. Valores em **negrito vermelho** denotam incidência para a cor menor do que 80% da média, e valores em **negrito preto** denotam incidência para a cor maior do que 120% da média. Incidências entre estes dois limites não são apresentadas.

Tabela 9 - Critérios que definem a cor ou raça para as pessoas em geral a partir da cor ou raça do entrevistado em relação ao total, segundo as combinações de critérios por ordem mais frequentes - 2008

Combinações de critérios por ordem mais frequentes	Cor ou raça do entrevistado (% em relação à média)					
	Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela
112					149,5	67,9
121			120,6		76,1	
100	120,4					
122						40,6
110					62,8	56,6
212					121,3	200,4
211			137,7	78,0	22,8	34,7
120			71,4	78,3		47,5
200			78,5		61,0	294,7
210			77,4	73,7	210,2	128,5
221						157,4
222						
220						255,2
123		153,2				202,9
0		219,4				
132				325,3		
223						
213						
231						
232						
113						
312						2 458,5
130						
321						
131						
300					3 763,2	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Notas: 1. Consideram-se os seguintes códigos: critérios de marca (traços físicos e cor da pele), como código 1; critérios de origem (cultura/tradição, origem familiar e origem socioeconômica/classe social), como código 2; e critérios político-ideológicos, como código 3.

2. Valores em negrito vermelho denotam incidência para a cor menor do que 80% da média, e valores em negrito preto denotam incidência para a cor maior do que 120% da média. Incidências entre estes dois limites não são apresentadas.

A Tabela 10 fornece as mesmas informações para o caso dos critérios utilizados pelo próprio informante para definir a sua cor ou raça. Pode-se verificar, por exemplo, que a maior incidência entre eles de um único critério, de marca (100) ou de origem (200), difere segundo a cor ou raça declarada. Um único critério de origem, por exemplo, é mais utilizado por assim declarados amarelos, brancos e morenos que por pretos, pardos e negros. Os que se declaram pretos também utilizam muito mais a combinação de dois critérios de marca seguido de um de origem (32,3%) que os demais informantes.

Tabela 10 - Critérios que definem a cor ou raça para o próprio entrevistado, por cor ou raça do entrevistado, segundo as combinações de critérios por ordem mais frequentes - 2008

Combinações de critérios por ordem mais frequentes	Cor ou raça do entrevistado (%)						
	Total	Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela
112	16,4	16,9	14,4	14,7	20,5	32,3	6,7
100	14,3	13,9	15,9	14,4	13,2	14,8	11,0
121	12,5	13,6	10,3	12,9	11,9	7,4	14,1
200	9,9	10,3	10,6	7,2	8,3	8,3	17,3
211	8,9	8,5	9,8	11,0	7,6	3,7	1,7
212	6,3	5,4	6,3	8,0	7,3	5,3	13,6
122	5,9	5,7	5,7	6,0	7,2	4,2	6,8
110	5,7	5,7	6,2	5,5	5,7	9,4	
210	4,8	4,9	5,0	4,1	4,9	4,2	5,5
120	4,8	5,1	5,3	3,1	4,8	2,0	4,2
221	3,6	3,3	3,9	4,4	3,2	3,7	5,3
222	1,7	1,7	1,3	2,1	1,7		5,8
220	1,3	1,6		1,4			1,9
123						2,9	
700				1,3			
0							
223							
232							
213							
132							
231							
113							
322							
312							4,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Notas: 1. Consideram-se os seguintes códigos: critérios de marca (traços físicos e cor da pele), como código 1; critérios de origem (cultura/tradição, origem familiar e origem socioeconômica/classe social), como código 2; e critérios político-ideológicos, como código 3.

2. São apresentadas as combinações acima de 1,0%.

A Tabela 11 apresenta a mesma informação da anterior com relação ao total. Valores em **negrito vermelho** denotam incidência para a cor menor do que 80% da média, e valores em **negrito preto** denotam incidência para a cor maior do que 120% da média. Incidências entre estes dois limites não são apresentadas.

Nesse sentido, pode-se dizer que a primeira combinação (112) é, de fato, mais citada por pessoas que se declararam pretas e negras, enquanto o critério de origem, como único critério, é mais utilizado entre os declarados amarelos. Em geral, os critérios encabeçados por origem são mais comuns entre os amarelos e os encabeçados por marca são menos comuns. Os autodeclarados pretos e negros, mais frequentemente do que a média da população da amostra, alegam critérios encabeçados por marca, ao passo que os autodeclarados pardos listam, preferencialmente, critérios encabeçados por origem. É um resultado interessante, na medida em que aponta para uma necessidade de alegação de origem para os pardos, e de marca para os pretos, que trazem na marca mais explícita a origem.

Tabela 11 - Critérios que definem a cor ou raça para o próprio entrevistado, a partir da cor ou raça do entrevistado em relação ao total, segundo as combinações de critérios por ordem mais frequentes - 2008

Combinações de critérios por ordem mais frequentes	Cor ou raça do entrevistado em relação ao total (em relação à média)					
	Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela
112				1,24845	1,96415	0,40466
100						0,76773
121					0,59163	
200			0,72747			1,75393
211			1,23879		0,42136	0,18951
212			1,28501			2,17901
122				1,21792	0,71825	
110					1,63764	
210						
120			0,64349		0,42321	
221			1,23043			1,46828
222		0,76966	1,24142			3,39457
220	1,22110					1,44547
123					5,29505	
700			2,47277			
0						
223						
232						
213						
132						
231						
113						
322						
312						43,50830

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Notas: 1. Consideram-se os seguintes códigos: critérios de marca (traços físicos e cor da pele), como código 1; critérios de origem (cultura/tradição, origem familiar e origem socioeconômica/classe social), como código 2; e critérios político ideológicos, como código 3.

2. Valores em negrito vermelho denotam incidência para a cor menor do que 80% da média, e valores em negrito preto denotam incidência para a cor maior do que 120% da média. Incidências entre estes dois limites não são apresentadas.

Na Tabela 12, apresenta-se a relação dos critérios combinados por ordem de importância, utilizados pelas pessoas em geral, cruzados com as respostas à pergunta sobre a influência da cor ou raça na vida das pessoas. Percebe-se que a classe modal dos entrevistados que respondem afirmativamente à pergunta sobre a influência da cor ou raça na vida das pessoas, 23,5%, é aquela que associa dois critérios de marca seguidos de um critério de origem, enquanto 21,5% daqueles que dizem que não sabem responder se a cor ou raça influencia ou não a vida das pessoas respondem um único critério de marca como sendo a maneira pela qual as pessoas em geral definem cor ou raça. As colunas referentes à razão pelo total mostram valores em negrito vermelho onde a incidência para a cor é menor do que 80% da média, e valores em negrito preto onde a incidência para a cor é maior do que 120% da média. Incidências entre estes dois limites não são apresentadas.

Tabela 12 - Distribuição da combinação de critérios que definem a cor ou raça para as pessoas em geral, por influência da cor ou raça na vida das pessoas e a razão com o total - 2008

Combinações de critérios por ordem mais frequentes	Distribuição da influência da cor ou raça na vida das pessoas (%)				Razão com o total		
	Total	Sim	Não sabe	Não	Sim	Não sabe	Não
112	21,4	23,5	19,9	17,4			
121	13,1	13,4	8,0	13,1	0,61136		
100	12,2	10,0	21,5	15,7	1,76565	1,28616	
122	8,4	9,2	3,8	7,2	0,44834		
110	7,4	7,6	6,5	7,0			
212	6,5	6,7	7,8	6,0			
211	6,3	7,0	4,0	5,4	0,62325		
120	5,6	5,6	3,8	5,9	0,68400		
200	4,3	2,9	7,7	6,5	0,68683	1,79752	1,53331
210	3,6	3,6	4,5	3,5	1,24233		
221	3,3	3,2	3,0	3,5			
222	1,5	1,5		1,7			
220	1,4	1,2	2,4	1,7	1,72152	1,20221	
123							
0			4,5	1,1	6,50639	1,54686	
132							
213							
223							
231							
232							
113							
312			1,1		6,43926		

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Notas: 1. Consideram-se os seguintes códigos: critérios de marca (traços físicos e cor da pele), como código 1; critérios de origem (cultura/tradição, origem familiar e origem socioeconômica/classe social), como código 2; e critérios político-ideológicos, como código 3.

2. Valores em negrito vermelho denotam incidência para a cor menor do que 80% da média, e valores em negrito preto denotam incidência para a cor maior do que 120% da média. Incidências entre estes dois limites não são apresentadas.

A Tabela 13 fornece a mesma informação para o caso onde a pessoa declara os próprios critérios utilizados para definir a sua cor ou raça. Da mesma forma que feito anteriormente, a segunda parte da tabela apresenta a razão das respostas (sim, não e não sabe) com relação ao total, onde valores em negrito vermelho denotam incidência para a cor menor do que 80% da média, e valores em negrito preto denotam incidência para a cor maior do que 120% da média. Incidências entre estes dois limites não são apresentadas.

Tabela 13 - Distribuição da combinação de critérios que definem a cor ou raça para o próprio entrevistado, por influência da cor ou raça na vida das pessoas e a razão com o total - 2008

Combinações de critérios por ordem mais frequentes	Distribuição das respostas (%)				Razão com o total		
	Total	Sim	Não sabe	Não	Sim	Não sabe	Não
112	16,0	17,3	9,7	13,9		0,607	
100	14,5	13,2	21,0	16,5		1,449	
121	12,2	11,8	13,9	12,8			
200	10,2	9,3	10,3	11,9			
211	8,8	9,3	8,1	7,7			
212	6,3	6,3	9,7	6,2		1,536	
122	5,9	6,6	4,0	4,6		0,673	0,788
110	5,6	5,8	5,3	5,3			
120	4,9	4,9	3,2	5,1		0,649	
210	4,9	4,6	4,4	5,3			
221	3,7	4,0	1,8	3,3		0,482	
222	1,7	1,7	1,5	1,6			
220	1,4	1,3		1,6			
700			2,9			4,386	
123							
0			2,8			6,810	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Notas: 1. Consideram-se os seguintes códigos: critérios de marca (traços físicos e cor da pele), como código 1; critérios de origem (cultura/tradição, origem familiar e origem socioeconômica/classe social), como código 2; e critérios político-ideológicos, como código 3.

2. Valores em negrito vermelho denotam incidência para a cor menor do que 80% da média, e valores em negrito preto denotam incidência para a cor maior do que 120% da média. Incidências entre estes dois limites não são apresentadas.

Tabela 14 - Critérios que definem a cor ou raça para as pessoas em geral, por Unidades da Federação de residência pesquisadas, segundo as combinações de critérios por ordem mais frequentes - 2008

Combinações de critérios por ordem mais frequentes	Critérios que definem a cor ou raça para as pessoas em geral, por Unidades da Federação de residência pesquisadas						
	Total	Amazonas	Paraíba	São Paulo	Rio Grande do Sul	Mato Grosso	Distrito Federal
112	21,4	17,6	23,8	23,3	15,0	16,5	21,7
121	13,1	11,2	16,4	13,6	10,2	13,7	13,9
100	12,2	5,9	6,4	11,4	17,9	17,0	13,3
122	8,4	9,7	9,0	8,8	7,1	5,8	6,1
110	7,4	9,8	3,1	7,4	8,4	6,7	7,2
212	6,5	8,8	6,5	6,8	5,1	5,4	6,7
211	6,3	9,4	9,3	6,3	5,3	6,5	3,2
120	5,6	6,7	4,2	4,9	8,5	6,6	5,9
200	4,3	2,0	4,2	3,6	6,9	7,9	3,3
210	3,6	3,7	3,1	3,1	5,5	4,4	3,4
221	3,3	6,9	4,2	3,1	2,6	3,3	5,4
222	1,5	1,7	2,9	1,6		1,2	1,0
220	1,4	1,4		1,1	2,8	1,5	1,5
123			1,3				
213		1,4					
223			1,1				
232			1,2				1,1
127							1,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Notas: 1. Consideram-se os seguintes códigos: critérios de marca (traços físicos e cor da pele), como código 1; critérios de origem (cultura/tradição, origem familiar e origem socioeconômica/classe social), como código 2; e critérios político-ideológicos, como código 3.

2. São apresentadas as combinações acima de 1,0%.

Na Tabela 15, disponibiliza-se a mesma informação para a razão em relação ao total. Valores em negrito vermelho denotam incidência para a cor menor do que 80% da média, e valores em negrito preto denotam incidência para a cor maior do que 120% da média. Incidências entre estes dois limites não são apresentadas. Entre as Unidades da Federação de residência pesquisadas, as que apresentam maior incidência em relação ao total da amostra são Distrito Federal para a combinação 127, Paraíba para a combinação 232, e Amazonas para a combinação 213.

Tabela 15 - Razão da distribuição da combinação de critérios que definem a cor ou raça para as pessoas em geral, por Unidades da Federação de residência pesquisadas, em relação ao total - 2008

Combinações de critérios	Razão da distribuição da combinação de critérios que definem a cor ou raça para as pessoas em geral, por Unidades da Federação de residência pesquisadas, em relação ao total					
	Amazonas	Paraíba	São Paulo	Rio Grande do Sul	Mato Grosso	Distrito Federal
112				70,4	77,0	
121		124,7		78,0		
100	48,7	52,2		146,9	139,0	
122					68,8	73,3
110	132,4	42,4				
212	134,4			78,3		
211	147,8	146,8				50,8
120		74,2		151,2		
200	45,8			161,8	186,3	78,2
210				154,2	121,5	
221	206,8	126,9		77,3		162,2
222		191,6			76,5	67,0
220				196,7		
123		178,0				
213	329,0					
223		256,4				
232		429,2				379,9
127						1 579,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Notas: 1. Consideram-se os seguintes códigos: critérios de marca (traços físicos e cor da pele), como código 1; critérios de origem (cultura/tradição, origem familiar e origem socioeconômica/classe social), como código 2; e critérios político-ideológicos, como código 3.

2. Valores em negrito vermelho denotam incidência para a cor menor do que 80% da média, e valores em negrito preto denotam incidência para a cor maior do que 120% da média. Incidências entre estes dois limites não são apresentadas.

As Tabelas 16 e 17, a seguir, fornecem as mesmas informações para o caso dos critérios utilizados pelo próprio informante para definir sua cor ou raça. Valores em negrito vermelho denotam incidência para a cor menor do que 80% da média, e valores em negrito preto denotam incidência para a cor maior do que 120% da média. Incidências entre estes dois limites não são apresentadas. As Unidades da Federação de residência que apresentam maior incidência em relação ao total da amostra são Amazonas para a combinação 132 e Paraíba para a combinação 223.

Tabela 16 - Combinações de critérios que definem a cor ou raça para o próprio entrevistado, por Unidades da Federação de residência pesquisadas - 2008

Combinações de critérios	Unidades da Federação de residência pesquisadas (%)						
	Total	Amazonas	Paraíba	São Paulo	Rio Grande do Sul	Mato Grosso	Distrito Federal
112	16,0	19,4	13,3	17,4	10,4	14,6	14,2
100	14,5	8,0	8,8	14,0	18,7	19,9	15,1
121	12,2	10,4	18,1	13,0	8,2	10,3	9,8
200	10,2	3,5	6,9	8,8	17,4	13,1	16,2
211	8,8	7,0	17,6	8,7	6,7	7,0	11,0
212	6,3	9,2	7,3	6,8	3,9	3,9	7,3
122	5,9	9,7	4,9	6,5	3,7	3,9	1,9
110	5,6	10,1	3,7	5,0	7,0	6,9	5,0
120	4,9	6,6	3,1	4,1	8,1	6,2	4,3
210	4,9	3,9	4,8	4,7	6,1	5,3	3,2
221	3,7	4,1	3,6	3,9	2,3	3,5	5,5
222	1,7	1,7	1,5	1,8	1,3		
220	1,4			1,1	2,7	1,1	1,4
700						1,1	1,4
123			1,4				
223			1,6				
132		1,5					

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Notas: 1. Consideram-se os seguintes códigos: critérios de marca (traços físicos e cor da pele), como código 1; critérios de origem (cultura/tradição, origem familiar e origem socioeconômica/classe social), como código 2; e critérios político-ideológicos, como código 3.

2. Valores acima de 1 não são disponibilizados.

Tabela 17 - Razão da distribuição da combinação de critérios que definem a cor ou raça para o próprio entrevistado, por Unidades da Federação de residência pesquisadas, em relação ao total - 2008

Combinações de critérios	Razão da distribuição da combinação de critérios que definem cor ou raça para o próprio entrevistado, por Unidades da Federação de residência pesquisadas, em relação ao total					
	Amazonas	Paraíba	São Paulo	Rio Grande do Sul	Mato Grosso	Distrito Federal
112	121,7			65,3		
100	55,4	60,9		128,6	136,9	
121		148,5		66,9		
200	34,3	67,8		170,3	128,1	157,9
211		201,0		76,6		125,4
212	145,0			61,1	61,0	
122	164,4			62,7	66,3	32,6
110	180,9	66,7		125,2	123,3	
120	135,0	64,2		165,9	126,1	
210				126,3		64,8
221				63,5		149,6
222				77,1		
220				193,5		
700					165,4	222,0
123		257,5				

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Notas: 1. Consideram-se os seguintes códigos: critérios de marca (traços físicos e cor da pele), como código 1; critérios de origem (cultura/tradição, origem familiar e origem socioeconômica/classe social), como código 2; e critérios político-ideológicos, como código 3.

2. Valores em negrito vermelho denotam incidência para a cor menor do que 80% da média, e valores em negrito preto denotam incidência para a cor maior do que 120% da média. Incidências entre estes dois limites não são apresentadas.

Comentários e conclusões

Como se pode verificar na pesquisa, a informação sobre cor ou raça é percebida pela população como uma dimensão importante de suas características a ser investigada, na medida em que a maioria dos entrevistados (63,9%) concorda que a cor ou raça influencia a vida das pessoas no Brasil. Quando se investiga, então, em quais situações esta dimensão é percebida como mais ou menos relevante, viu-se que as situações que envolvem trabalho foram as mais citadas (84,4%) seguidas das que possuem relação com justiça/polícia (79,4%), convívio social (77,9%) e escola (71,5%). O casamento foi a situação menos citada (45,7%), o que parece indicar que as pessoas acreditam que é no nível das relações mais pessoais que as características raciais são menos relevantes. Ou seja, situações que oferecem um grau maior de liberdade para escolhas individuais seriam mais capazes de enfraquecer pressões sociais em torno de interdições com base em características raciais dos indivíduos. Esse dado, de certa forma, reflete uma visão mais moderna do casamento, ao dar um peso maior do indivíduo sobre a sociedade nas escolhas matrimoniais. O trabalho aparece, para quase todas as Unidades da Federação de residência pesquisadas, como a situação para a qual a cor ou raça apresenta a maior importância. Valores médios mais altos para as situações implicam usualmente maiores dispersões, ou seja, maior divergência de opiniões entre os grupos de cor ou raça autodeclarados. O Amazonas se coloca como a Unidade da Federação com menores valores médios de reconhecimento da importância da cor ou raça nas situações, enquanto o Distrito Federal como aquela de maiores valores médios. Considerando essas situações onde a cor ou raça tem influência na vida das pessoas e desagregando-se por sexo e idade, pode-se dizer, em linhas gerais, que a resposta das pessoas como função da idade é homogênea entre os sexos: a proporção de indivíduos que declararam a existência de influência cresce com a idade para a situação de casamento e decresce para todas as demais.

Verificou-se que a maioria das pessoas informou três critérios para definição de cor ou raça, o número máximo solicitado pela pergunta e poucos (menos de 1%) não informaram nenhum critério. No intuito de facilitar a análise, agregaram-se os seis critérios do questionário em três: critérios de marca (traços físicos e cor da pele); critérios de origem (cultura/tradição, origem familiar e origem socioeconômica/classe social); e critérios político-ideológicos. É interessante notar que ao descrever o comportamento dos "outros" os entrevistados informaram um maior número de critérios do que para informar a sua própria cor ou raça. Isto demonstra que a classificação de cor ou raça envolve um processo complexo em que uma só dimensão não consegue fornecer uma definição adequada do seu significado e isto é mais verdadeiro quando se especula sobre os "outros".

Referências

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, [2012]. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: maio 2012.

_____. Lei nº 1390, de 3 de julho de 1951. Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Conhecida como Lei Afonso Arinos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 10 jul. 1951. p. 10217. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: maio 2012.

DA MATTA, R. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: _____. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 58-85.

NOGUEIRA, O. *Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. 133 p. (Biblioteca básica de Ciências Sociais. Série 1a, Estudos brasileiros, v. 9).

PESQUISA das características étnico-raciais da população - PCERP 2008: manual do entrevistador. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SHERIFF, R. E. Como os senhores chamavam os escravos: discursos sobre cor, raça e racismo num morro carioca. In: MAGGIE, Y.; REZENDE, C. B. (Org.). *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 213-243.

TEIXEIRA, M. De P. A questão da cor nas relações e representações de um grupo de baixa renda. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos, v. 14, p. 85-97, 1987.

TEIXEIRA, M. De P.; BELTRÃO, K. I. *O eu e o outro: a alteridade próxima na declaração de cor no quesito aberto da PME 98*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 40 p. (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, n. 24).

Múltiplas respostas aos quesitos fechados de cor e origem

Kaizô Iwakami Beltrão*
Sonoê Sugahara**
Moema De Poli Teixeira**

Introdução

Desde a virada do século, os levantamentos censitários que consideram a informação de raça e etnicidade têm se preocupado com a situação crescente de miscigenação, refletindo uma demanda por parte da sociedade em diversos países pelo reconhecimento de identidades multiculturais. Morning (2008), em seu estudo sobre a rodada de Censos 2000, encontrou pouquíssimos países com quesitos que contemplem essa situação.

Este trabalho pretende analisar os resultados da Pesquisa das Características Étnico-raciais da População - PCERP 2008 no que tange às origens multiculturais da população brasileira. O Brasil é reconhecidamente um País que se caracteriza por essa multiculturalidade desde a sua origem que, segundo Freyre (1992), está fundada em três raças: a branca, a negra e a indígena.

Variáveis utilizadas na análise

A análise foi realizada com base nas respostas a nove perguntas do questionário, sendo que as últimas sete podem ser grupadas:

* Pesquisador da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas - EBAPE, da Fundação Getúlio Vargas - FGV.

** Pesquisadora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, do IBGE.

Pergunta **3.07**: *Você saberia dizer qual é a sua cor ou raça?* (a resposta é aberta)

Pergunta **3.11**: *Indique a sua origem familiar, dentre as seguintes alternativas (assinale uma ou mais opções e especifique, se souber, país, região, comunidade ou etnia): 1 - africana; 2 - centro-americana; 3 - europeia; 4 - indígena; 5 - judaica; 6 - norte-americana; 7 - oriente médio, síria, libanesa e armênia; 8 - sudeste asiático; 9 - sul-americana (exceto brasileira); 10 - outra; e 11 - não sabe (com especificação para a alternativa outra).*

Perguntas **3.12** a **3.18**: *Dentre as seguintes alternativas, você se reconhece ou se identifica como de cor ou raça (assinale quantas opções desejar): 3.12: afrodescendente? 3.13: indígena? 3.14: amarelo? 3.15: negro? 3.16: branco? 3.17: preto? e 3.18: pardo?* (as respostas são todas sim ou não com especificações para as alternativas indígena e amarelo).

O cruzamento por cor ou raça do entrevistado utilizou uma agregação, com base na primeira pergunta aberta **3.07**, em seis categorias mais frequentes e suas correlatas, que representam cerca de 93% do total de respostas.

Das pessoas entrevistadas, 96% disseram que sabiam dizer qual a sua cor ou raça.

A categoria outra (item 10 da pergunta **3.11**) foi pouco utilizada (6,1% dos respondentes) e não será levada em conta nesta análise. Parte das especificações listadas nesta categoria referia-se a países ou regiões reconhecíveis em outros quesitos e foram devidamente realocadas. Foi necessário também fazer algumas correções nas respostas, na suposição de que as pessoas saberiam informar o nível mais desagregado melhor do que o agregado. Por exemplo, houve indicação de origem centro-americana com detalhamento de México. Optou-se por realocar esta resposta para norte-americana (item 6) e manter o México. Outras inconsistências semelhantes foram todas resolvidas da mesma forma.

Outro problema foi a categoria sudeste asiático (item 8). Alguns respondentes colocaram o Japão, que na verdade não está incluído nesta região. Optou-se por ampliar esta resposta para incluir todo o Extremo Oriente, agregando as especificações referentes à pergunta **3.14** da origem geográfica que listava Japão, China, Coreia, etc. como possibilidades. Como já mencionado, realocaram-se, também, as respostas da categoria outra, que mencionavam países da região.

Análise das respostas à pergunta 3.11 sobre origem familiar

Considerando as nove demais categorias, como os respondentes poderiam especificar múltiplas respostas, o número total de combinações seria $2^9=512$ possibilidades. No entanto, além dos casos onde o respondente não apontava nenhuma origem, os casos mais frequentes eram de uma só origem. A Tabela 1 apresenta as probabilidades de combinações encontradas. As respostas combinando mais de uma origem apresentam menor incidência do que as de origens únicas. Entre as Unidades da Federação de residência pesquisadas, Paraíba foi a que apresentou a maior proporção de indivíduos que não declararam nenhuma origem das listadas (73,7%). A maior proporção de indivíduos que declararam uma única origem encontra-se no Estado do Rio Grande do Sul e a de indivíduos que declararam múltiplas origens, no Distrito Federal.

Tabela 1 - Distribuição percentual das combinações de declaração de origem familiar por Unidades da Federação de residência pesquisadas, segundo a complexidade nas respostas - 2008

Complexidade nas respostas	Distribuição percentual das combinações de declaração de origem familiar, por Unidades da Federação de residência pesquisadas (%)						
	Total da amostra	Amazonas	Paraíba	São Paulo	Rio Grande do Sul	Mato Grosso	Distrito Federal
Origem única	47,3	41,0	19,7	47,4	58,4	41,4	41,3
Múltiplas origens	18,4	15,8	6,6	18,6	21,2	17,6	25,6
Sem declaração	34,3	43,2	73,7	33,9	20,4	40,9	33,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

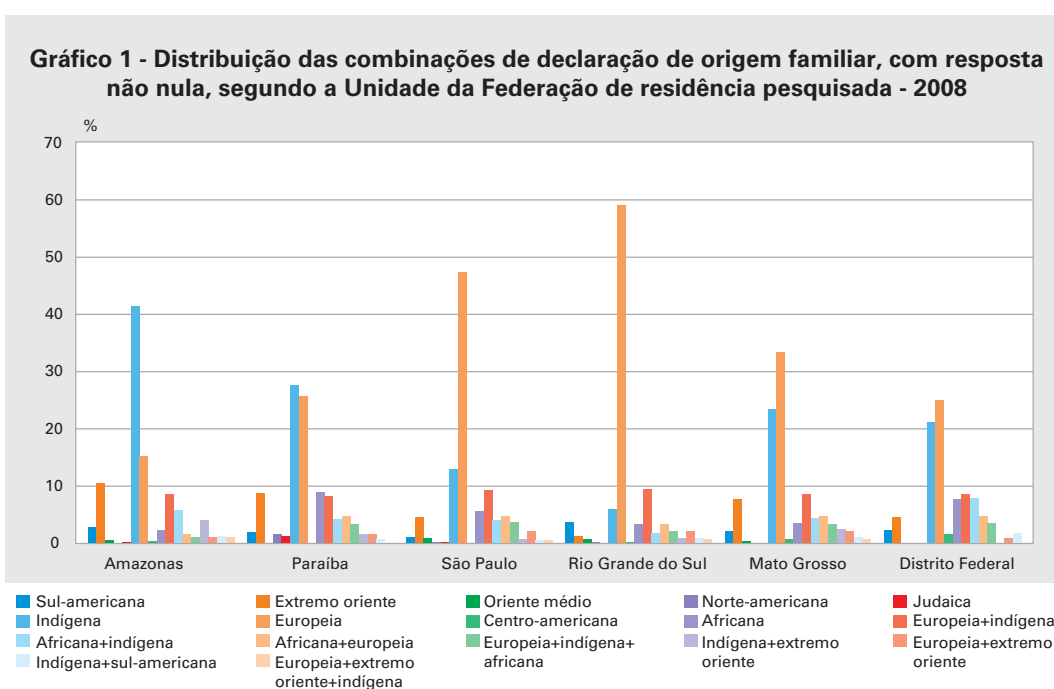
A Tabela 2 apresenta a mesma informação da Tabela 1, porém com a especificação das combinações de origens mais citadas, totalizando entre 92,2% das respostas no Distrito Federal e 99,6 no Estado da Paraíba. A categoria de maior incidência entre todas as Unidades da Federação de residência pesquisadas foi a de origem única europeia no Rio Grande do Sul (46,9%), seguida da mesma categoria em São Paulo (31,2%). Indígenas foi a categoria exclusiva mais citada no Amazonas e corresponde ao terceiro maior valor encontrado (23,4%). Nesta tabela, as 10 primeiras linhas representam uma única origem ou ausência de informação (primeira linha). Contrariamente às expectativas, as combinações de duas das origens listadas por Freyre (1992) como matriz da população brasileira (africana, europeia e indígena) são encabeçadas pela combinação europeia+indígena, seguida da combinação africana+indígena. A combinação africana+europeia aparece somente em terceiro lugar.

Tabela 2 - Distribuição percentual das combinações de declaração de origem familiar por Unidades da Federação de residência pesquisadas, segundo a complexidade nas respostas e especificação das combinações mais representativas - 2008

Complexidade nas respostas e especificação das combinações mais representativas	Distribuição percentual das combinações de declaração de origem familiar, por Unidades da Federação de residência pesquisadas (%)					
	Amazonas	Paraíba	São Paulo	Rio Grande do Sul	Mato Grosso	Distrito Federal
Ausência de informação	43,2	73,7	33,9	20,4	40,9	33,2
Sul-americana	1,6	0,5	0,6	2,8	1,2	1,4
Extremo oriente	5,9	2,3	2,9	0,9	4,5	3,0
Oriente médio	0,3	0,0	0,5	0,5	0,1	0,0
Norte-americana	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Judaica	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Indígena	23,4	7,2	8,5	4,7	13,7	14,1
Europeia	8,5	6,7	31,2	46,9	19,6	16,6
Centro-americana	0,1	0,0	0,0	0,1	0,4	1,0
Africana	1,2	2,3	3,6	2,6	2,1	5,1
Europeia + indígena	4,8	2,1	6,0	7,4	5,0	5,6
Africana + indígena	3,2	1,1	2,6	1,4	2,5	5,2
Africana + europeia	0,8	1,2	3,1	2,6	2,8	3,1
Europeia + indígena + africana	0,5	0,9	2,4	1,6	1,9	2,2
Indígena + extremo oriente	2,2	0,4	0,4	0,6	1,4	0,0
Europeia + extremo oriente	0,6	0,4	1,3	1,5	1,2	0,5
Indígena + sul-americana	0,6	0,2	0,3	0,7	0,5	1,1
Europeia + extremo oriente + indígena	0,6	0,0	0,3	0,5	0,3	0,0
Acumulado	97,5	99,6	97,7	95,1	98,0	92,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

O Gráfico 1 apresenta a mesma distribuição das combinações de declaração de origem, condicionada, porém, à existência de uma resposta (ignorando a primeira linha da Tabela 1 que corresponde à não resposta de todos os itens do quesito). Em geral, observa-se em todas as Unidades da Federação de residência pesquisadas a predominância da origem europeia exclusiva (barra azul real) seguida da origem indígena exclusiva (barra rosa claro), com exceção dos Estados do Amazonas e da Paraíba, onde esta ordem se inverte. Na Paraíba, as incidências destas duas origens exclusivas são bem próximas. Estranhamente, a incidência da combinação destas duas origens (europeia e indígena) só não aparece em terceiro lugar nestas duas Unidades da Federação. No Rio Grande do Sul, entre os que responderam a algum destes quesitos de origem, a origem exclusiva europeia corresponde a quase 60%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.
Nota: Consideradas as respostas mais representativas.

Para facilitar a comparação entre as Unidades da Federação de residência pesquisadas, a Tabela 3 apresenta a razão da distribuição das combinações de origem com a distribuição do total da amostra. Valores acima de 120% estão em negrito preto e aqueles abaixo de 80%, em negrito vermelho. Os demais valores não são apresentados, pois indicariam proximidade com a distribuição do total da amostra. Os Estados do Amazonas e da Paraíba apresentam a proporção de indivíduos sem declaração de origem maior do que a média, enquanto no Rio Grande do Sul a situação é oposta.

Com respeito à origem exclusiva europeia, o Rio Grande do Sul apresenta uma proporção maior do que a média, São Paulo uma proporção perto da média, e as demais Unidades da Federação situam-se abaixo da média. A origem exclusiva indígena está super-representada no Amazonas, mas também em Mato Grosso e no Distrito Federal.

Está abaixo da média no Rio Grande do Sul. Estranhamente, é no Rio Grande do Sul que a origem combinada europeia+indígena está super-representada.

A combinação africana+europeia está sub-representada no Amazonas e na Paraíba, e a europeia+indígena+africana, no Amazonas, na Paraíba e no Rio Grande do Sul. A combinação indígena+extremo oriente está super-representada no Amazonas e em Mato Grosso.

Tabela 3 - Razão da distribuição das combinações de declaração de origem familiar, por Unidades da Federação de residência pesquisadas, com a distribuição do total da amostra, segundo a complexidade nas respostas e especificação das combinações mais representativas - 2008

Complexidade nas respostas e especificação das combinações mais representativas	Razão da distribuição das combinações de declaração de origem familiar, por Unidades da Federação de residência pesquisadas, com a distribuição do total da amostra (%)					
	Amazonas	Paraíba	São Paulo	Rio Grande do Sul	Mato Grosso	Distrito Federal
Ausência de informação	125,7	214,8		59,4		
Sul-americana	126,9	40,0	47,1	224,9		
Extremo oriente	180,3	69,7		28,2	136,9	
Oriente médio	79,8		155,4	148,7	33,5	
Norte-americana		782,7				
Judaica	130,6	810,3	79,0			
Indígena	267,7	82,4		53,2	156,5	161,0
Europeia	27,8	21,8		152,6	63,7	54,1
Centro-americana				46,9	289,4	795,8
Africana	43,1	83,7	131,2		73,9	184,1
Europeia + indígena	79,9	35,4		124,4		
Africana + indígena	131,3	45,0		56,1		216,1
Africana + europeia	31,1	44,3				
Europeia + indígena +africana	24,9	42,0		76,0		
Indígena + extremo oriente	334,0	58,1	57,3		216,0	
Europeia + extremo oriente	60,9	42,1	140,5	163,7	125,5	52,5
Indígena + sul-americana	151,8	35,9	64,6	157,7	128,5	263,4
Europeia + extremo oriente + indígena	143,1		72,5	138,8		

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Nota: Valores em negrito vermelho denotam incidência para a cor menor do que 80% da média, e valores em negrito preto denotam incidência para a cor maior do que 120% da média. Incidências entre estes dois limites não são apresentadas.

Análise das respostas à pergunta 3.11 sobre origem familiar combinadas com as repostas à pergunta 3.07 sobre cor ou raça

A Tabela 4 apresenta a distribuição das combinações de declaração de origem segundo a cor ou raça declarada. A declaração de origem única é a mais frequente para os que declararam origem, entre todos os grupos de cor ou raça, sendo maior entre os que se declararam amarelo (81,5%), seguidos dos que se declararam branco (78,6%).

Tabela 4 - Distribuição percentual das combinações de declaração de origem familiar, por cor ou raça declarada, segundo a complexidade nas respostas - 2008

Complexidade nas respostas	Distribuição percentual das combinações de declaração de origem familiar (%)						
	Total da amostra	Cor ou raça declarada					
		Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela
Origem única	72,9	78,6	67,5	60,8	58,7	59,1	81,5
Múltiplas origens	27,1	21,4	32,5	39,2	41,3	40,9	18,5
Sem declaração	35,0	25,9	52,6	40,0	40,8	45,4	7,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

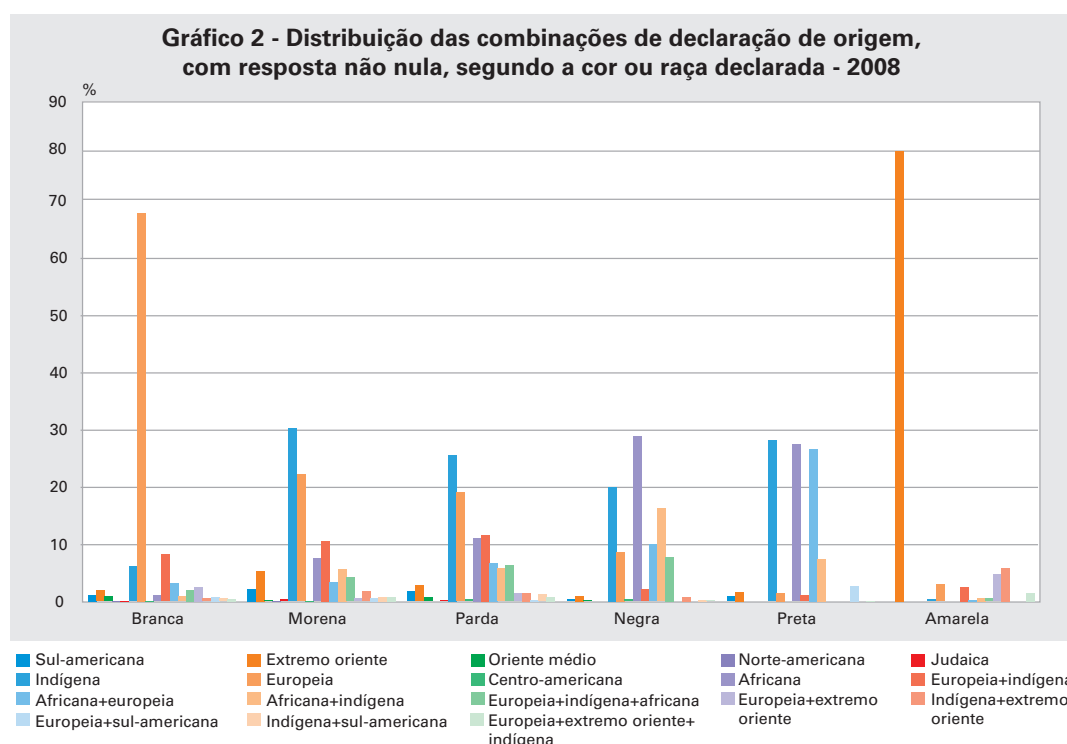
A Tabela 5 apresenta a mesma informação da Tabela 4, porém com a especificação das combinações de origens mais citadas, com totalizações semelhantes às encontradas na Tabela 2. Semelhantemente à Tabela 2, nesta, as 10 primeiras linhas também representam uma única origem ou ausência de informação (primeira linha). A categoria de maior incidência entre todos os grupos de cor ou raça declaradas foi a de origem única extremo oriente para os amarelos (72,6%), seguida da de origem europeia entre os brancos. Origem exclusiva indígenas foi a categoria mais citada entre os que se autotransformaram como morenos (14,5%), pardos (15,2%) e pretos (15,3%), e com incidências bem próximas entre si. Entre os negros, foi a africana exclusiva (17%) a origem mais citada, que, entre os que se declararam pretos, foi um pouco mais baixa (14,9%), próximo da combinação africana+europeia (14,5%).

Tabela 5 - Distribuição das combinações de declaração de origem familiar, por cor ou raça declarada, segundo a complexidade nas respostas e especificação das combinações mais representativas - 2008

Complexidade nas respostas e especificação das combinações mais representativas	Distribuição das combinações de declaração de origem familiar, por cor ou raça declarada (%)					
	Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela
Ausência de informação	25,9	52,6	40,0	40,8	45,4	7,3
Sul-americana	0,8	1,0	1,0	0,2	0,5	0,0
Extremo oriente	1,4	2,5	1,6	0,5	0,9	72,6
Oriente médio	0,6	0,1	0,4	0,1	0,0	0,0
Norte-americana	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Judaica	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0
Indígena	4,5	14,3	15,2	11,8	15,3	0,3
Europeia	50,1	10,5	11,4	5,1	0,8	2,7
Centro-americana	0,1	0,0	0,1	0,2	0,0	0,0
Africana	0,8	3,5	6,6	17,0	14,9	0,0
Europeia + indígena	6,1	5,0	6,9	1,2	0,5	2,3
Africana + europeia	2,3	1,6	4,0	5,8	14,5	0,2
Africana + indígena	0,6	2,7	3,4	9,6	4,0	0,6
Europeia + indígena + africana	1,5	2,0	3,8	4,6	0,0	0,4
Europeia + extremo oriente	1,8	0,2	0,8	0,0	0,0	4,3
Indígena + extremo oriente	0,4	0,8	0,8	0,5	0,0	5,4
Europeia + sul-americana	0,6	0,3	0,1	0,0	1,5	0,0
Indígena + sul-americana	0,4	0,3	0,7	0,1	0,0	0,0
Europeia + extremo oriente + indígena	0,3	0,3	0,4	0,1	0,0	1,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

O Gráfico 2 apresenta a mesma distribuição das combinações de declaração de origem, condicionada, porém, à existência de uma resposta (ignorando a primeira linha da Tabela 5 que corresponde à não resposta de todos os itens do quesito), ou seja segundo a cor ou raça declarada. O comportamento dos grupos brancos e amarelos é bem discrepante dos demais, pois estes apresentam a incidência de uma origem única bem diferenciada das outras opções: origem europeia para os brancos (68,7%) e extremo oriente para os amarelos (78,3%). Para morenos e pardos, as maiores incidências são para as origens exclusivas indígena e europeia. Para os negros e pretos, as maiores incidências são as origens exclusivas indígena e africana, sendo que, para os pretos, a combinação africana+europeia é também bastante representativa e, para os negros, a combinação africana+indígena está em terceiro lugar.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Nota: Considerada as respostas mais representativas.

Para facilitar a comparação entre os grupos de cor ou raça, semelhantemente ao que foi feito para a desagregação por Unidades da Federação, a Tabela 6 apresenta a razão da distribuição das combinações de origem, segundo a cor ou raça, com a distribuição do total da amostra. Aqui também, valores acima de 120% estão em negrito preto e aqueles abaixo de 80%, em negrito vermelho. Os demais valores não são apresentados, pois indicariam proximidade com a distribuição do total da amostra. Morena e preta são as categorias que apresentam a proporção de indivíduos sem declaração de origem maior do que a média, enquanto branca e amarela estão na situação oposta.

Entre os brancos, as origens exclusivas oriente médio, norte-americana e europeia, e as combinações europeia+extremo-oriental e europeia+sul-americana estão super-representadas. A origem exclusiva africana e a combinação africana+indígena são as mais sub-representadas, com uma diferença de cerca de 80% abaixo da média.

Entre os morenos, as origens exclusivas judaica, indígena e sul-americana e a combinação indígena+extremo oriente estão entre as super-representadas, sendo que a origem exclusiva oriente médio e a combinação europeia+extremo oriente estão entre as mais sub-representadas.

Entre os pardos, negros e pretos, as origens exclusivas indígena, africana e as combinações africana+europeia e africana+indígena estão entre as mais super-representadas, enquanto a origem exclusiva europeia está entre as sub-representadas. Existem, porém, diferenças: entre os pardos, as origens judaica, centro-americana e a combinação indígena+sul-americana estão também super-representadas; entre os negros, a origem centro-americana e a combinação europeia+indígena+africana estão também super-representadas; e, entre os pretos, encontra-se uma super-representação da combinação europeia+sul-americana. Entre os amarelos, existe uma super-representação da origem extremo-oriental, seguida da combinação indígena+extremo-oriental.

Tabela 6 - Razão de distribuição das combinações de declaração de origem familiar, por cor ou raça, com a distribuição do total da amostra, segundo a complexidade nas respostas e especificação das combinações mais representativas - 2008

Complexidade nas respostas e especificação das combinações mais representativas	Razão de distribuição das combinações de declaração de origem familiar, por cor ou raça, com a distribuição do total da amostra (%)					
	Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela
Ausência de informação	74,0	150,3			129,9	20,9
Sul-americana		123,9	123,6	23,0	58,2	
Extremo oriente	51,8		61,4	19,9	33,0	2 715,5
Oriente médio	152,9	14,8		21,5		
Norte-americana	165,9	55,0				
Judaica	47,2	239,0	161,6			
Indígena	50,9	161,9	172,8	133,3	172,9	3,1
Europeia	162,4	34,0	36,8	16,5	2,6	8,7
Centro-americana		21,3	229,7	245,6		
Africana	20,6		177,5	457,0	401,0	
Europeia + indígena			128,6	22,1	9,9	42,6
Africana + europeia		56,6	141,2	207,2	513,0	6,6
Africana + indígena	27,0		151,8	426,6	177,9	24,7
Europeia + indígena +africana	69,0		178,4	217,8		19,1
Europeia + extremo oriente	152,7	19,6	68,9			362,3
Indígena + extremo oriente	61,1	132,2	138,8	73,8		876,8
Europeia + sul-americana	141,2	67,7	36,5		374,0	
Indígena + sul-americana			182,9	29,4		
Europeia + extremo oriente + indígena			144,4	26,1	16,5	427,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Nota: Valores em negrito vermelho denotam incidência para a cor menor do que 80% da média, e valores em negrito preto denotam incidência para a cor maior do que 120% da média. Incidências entre estes dois limites não são apresentadas.

Análise das respostas às perguntas 3.12 a 3.18 sobre alternativas de cor ou raça com as quais o respondente se reconhece ou se identifica

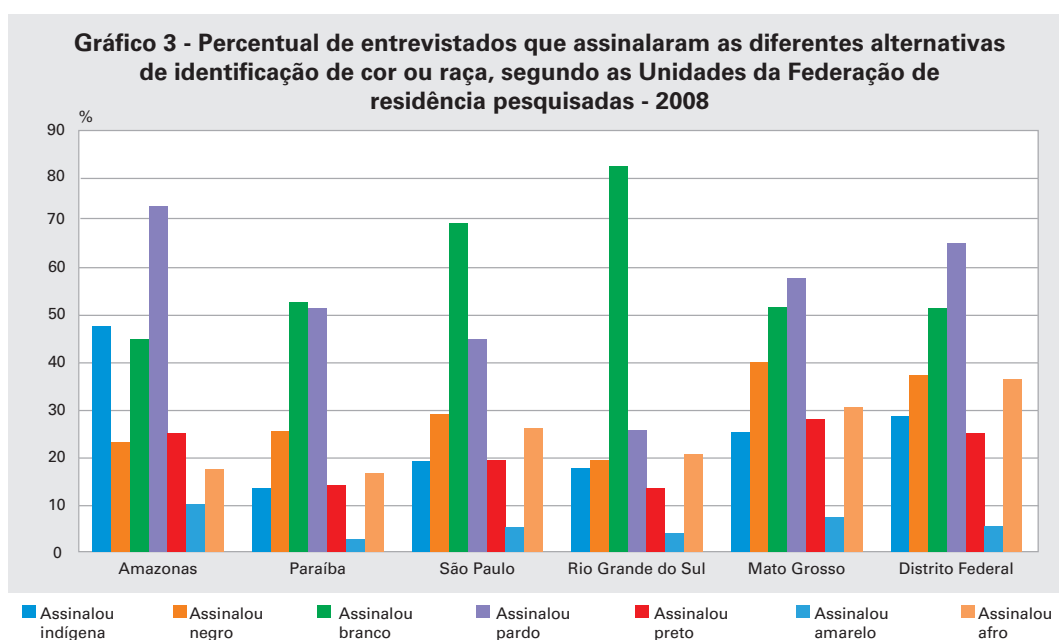
A Tabela 7 e o Gráfico 3 apresentam as percentagens de indivíduos que responderam as alternativas oferecidas às perguntas 3.12 a 3.18 em cada uma das Unidades da Federação de residência pesquisadas. No Amazonas, a cor ou raça parda foi a mais assinalada, seguida de indígena. Na Paraíba, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, a opção mais frequente foi branca, seguida de parda. Em Mato Grosso e no Distrito Federal, a opção mais assinalada foi parda, seguida de branca.

Tabela 7 - Percentual de indivíduos que assinalaram as diferentes alternativas de identificação, por Unidades da Federação de residência pesquisadas - 2008

Alternativas de identificação	Percentual de indivíduos que assinalaram as diferentes alternativas de identificação, por Unidades da Federação de residência pesquisadas (%)						
	Total da amostra	Amazonas	Paraíba	São Paulo	Rio Grande do Sul	Mato Grosso	Distrito Federal
Afrodescendente	25,0	17,5	16,8	26,3	20,8	30,7	36,6
Indígena	20,4	48,0	13,5	19,2	17,8	25,4	28,8
Amarelo	5,1	10,1	2,6	5,1	4,0	7,3	5,4
Negro	28,0	23,4	25,6	29,4	19,5	40,4	37,5
Branco	68,7	45,3	53,1	70,0	82,0	52,0	51,8
Preto	19,0	25,2	14,1	19,5	13,5	28,3	25,2
Pardo	44,7	73,6	51,8	45,2	25,8	58,1	65,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Nota: As alternativas não são mutuamente exclusivas.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

As Tabelas 8 e 9 apresentam as distribuições das combinações de declaração de identificação por multiplicidade de resposta e segundo a cor ou raça declarada dos indivíduos que assinalaram as alternativas oferecidas às perguntas **3.12** a **3.18** (cor ou raça com resposta fechada) para cada declaração de cor ou raça com resposta aberta. Entre aqueles que declararam cor ou raça branca ou amarela na pergunta de resposta aberta, a maioria optou por uma declaração única nos quesitos de resposta fechada, o oposto acontecendo para aqueles que declararam cor ou raça morena, parda, negra ou preta. A declaração múltipla entre os autodeclarados negros chega a 85,1% e entre os autodeclarados pretos, 82,4%.

Tabela 8 - Distribuição percentual das combinações de declaração de identificação por cor ou raça, segundo a multiplicidade de respostas declaradas - 2008

Multiplicidade de respostas declaradas	Distribuição percentual das combinações de declaração de identificação, por cor ou raça (%)						
	Total	Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela
Declaração única	47,7	65,0	33,4	26,0	14,5	16,6	63,2
Declaração múltipla	50,5	34,6	60,6	73,3	85,1	82,4	36,0
Sem declaração	1,7	0,4	5,9	0,8	0,4	1,0	0,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

A Tabela 9 desagrega a informação da Tabela 8. Para os autodeclarados brancos, 64,1% assinalaram unicamente branco nas perguntas de resposta fechada. Entre os autodeclarados amarelos, 58,8% assinalaram a categoria homônima.

Entre os autodeclarados morenos, a pergunta mais escolhida isoladamente refere-se a pardo (15,6%), seguida de branco (11,5%) e indígena (3,1%). As outras opções foram, principalmente, de combinações: branco+pardo (8,6%), indígena+pardo (3,7%), branco+indígena+pardo (2,7%) e afro+pardo (2,3%).

Entre os autodeclarados pardos, a pergunta mais escolhida isoladamente refere-se à categoria homônima (21,2%), seguida de branco (2,0%). Outras opções foram combinações: branco+pardo (10,0%), indígena+pardo (7,1%), branco+indígena+pardo (3,7%) e afro+negro+preto+pardo (3,7%).

Entre os autodeclarados negros, a pergunta mais escolhida isoladamente também refere-se à categoria homônima, mas com incidência mais baixa do que entre os pardos (10,5%), seguida de afro (2,2%). A combinação afro+negro+preto representou 13,4%, seguida da combinação afro+negro+preto+pardo, com 5,5%.

Entre os autodeclarados pretos, a pergunta mais escolhida isoladamente refere-se também à categoria homônima (7,0%), com incidência ainda mais baixa do que entre os negros, seguida de negro (4,3%). Nas combinações, as opções foram mais concentradas: afro+negro+preto (23,8%) e afro+negro+preto+pardo (8,3%).

Tabela 9 - Distribuição percentual das combinações de declaração de identificação por cor ou raça declarada, segundo a complexidade nas respostas e especificação das combinações mais representativas- 2008

Complexidade nas respostas e especificação das combinações mais representativas	Distribuição percentual das combinações de declaração de identificação, por cor ou raça declarada (%)					
	Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela
Ausência de informação	0,4	5,9	0,8	0,4	1,0	0,9
Afro	0,0	1,0	1,9	2,2	0,9	0,5
Indígena	0,2	3,1	0,4	0,3	1,1	0,0
Amarelo	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	58,8
Negro	0,0	1,5	0,4	10,5	4,3	0,0
Branco	64,1	11,5	2,0	0,3	0,3	1,6
Preto	0,0	0,4	0,0	0,0	7,0	0,0
Pardo	0,5	15,6	21,2	1,1	3,0	2,3
Branco + pardo	7,6	8,6	10,0	0,1	0,0	2,7
Branco + indígena	4,4	1,4	0,6	0,0	0,0	0,4
Branco + indígena + pardo	2,1	2,7	3,7	0,2	0,1	0,4
Indígena + pardo	0,1	3,7	7,1	0,1	0,5	0,0
Afro + negro + preto	0,1	1,1	0,1	13,4	23,8	0,0
Afro + indígena + negro + branco + preto + pardo	1,0	1,9	3,2	2,4	1,2	0,4
Afro + negro + branco + preto + pardo	0,7	2,2	3,1	3,8	0,8	0,0
Afro + negro	0,0	1,3	0,4	14,2	2,8	0,0
Afro + branco	2,5	0,6	0,2	0,0	0,0	0,0
Afro + negro + preto + pardo	0,1	1,3	3,7	5,5	8,3	0,0
Negro + branco + pardo	1,1	2,0	2,4	0,1	0,2	0,0
Negro + branco + preto + pardo	0,9	2,1	1,9	1,0	1,6	1,3
Afro + negro + pardo	0,0	1,5	2,8	5,7	0,0	0,0
Afro + branco + pardo	1,5	0,8	1,4	0,1	0,0	0,0
Afro + pardo	0,1	2,3	3,1	0,1	0,4	0,0
Afro + negro + branco + pardo	0,7	0,9	2,0	1,6	0,0	0,0
Afro + indígena + negro + branco + pardo	0,6	1,0	2,5	1,1	0,0	0,0
Afro + indígena + negro + pardo	0,0	1,0	3,4	2,9	0,0	0,1
Afro + indígena + negro + preto + pardo	0,0	1,3	1,3	4,7	3,6	0,0
Negro + pardo	0,1	2,0	1,3	1,7	0,6	0,0
Todos	0,8	1,1	0,4	0,4	0,1	1,9
Afro + indígena + branco + pardo	0,7	0,7	1,7	0,0	0,0	0,0
Negro + preto	0,1	1,0	0,0	4,2	7,9	0,0
Negro + branco + preto	1,1	0,4	0,0	0,1	2,7	0,0
Representatividade	91,6	82,3	82,9	78,4	72,3	71,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Para facilitar a comparação entre os grupos de cor ou raça, semelhantemente ao que foi feito para a desagregação por Unidades da Federação de residência e por origem, a Tabela 10 apresenta a razão da distribuição das combinações de identificação, segundo a cor ou raça, com a distribuição do total da amostra. Aqui também, valores acima de 120% estão em negrito preto e aqueles abaixo de 80%, em negrito vermelho. Os demais valores não são apresentados, pois indicariam proximidade com a distribuição do total da amostra.

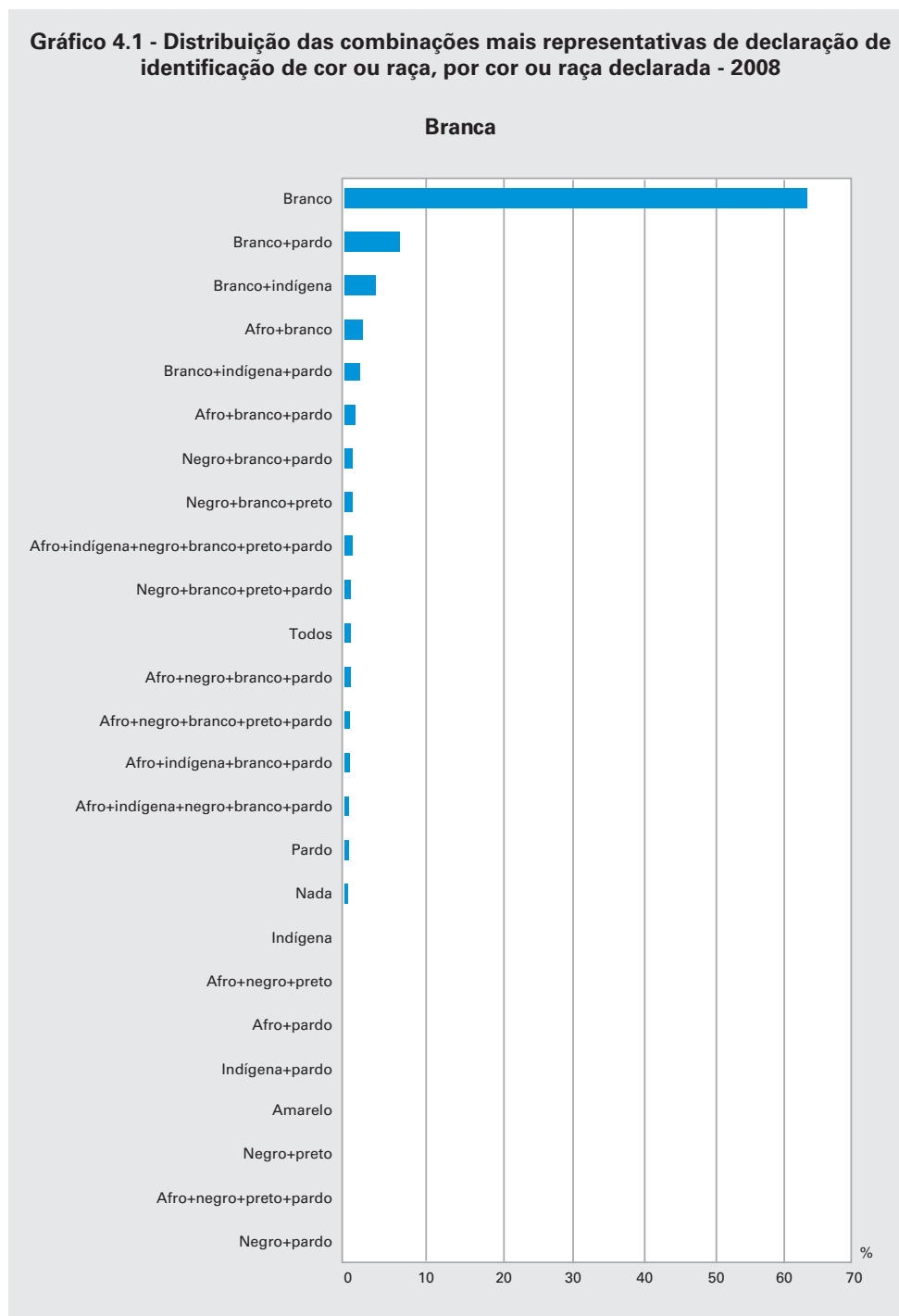
Tabela 10 - Razão da distribuição das combinações de declaração de identificação, por cor ou raça declarada, com a distribuição do total da amostra, segundo a complexidade nas respostas e especificação das combinações mais representativas - 2008

Complexidade nas respostas e especificação das combinações mais representativas	Razão de distribuição das combinações de declaração de identificação, por cor ou raça declarada, com a distribuição do total da amostra (%)					
	Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela
Ausência de informação		3,471			0,610	
Afro		1,412	2,671	3,123		
Indígena		3,501			1,234	
Amarelo						59,257
Negro				7,774	3,168	
Branco	1,742	0,313	0,053			0,044
Preto					31,614	
Pardo		2,306	3,138	0,158	0,438	0,333
Branco + pardo			1,36			0,373
Branco + indígena	1,618	0,505				
Branco + indígena + pardo			1,673			
Indígena + pardo		1,999	3,841			
Afro + negro + preto		0,595		7,515	13,3	
Afro + indígena + negro + branco + preto + pardo			1,986	1,513	0,751	
Afro + negro + branco + preto + pardo		1,385	1,951	2,38		
Afro + negro				9,048	1,802	
Afro + branco	1,685					
Afro + negro + preto + pardo			2,632	3,946	5,95	
Negro + branco + pardo		1,465	1,747			
Negro + branco + preto + pardo		1,624	1,45		1,229	
Afro + negro + pardo		1,26	2,282	4,739		
Afro + branco + pardo	1,282		1,203			
Afro + pardo		2,287	3,126			
Afro + negro + branco + pardo			2,002	1,579		
Afro + indígena + negro + branco + pardo			2,627			
Afro + indígena + negro + pardo			3,577	3,069		
Afro + indígena + negro + preto + pardo		1,422	1,424	5,185	3,958	
Negro + pardo		2,482	1,636	2,165		
Todos		1,418				2,489
Afro + indígena + branco + pardo			2,281			
Negro + preto				5,862	11,058	
Negro + branco + preto	1,528				3,903	

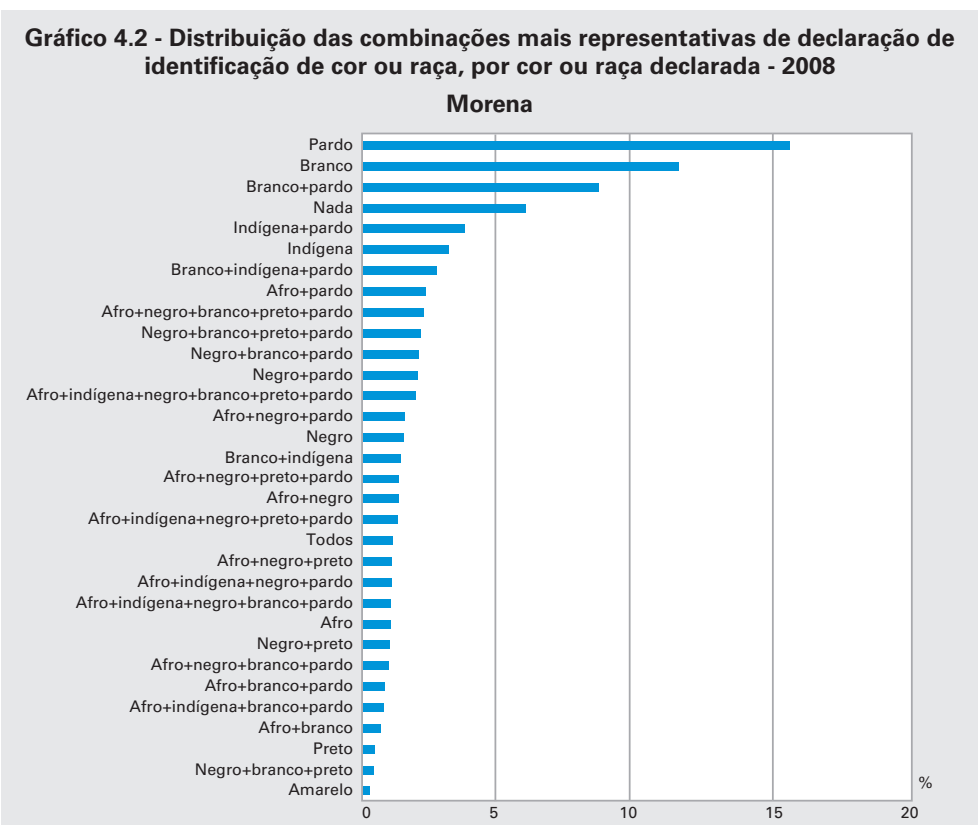
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Nota: Valores em negrito vermelho denotam incidência para a cor menor do que 80% da média, e valores em negrito preto denotam incidência para a cor maior do que 120% da média. Incidências entre estes dois limites não são apresentadas.

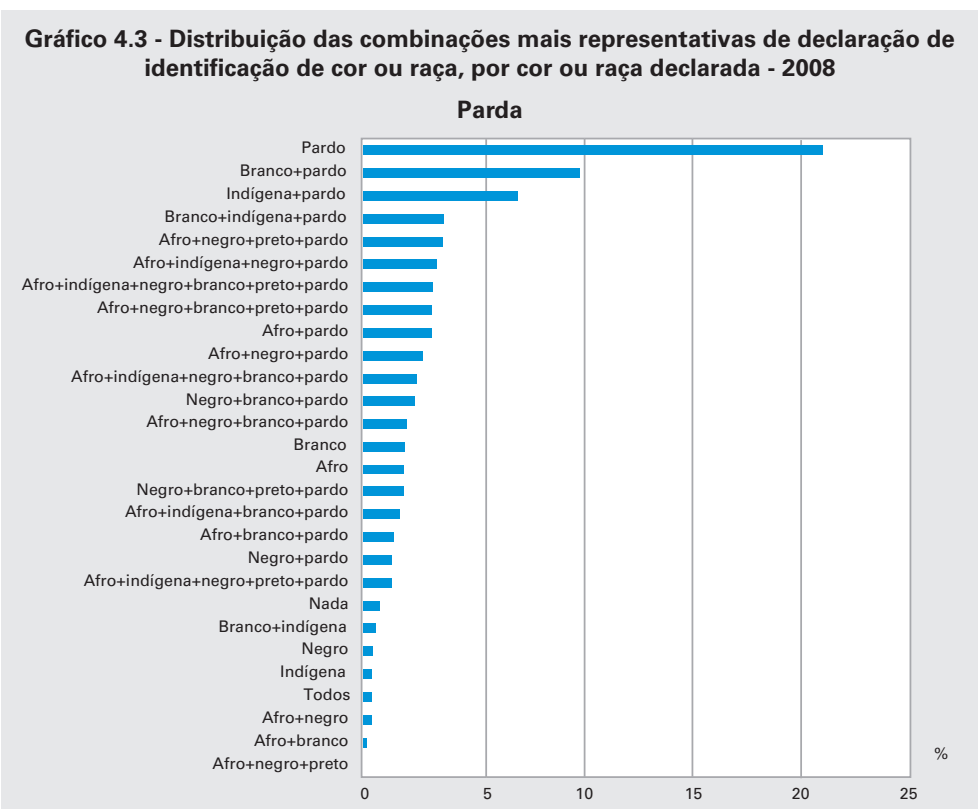
O Gráfico 4 apresenta a mesma distribuição das combinações de declaração de identificação, condicionada, porém, à existência de uma resposta (ignorando a primeira linha da Tabela 9 que corresponde à não resposta de todos os itens do quesito). Em geral, observa-se entre todas as autodeclarações de cor ou raça, a predominância das identificações homônimas exclusivas: barra rosa entre os brancos, seguida da barra azul claro entre os amarelos e violeta claro entre os pardos.



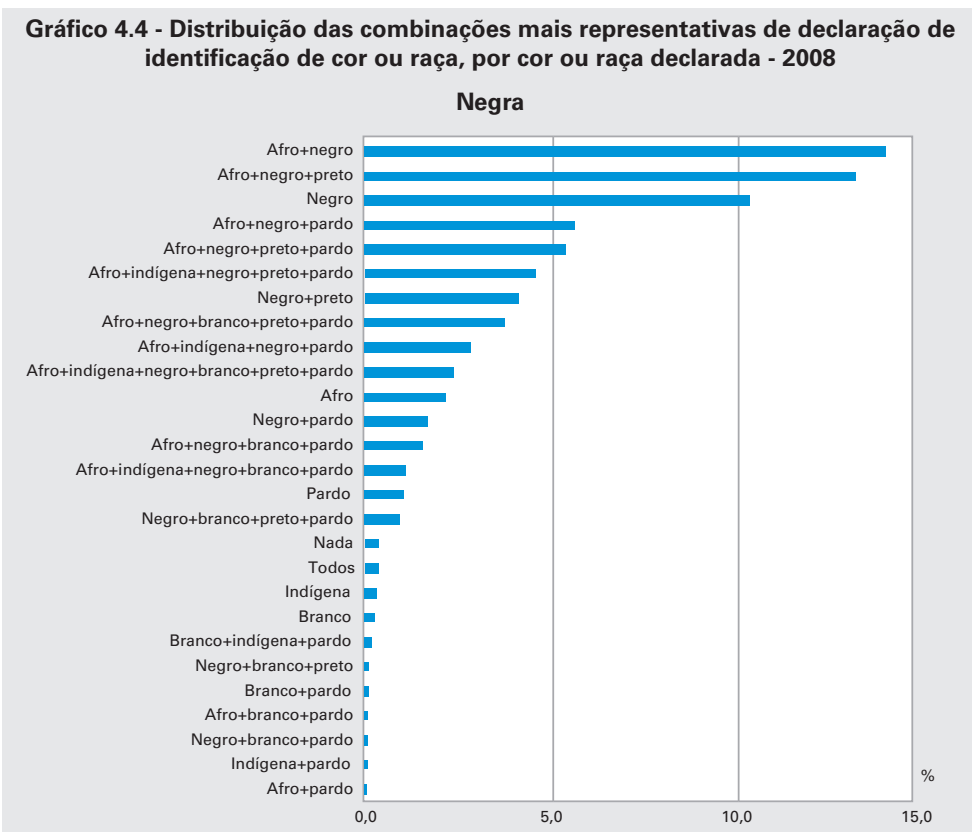
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.



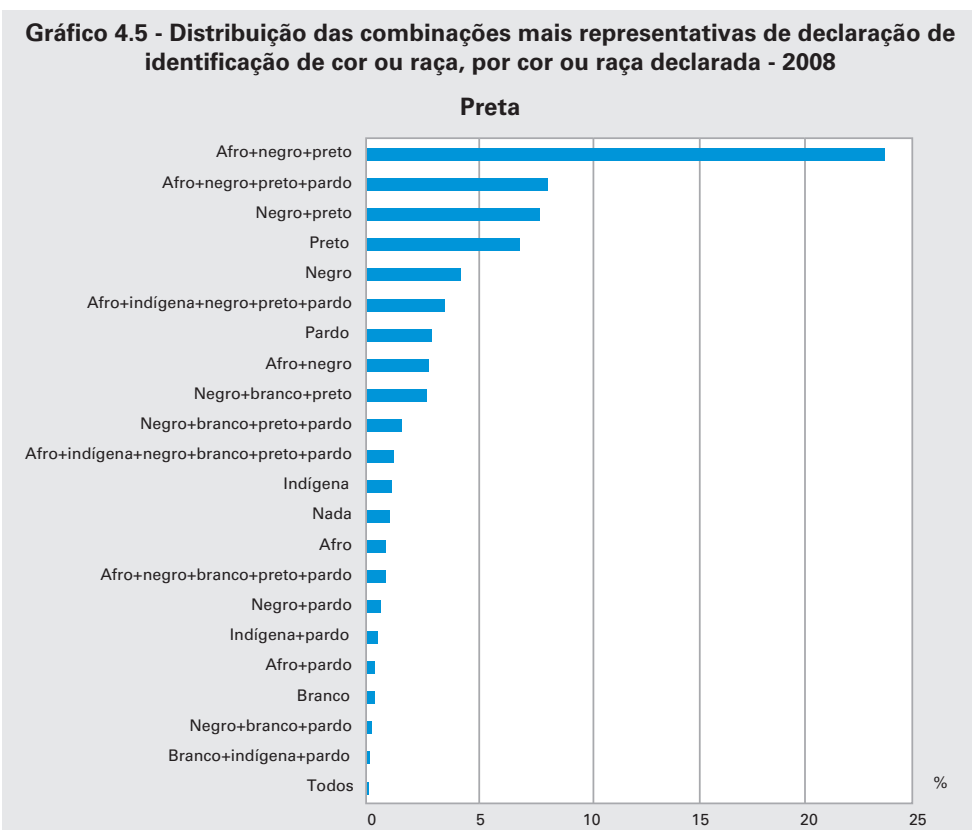
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

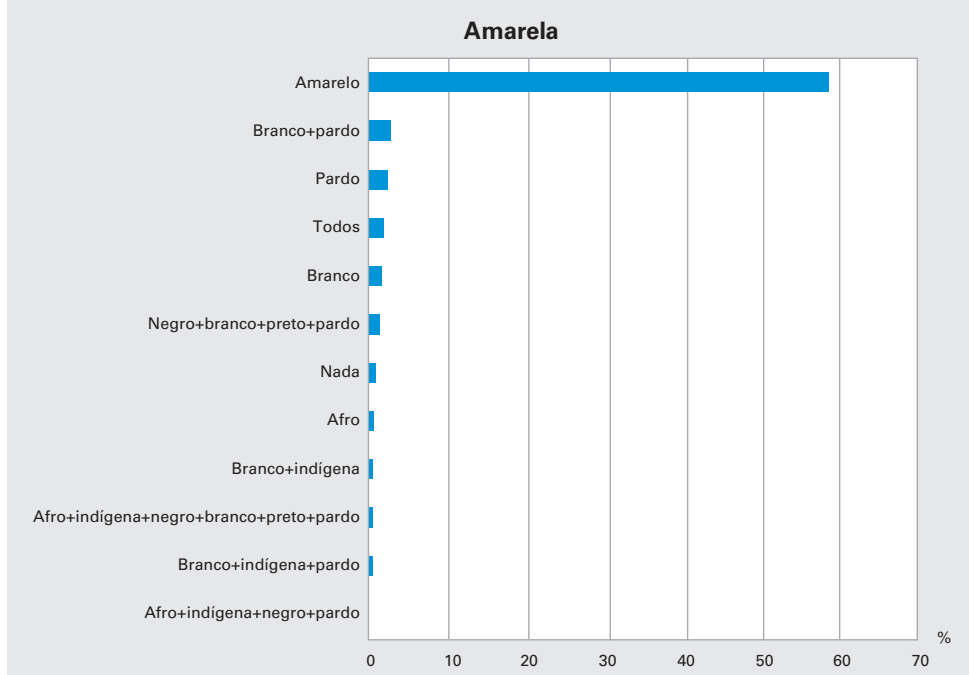


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Gráfico 4.6 - Distribuição das combinações mais representativas de declaração de identificação de cor ou raça, por cor ou raça declarada - 2008



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

As Tabelas 11 e 12 apresentam, para os autodeclarados negros e afrodescendentes, a proporção de declarações correlatas de cor ou raça. Entre os negros, a maioria (80,1%) também se dizia pardos ou pretos, o mesmo ocorrendo entre os que se declararam afrodescendentes (75,9%).

Tabela 11 - Negros que declaram outra identificação correlata de cor ou raça - 2009

Especificação	Percentual (%)
Negros que também se dizem pardos	62,9
Negros que também se dizem pretos	52,7
Negros que também se dizem pardos ou pretos	80,1
Negros que também se dizem pretos e pardos	35,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Tabela 12 - Afrodescendentes que declaram outra identificação correlata de cor ou raça - 2009

Especificação	Percentual (%)
Afrodescendentes que também se dizem pardos	62,6
Afrodescendentes que também se dizem pretos	42,6
Afrodescendentes que também se dizem pardos ou pretos	75,9
Afrodescendentes que também se dizem pretos e pardos	29,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Comentários e conclusões

Alguns defendem a exclusão da pergunta sobre cor ou raça de pesquisas e levantamentos censitários alegando que essa dimensão do indivíduo não é relevante para o estudo da população, sendo por ela mesma pouco valorizada. A justificativa para esse pensamento seria o alto grau de miscigenação brasileira que dificultaria, para cada indivíduo, a sua identificação por cor ou raça. Nesse sentido, a PCERP 2008 mostrou que a maioria das pessoas entrevistadas não só informou que sabia dizer qual a sua cor ou raça (96%) como foi capaz de identificar em que situações essa característica tem influência nas relações sociais, como analisado em outro capítulo deste livro.

Também tem sido bastante recorrente a noção de que a incorporação de novas dimensões, como a origem familiar, nos levantamentos poderia ajudar a caracterizar e compreender melhor os significados das categorias de cor ou raça. Considerando as respostas sobre a origem familiar, aquelas que combinam mais de uma origem apresentaram menor incidência do que aquelas com apenas uma origem. Muito interessante observar que o grupo que se declarou moreno – justamente uma das categorias em que se buscava exatamente elementos para determinar sua especificação através da dimensão de origem familiar – apresentou a maior proporção de respostas sem declaração de origem (52,6%), ou seja, para este grupo, a pergunta não alcançou o objetivo esperado. Importante ressaltar que, para os autodeclarados pretos, negros e pardos, foi também elevada a proporção daqueles que não souberam identificar sua origem familiar: em torno de 40% entre os pardos e negros e 45% entre os pretos. O grupo dos amarelos foi o que melhor respondeu a esta pergunta, apresentando o mais baixo percentual de ausência de resposta (7,3%). Entre os autodeclarados brancos, essa proporção foi de ¼ dos entrevistados.

A categoria de maior incidência entre todos os grupos de cor ou raça declarados foi a de origem única extremo oriente para os amarelos (72,6%), seguida de origem europeia entre os brancos (50,1%). A origem indígena como única origem declarada foi a categoria mais citada entre os que se autotransferiram como morenos (14,5%), pardos (15,2%) e pretos (15,3%), e com incidências bem próximas entre si. Entre os negros, a mais citada foi a categoria de origem africana (17%), que entre os autodeclarados pretos apareceu numa proporção um pouco mais baixa (14,9%), próxima da combinação africana+europeia (14,5%).

Na desagregação por Unidades da Federação de residência e combinações de origens mais citadas, a categoria de maior incidência entre todas as Unidades da Federação pesquisadas foi a de origem única europeia no Rio Grande do Sul (46,9%), seguida da mesma categoria em São Paulo (31,2%). Indígenas foi a categoria exclusiva mais citada no Amazonas e corresponde ao terceiro maior valor encontrado (23,4%). Em Mato Grosso, Paraíba e Distrito Federal, as origens mais citadas foram indígena e europeia. A Paraíba foi a Unidade da Federação que apresentou a maior incidência de não resposta neste quesito (73,7%), sendo o Rio Grande do Sul a que apresentou a menor incidência (20,4%).

Considerando as combinações de declaração de identificação por multiplicidade de resposta, segundo a cor ou raça declarada, a pesquisa revelou que, entre aqueles que declararam cor ou raça branca ou amarela na pergunta de resposta aberta, a maioria optou por uma declaração única nos quesitos de resposta fechada, o oposto

acontecendo para aqueles que declararam cor ou raça morena, parda, negra ou preta. A declaração múltipla entre os autodeclarados negros chega a 85,1% e entre os autodeclarados pretos, 82,4%. Buscou-se, também, fazer um estudo das categorias introduzidas na pergunta sobre cor ou raça fechada – negra e afrodescendente – no que tange à correlação possível com as categorias de cor ou raça já existentes nas pesquisas do IBGE – pretos e pardos. Essa análise mostrou que os dois grupos, negros e afrodescendentes, apresentaram o mesmo padrão de identificação correlata: maior com os que também se declararam pardos (62,9% e 62,6%, respectivamente), do que com os que também se declararam pretos (52,7% e 42,6%, respectivamente). Nesse sentido, pode-se dizer que tanto a categoria de negros quanto a de afrodescendentes não podem ser entendidas nem como substitutas mais adequadas às categorias já existentes nos levantamentos nem como categorias capazes de aglutiná-las numa única opção.

Referências

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Ilustração a cores de Cícero Dias; desenhos de Antônio Montenegro. 28. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992. 569 p. (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil, 1).

MORNING, A. Ethnic classification in global perspective: a cross-national survey of the 2000 census round. *Population Research and Policy Review*, Gainesville: Southern Demographic Association; Heidelberg: Springer-Verlag, v. 27, n. 2, p. 239-272, Apr. 2008. Disponível em: <http://faculty.washington.edu/charles/562_f2011/Week%201/Morning%202008.pdf>. Acesso em: maio 2012.

PESQUISA das características étnico-raciais da população - PCERP 2008: manual do entrevistador. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

Legados da cor: mobilidade social segundo a condição de escolaridade de mães e filhos

Marcelo Paixão *

Irene Rossetto **

Elisa Monçores ***

Danielle Sant'Anna ****

Introdução

O tema da mobilidade social faz parte de um dos mais importantes capítulos da teoria social moderna e contemporânea. A questão abriga uma dimensão de fundo reportada ao peso que as condições herdadas por cada indivíduo terá em termos de sua futura classificação no interior da pirâmide social. Assim, hipoteticamente, quando se pensa em termos das probabilidades de mobilidade ascendente ou descendente, sociedades de padrão mais competitivo tenderiam a minimizar o peso do passado familiar e demais fatores herdados (como, por exemplo, a etnia, cor da pele), ao passo que sociedades mais rigidamente estratificadas concederiam maior relevância a estes fatores (BLAU; DUNCAN, 1967; CHERKAOUI, 1996).

* Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e Coordenador do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais - LAESER.

** Doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo - USP e pesquisadora do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais - LAESER.

*** Mestranda em Economia pela Universidade Federal Fluminense - UFF e pesquisadora do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais - LAESER.

**** Aluna de graduação em Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e pesquisadora do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais - LAESER.

Apesar de na tradição sociológica norte-americana a questão da mobilidade social ter sido bastante debatida com o uso de dados empíricos, no contexto acadêmico brasileiro, malgrado a reconhecida importância do tema, existe menor quantidade de reflexões (RIBEIRO, 2006). Em parte, tal problema se reporta à quantidade de bases de dados disponíveis para análise do tema. O IBGE, por exemplo, nas quase 40 edições da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, incluiu um suplemento especial dedicado ao tema da mobilidade social em apenas cinco levantamentos: 1973, 1976, 1982, 1988 e 1996.

No processo de elaboração do conteúdo da Pesquisa das Características Étnico-raciais da População - PCERP, ocorrido nos anos de 2005 e 2006, os pesquisadores do IBGE convidaram diversos especialistas visando colher contribuições para o seu aprimoramento. Nesse contexto foi discutida, e posteriormente aceita, a inclusão do tema¹. Com isso, quando de sua realização em 2008, não obstante este levantamento ter apresentado o limite geográfico de cobertura de somente seis Unidades da Federação (Amazonas, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal), ele também trouxe novos indicadores para o debate sobre a mobilidade social, com especial ênfase para o cruzamento desta questão com as desigualdades étnico-raciais.

O objetivo do presente capítulo será justamente o de explorar alguns dos resultados da PCERP 2008 relacionados ao tema da mobilidade social. Considerando as razões de espaço, exigindo maior concisão na análise, o eixo do estudo se debruçará sobre a questão da mobilidade social intergeracional, tomando por referência a educação dos filhos em relação às suas mães. Desse modo, controlando-se o indicador pela cor ou raça dos entrevistados, procurar-se-á entender o movimento de ascensão ou descenso entre as duas gerações, bem como o tamanho do “salto”, medindo-se os anos de estudo de mães e filhos.

Além desta introdução, o capítulo está dividido em mais três seções. Na primeira seção, estão apresentadas algumas das principais passagens do debate sobre o tema da mobilidade social no Brasil, incluindo as inflexões abrigadas quando se reflete sobre esse tema à luz das desigualdades de cor ou raça. A segunda seção está dividida em duas partes: na primeira parte, são tecidos alguns comentários metodológicos sobre a escolha e o tratamento dos dados deste capítulo; na segunda parte, é apresentada a análise da mobilidade educacional entre mães e filhos a partir dos dados da PCERP 2008. Na última seção, tendo por base os indicadores observados, são feitas algumas considerações sobre a mobilidade educacional dos diferentes grupos de cor ou raça em nosso País, bem como a construção de algumas hipóteses tanto para o tema em si mesmo, quanto para a produção de políticas públicas.

¹ A este respeito ver os relatórios de transcrição destas reuniões organizadas pelo demógrafo e pesquisador do IBGE, José Luis Petruccelli. Infelizmente, esta transcrição foi somente enviada aos participantes daqueles encontros, mas não deixa de formar um precioso documento sobre o estágio do debate que as pesquisas étnico-raciais vivenciavam naquele momento, tanto no meio acadêmico, como dentro daquela própria Instituição. Aos interessados em obter alguns destes relatórios de reunião, sugere-se enviar mensagem aos autores do presente capítulo, para os seguintes e-mails: mpaixao.laeser@gmail.com, rossetto.irene@gmail.com, elisa_moncores@hotmail.com ou danielle.oliv@yahoo.com.br.

O debate sobre mobilidade social dos grupos de cor ou raça no Brasil: breve panorama

Estudos sobre mobilidade social no Brasil: passagens da literatura

Conforme mencionado, os estudos na área de mobilidade se dedicam à mensuração da transição entre as posições da estrutura social, através da análise de variáveis como renda, ocupação e educação². Ou seja, tentam medir o percurso entre uma posição de origem e de destino na escala social, buscando identificar padrões de ascensão social (ou seu inverso) e as causas explicativas destes fenômenos.

Podem ser identificadas duas grandes tipologias de trabalhos sobre mobilidade social. A primeira tipologia, designada como mobilidade intrageracional, compara a mudança de posições ocupacionais do indivíduo ao longo do tempo, a partir de sua entrada no mercado de trabalho (origem) até o momento atual (destino). A mobilidade intergeracional, por outro lado, mede a posição social da geração atual com a passada, usualmente se estruturando no estudo sobre a posição ocupacional ou o nível de escolaridade dos filhos em relação aos pais.

Em uma sociedade construída, desde o princípio, da divisão social do trabalho, a rigor, não deveria fazer muito sentido a classificação dos indivíduos a partir da escolaridade ou ocupação, teoricamente, posições igualmente válidas para a organização do processo de produção da riqueza material de uma dada sociedade. Porém, desde os estudos clássicos de Karl Marx (1818-1883), Emile Durkheim (1858-1917), Max Weber (1864-1920), Talcott Parsons (1902-1979), entre outros autores, sobre o tema, já se sabe que verdadeiramente estes diferentes grupamentos (ocupacionais ou educacionais) formam um gradiente de situações mais ou menos desejáveis, seja por conta dos níveis de remuneração percebido pelos distintos estratos e correspondente padrão material de vida, seja por conta do *status* social e correlatas chances de acesso às instâncias decisórias portadas pelos participantes de cada classe social.

Os primeiros estudos que utilizaram métodos quantitativos para analisar o processo de mobilidade social no Brasil foram os trabalhos clássicos de Pastore (1979) e Silva (1979), ambos baseados nos dados da PNAD 1973. Nos dois casos, a abordagem se baseou em uma estratificação da sociedade em grupos de ocupações dos homens adultos economicamente ativos. Naquelas contribuições, seguindo categorias consagradas na literatura dedicada ao tema, o trabalho rural foi entendido como correspondendo à base da pirâmide social. Do mesmo modo, os trabalhadores não manuais inferiores foram considerados como representando condições menos desejáveis que os trabalhadores manuais.

A partir daquele modelo, ambos os autores chegaram à conclusão de que o processo de industrialização brasileiro, e a conseguinte transformação do País em uma sociedade urbano-industrial, teria favorecido um intenso processo de mobilidade social ascendente para a maioria da população. Contudo, este processo teria seus limites. Se, de um lado, amplos segmentos da população teriam abandonado os trabalhos manuais e rurais em prol de ocupações urbanas, não manuais ou de maior

² Alguns autores costumam estudar a passagem entre classes de ocupações ou entre *status* socioeconômicos, construídos a partir do nível educacional, da ocupação e da renda (PASTORE, 1979; SILVA, 1979; PASTORE; SILVA, 2000). Outra abordagem teórica prefere analisar a mobilidade a partir de um esquema de classes sociais, ou seja, da relação entre posições ocupacionais distintas dentro do mercado de trabalho (SCALON, 1999; RIBEIRO; SCALON, 2001).

qualificação, de outro lado, este processo de ascensão social se concentraria na base da pirâmide, sem ter modificado as condições de pobreza da base da pirâmide social.

No plano teórico, o tipo de mobilidade observado pelos autores seria um processo de tipo estrutural, impulsionado pelo início do processo de desenvolvimento que alavancaria uma mudança na composição da estrutura no mercado de trabalho. Dessa forma, a mobilidade social observada teria sido função do movimento de crescimento da economia e o correspondente surgimento de novas ocupações. Com isso, essas ocupações seriam exercidas por determinados indivíduos que muito certamente estariam exercendo funções sociais distintas às de seus pais. Assim, seria verificado o movimento de ascensão na escala social. Porém, adotando um ponto de vista mais cético, os autores observariam que esse padrão de mobilidade seria limitado no tempo, esgotando-se com o amadurecimento das transformações socioeconômicas e da nova estrutura da economia e do mercado de trabalho. Tal limite ficaria mais propriamente evidenciado a partir dos anos 1980, quando a economia brasileira passou a experimentar níveis mais baixos de crescimento econômico (PASTORE; SILVA, 2000).

A mobilidade social na sociedade brasileira se apresentaria mais rígida quando fosse observada desde o ângulo de outra modalidade de ascensão: de tipo circular. Nesse caso, as alterações na posição social seriam dadas pelas dinâmicas internas à própria sociedade, especialmente no mercado de trabalho, correspondentes à movimentação de pessoas entre posições na escala social, seja em termos ascendentes, seja em termos descendentes. Voltando a um assunto já comentado anteriormente, nesse caso, teoricamente, o peso do *background* familiar pesaria menos no processo de inserção de um indivíduo em uma dada sociedade. Com isso, a cada geração se abriria uma nova disputa pelas posições mais invejáveis, competição esta que seria decidida pelo princípio individual do mérito, talento e capacidade de aproveitamento do sistema educacional. Contudo, ao menos desde os estudos de Langoni (1973) já se sabe que o acesso à escolarização formal para parcelas mais amplas da população no Brasil é deveras limitado. Por isso, operando dentro dos termos canônicos dos estudos sobre mobilidade social, não surpreenderia que, no Brasil, a mobilidade estrutural tenha tido mais relevância que a circular.

No que tange especificamente aos estudos sobre mobilidade educacional, diversas contribuições analisaram os efeitos do *background* familiar sobre as chances de ascensão educacional (SILVA; SOUZA, 1986; BARROS; LAM, 1993; BARROS et al., 2001; BEHRMAN; GAVIRIA; SZÉKELY, 2001; FERREIRA; VELOSO, 2003; SILVA, 2003; RIBEIRO, 2011). Esses trabalhos são unânimes em encontrar uma elevada persistência nas desigualdades dos ativos educacionais, influenciada pelo peso do passado familiar (em termos de educação e renda dos pais), bem como derivada de problemas como a falta de vagas nas escolas para todos os jovens e crônicas falhas na infraestrutura escolar. Na verdade, nesse tipo de abordagem, o problema do *background* familiar é solidário com as falhas estruturais de oferta do sistema de ensino. Dito em outras palavras, somente o reforço das condições educacionais poderia servir para reduzir o peso das baixas condições socioeconômicas das famílias, abrindo, assim, as portas para a mobilidade social de tipo circular.

Estudos sobre mobilidade social e discriminação racial

Conforme mencionado, ao estudar o tema da mobilidade social estar-se-á, de forma direta ou indireta, analisando o próprio perfil assumido por uma determinada

sociedade em termos de sua dinâmica social. Por conseguinte, nas sociedades mais dinâmicas, teoricamente, a competição pelas melhores posições sociais se daria baseada no fundamento do mérito, ao passo que em sociedades mais rígidas, pelo peso de fatores herdados. Nesse sentido, parece que ao se incorporar o problema da aparência física das pessoas dentro desse temário, o que se está verificando é se este último fator pode ser considerado relevante ou não para o processo de inserção de um indivíduo no interior da sociedade e o correspondente grau de dinamismo ou rigidez que se poderá atribuir à mesma.

Nos Estados Unidos da América, um histórico de leis segregacionistas e práticas abertamente racistas dos brancos contra a minoria negra não deixava margens para dúvidas sobre as sequelas da discriminação racial sobre uma pessoa de pele escura ou de origem africana no interior da sociedade, incluindo a sua probabilidade de alcançar a mobilidade ascendente. Portanto, naquele país, apesar de seu mito de origem se fundar no “destino-manifesto” da terra de livre oportunidade para todos os indivíduos, quando se pensava em termos das relações raciais, tal ideário apresentava um óbvio limite, ou dilema (MYRDAL, 1944). A própria fórmula jurídica do “*equal but separate*” não escondia que era fundamentada não apenas no princípio da apartação dos distintos espaços sociais, mas, também, na desigualdade de acesso às oportunidades e direitos das pessoas de cor de pele e origens raciais diferentes.

No Brasil, dada nossa especificidade histórica, tal questão foi colocada sob um prisma diferenciado. Assim, ao menos desde Gilberto Freyre, já se desenhava uma construção idealizada de que no nosso País não somente haveria um mínimo nível de conflito e maiores espaços para a sociabilidade entre brancos, negros e indígenas, como a existência de espaços sociais compartilhados abriria margem para a infiltração dos mais capazes dos grupos de peles escuras no interior das camadas superiores da pirâmide social. Assim, recuperando os termos do livro *Sobrados e mucambos* (FREYRE, 2000), observa-se que ao menos aos mulatos de maior talento se abriria um conjunto de oportunidades de mobilidade social teoricamente reservadas apenas para os brancos. Posteriormente, os estudos da Escola de Sociologia de Chicago, especialmente Pierson (1945), consagrariam esta fórmula já desenhada originalmente pela tradição freyriana.

Portanto, é importante ter em vista que na tradição do pensamento social brasileiro, que abriga a concepção normativa de que o Brasil é uma democracia racial, este mito não seria definido apenas por padrões não conflituosos de sociabilidade. Antes, também daria vida a uma específica concepção acerca do problema da mobilidade social dos indivíduos dos distintos grupos de cor. Lido por outro ângulo, nos Estados Unidos, terra da livre oportunidade, quando se pensava em termos das relações raciais, poder-se-ia apontar que se reconfigurava em um tipo de sociedade de castas. No Brasil, de tradições patrimonialistas, quando se pensava nas relações entre brancos e negros, assumiríamos o padrão de uma sociedade tipicamente competitiva (PAIXÃO, 2005).

Para além dos clássicos da tradição culturalista que refletiram sobre as relações raciais no Brasil, também autores portadores de uma abordagem mais cética igualmente repousaram no tema da mobilidade social uma das chaves de compreensão das tensões presentes nas relações sociorraciais de nosso País. Assim, sem a pretensão de esgotar a lista, Costa Pinto, Thales de Azevedo, Oracy Nogueira, Florestan Fernandes, Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, cada qual ao seu modo analisou o tema das

barreiras à mobilidade dos portadores de peles escuras para fundamentar diversas de suas abordagens críticas ao modelo de relações raciais presentes no nosso País³.

Com o surgimento das já mencionadas bases de dados de abrangência nacional dispondo de informações sobre a mobilidade social passíveis de serem desagregadas pelos grupos de cor ou raça (como é o caso das edições da PNAD realizadas em 1976, 1982, 1988 e 1996), ampliou-se a quantidade de estudos sobre o tema.

Assim, um nutrido número de autores passou a utilizar os suplementos da PNAD para investigar as oportunidades de mobilidade social dos diferentes grupos de cor ou raça. A maioria destes estudos concluiu que existiam barreiras raciais no processo de mobilidade social que prejudicavam a ascensão social da população preta e parda e que o cerne destas barreiras podia ser localizado no processo de realização educacional, ou seja, as diferenças entre brancos, pardos e pretos na obtenção do sucesso e progressão escolar influenciariam as chances futuras de mobilidade ocupacional (SILVA, 1979, 1988, 2000; HASENBALG, 1985, 1988; CAILLAUX, 1994; HASENBALG; SILVA; LIMA, 1999; OSORIO, 2003, 2004; TELLES, 2003).

Mais recentemente, alguns autores utilizaram modelos estatísticos mais refinados⁴ para medir a mobilidade social de tipo intergeracional dos grupos de cor ou raça (SILVA, 2000; FERREIRA; VELOSO, 2003; OSORIO, 2003; RIBEIRO, 2006). Todos os estudos enfatizam que, além da origem socioeconômica e de residência geográfica, também o pertencimento aos grupos raciais discriminados é determinante nas chances de mobilidade na estrutura social brasileira⁵.

Dessa forma, é possível perceber que, malgrado suas diferenciações de enfoque e conclusão, as contribuições mais recentes acabaram sempre voltando ao eixo dos vetores determinantes da mobilidade social dos indivíduos de diferentes cores ou raças. Ou seja, se a mobilidade é determinada pela herança familiar social em seu sentido mais genérico (onde ser rico ou pobre seria o vetor decisivo para a mobilidade e seu nível de intensidade), ou se a cor da pele, por conta de um padrão de relacionamentos sociais prejudiciais aos pretos e pardos, teria uma dimensão mais relevante na construção deste cenário.

Nas próximas seções, será analisado justamente esse tema que, pelo visto, já possui longa vida no seio do pensamento social e acadêmico brasileiro. De qualquer forma, a novidade é que essas reflexões terão por eixo justamente os ainda inéditos indicadores gerados pela PCERP 2008.

³ A menção à lista de autores do pensamento social brasileiro que refletiram sobre o tema da mobilidade social no Brasil foi igualmente feita por Osorio (2004) e Ribeiro (2006). De qualquer forma, Paixão (2005), em sua tese de doutorado, estruturou sua abordagem crítica aos clássicos do pensamento social brasileiro justamente tendo por eixo problemas referentes à análise que aquelas contribuições trouxeram para o entendimento do processo de construção das desigualdades raciais no Brasil, o que englobava, inevitavelmente, o tema da mobilidade social dos afrodescendentes.

⁴ Posto que a população preta e parda representa a maior proporção das pessoas nas classes mais baixas e com menor escolaridade, estes modelos teriam a vantagem de separar os efeitos da raça e da classe na análise dos determinantes do processo de mobilidade social (RIBEIRO, 2006).

⁵ Em sua dissertação de mestrado, Osorio (2003) chegou à conclusão que a importância da desigualdade racial seria mais acentuada nas classes mais altas da sociedade. Ribeiro (2006) vai além, concluindo que as diferenças raciais seriam presentes apenas nas classes mais altas da sociedade, e não influenciariam as chances de mobilidade social das pessoas na base da pirâmide social.

A mobilidade social dos grupos de cor ou raça na PCERP 2008

Metodologia do estudo

Conforme mencionado, no presente capítulo foram utilizados os resultados da PCERP 2008 para medir a mobilidade educacional intergeracional dos diferentes grupos de cor ou raça, e justamente a este respeito cabem alguns apontamentos metodológicos preliminares.

Vale apontar que a PCERP 2008 permite estudos sobre a modalidade social por diversos roteiros. Assim, o desenho do questionário poderia gerar tanto estudos de mobilidade social intrageracional, como intergeracional. No primeiro caso, haveria a possibilidade de se analisar a ocupação atual do entrevistado *vis-à-vis* sua primeira posição quando ingressou no mercado de trabalho. No segundo caso, ou seja, da mobilidade intergeracional, além da ocupação, haveria a possibilidade de se estudar o assunto também no plano educacional, e, neste caso, tanto em termos da posição do pai, como em termos da posição da mãe. Como não teríamos como fazer uma longa análise sobre cada uma dessas possibilidades, preferimos analisar esse indicador em uma forma que talvez possa ser considerada mais sintética e que diz respeito à relação entre a escolaridade dos filhos em relação à de suas mães.

Para a finalidade deste estudo, foi comparado o nível de escolaridade mais alto alcançado pelos entrevistados com os resultados educacionais das suas mães. Dessa forma, foi possível medir a mobilidade ascendente ou descendente, ou ainda a imobilidade da situação educacional entre a geração presente e a anterior. Além disso, tentou-se comparar o “tamanho do salto” dado no nível educacional. Por “tamanho do salto” será entendido o nível de escolaridade, medido em grupos de anos de estudo, alcançado pelos filhos comparativamente ao de suas mães.

As tabelas referentes à escolaridade dos entrevistados e de suas mães, divulgadas originalmente pelo IBGE na publicação de resultados da PCERP 2008⁶, mostravam ser uma importante fonte de informação descritiva sobre a distribuição dos níveis de escolaridade pelos grupos de cor ou raça registrados no momento da pesquisa. Porém, tais tabulações, da maneira como apresentadas, não permitiam uma investigação da mobilidade social segundo os grupos de cor ou raça.

Por esta razão, foi necessário solicitar ao IBGE uma tabulação especial da base de dados da PCERP 2008 de forma a cruzar as informações educacionais dos filhos com as de suas mães, desagregando pelos grupos de cor ou raça.

A partir de consulta à publicação da PCERP 2008 e de diálogos tidos com pesquisadores do IBGE que participaram da pesquisa, foi considerado como estatisticamente consistente a categoria que apresentasse um número absoluto de casos superior a 300 mil respostas na amostra expandida. Esse valor correspondia a um coeficiente de variação inferior a 20%.

⁶ Para informações complementares, consultar a publicação: CARACTERÍSTICAS étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 99 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>. Acesso em: jun. 2012.

Os dados contidos neste estudo referem-se, portanto, ao ano de 2008 e cobrem o somatório das Unidades da Federação onde o levantamento foi realizado: Amazonas, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal.

No que tange ao grau da escolaridade alcançada, foram utilizados os mesmos grupos de anos de estudo adotados na publicação de resultados da pesquisa: até 4 anos, 5 a 8 anos, 9 a 11 anos e 12 anos ou mais de estudo.

No que tange aos grupos de cor ou raça, decidiu-se trabalhar com as seguintes categorias: branca, preta/negra, parda e total, correspondendo esta última à soma de todas as oito categorias contidas na publicação de resultados da pesquisa: branca, morena, parda, negra, preta, amarela, indígena e outras.

A categoria preta/negra representa o somatório das pessoas que se autoidentificaram como pretas ou como negras aos entrevistadores do PCERP 2008. O motivo dessa agregação está na baixa incidência da declaração da cor ou raça preta na pesquisa, o que fez com que tal categoria se apresentasse como estatisticamente inconsistente, principalmente quando desagregada por grupos de escolaridade.

Como poderá ser observado, o presente capítulo não englobou os indicadores relativos à categoria morena. A razão dessa ausência decorre do fato de que o eixo de nosso estudo não é o tema da identidade e formas de respostas às questões sobre cor ou raça. Antes, é sobre o tema da mobilidade social dos diferentes grupos de cor ou raça. Neste plano, a categoria morena apresenta um já conhecido nível de controvérsias acerca de seu significado (SILVA, 1996). Se tal questão é, de fato, extremamente relevante nos estudos sobre o significado das categorias de identificação de cor ou raça dos entrevistados – e da população como um todo – quando contrastado ao tema da estratificação social, tal como presente na PCERP 2008, foram verificados problemas de consistência das informações geradas, e que seria de impossível abordagem no presente capítulo. Em primeiro lugar, pelos limites do espaço que tivemos para apresentar nossas reflexões. Em segundo lugar, pelo fato de que tivemos acesso a dados já tabulados e não aos microdados do estudo, limitando quaisquer possibilidades de comentários mais aprofundados sobre esse aspecto específico do tema ora tratado. Enfim, fica a expressa expectativa de que possa ser realizado, no futuro, semelhante exercício, incorporando os que se declararam morenos.

Mobilidade social dos grupos de cor ou raça segundo a PCERP 2008

Nesta subseção, é realizada a análise dos dados da PCERP 2008 sobre mobilidade educacional. A primeira parte trata dos níveis de escolaridade dos respondentes à pesquisa e de suas mães. A segunda reflete mais detidamente sobre a mobilidade social dos entrevistados.

Anos de estudo dos entrevistados

De acordo com os dados da PCERP 2008, do total de pessoas de 15 anos ou mais de idade que responderam à pesquisa, 25,2% declararam possuir até 4 anos de estudo; 23,9% declararam pertencer ao grupo dos que estudaram 5 a 8 anos; 35,1% declararam haver concluído 9 a 11 anos de estudo; e apenas uma minoria, 15,7%, declarou possuir 12 anos ou mais de estudo.

Observando as informações desagregadas pelos grupos de cor ou raça, percebeu-se que, entre os brancos com 15 anos ou mais de idade, 20,3% possuíam até 4 anos de estudo; praticamente a mesma proporção dos indivíduos, 20,4%, declararam 5 a 8 anos de estudo; 36,2% estudaram 9 a 11 anos, sendo esta a faixa modal do grupo de brancos em termos de escolaridade; e 23,0% declararam 12 anos ou mais.

Entre os autodeclarados como pardos, 19,1% possuíam escolaridade de até 4 anos; 25,1% estudaram 5 a 8 anos; 43,9% concluíram 9 a 11 anos; e 11,8% declararam possuir tempo de estudo igual ou superior a 12 anos.

No contingente dos que se autodeclararam pertencentes à cor ou raça preta/negra, notou-se que 24,7% possuíam até 4 anos de estudo; 29,4% estudaram 5 a 8 anos; 37,5% declararam ter estudado 9 a 11 anos; e apenas 8,5% concluíram 12 ou mais anos de estudo.

Tabela 1 - Distribuição percentual dos entrevistados de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo os grupos de anos de estudo - 2008

Grupos de anos de estudo	Distribuição percentual dos entrevistados de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça (%)								
	Total	Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela	Indígena	Outras
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 4 anos	25,2	20,3	38,7	19,1	22,5	37,1	17,7	27,1	31,7
5 a 8 anos	23,9	20,4	27,8	25,1	28,4	34,9	13,4	36,4	25,2
9 a 11 anos	35,1	36,2	28,1	43,9	39,8	23,7	43,1	28,4	30,0
12 anos ou mais	15,7	23,0	5,4	11,8	9,2	4,3	25,8	8,1	13,2

Fonte: Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 93 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>. Acesso em: jun. 2012.

Cabe destacar que a maior diferença nos anos de estudo entre as categorias de cor ou raça foi notada no grupo com 12 ou mais anos de estudo. A proporção de entrevistados brancos que possuíam 12 ou mais anos de escolaridade era superior à dos pardos e pretos/negros em 11,2 pontos percentuais e 14,5 pontos percentuais, respectivamente. De outro lado, a população preta/negra estava muito mais concentrada entre os que apresentavam o nível fundamental de ensino (a soma dos grupos que possuíam até 4 anos e 5 a 8 anos de estudo representava mais da metade deste contingente, 54,1%) em comparação aos grupos branco e pardo. Assim, a diferença observada foi de 13,4 pontos percentuais em relação aos brancos e de 9,9 pontos percentuais em relação aos pardos.

Anos de estudo das mães dos entrevistados

Nesta seção, é apresentada a distribuição das mães dos entrevistados, por grupos de cor ou raça e anos de estudo, de acordo com a declaração dos filhos. Vale frisar que, neste caso, foram também os filhos que forneceram a declaração de cor ou raça das suas progenitoras, não havendo necessária correspondência entre a cor da mãe e a do filho.

Em primeiro lugar, destaca-se que, para todos os grupos de cor ou raça, mais da metade das mães possuía até 4 anos de estudo. Assim, no universo dos entrevistados, quase $\frac{1}{2}$ das mães se encontravam nesta situação. O outro extremo, ou seja, os que declararam que a mãe havia estudado mais de 12 anos, somava 5,0%.

Analisando-se cada grupo de cor ou raça separadamente, nota-se que, entre as mães brancas, 59,7% possuíam até 4 anos de estudo; 19,9% apresentavam 5 a 8 anos de estudo; 13,5% delas, 9 a 11 anos; e 6,9% haviam estudado 12 anos ou mais.

Tabela 2 - Distribuição percentual das mães dos entrevistados, por cor ou raça da mãe declarada pelo filho, segundo os grupos de anos de estudo da mãe, conforme declaração do filho - 2008

Grupos de anos de estudo da mãe, conforme declaração do filho	Distribuição percentual das mães dos entrevistados, por cor ou raça da mãe declarada pelo filho (%)								
	Total	Branca	Morena	Parda	Negra	Preta	Amarela	Indígena	Outras
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 4 anos	65,9	59,7	77,8	66,2	73,9	79,5	60,0	77,3	72,9
5 a 8 anos	17,4	19,9	11,1	18,2	14,2	19,7	13,4	19,0	18,0
9 a 11 anos	11,7	13,5	8,9	12,4	9,8	0,8	13,8	3,5	6,2
12 anos ou mais	5,0	6,9	2,2	3,2	2,1	-	12,8	0,2	2,8

Fonte: Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 93 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>. Acesso em: jun. 2012.

Para o grupo das mães de cor ou raça parda, observou-se que 66,2% delas possuíam até 4 anos de estudo; 18,2% estudaram 5 a 8 anos; e 12,4% apresentaram 9 a 11 anos de estudo.

Segundo declaração dos entrevistados, 74,6% das mães identificadas como de cor ou raça preta/negra possuíam até 4 anos de escolaridade; 14,9% estudaram 5 a 8 anos; ao passo que as que possuíam 9 a 11 anos de escolaridade corresponderam a 8,7%.

Os dados analisados fundamentalmente confirmam o que diz a literatura dedicada ao tema das assimetrias de cor ou raça no Brasil, que acentua a menor escolaridade dos que têm peles mais escuras, comparativamente aos de pele mais clara. Naturalmente, esse perfil se expressou também em termos de escolaridade das mães dos entrevistados segundo sua cor ou raça. Assim, em que pese uma generalizada baixa escolaridade, os indicadores das mães brancas eram mais favoráveis que os das mães pardas e pretas/negras.

Mobilidade educacional de acordo com a cor ou raça dos entrevistados

De acordo com os dados da PCERP 2008, comparando-se a escolaridade dos entrevistados com o nível educacional das suas mães, foi registrada mobilidade educacional ascendente para 64,0% dos filhos. Por outro lado, para 31,2% das pessoas houve imobilidade, enquanto para uma minoria, 4,8%, ocorreu queda no nível educacional, isto é, tais indivíduos experimentaram mobilidade descendente.

Entre os indivíduos pertencentes ao grupo dos entrevistados de cor ou raça branca, verificou-se que 64,2% obtiveram mobilidade ascendente na educação comparativamente às suas mães, ao passo que para 31,1% deles houve imobilidade. Somente 4,7% dos entrevistados encontravam-se em situação de mobilidade descendente.

No contingente dos entrevistados pardos, notou-se que 64,6% dos indivíduos ascenderam na escala educacional comparativamente às suas mães, enquanto 29,8% experimentaram imobilidade educacional. Uma proporção menor dos entrevistados apresentou mobilidade descendente: 5,6%.

Tabela 3 - Percentual de entrevistados de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo o tipo de mobilidade educacional intergeracional em relação à mãe - 2008

Tipo de mobilidade educacional intergeracional em relação à mãe	Percentual de entrevistados de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça (%)					
	Total (1)	Branca	Morena	Parda	Negra	Preta
Mobilidade ascendente	60,3	64,2	49,9	64,6	63,9	51,2
Imobilidade	34,9	31,1	45,4	29,8	31,9	46,1
Mobilidade descendente	4,8	4,7	4,6	5,6	4,2	2,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Nota: Inclui os que se autodeclararam indígenas, morenos, amarelos e outros.

(1) Inclui os que se autodeclararam indígenas, morenos, amarelos e outros.

Para o grupo dos entrevistados pretos/negros, observou-se que 62,0% deles obtiveram mobilidade ascendente em relação à escolaridade de suas mães e 34,1% experimentaram imobilidade educacional.

Dessa forma, conforme esta primeira análise, o retrato da mobilidade educacional intergeracional entre filhos pertencentes a diferentes grupos de cor ou raça apresentou resultados razoavelmente próximos. Assim, por exemplo, entre os que experimentaram mobilidade educacional ascendente, a diferença entre pretos/negros e brancos foi de apenas 2,2 pontos percentuais. Tal resultado inicial poderia conduzir à ideia de que, no Brasil, a mobilidade educacional ocorreria de maneira independente da cor ou raça das pessoas. Decerto, esta situação seria a ideal. Contudo, na próxima subseção essa possível constatação será problematizada através de um exame pouco mais detalhado.

Tipologias de mobilidade ascendente de acordo com a cor ou raça dos entrevistados

Quando os resultados sobre a mobilidade educacional intergeracional ascendente são apresentados desagregados pela cor ou raça dos filhos e nível de escolaridade alcançado pelos filhos e suas mães, percebe-se uma expressiva diferença. Ou seja, uma decomposição da mobilidade ascendente pelo “tipo de salto” no nível educacional apresenta assimetrias mais visíveis entre os diferentes grupos de cor ou raça.

A metodologia do exercício abaixo consiste em analisar somente os entrevistados que obtiveram mobilidade social ascendente em termos educacionais, comparando sua escolaridade à de sua mãe, segundo os grupos de anos de estudo. Desse modo, serão considerados em semelhante situação os entrevistados:

- Com 5 a 8 anos de estudo, 9 a 11 anos de estudo e 12 anos ou mais de estudo em comparação às mães com até 4 anos de estudo;

- Com 9 a 11 anos de estudo e 12 anos ou mais de estudo em comparação às mães com 5 a 8 anos de estudo; e
- Com 12 anos ou mais de estudo em comparação às mães com 9 a 11 anos de estudo.

Desse modo, obtém-se, entre os que tiveram mobilidade ascendente, uma informação adicional acerca do “tamanho do salto”, ou, em uma linguagem menos coloquial, uma descrição do nível de intensidade da mobilidade social intergeracional dos filhos em relação às suas mães. De qualquer modo, neste caso, é importante perceber que o que se está levando em consideração é somente a cor ou raça do filho e não a de sua progenitora.

Do total de filhos com mobilidade ascendente, a distribuição, em ordem decrescente, apresentou-se como descrito a seguir. A faixa modal da mobilidade ascendente (34,3%) ocorreu entre os entrevistados com 9 a 11 anos de estudo, com mães com escolaridade de até 4 anos. Em seguida (27,2%), situam-se aqueles com 5 a 8 anos de estudo e mães com até 4 anos de estudo. Do total de entrevistados com declaração de mobilidade ascendente, 14,7% possuíam 9 a 11 anos de escolaridade, enquanto suas mães, 5 a 8 anos de estudo. Outros 10,7% declararam ter estudado 12 anos ou mais, ao passo que suas mães possuíam até 4 anos de escolaridade; 6,8% alcançaram 12 anos ou mais de estudo, com mães que estudaram 9 a 11 anos; e 6,2% possuíam 12 anos ou mais de estudo, com mães com 5 a 8 anos de estudo.

Tabela 4 - Filhos com mobilidade educacional ascendente em relação à mãe, por grupos de anos de estudo, segundo os grupos de cor ou raça selecionadas - 2008

Grupos de cor ou raça selecionados	Total de filhos com mobilidade ascendente	Filhos, por grupos de anos de estudo, cuja mãe tinha entre 0 a 4 anos de estudo (%)			Filhos, por grupo de anos de estudo, cuja mãe tinha entre 5 e 8 anos de estudo (%)		Filhos com 12 anos ou mais de estudo, cuja mãe tinha entre 9 e 11 anos de estudo (%)
		Filhos com 5 a 8 anos de estudo	Filhos com 9 a 11 anos de estudo	Filhos com 12 anos ou mais de estudo	Filhos com 9 a 11 anos de estudo	Filhos com 12 anos ou mais de estudo	
Total (1)	100,0	27,2	34,3	10,7	14,7	6,0	6,8
Branços	100,0	21,1	30,3	13,8	16,2	9,1	9,4
Pardos	100,0	26,2	41,1	9,2	15,9	3,4	4,2
Pretos/negros	100,0	33,2	41,4	8,9	10,9	3,7	6,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

(1) Inclui os que se autodeclararam indígenas, morenos, amarelos e outros.

Para os entrevistados de cor ou raça branca que experimentaram mobilidade ascendente na educação, observou-se que 30,3% possuíam 9 a 11 anos de estudo, ao mesmo tempo em que eram filhos de mães com até 4 anos de estudo. Ainda abordando o mesmo grupo, 21,1% possuíam 5 a 8 anos de estudo, enquanto suas mães apresentavam até 4 anos de escolaridade.

O maior “salto” possível na escala de ascensão educacional era o dado por aqueles com 12 anos ou mais de estudo, ao passo que suas mães teriam até 4 de escolaridade. Esta situação correspondia a 13,8% dos entrevistados brancos que apresentaram mobilidade ascendente.

Ainda abordando o grupo dos entrevistados brancos que obtiveram mobilidade ascendente, observa-se que os filhos com 9 a 11 anos de estudo cujas mães possuíam 5 a 8 anos de estudo equivaliam a 16,2% do total, ao passo que aqueles que possuíam 12 anos ou mais de estudo e suas respectivas mães com 5 a 8 anos de escolaridade representavam 9,1%. Por fim, os filhos com 12 anos ou mais de escolaridade cujas mães haviam estudado 9 a 11 anos correspondiam a 9,4% do total de filhos brancos que obtiveram mobilidade educacional ascendente.

Para o contingente dos entrevistados pardos que ascenderam socialmente em termos educacionais, nota-se que 26,2% deles estudaram 5 a 8 anos, enquanto suas mães possuíam até 4 anos de estudo. Os indivíduos com 9 a 11 anos de escolaridade cujas mães possuíam até 4 anos de estudo representavam a maior proporção entre os filhos pardos estudados, 41,1%. Por outro lado, os entrevistados pardos que ascenderam experimentando o maior “salto” – declararam 12 ou mais anos de estudo, tendo mães com até 4 anos de escolaridade – equivaliam a 9,2%, ou seja, 4,6 pontos percentuais inferior à proporção de entrevistados brancos na mesma situação. Mais adiante voltaremos a esta comparação vista por outro ângulo.

Os entrevistados pardos com escolaridade na faixa de 9 a 11 anos cujas mães possuíam 5 a 8 anos de estudo formavam 15,9% do total de filhos pertencentes à cor ou raça parda que obtiveram mobilidade ascendente.

Observando o grupo dos entrevistados pretos/negros com mobilidade educacional ascendente, verificou-se que 33,2% possuíam 5 a 8 anos de estudo e suas mães, até 4 anos de estudo. A maioria, 41,4%, situou-se na faixa de filhos que alcançaram 9 a 11 anos de escolaridade, ao passo que suas mães possuíam até 4 anos de estudo, e 10,9% apresentavam 9 a 11 anos de estudo, enquanto suas mães possuíam 5 a 8 anos de escolaridade.

Os entrevistados pretos/negros que ascenderam dando o maior “salto” possível em termos de mobilidade ascendente – chegaram a 12 anos ou mais de estudo, tendo mães com até 4 anos de escolaridade – correspondeu a 8,9%. A diferença, em pontos percentuais, em comparação aos entrevistados pardos foi ínfima: 0,3 ponto percentual. Em relação aos entrevistados brancos na mesma condição, porém, a diferença foi de 4,9 pontos percentuais.

Infelizmente, os altos coeficientes de variação das categorias de filhos pardos e de filhos pretos/negros com mobilidade ascendente de 12 anos ou mais de estudo impossibilitaram a apresentação destes resultados no presente capítulo. Tal fato dialoga com a notória realidade da menor probabilidade das pessoas deste grupo, assim como seus pais, alcançarem os níveis mais avançados de ensino. De qualquer maneira, podemos fazer um adicional exercício interessante, analisando somente os entrevistados que apresentaram mobilidade educacional tendo mães com até 4 anos de estudo.

Tabela 5 - Filhos com mobilidade educacional ascendente em relação à mãe, por grupos de anos de estudo dos filhos, segundo os grupos de cor ou raça selecionados - 2008

Grupos de cor ou raça selecionados	Filhos com mobilidade ascendente, cuja mãe tinha entre 0 a 4 anos de estudo, por grupos de anos de estudo (%)				Filhos com mobilidade ascendente, cuja mãe tinha entre 5 e 8 anos de estudo, por grupos de anos de estudo (%)		
	Total	Filhos com 5 a 8 anos de estudo	Filhos com 9 a 11 anos de estudo	Filhos com 12 anos ou mais de estudo	Total	Filhos com 9 a 11 anos de estudo	Filhos com 12 anos ou mais de estudo
Total (1)	100,0	37,7	47,5	14,8	100,0	70,2	29,8
Branco	100,0	32,4	46,4	21,2	100,0	64,1	35,9
Pardos	100,0	34,3	53,7	12,0	100,0	82,2	(2)
Pretos/negros	100,0	39,8	49,6	10,6	100,0	74,7	(2)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

(1) Inclui os que se autodeclararam indígenas, morenos, amarelos e outro

O universo dos que apresentaram mobilidade ascendente em termos educacionais a partir de um *background* familiar de mães de escolaridade de até 4 anos constituiu-se de 65,2% dos entrevistados brancos, 76,5% dos entrevistados pardos e 83,5% dos entrevistados pretos/negros. Dos indivíduos desse novo universo, 37,7% possuíam 5 a 8 anos de escolaridade, enquanto 47,5% apresentavam 9 a 11 anos de estudo e 14,8% contavam com 12 anos ou mais de estudo.

Desagregando-se pelos grupos de cor ou raça, dos entrevistados brancos com mobilidade ascendente cujas mães apresentavam até 4 anos de escolaridade, 32,4% possuíam 5 a 8 anos de estudo, enquanto 46,4% haviam estudado 9 a 11 anos. Os que estavam naquela situação original e chegaram a 12 anos ou mais de estudo corresponderam a 21,2%.

Entre os entrevistados pardos com mães que possuíam até 4 anos de estudo, 34,3% alcançaram 5 a 8 anos de escolaridade e 53,7%, 9 a 11 anos. Aqueles com 12 anos ou mais de escolaridade representavam 12,0% dos pardos pertencentes a tal grupo, ou seja, uma diferença de 9,2 pontos percentuais em comparação com o mesmo grupo de filhos brancos.

Para o grupo dos entrevistados pretos/negros com mães que possuíam até 4 anos de estudo, foi possível observar que 39,8% dos indivíduos com mobilidade ascendente apresentavam 5 a 8 anos de escolaridade, enquanto 49,6% estudaram 9 a 11 anos. Somente 10,6% deles alcançaram 12 ou mais anos de estudo, ou seja, a metade do percentual alcançado pelos filhos de cor branca.

Dito em outras palavras, tanto entre os pardos, como entre os pretos/negros, a probabilidade de terem mãe com até 4 anos de estudo e alcançarem nível de escolaridade superior a 12 anos é 43% a 50% inferior à de uma pessoa branca na mesma condição.

No total do grupo dos filhos com mobilidade ascendente cujas mães haviam estudado 5 a 8 anos, os filhos com 9 a 11 anos de estudo representavam 70,2% do total e aqueles com 12 anos ou mais de estudo, 29,8%. Para o grupo dos indivíduos brancos cujas mães possuíam 5 a 8 anos de escolaridade, observa-se que 64,1% dos filhos estudaram 9 a 11 anos e 35,9%, 12 anos ou mais.

Observa-se, ainda, que 82,2% dos filhos pardos cujas mães possuíam 5 a 8 anos de estudo haviam estudado 9 a 11 anos. Na mesma condição, encontravam-se 74,7% dos filhos pretos/negros. Dessa forma, mesmo considerando que a baixa densidade amostral impediu análises específicas para os entrevistados pardos e pretos/negros com nível de escolaridade 12 anos ou mais, cujas mães possuíam 5 a 8 anos de estudo, parece notório que também naqueles casos havia menor probabilidade destes alcançarem níveis mais elevados de ensino formal.

Logo, não obstante a simplicidade do exercício, comparando-se o tipo de mobilidade alcançada a partir do mesmo nível educacional de origem, observam-se diferenças nos “saltos” realizados pelos diferentes grupos de cor ou raça. Tal ponto de chegada não reforça, propriamente, as hipóteses que apontam serem variáveis socioeconômicas ou de posição de classe as que determinam o padrão da mobilidade social dos indivíduos pertencentes aos diferentes grupos de cor ou raça no Brasil.

Comentários finais

A PCERP 2008 foi inicialmente desenvolvida para captar as formas de classificação étnico-raciais existentes no Brasil. Com isso, seria possível encontrar maior compreensão acerca dos padrões de identidade vigentes no seio de nossa população, bem como contrastá-los com os resultados gerados pelas principais pesquisas demográficas do País, tais como o Censo Demográfico, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e a Pesquisa Mensal de Emprego - PME.

Por outro lado, para além de um problema específico sobre a distribuição da população brasileira segundo os grupos de cor ou raça, aquelas informações são extremamente relevantes tendo em vista que permitiriam também revelar pistas sobre os padrões de resposta da cor ou raça por parte dos entrevistados *vis-à-vis* aos resultados que são produzidos sobre as assimetrias socioeconômicas vigentes na nossa sociedade. Na verdade, quando se pensa em termos de estudos sobre desigualdades étnico-raciais através do uso de bases de informações demográficas, deve-se levar em conta que, quando da análise de qualidade dos indicadores, inevitavelmente acabará ocorrendo um encontro entre as dimensões socioculturais e as dimensões socioeconômicas.

No que tange aos estudos sobre a mobilidade social segundo os grupos de cor ou raça, a grande inovação da PCERP 2008 em relação às edições da PNAD que igualmente levantaram o mesmo tipo de informação, é que aquela permite uma análise não somente da cor ou raça do entrevistado, mas também de seu pai e mãe. Uma vez que os dados da PCERP 2008 tenham consistência estatística, parece evidente que a pesquisa poderia abrir diversas possibilidades analíticas. No presente capítulo, nos limitamos a uma abordagem unilateral do problema, comparando a escolaridade do entrevistado com a da sua mãe. Sabemos, porém, que poderíamos ter explorado outras dimensões, tanto em termos intrageracionais (aqui podendo ser especialmente interessante comparar a mobilidade com os padrões de obtenção da informação, de maneira hetero ou autotransmissória), como em termos intergeracionais. Aqui nesse último caso, não tivemos como fazer, por exemplo, estudos comparativos da escolaridade dos entrevistados com a de seus respectivos pais, ou com a ocupação, tanto do pai, como da mãe.

O tema da mobilidade social possui plena importância nos estudos sociológicos. Para além dos aspectos mais diretamente relacionados à dinâmica de inserção dos

indivíduos no interior do conjunto dos estratos, da análise deste processo, pode-se chegar a importantes derivações em termos do perfil de uma dada sociedade, especialmente em termos do grau de rigidez de suas estruturas sociais, potencialmente revelando o peso das variáveis herdadas por parte de uma pessoa em sua futura trajetória educacional ou ocupacional.

Do mesmo modo, o tema da mobilidade social interage de maneira especialmente relevante com outro assunto correlato, que vem a ser os padrões de relacionamentos étnico-raciais presentes no interior de uma dada sociedade. Assim, recordando o exemplo dos Estados Unidos, se aquela sociedade teria um hipotético histórico de maior mobilidade circular entre os indivíduos no interior dos diferentes estratos, por outro lado, uma vez marcada pela forte presença da discriminação racial sobre a população afro-americana, para as pessoas vinculadas a esse grupo aquele “sonho” não se faria presente na mesma proporção. Por outro lado, o Brasil, suposta terra da cordialidade entre as relações entre as diferentes tonalidades de cor de pele e origem, esse problema não se verificaria. Assim, se nosso País poderia ser considerado como portador de estruturas sociais rígidas, originárias de um arraigado patrimonialismo, por outro lado, tal rigidez não se faria presente no processo de mobilidade social das pessoas dos diferentes grupos de cor ou raça.

A análise dos indicadores da PCERP 2008, de algum modo, sugeriu que a combinação dos estudos sobre mobilidade com o dos padrões de relacionamentos entre os brancos e os pretos e pardos no Brasil pode conter uma armadilha. Assim, ao analisar de forma mais agregada, observou-se que as probabilidades de mobilidade educacional dos entrevistados segundo a sua cor ou raça, comparativamente às suas respectivas mães, eram semelhantes, o que reforçaria a princípio a hipótese democrático-racial. Contudo, ao fazer um segundo exercício, onde buscou-se avaliar a proporção pela qual essa mobilidade estaria se dando, neste caso a conclusão acabou sendo menos otimista, com os entrevistados brancos logrando obter maior probabilidade de ascensão social de maior fôlego, comparativamente aos pardos e pretos/negros.

Tal constatação igualmente dialogou com termos gerados por pesquisas recentes sobre o assunto, que apontaram que as maiores barreiras à mobilidade social dos negros, comparativamente à dos brancos, seriam encontradas nos estratos médios e altos. Assim, nos estratos sociais localizados na base da pirâmide o fator social, comparativamente ao racial, teria maior preponderância.

Dos dados gerados no nosso estudo, portanto, não foram estas as conclusões alcançadas. Isso porque foi observado que havia maior probabilidade de uma mãe de menor escolaridade (até 4 anos de estudo) ver seu filho dar maiores “saltos”, em termos educacionais, no caso deste ser branco do que sendo pardo ou preto/negro. Na verdade, este padrão se repetiu nas demais faixas de escolaridade, sugerindo que o peso da variável cor ou raça era expressiva no conjunto dos estratos.

Naturalmente, sabemos dos limites do exercício realizado nesse capítulo. Infelizmente, nosso estudo não pode abrigar maior aprofundamento metodológico, tendo em vista que trabalhamos com dados pré-tabulados e não com os microdados da pesquisa, que até o momento ainda não foram disponibilizados aos usuários externos ao IBGE. Dessa forma, os dados gerados na presente contribuição devem ser vistos como resultantes de um singelo exercício preliminar, exigindo abordagens mais aprofundadas que poderão ser feitas no futuro usando a seminal base de dados da PCERP 2008.

Referências

- BARROS, R. P. de; LAM, D. Desigualdade de renda, desigualdade em educação e escolaridade das crianças no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, v. 23, n. 2, p. 191-218, ago. 1993. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/pppe/article/viewFile/826/763>>. Acesso em: jan. 2013.
- BARROS, R. P. de et al. Determinantes do desempenho educacional no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, v. 31, n. 1, p. 1-42, abr. 2001. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/pppe/article/viewFile/159/94>>. Acesso em: jan. 2013.
- BEHRMAN, J. R.; GAVIRIA, A.; SZÉKELY, M. *Intergenerational mobility in Latin America*. Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2001. 38 p. (Research Department working paper, 452). Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/pppe/article/viewFile/159/94>>. Acesso em: jan. 2013.
- BLAU, P. M.; DUNCAN, O. D. *The American occupational structure*. Collaboration of Andrea Tyree. New York: Wiley, 1967. 520 p.
- CAILLAUX, E. L. Cor e mobilidade social no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes - UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n. 26, p. 53-66, 1994.
- CARACTERÍSTICAS étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 99 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>. Acesso em: jan. 2013.
- CHERKAOUI, M. Mobilidade. In: BOUDON, R. (Org.). *Tratado de sociologia*. Colaboração de Jean Baechler. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995. p. 167-212.
- FERREIRA, S. G.; VELOSO, F. A. Mobilidade intergeracional de educação no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, v. 33, n. 3, p. 481-513, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/pppe/article/viewFile/80/55>>. Acesso em: jan. 2013.
- FREYRE, G. Sobrados e mucambos. In: SANTIAGO, S. (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. v. 2, p. 729-1464. (Biblioteca luso-brasileira. Série brasileira).
- HASENBALG, C. Raça e mobilidade social. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes - UCAM, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - Iuperj, 1988. cap. 6, p. 164-182. (Grande Brasil: veredas, v. 7).
- _____. Race and socioeconomic inequalities in Brazil. In: FONTAINE, P. (Ed.). *Race, class and power in Brazil*. Los Angeles: University of California - UCLA, Center for Afro-American Studies - CAAS, 1985. cap. 3, p. 25-41. (CASS special publication series, v. 7).
- HASENBALG, C.; SILVA, N. do V.; LIMA, M. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. 240 p.
- LANGONI, C. G. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973. 312 p.
- MYRDAL, G. *An American dilemma: the negro problem and modern democracy*. New York: Harper & Brothers, 1944. 2 v.
- OSORIO, R. G. *A mobilidade social dos negros brasileiros*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2004. 24 p. (Texto para discussão, n. 1033). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1033.pdf>. Acesso em: jan. 2013.
- _____. *Mobilidade social sob a perspectiva da distribuição de renda*. 2003. 168 p. Dissertação (Mestrado)-Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília - UnB, Brasília, DF, 2003.

PAIXÃO, M. J. de P. *Crítica da razão culturalista: relações raciais e a construção das desigualdades sociais no Brasil*. 2005. 437 p. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, Universidade Cândido Mendes - UCAM, 2005.

PASTORE, J. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz: Edusp, 1979. 217 p. (Biblioteca básica de ciências sociais. Série 1a, Estudos brasileiros, v. 1).

PASTORE, J.; SILVA, N. do V. *Mobilidade social no Brasil*. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Makron Books, 2000. 98 p.

PIERSON, D. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contacto racial*. Introdução de Arthur Ramos e Robert E. Park. 2. ed. rev. São Paulo: Ed. Nacional, 1971. 429 p. (Biblioteca pedagógica brasileira. Série 5, Brasileira, v. 241).

RIBEIRO, C. A. C. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. *Dados: revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes - UCAM, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, v. 49, n. 4, p. 833-873, 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/218/21849406.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

_____. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. *Dados: revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes - UCAM, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, v. 54, n. 1, p. 41-87, 2011. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/218/21819114002.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

RIBEIRO, C. A. C.; SCALON, M. C. Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada. *Dados: revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes - UCAM, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, v. 44, n. 1, p. 53-96, 2001. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/redalyc/pdf/218/21844104.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

SCALON, M. C. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan: Universidade Cândido Mendes - UCAM, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, 1999. 190 p.

SILVA, N. do V. Cor e mobilidade ocupacional. In: PASTORE, J.; SILVA, N. do V. *Mobilidade social no Brasil*. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Makron Books, 2000. p. 85-96.

_____. Cor e o processo de realização sócio-econômica. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes - UCAM, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, 1988. p. 144-163. (Grande Brasil: veredas, v. 7).

_____. As duas faces da mobilidade. *Dados: revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes - UCAM, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, v. 21, p. 49-67, 1979.

_____. Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. (Org.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks: Universidade Cândido Mendes - UCAM, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, 2003. p. 105-146.

_____. Morenidade: modo de usar. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes - UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n. 30, p. 79- 95, 1996.

SILVA, N. do V.; SOUZA, A. de M. e. Um modelo para análise da estratificação educacional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas - FCC, n. 58, p. 49-57, ago. 1986. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/779.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

TELLES, E. E. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Ford Foundation, 2003. 347 p.

Mobilidade social

Leonardo Athias*
Gilson Matos**

Introdução

O tema da mobilidade social, com destaque para a mobilidade ocupacional, é abordado de forma mais intensa na literatura sociológica brasileira a partir dos anos 1960,¹ quando se observa um crescente interesse pelas mudanças sociais ocasionadas pela urbanização, industrialização e crescente entrada da mulher no mercado de trabalho. Da mesma forma, os ganhos educacionais, mesmo se lentos, distanciam os filhos dos pais; e isso de forma assimétrica por localidade, grupo social, entre outros aspectos.

Os estudos de mobilidade, em sua maioria, fundamentam-se na comparação de resultados educacionais de filhos em relação aos pais (mobilidade educacional) e entre as ocupações de pais e filhos (mobilidade ocupacional intergeracional) ou da pessoa com uma ocupação anterior (normalmente sua primeira – mobilidade ocupacional intrageracional). Estes estudos usam dados de pesquisas domiciliares e, para comparar ocupações, estas devem ser hierarquizadas em estratos,

* Agradecimentos dos autores às seguintes pessoas que auxiliaram na metodologia do presente estudo: Paulo Jannuzzi, Carlos Costa Ribeiro, Flavio Carvalhaes, Lygia Gonçalves Costa e André Wallace.

** Pesquisador da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do IBGE.

¹ Pastore descreve como evoluíram os estudos no âmbito internacional: A Sociologia já possui cerca de 50 anos [em 1979] de tradição de estudo da mobilidade social. Os trabalhos pioneiros do final da década de 1920 e da década de 1930 tiveram um caráter eminentemente conceitual e descritivo [...] Na década de 1940 começaram a surgir os primeiros esforços de formalização de uma teoria de estratificação e mobilidade social [...] Os estudos dos últimos vinte anos introduziram uma série de rigorismo técnicos [...] (PASTORE, 1979, p. 29-30).

o que normalmente se faz a partir dos níveis de rendimento e educação (*status*) relacionados com cada ocupação.²

Desde os primeiros estudos, constata-se forte mobilidade no Brasil, inclusive comparado a outros países (PASTORE; SILVA, 2000), fenômeno que convive com altos níveis de desigualdade social. Mesmo se a mobilidade atinge de maneira abrangente a população, ela não reduz significativamente as assimetrias entre indivíduos, quando estes são segmentados pela sua cor ou raça, região de moradia, entre outros aspectos.

As mudanças sociais supracitadas denotaram uma mobilidade ocupacional chamada estrutural. Pastore e Silva (2000, p. 28) explicam:

As mudanças na estrutura ocupacional entre a geração dos pais e a geração dos filhos 'forçam' os indivíduos a se deslocarem no sentido de preencher as novas oportunidades criadas [...] O complemento da mobilidade estrutural é a mobilidade circular, oriunda da competição entre os indivíduos.

Em 1996, quando o último módulo sobre mobilidade foi aplicado em uma Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD,³ a mobilidade circular era da mesma magnitude da estrutural. O País estaria tendendo, então, a migrar para uma configuração típica de países com maior grau de desenvolvimento, onde predomina a mobilidade circular.

A mobilidade pode ser construtora de coesão social (mesmo concernindo assimetricamente os indivíduos, é sinônimo de oportunidades), sobretudo num contexto como o brasileiro, onde prevalecem desigualdades históricas. Dessa forma, os especialistas se debruçaram sobre as diferenças na mobilidade em termos regionais (PASTORE, 1979; SILVA, 1993), por gênero (CAILLAUX, 1994; SCALON, 1999) e cor ou raça (HASENBALG, 1988; CAILLAUX, 1994; TELLES, 1994; CARVALHO; NERI, 2000; PASTORE; SILVA, 2000).

Mais recentemente, vem sendo desenvolvida uma série de estudos relacionados à mobilidade na América Latina que revisitam esse tema⁴. O Brasil tende a aparecer entre os de maior mobilidade (unicamente de curta distância, quer dizer, entre estratos socialmente próximos) e desigualdades. Destaca-se, também, imobilidade nos extremos das hierarquias de ocupações no Brasil e em outros países da região (BEHRMAN; GAVIRIA; SZÉKELY, 2001; AZEVEDO; BOUILLON, 2009; TORCHE, 2009).

Além desta Introdução, o presente capítulo está organizado nas seguintes seções: Objetivos e delimitação do objeto de estudo, Dados, Metodologia, Resultados e Conclusões.

² Nelson do Valle Silva (1973) é um dos precursores desse esforço de estratificação.

³ A PNAD, iniciada em 1967, teve sua abrangência geográfica ampliada ao longo do período, atingindo a totalidade do País (urbano e rural) em 2004.

⁴ O Relatório sobre Desenvolvimento Humano na América Latina e Caribe de 2010 (INFORME..., 2010) tem por título *Actuar sobre el futuro: romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad*. "Entre los factores que explican el logro económico y social heterogéneo, se destacan las condiciones iniciales de cada hogar (características socioeconómicas de la unidad doméstica en que nace un individuo), el esfuerzo individual, los contextos social e institucional, factores históricos y la acción pública. Sin embargo, también intervienen otros elementos igualmente importantes, como los aspectos aleatorios, es decir, aquellos eventos que están fuera del control de las personas (desastres naturales o acontecimientos positivos inesperados (...)) Tres rasgos caracterizan la desigualdad en América Latina y el Caribe (ALC): es alta, es persistente y se reproduce en un contexto de baja movilidad socioeconómica" (INFORME..., 2010, p. 16-18).

Objetivos e delimitação do objeto de estudo

O estudo explora a mobilidade educacional e a mobilidade ocupacional sob a perspectiva da influência da dimensão cor ou raça. A mobilidade educacional é uma das vertentes da mobilidade social, com destaque para a mobilidade social intergeracional, pois compara níveis conseguidos pelo indivíduo em relação ao seu pai e/ou à sua mãe. A mobilidade ocupacional, por sua vez, compara uma situação ocupacional “de origem” (seja do pai, da mãe, ou ocupação anterior da própria pessoa) com a situação “de destino”. Por exemplo, compara-se a ocupação atual da pessoa com a ocupação do seu pai quando esta pessoa tinha 15 anos ou mais de idade⁵.

A Pesquisa das Características Étnico-raciais da População - PCERP 2008 é uma pesquisa de tema específico e teve um entrevistado por domicílio sorteado aleatoriamente para representar as pessoas de 15 anos ou mais de idade nas seis Unidades da Federação pesquisadas (Amazonas, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal). Embora com uma amostra menor⁶ do que a da PNAD, o que impõe certos limites às estimativas relacionadas a grupos rarefeitos, e sem tanto detalhamento acerca do domicílio e da pessoa como em uma PNAD, a PCERP 2008 é rica em outros elementos, como identificação racial e informação sobre o pai e a mãe do entrevistado.

Vale destacar, desde já, o propósito, neste estudo, de se construir uma análise exploratória da mobilidade. Em contraste, mesmo com limitações na comparabilidade com pesquisas anteriores, em razão do escopo geográfico da PCERP 2008 e pela diferença na variável de categorização por cor ou raça,⁷ entre outras questões, almejou-se trazer uma perspectiva temporal para a análise. Para isso, foi necessário construir um recorte geográfico e de perfil equivalente nas edições da PNAD realizadas em 1988 e 1996. Este recorte representou as seis Unidades da Federação cobertas pela PCERP 2008, à exceção da zona rural do Estado do Amazonas, não coberta naqueles levantamentos, e os responsáveis pelo domicílio e seu cônjuge de 20 a 64 anos.

Em termos de indagações, aqui se dialoga especialmente com a análise de Hasenbalg (1985, 1988), que usou dados da PNAD 1976, e que foi atualizada por Pastore e Silva (2000), com dados da PNAD 1996, ambos chegando a resultados similares:

Em resumo, as evidências levantadas [...] corroboram as conclusões de Hasenbalg [em estudo anterior: Hasenbalg [1988, p. 177] no sentido de que, no Brasil, as pessoas de cor preta ou parda “sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social individual. Suas possibilidades de escapar às limitações de uma posição social baixa são menores que as dos brancos na mesma origem social, assim como são maiores as dificuldades para manter as posições já conquistadas” [...]. Adicionalmente, os novos resultados apontam no sentido de que no Brasil de hoje [2000], o núcleo duro das desvantagens que pretos e pardos

⁵ As perguntas sobre ocupação dos pais na PCERP 2008 foram: “Quando você tinha 15 anos de idade, seu pai/sua mãe trabalhavam (exceto afazeres domésticos)?”, seguidas de “Quando você tinha 15 anos de idade, qual era a ocupação do seu pai/da sua mãe?”.

⁶ A PCERP 2008 entrevistou cerca de 15 000 pessoas (um entrevistado por domicílio) em seis Unidades da Federação enquanto a PNAD tem uma amostra que cobre, atualmente, mais de 350 000 pessoas na totalidade do País.

⁷ A PCERP 2008 traz a classificação por cor ou raça primeiramente a partir de uma pergunta aberta, além da identificação com alguns termos relacionados a raça, etnia e origem. As edições da PNAD trazem, por outro lado, a pergunta fechada de cor ou raça em quatro categorias (até 1990) ou cinco categorias (a partir de 1992).

parecem sofrer se localiza no processo de aquisição educacional. Se por um lado as diferenças raciais nos retornos ocupacionais dos investimentos em educação são modestas e não significativas, as diferenças na realização educacional para qualquer que seja o estrato de origem são marcantes e significativas. E, o que é possivelmente ainda mais problemático, tendem a crescer conforme melhora a situação social de origem (PASTORE; SILVA, 2000, p. 96)⁸.

Esses elementos fundamentam uma série de afirmações que serão testadas neste estudo com os dados da PCERP 2008. A mobilidade social educacional será explorada em primeiro lugar. Ela tem as medidas mais diretas (anos de estudo) em relação à mobilidade ocupacional e também em relação à mobilidade social de renda (expressa em unidades monetárias), que não será tratada aqui⁹.

A mobilidade social ocupacional, unicamente em sua vertente intergeracional, será abordada na sequência. A inserção no mundo do trabalho foi objeto de muita teorização desde os clássicos (Marx e Weber, por exemplo) e a perspectiva adotada aqui aceita a premissa de que os indivíduos estão em grande parte definidos na estrutura/hierarquia social por sua ocupação¹⁰.

Conforme ressaltado anteriormente, o estudo da mobilidade ocupacional deve se valer de um trabalho de hierarquização e separação em grupos ocupacionais. Há vários métodos de estratificação possíveis e todos mostram certo grau de arbitrariedade. Embora a comparação entre estudos não seja direta, ganha destaque a abordagem pelo *status* ocupacional¹¹, como aponta Pastore (1979, p. 33):

O status ocupacional como proxy do status social tem sido extensamente utilizado na Sociologia [...] Quando somos apresentados a uma pessoa pela primeira vez, a questão mais imediata é: "o que você faz?" O conhecimento do que ela faz proporciona uma primeira base para classificá-la no espaço social. Isso não significa que o posicionamento visualizado seja absolutamente consistente. Para melhorar nosso quadro precisamos ainda saber: Quanto ganha? Qual é o seu nível de educação? Esses são os passos para se construir o índice de status ocupacional.

Nos estudos anteriores sobre mobilidade, que usam dados de Censos Demográficos e de PNADs, encontram-se grupos de três, quatro, cinco, seis, nove, até próximo de 20 estratos de ocupações. Além dessa diferença, que impacta

⁸ Ferreira e Veloso (2006, p. 18) chegam a uma conclusão análoga, ao analisar a mobilidade de renda com dados de 1996: *"The shape of the transition matrices is very different for these two subpopulations. Blacks have large intergenerational persistence of low wages, while whites have large persistence at high wage levels. Accordingly, the probability that a black whose father was at the bottom quintile will remain at that quintile (47%) is considerably higher than the analogous probability for whites (25%). On the other hand, the probability that a white whose father was located at the top quintile of the wage distribution will remain in this quintile is 50%, compared to an analogous probability of 23% for blacks."*

⁹ A mobilidade social de renda é menos explorada por estudiosos do social, quando se compara com a ocupacional ou a educacional. Ela se depara com a dificuldade de reportar os rendimentos recebidos pelos pais, no presente e no passado. Depara-se, também, com a dificuldade de lidar com diferentes unidades monetárias. Ferreira e Veloso (2006) desenvolveram modelos econométricos, com imputação de dados a partir de diferentes pesquisas.

¹⁰ O capítulo introdutório de Scalón (1999) revisa de maneira bastante precisa a literatura (neomarxista e neoweberiana) sobre o tema.

¹¹ Encontram-se, na literatura, classificações de prestígio e de *status* socioeconômico. Essa última, de maneira geral, é baseada na educação (anos de estudo completos com êxito e "experiência" operacionalizada pela idade a partir da primeira ocupação) e os rendimentos que os indivíduos recebem em média por determinada ocupação (SILVA, 1985). Em termos teóricos, apesar de similaridades nos resultados, uma perspectiva de "hierarquia de *status*" se opõe a uma de "oposições de classe" (RIBEIRO, 2000).

diretamente nas medidas de mobilidade, as comparações não são diretas, pois as pesquisas utilizadas como fontes de dados variam e as classificações de ocupações usadas pelo IBGE tornaram-se mais detalhadas com o tempo. Ainda assim, as meta-análises encontram convergências nas estratificações, tanto no tempo quanto no espaço (AZEVEDO; BOUILLON, 2009), sobretudo quando se distancia das camadas médias. Como ilustração, cabe assinalar que magistrados e catadores/descascadores de alimentos encontram-se nos estratos extremos, independentemente dos recortes adotados.

Sobre a intervenção do tempo, entre a ocupação que o pai ou a mãe tinha quando o filho ou filha entrou no mercado de trabalho (aproximadamente 15 anos de idade) e a ocupação atual deste(a), pode haver uma distância de mais de 50 anos, o que convive com um contexto de fortes mudanças estruturais. Essa é uma das razões porque a maioria dos estudos limita a análise a homens de certa idade, 15 a 64 anos, por exemplo.

Em termos de objetivos específicos, a mobilidade educacional de cada grupo de cor ou raça da PCERP 2008 será estudada e (no recorte possível) comparada com dados das edições da PNAD realizadas em 1988 e 1996. Exploram-se os fatores para a “realização educacional” (SILVA; HASENBALG, 2000) e a mobilidade educacional ascendente, testando o papel da cor ou raça neste processo.

Quanto à mobilidade ocupacional, explora-se a mobilidade de filhos e filhas em relação a pais e mães, também introduzindo uma perspectiva de comparação com pesquisas anteriores. Algumas afirmações oriundas da literatura são testadas com os dados da PCERP 2008 e busca-se abordar a indagação de Hasenbalg (1988) sobre a maior capacidade dos grupos de não brancos, no Brasil, de conquistar mobilidade (ascendente) em termos educacionais de forma mais notória do que de alcançar mobilidade (ascendente) nos grupos ocupacionais.

Dados

Os módulos específicos sobre mobilidade nas edições da PNAD realizadas em 1973, 1976, 1982, 1988 e 1996 são os principais insumos para os estudos de mobilidade no Brasil¹², seja pelo seu componente educacional, seja ocupacional, seja de renda e combinações¹³.

Esses dados permitiram gerar estratificações socioeconômicas das ocupações, além de permitir explorar a mobilidade intergeracional (em relação ao pai e/ou à mãe) e a intrageracional, pois contêm informações sobre a ocupação atual e a primeira ocupação.

A PCERP 2008 contém perguntas relacionadas à mobilidade, aplicadas ao informante de 15 anos ou mais de idade, independentemente de sua condição no

¹² Também houve um módulo sobre mobilidade aplicado na Pesquisa Mensal de Emprego - PME, realizada em abril de 1996, cobrindo as Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, conforme Carvalho e Neri (2000). A pesquisa investigou a mobilidade das pessoas de 20 anos ou mais de idade que compunham a força de trabalho naquele mês de referência em relação à situação em que se encontravam no mercado de trabalho em abril de 1991. Ela investigou ainda o grau de satisfação das pessoas no exercício de sua atividade, a incorporação de novas máquinas e equipamentos no processo produtivo, a mobilidade social, definida como o nível de instrução do pai e da mãe, além das expectativas de trabalho das pessoas que se encontravam em condição de inatividade.

¹³ Pastore e Silva (2000) analisaram a mobilidade ocupacional e a educacional, usando a PNAD 1996 em comparação com a análise prévia de Pastore (1979), efetuada com dados de 1973. No capítulo sobre cor ou raça, comparam com o estudo de Hasenbalg (1988), realizado com dados de 1976. Todas são referências essenciais para a presente contribuição.

domicílio, em contraste com a PNAD. Nas edições de 1988 e 1996 desta pesquisa, por exemplo, o módulo de mobilidade concerniu somente o responsável pelo domicílio e seu cônjuge. A PCERP 2008 traz ainda informações educacionais e sobre a ocupação do pai e a mãe do entrevistado, além de informações sobre sua primeira ocupação. Vale destacar também que a ocupação da mãe figura pela primeira vez na PCERP 2008, posto que na PNAD apenas a ocupação do pai foi investigada. Ainda aproveitando o tema principal da PCERP 2008, nela consta a cor ou raça atribuída pelo entrevistado a si, ao pai e à mãe¹⁴. Pelo seu conteúdo específico, a PCERP 2008 permite, assim, cruzamentos relevantes com a riqueza de identificações étnico-raciais observadas.

Metodologia

Nesta seção, primeiramente, é descrita a metodologia básica da análise de mobilidade presente nos estudos clássicos para, em seguida, apresentar-se a construção dos grupos de cor ou raça aqui utilizados, com detalhes sobre outras variáveis também adotadas. Finalmente, as técnicas aplicadas para o estudo da mobilidade educacional e da mobilidade ocupacional neste capítulo são apresentadas.

A metodologia básica da mobilidade se fundamenta na análise de tabulações com a origem e o destino social do indivíduo:

Uma tabela de mobilidade social é uma classificação cruzada, também chamada de tabela de contingência. Nela, os indivíduos são classificados de acordo com sua ocupação em dois momentos do tempo. Em um *continuum* de tempo, o ponto no passado é denominado **origem** ocupacional e o ponto mais recente **destino** ocupacional. A variável mais frequentemente usada para representar a origem ocupacional nos estudos de mobilidade é a ocupação paterna. Ela é considerada em um determinado ponto da juventude do indivíduo [...] Quando se analisa a situação do indivíduo em relação a seu pai, a tabela de mobilidade representa convencionalmente a "mobilidade intergeracional". Quando se analisa a situação do indivíduo em relação à sua primeira ocupação, a tabela de mobilidade representa a "mobilidade intrageracional" ou "mobilidade de carreira" (PASTORE; SILVA, 2000, p. 16, grifo do autor).

Para a análise que segue, foram construídos alguns grupos de classificação racial que pudessem ser comparados com a pergunta fechada em cinco categorias, usada nas pesquisas domiciliares do IBGE. Para isso, foi usada a pergunta aberta de autotranscrição¹⁵.

Para este estudo, os grupos de cor ou raça na PCERP 2008 estão definidos com base na resposta das pessoas de 15 anos ou mais de idade à pergunta aberta sobre cor ou raça em:

- Branca - pessoas que se declararam branca, clara, alemã ou italiana¹⁶ (50,3%);
- Negra/preta - pessoas que se declararam preta ou negra (9,2%);

¹⁴ Conforme o fac-símile do questionário da pesquisa (CARACTERÍSTICAS..., 2011, p. 83).

¹⁵ Da população de 15 anos ou mais de idade coberta pela PCERP 2008, 96% soube declarar espontaneamente sua cor ou raça (CARACTERÍSTICAS..., 2011, p. 40).

¹⁶ Essas duas últimas categorias englobam 5% das respostas no Estado do Rio Grande do Sul.

- Parda - pessoas que se declararam parda (13,6%);
- Morena - pessoas que se declararam morena, incluindo variantes clara/escura¹⁷ (21,7%); e
- Outra - demais autoclassificações (5,2%).

Seguindo os estudos clássicos de mobilidade, a análise se direciona às pessoas de 15 a 64 anos de idade. Para a comparação no tempo, foi necessário harmonizar com dados das edições da PNAD realizadas em 1988 e 1996, num universo similar mais restrito, cabendo ressaltar que a PCERP 2008 foi aplicada em seis Unidades da Federação: Amazonas, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal. Em algumas tabelas que comparam os dados ora obtidos com aqueles de 1988 e 1996, restringe-se o universo da PCERP 2008 aos responsáveis pelo domicílio e seus cônjuges (71,1% da amostra da PCERP 2008) de 20 a 64 anos de idade e exclui-se a área rural do Estado do Amazonas, não coberta pelas edições da PNAD supracitadas.

Para algumas análises (que, de outra forma, teriam grupos raciais muito pequenos) e para a comparação com as supracitadas edições da PNAD, constrói-se um recorte adicional (e sabidamente aproximativo) de não brancos¹⁸.

Quadro 1 - Construção do grupo "não brancos" em 1988, 1996 e 2008

PNAD 1988	PNAD 1996	PCERP 2008
Pessoas que se definem como "pretos" ou "pardos" Obs.: As opções de cor ou raça não incluíram "indígena" nessa pesquisa	Pessoas que se definem como "pretos" ou "pardos" ou "indígenas"	Critério único: Pessoas que se definem espontaneamente como "pretos", "negros", "pardos" ou "indígenas" Critério duplo: Pessoas que se definem espontaneamente como "morenos", "mulatos" ou "mestiços" e respondem afirmativamente a qualquer das perguntas a seguir: Dentre as seguintes alternativas, você se reconhece ou identifica como de cor ou raça: (assinale quantas opções desejar) 3.12 Afrodescendente 3.13 Indígena 3.15 Negro 3.17 Preto 3.18 Pardo

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Com os dados da PNAD 1988, o grupo de não brancos é composto pelas pessoas que se definem como de cor ou raça preta ou parda. Com a PNAD 1996, o grupo é composto pelas pessoas que se definem como de cor ou raça preta, parda ou indígena.

Nos dados da PCERP 2008, trata-se de uma construção a partir das respostas à pergunta aberta de autoclassificação, combinada com respostas a uma bateria de perguntas fechadas de identificação, conforme descrito no Quadro 1 acima.

¹⁷ Na classificação em 14 categorias mais usuais, a morena clara inclui 3% das respostas (CARACTERÍSTICAS..., 2011, p. 30).

¹⁸ Esse grupo se opõe ao de brancos, que corresponde ao recorte cor ou raça branca, que figura em outras tabelas unicamente com dados da PCERP 2008. Nos dois casos, brancos são pessoas que se autoidentificam como de cor ou raça branca, clara, alemã ou italiana.

Em 1988, não brancos representavam 24,3% das pessoas de 15 anos ou mais de idade, considerando apenas as seis Unidades da Federação cobertas pela PCERP 2008. Em 1996, esse grupo era 26,2%. Há de se sublinhar que, nas seis Unidades da Federação, constam São Paulo e Rio Grande do Sul, estados populosos com maiores contingentes de pessoas de cor ou raça branca. Na PCERP 2008, não brancos corresponderam a 40,6%¹⁹, incidência compatível com a soma de pretos, pardos e indígenas na PNAD 2008 (35,9%), aqui também nos mesmos recortes etário e geográfico da PCERP 2008.

Ainda sobre a justificativa desse recorte de não brancos, por exemplo, 63,2% dos que se autotransferem como pardos na PCERP 2008 identificam-se com a categoria pardo. Ademais, em acordo com o racional consagrado na literatura para construir não brancos, essas pessoas apresentam indicadores socioeconômicos (educação e renda) significativamente mais próximos de pessoas que se classificam como pretos, negros, pardos ou indígenas do que daquelas que se classificam como brancos.

A escolaridade do entrevistado, a do pai e a da mãe são variáveis com 16 níveis, correspondendo ao número de anos de estudo concluídos. Varia de 0, sem educação formal, a 15, correspondendo a 15 anos ou mais de estudo completo. Para construir as matrizes de mobilidade, são usados grupos de anos de estudo, correspondentes aos níveis de educação: primária (0 a 4 anos), fundamental (5 a 8 anos), médio (9 a 11 anos) e superior (12 anos ou mais), levando em conta, ainda, a estruturação do fundamental em oito séries. A mobilidade educacional ascendente (escolaridade dos filhos maior do que a dos pais) será comparada com a imobilidade (igual escolaridade entre pais e filhos) e com a mobilidade descendente (escolaridade dos filhos menor do que a dos pais).

Quanto ao estudo da mobilidade ocupacional, foram utilizados cinco grupos ocupacionais hierarquizados, conforme realizado por Jannuzzi (2000, 2004a)²⁰. Trata-se de uma hierarquização por *status* socioeconômico, baseada na posição relativa de escolaridade e rendimento das ocupações²¹. A ideia de posição social é essencial aqui.

Essa estratificação foi trabalhada para as décadas de 1980 e 1990. Também foi aplicada à Classificação Brasileira das Ocupações - CBO 2002, do Ministério do Trabalho e Emprego e utilizada pelo IBGE para classificar as ocupações no Censo Demográfico 2000 e em outras pesquisas domiciliares da década de 2000, incluindo a PCERP 2008. Tratou-se de um esforço meritório, pois os esquemas de classificação usados desde 1991 não são diretamente traduzidos²².

¹⁹ Não brancos correspondem a 40,3% da população de 15 anos ou mais de idade, nas seis Unidades da Federação pesquisadas, excluindo-se a área rural do Estado do Amazonas, não coberta nas edições da PNAD 1988 e 1996. Nesse mesmo recorte, brancos correspondem a 48,6%, e o grupo outros, a 11,2%. O grupo de não brancos não possui qualquer conotação de classificação em um novo grupo, mas simplesmente refere-se à reunião dos entrevistados a partir dos critérios de autoidentificação no Quadro 1. Esse conjunto se contrapõe a brancos apenas para os propósitos do presente estudo, que incluem a comparação com os achados de Pastore e Silva (2000), que se valem da construção de um grupo de não brancos para a PNAD 1996.

²⁰ Essa metodologia foi aplicada à Argentina por Jorrot e Acosta (1992) e é uma metodologia "proposta em estudo clássico de Nam & Powers na década de 1960". Essa categorização foi aplicada, entre outros, para estudar precarização das ocupações (JANNUZZI, 2000, p. 50).

²¹ "O índice socioeconômico posicional (ISEP) corresponde à porcentagem de indivíduos ocupados cujos níveis médios combinados de rendimento e escolaridade são menores ou iguais que os da ocupação considerada" (JANNUZZI, 2000, p. 50).

²² "Ainda que existam matrizes de compatibilização entre os sistemas classificatórios usados, a experiência prática tem apontado várias limitações das mesmas, decorrentes dos princípios classificatórios empregados em cada sistema, espelhados por sua vez na forma de apreensão, em cada momento, das transformações e da crescente complexidade da estrutura ocupacional brasileira ao longo do período. Em 1991, por exemplo, indivíduos que exerciam ocupações técnicas de nível superior como Médico, Advogado, Arquiteto e que tinham mais de 2 empregados eram classificados como Empresários ou Proprietários nos Serviços, procedimento esse que pode não ter sido extensivamente aplicado da mesma forma em censos anteriores. [...] uma série de novas ocupações foram surgindo [...] 'ocupações maldefinidas/não declaradas' reuniam quase 10% das ocupações em 1991" (JANNUZZI, 2004a, p. 75).

A análise da PCERP 2008 direcionou a um número reduzido de grupos (em relação ao que se encontra na literatura), pois foi importante considerar os cortes geográficos e por cor ou raça na análise. Finalmente, em razão de a pesquisa ter uma cobertura subnacional e com amostra menor que a utilizada nas edições da PNAD, usar mais categorias poderia incorrer em estimativas com menores níveis de precisão. O Quadro 2, a seguir, traz exemplos de ocupações típicas por estrato:

Quadro 2 - Ocupações típicas, segundo os estratos sócio-ocupacionais

Estrato sócio-ocupacional	Ocupações típicas
Baixo	Trabalhadores rurais na condição de empregados ou autônomos (produtores meeiros ou parceiros), além das ocupações urbanas de baixo <i>status</i> como a de serventes de pedreiro, lavadeiras, empregados domésticos e lixeiros
Médio-baixo	Ocupações da indústria de alimentos, ocupações da indústria do têxtil, pedreiros, pintores, garçons, vigias, porteiros, estivadores, vendedores ambulantes
Médio	Torneiro mecânico, montadores de equipamentos elétricos, vendedores, operadores de caixa, comerciantes conta própria, professores de ensino pré-escolar, motoristas, inspetores de alunos, auxiliares de enfermagem, auxiliares administrativos e de escritório, policiais e praças das forças armadas
Médio-alto	Técnicos de contabilidade e administração, mestre e contramestres na indústria, professores de ensino fundamental e médio, corretores de imóveis, inspetores de polícia, carteiros, comerciantes (proprietários) e agricultores
Alto	Médico, engenheiro, professor universitário, empresários, gerentes e postos superiores na administração pública (juizes, promotores, delegados, oficiais das forças armadas, etc.)

Fonte: Jannuzzi, P. de M. Status socioeconômico das ocupações brasileiras: índices aproximativos para 1980, 1991 e anos de 1990. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro: IBGE, v. 61, n. 216, p. 47-74, jul./dez. 2000. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/detalhes.php?id=7111>>. Acesso em: jan. 2013.

Referente às técnicas aplicadas, tanto a mobilidade educacional quanto a ocupacional serão objetos de uma análise descritiva, seguida de modelos estatísticos.

O estudo da mobilidade educacional se valerá de matrizes de transição e modelos de regressão linear e logística, buscando os determinantes da educação do entrevistado e da mobilidade ascendente deste em relação aos pais. Os determinantes testados são variáveis estruturantes (cor ou raça, sexo, urbanização e Unidade da Federação), indicadores de *status* transmitido (educação e ocupação dos pais) e a percepção da importância da cor ou raça. Adiciona-se um teste formal da dimensão cor ou raça, numa tabulação cruzada que a inclui, junto à educação do entrevistado e à do pai (modelo log-linear). Estes modelos estatísticos levam em conta o plano amostral da PCERP 2008, o que fortalece a confiabilidade dos testes²³.

O estudo da mobilidade ocupacional se valerá, também, de matrizes de transição e busca dos determinantes de *status* ocupacional e mobilidade por regressões lineares e logísticas, além de um modelo log-linear.

²³ Utilizou-se para a construção dos modelos de regressão e log-lineares o *software* SUDAAN e a biblioteca *survey* do *software* R.

Resultados

Mobilidade educacional

Análise descritiva

Nas últimas décadas, houve uma mudança na estrutura educacional da população com forte incremento nos níveis educacionais. A Tabela 1, a seguir, traz a distribuição de anos de estudo para brancos e não brancos²⁴ na PCERP 2008 e nas edições da PNAD realizadas em 1988 e 1996. Ainda subsistem diferenças significativas entre os grupos de cor ou raça: 20,6% dos brancos na PCERP 2008 têm até 4 anos de estudo, enquanto a proporção é de 27,4% para os não brancos. No outro extremo, 22,5% dos brancos têm 12 anos ou mais de estudo, enquanto apenas 8,3% dos não brancos encontram-se nesse grupo.

Tabela 1 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo os grupos de anos de estudo - 1988/2008

Grupos de anos de estudo	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça					
	PNAD 1988		PNAD 1996		PCERP 2008 (1)	
	Branco	Não brancos	Branco	Não brancos	Branco	Não brancos
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0 a 4	46,9	61,6	37,6	50,1	20,6	27,4
5 a 8	27,1	26,1	29,6	31,8	21,0	27,5
9 a 11	15,7	9,8	20,5	14,6	36,0	36,8
12 ou mais	10,3	2,5	12,2	3,5	22,5	8,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1988/1996 e Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Nota: Foram consideradas nas edições da PNAD as Unidades da Federação que compõem a PCERP 2008, sendo no Estado do Amazonas, apenas a população urbana.

(1) No caso da PCERP 2008, as pessoas correspondem aos entrevistados.

A Tabela 2, a seguir, traz, por grupo de cor ou raça, a escolaridade de pais e filhos (no recorte principal de pessoas de 15 a 64 anos de idade). Os dados atestam a progressão nos níveis educacionais, com uma diferença de mais de 4 anos de estudo entre pais e filhos. Aqui se destacam também as diferenças entre os grupos de cor ou raça, com os menores níveis para os que se autoidentificam como morenos. Essas pessoas têm, em média, 6,8 anos de estudo, 2,1 anos abaixo da média geral (8,7 anos de estudo).

Tabela 2 - Média de anos de estudo dos entrevistados de 15 a 64 anos de idade, do pai e da mãe dos entrevistados, segundo a cor ou raça do entrevistado - 2008

Cor ou raça do entrevistado	Média de anos de estudos dos entrevistados de 15 a 64 anos de idade, do pai e da mãe dos entrevistados		
	Entrevistado	Pai	Mãe
Total	8,7	4,3	4,3
Branca	9,5	5,1	5,1
Negra/preta	8,2	3,3	3,3
Parda	8,7	4,1	4,2
Morena	6,8	2,9	3,1
Não brancos	7,9	3,5	3,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

²⁴ Lembrando que se trata de um recorte específico, conforme descrito no Quadro 1.

A seguir, apresenta-se a tabela de mobilidade (matriz de transição), com grupos de anos de estudo (Tabela 3). Como reportado a partir da citação de Pastore e Silva (2000), a diagonal principal desta tabela indica imobilidade, as células acima dessa diagonal, mobilidade ascendente, e as células abaixo, mobilidade descendente. Na tabela, a soma da diagonal (imobilidade) remonta a 32% (17,3% + 4,1% + 6,4% + 4,2%). Ao mesmo tempo, a maior parte das pessoas está na parte superior da tabela (soma 62,2%), enquanto a mobilidade descendente é de 5,8%.

Tabela 3 - Escolaridade dos entrevistados de 15 a 64 anos de idade, por grupos de anos de estudo, segundo a escolaridade do pai do entrevistado - 2008

Escolaridade do pai do entrevistado	Escolaridade dos entrevistados de 15 a 64 anos de idade (%)				
	Total	Grupos de anos de estudo (destino)			
		0 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos ou mais
Total	100,0	18,7	23,0	39,5	18,9
Grupos de anos de estudo do pai (origem)					
0 a 4 anos	61,4	17,3	16,7	20,9	6,4
5 a 8	19,0	1,1	4,1	9,8	4,0
9 a 11 anos	12,6	0,2	1,7	6,4	4,3
12 anos ou mais	6,9	0,0	0,4	2,3	4,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Após ter mostrado a alta mobilidade ascendente para o total da população na PCERP 2008, pode-se condensar a leitura da mobilidade (ascendente, descendente e imobilidade), comparando-se os grupos de cor ou raça na Tabela 4 a seguir.

Tabela 4 - Mobilidade educacional dos entrevistados de 15 a 64 anos de idade em relação à escolaridade do pai, por cor ou raça do entrevistado - 2008

Mobilidade educacional	Entrevistados de 15 a 64 anos de idade em relação à escolaridade do pai (%)					
	Total	Cor ou raça do entrevistado				
		Branca	Negra/preta	Parda	Morena	Não brancos
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mobilidade ascendente	62,2	64,6	62,6	65,8	54,4	61,2
Mobilidade descendente	5,8	5,4	6,2	6,4	5,7	6,0
Imobilidade	32,0	30,0	31,1	27,8	39,9	32,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Nota: Mobilidade educacional calculada a partir dos grupos de anos de estudo do entrevistado e do pai.

A mobilidade ascendente concerne 62,2% do conjunto, com pequenas oscilações entre a maior parte dos principais grupos de cor ou raça. Pessoas que se autodeclaram morenos têm os menores níveis de mobilidade ascendente: 54,4% chegam a um grupo de anos de estudo maior que o pai, o que está em linha com a menor média de anos de estudo apresentada por esse grupo (Tabela 2). Compatível

com a literatura sobre o tema, o grupo de não brancos, comparado ao de brancos, apresenta menores níveis de mobilidade ascendente (61,2% e 64,6%, respectivamente) e maiores níveis de mobilidade descendente (32,8% e 30,0%, respectivamente).

Pode-se, ainda, desmembrar a mobilidade educacional entre os grupos de cor ou raça, considerando filhos e filhas em relação ao pai e à mãe separadamente (Tabela 5).

Tabela 5 - Mobilidade educacional de filhos e filhas de 15 a 64 anos de idade, em relação à escolaridade do pai e da mãe, segundo a cor ou raça do entrevistado - 2008

Mobilidade educacional e cor ou raça do entrevistado	Filhos e filhas de 15 a 64 anos de idade, em relação à escolaridade do pai e da mãe (%)					
	Filho + filha x pai	Filho x pai	Filha x pai	Filho + filha x mãe	Filho x mãe	Filha x mãe
Total						
Mobilidade ascendente	62,2	60,7	63,7	63,3	61,7	64,8
Mobilidade descendente	5,8	6,4	5,1	5,1	6,2	4,1
Imobilidade	32,0	32,8	31,2	31,6	32,0	31,1
Branca						
Mobilidade ascendente	64,6	63,7	65,4	67,0	66,1	67,8
Mobilidade descendente	5,4	6,2	4,5	4,9	5,7	4,2
Imobilidade	30,0	30,0	30,0	28,1	28,2	28,1
Negra / preta						
Mobilidade ascendente	62,6	58,9	65,4	65,4	60,7	68,9
Mobilidade descendente	6,2	8,5	4,6	4,2	4,2	4,3
Imobilidade	31,1	32,6	30,0	30,4	35,1	26,8
Parda						
Mobilidade ascendente	65,8	64,1	67,7	66,1	63,0	69,6
Mobilidade descendente	6,4	5,2	7,7	5,8	7,7	3,7
Imobilidade	27,8	30,6	24,6	28,1	29,3	26,7
Morena						
Mobilidade ascendente	54,4	52,6	56,2	53,9	52,9	54,9
Mobilidade descendente	5,7	6,9	4,6	5,0	6,4	3,6
Imobilidade	39,9	40,5	39,2	41,1	40,7	41,5
Não brancos						
Mobilidade ascendente	61,2	58,8	63,7	61,1	58,4	63,7
Mobilidade descendente	6,0	6,5	5,4	5,1	6,5	3,8
Imobilidade	32,8	34,7	30,9	33,8	35,1	32,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Nota: Mobilidade educacional calculada a partir dos grupos de anos de estudo.

Destaca-se um alto nível de mobilidade em todos os grupos. As filhas mostram melhor desempenho educacional e maiores níveis de mobilidade do que os filhos. O máximo de mobilidade ascendente na Tabela 5 aparece para filha de cor ou raça parda em relação à mãe (69,6%). Estes resultados estão condizentes com os melhores resultados educacionais das meninas em relação aos meninos, observados nos últimos anos.

O recorte por Unidades da Federação (Tabela 6) permite explorar com mais detalhe as diferenças na mobilidade ascendente. Há de se ter em conta, também, que algumas células têm base em poucos casos, tanto em razão da amostra ser menor em algumas Unidades da Federação, quanto devido à menor incidência de alguns grupos de cor ou raça nessas localidades.

Tabela 6 - Mobilidade educacional ascendente das pessoas de 15 a 64 anos de idade em relação ao pai, por cor ou raça do entrevistado, segundo as Unidades da Federação pesquisadas - 2008

Unidades da Federação pesquisadas	Mobilidade educacional ascendente, das pessoas de 15 a 64 anos de idade em relação ao pai (%)					
	Total	Cor ou raça do entrevistado				
		Branca	Negra / preta	Parda	Morena	Não brancos
Total	62,2	64,6	62,6	65,8	54,4	61,2
Amazonas	56,7	52,6	57,1	60,6	55,6	57,4
Paraíba	50,1	56,1	(1) 58,9	(1) 66,1	40,2	48,6
São Paulo	64,4	65,9	62,4	66,2	58,0	63,4
Rio Grande do Sul	63,7	65,5	63,9	68,2	53,1	59,0
Mato Grosso	57,9	55,6	61,0	63,4	55,6	60,2
Distrito Federal	58,4	53,9	(1) 70,7	67,3	47,9	64,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Nota: Mobilidade educacional calculada a partir dos grupos de anos de estudo.

(1) Base pequena (N<50).

Pardos aparecem, em todas as Unidades da Federação, com mobilidade maior ou praticamente idêntica em relação a brancos. A diferença positiva é menor nos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul, onde a mobilidade total chega aos maiores valores. À exceção dessas Unidades da Federação, pessoas de cor ou raça preta ou negra também aparecem com maior mobilidade ascendente do que brancos (mas, salvo no Distrito Federal, menor do que pardos).

Uma possível razão para a maior mobilidade de pretos/negros e pardos seria o nível educacional mais baixo dos pais (origem), dando lugar a mais oportunidades para mobilidade ascendente (o filho chegando a uma ou mais faixas para cima). Ademais, políticas de escolarização universalizantes tendem a atingir, com mais impacto, a base da pirâmide social, composta em sua maioria por não brancos.

Além das diferenças regionais, desponta uma mobilidade geral menor para os autodeclarados de cor ou raça morena. Esta desvantagem para morenos não parecem estar relacionada com a cor ou raça do pai (pela declaração do entrevistado). Pais brancos de pessoas que se declaram de cor ou raça morena (25,1%) e também pais morenos (58,4%) dessas mesmas pessoas têm *status* educacional similar (baixo). Pardos têm maior nível educacional que morenos, mas ambos têm 25% dos pais de cor ou raça branca.

Mesmo com esses resultados favoráveis de mobilidade ascendente para pardos e negros, o grupo de não brancos figura com menor mobilidade ascendente em todas as Unidades da Federação.

Na sequência, aborda-se a mobilidade educacional de filhos e filhas em relação aos pais no recorte geográfico (seis Unidades da Federação, excluindo a zona rural do Estado do Amazonas) e de perfil do entrevistado (20 a 64 anos, responsáveis pelo domicílio ou cônjuges) compatível com os módulos de mobilidade das edições da PNAD realizadas em 1988 e 1996, que foram aplicados apenas em parte dos adultos.

Tabela 7 - Mobilidade educacional de filhos e filhas em relação ao pai e à mãe, segundo a cor ou raça do entrevistado - 1988/2008

Mobilidade educacional e cor ou raça do entrevistado	Filhos e filhas em relação ao pai e à mãe (%)					
	Filho + filha x pai	Filho x pai	Filha x pai	Filho + filha x mãe	Filho x mãe	Filha x mãe
PERCP 2008						
Total						
Mobilidade ascendente	63,6	63,5	63,7	64,9	65,0	64,8
Mobilidade descendente	3,6	3,6	3,6	3,0	3,7	2,4
Imobilidade	32,8	32,9	32,7	32,1	31,3	32,8
Branca						
Mobilidade ascendente	67,6	67,5	67,6	70,2	70,7	69,8
Mobilidade descendente	3,3	3,7	2,8	2,3	2,7	1,9
Imobilidade	29,2	28,8	29,6	27,5	26,6	28,3
Não brancos						
Mobilidade ascendente	61,1	60,2	62,0	60,7	59,1	62,0
Mobilidade descendente	3,8	3,4	4,1	4,0	4,9	3,2
Imobilidade	35,1	36,4	33,9	35,4	36,0	34,8
PNAD 1996						
Total						
Mobilidade ascendente	50,6	50,8	50,5	52,1	52,7	51,6
Mobilidade descendente	2,0	1,8	2,1	1,4	1,4	1,3
Imobilidade	47,4	47,4	47,4	46,6	45,9	47,1
Branca						
Mobilidade ascendente	53,8	54,4	53,4	55,5	56,5	54,7
Mobilidade descendente	2,1	1,9	2,3	1,3	1,4	1,3
Imobilidade	44,1	43,7	44,4	43,2	42,2	44,0
Não brancos						
Mobilidade ascendente	40,7	40,3	41,1	41,7	41,7	41,6
Mobilidade descendente	1,7	1,8	1,6	1,4	1,4	1,3
Imobilidade	57,6	57,9	57,3	57,0	56,8	57,1
PNAD 1988						
Total						
Mobilidade ascendente	41,4	41,6	41,2	43,1	43,4	42,9
Mobilidade descendente	1,8	1,7	1,9	0,9	0,9	0,8
Imobilidade	56,8	56,7	56,9	56,0	55,7	56,3
Branca						
Mobilidade ascendente	44,7	45,1	44,3	46,7	47,2	46,4
Mobilidade descendente	1,8	1,6	2,0	0,8	0,9	0,8
Imobilidade	53,5	53,3	53,7	52,4	52,0	52,8
Não brancos						
Mobilidade ascendente	29,4	29,2	29,6	30,0	29,8	30,1
Mobilidade descendente	1,3	1,3	1,2	0,6	0,8	0,5
Imobilidade	69,3	69,5	69,1	69,4	69,3	69,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1988/1996 e Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

- Notas:
1. Entrevistados de 20 a 64 anos de idade, responsáveis pelo domicílio ou cônjuges.
 2. Foram consideradas nas edições da PNAD as Unidades da Federação que compõem a PCERP 2008, sendo no Estado do Amazonas, apenas a população urbana.
 3. Mobilidade educacional calculada a partir dos grupos de anos de estudo.

Na comparação com as edições da PNAD realizadas em 1988 e 1996, a mobilidade ascendente verificada na PCERP 2008 cresce, tanto para brancos quanto para não brancos. Ao mesmo tempo, a distância entre os grupos diminui. A diferença entre a mobilidade ascendente (filhos e filhas em relação ao pai) de brancos e não brancos passa de 15,3 pontos percentuais, em 1988, para 13,1, em 1996, e 6,5 em 2008. Ao mesmo tempo, a imobilidade diminui sensivelmente para brancos e não brancos. Para estes, passa de 69,3%, em 1988, para 57,6%, em 1996, e 35,1% em 2008.

Para formalizar a diferença de mobilidade educacional entre os grupos de cor ou raça, que se mostra pequena nos dados da PCERP 2008, far-se-á, em primeiro lugar, uma análise por regressão linear, buscando explicar os anos de estudo dos filhos

(0 a 15)²⁵. Na sequência, explorando a mobilidade ascendente em relação à mobilidade descendente ou imobilidade, uma análise por regressão logística é usada. Nas duas análises, em acordo com a literatura, as variáveis explicativas testadas são: cor ou raça (branco ou não branco), sexo, idade do indivíduo, Unidade da Federação, anos de estudo do pai, anos de estudo da mãe, ser morador da zona rural, o pai ter ocupação rural (reportada pelo entrevistado e referenciada a quando este tinha 15 anos de idade) e o *status* socioeconômico da ocupação do pai²⁶. Como a PCERP 2008 explorou aspectos da classificação étnico-racial, introduz-se na análise um índice de percepção da influência da cor ou raça na vida das pessoas, construído a partir das respostas a uma bateria de perguntas sobre “situações ou momentos em que a cor ou raça influencia a vida das pessoas no Brasil”²⁷. Essa percepção poderia estar associada a maior mobilidade educacional ou ocupacional através da mobilização, “poder de agência” (SEN, 2000), para romper a transmissão intergeracional da pobreza por parte de não brancos.

Análise dos resultados educacionais por regressão linear

Na regressão, partiu-se de um modelo completo até integrar unicamente variáveis significativas ($p\text{-valor} < 0,05$) em um modelo final. A Tabela 8, a seguir, traz este modelo, em que a maior parte das variáveis testadas inicialmente se mostrou significativa.

Tabela 8 - Estimativas do modelo final de regressão linear dos anos de estudo dos entrevistados - 2008

Coeficiente	Estimativa	Erro padrão	Estatística t	p-valor
Intercepto	6,146	0,266	23,087	<0,001
Dummy (São Paulo)	0,280	0,121	2,317	0,021
Dummy (Distrito Federal)	0,815	0,311	2,624	0,009
Idade	(-) 0,011	0,005	(-) 2,481	0,013
Anos de estudo do pai	0,148	0,018	8,366	<0,001
Anos de estudo da mãe	0,175	0,017	10,186	<0,001
Pai tinha ocupação rural	(-) 1,036	0,199	(-) 5,211	<0,001
Zona rural	(-) 1,266	0,196	(-) 6,456	<0,001
Não branco	(-) 0,751	0,118	(-) 6,345	<0,001
Status da ocupação do pai	0,030	0,003	10,083	<0,001
Índice de influência da raça	0,163	0,025	6,489	<0,001

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Notas: 1. Entrevistados de 15 a 64 anos de idade.

2. Variável dependente: anos de estudo do entrevistado (0 a 5).

3. Variável excluída do modelo final: sexo.

4. Para as variáveis de Unidade da Federação, a linha de base é composta por Amazonas, Paraíba, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

5. $R^2 = 0,38$.

6. $N = 7\ 197$ (64,8% das observações da subpopulação – 15 a 64 anos de idade). A não resposta para este modelo é informativa (visto que a não resposta é principalmente devido às informações de educação e ocupação dos pais, e indivíduos com maior escolaridade tendem a ter mais informações sobre a escolaridade/ocupação dos pais). Não houve um tratamento dessa não resposta.

²⁵ Essa análise se inspira na efetuada por Silva (1993) com dados da PNAD 1988 nas Regiões Metropolitanas.

²⁶ Valor de 0 a 100 a partir da posição relativa da ocupação no Censo Demográfico 2000, mais especificamente “o índice socioeconômico posicional (ISEP) corresponde à porcentagem de indivíduos ocupados cujos níveis médios combinados de rendimento e escolaridade são menores ou iguais que os da ocupação considerada. Assim, um ISEP de 82 % para uma determinada ocupação [...] significa que o conjunto de trabalhadores aí classificados apresenta um nível médio combinado de rendimento e escolaridade superior a 82% da população ocupada” (JANNUZZI, 2000, p. 50).

²⁷ O índice se constrói pela soma das respostas “sim” para os quesitos: casamento, trabalho, escola, atendimento à saúde, repartições públicas, convívio social, relação com justiça, polícia. O índice vai de 0 a 7 e um teste da confiabilidade do índice (alfa de Cronbach, que vai de 0 a 1, sendo 1 mais confiável) remontou a 0,814.

À exceção do sexo do entrevistado e cada Unidade da Federação em separado, todas as variáveis testadas no modelo inicial de regressão linear são significativas ($p < 0,05$)²⁸. A adequação do modelo está compatível com a literatura, explicando 38% da variabilidade. Em relação às Unidades da Federação, há uma diferença positiva em anos de estudo para o Estado de São Paulo e o Distrito Federal em relação aos Estados do Amazonas, da Paraíba, de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. À exceção desse último estado, os resultados estão alinhados com as expectativas, assim como em relação às demais variáveis.

Destacam-se a influência do *status* ocupacional e da educação paterna e, mais fortemente, a educação materna. Ser mais jovem está associado com melhores resultados, como se poderia prever a partir da análise descritiva, comparando pesquisas. A origem rural do pai e morar na área rural penalizam os resultados educacionais do entrevistado, assim como ser não branco. Quando se passa de brancos para não brancos, o modelo prevê uma perda de 0,7 ano de estudo. Em relação ao objetivo de explorar a dimensão cor ou raça (branco/não branco) na educação, vale sumarizar que essa variável se mostrou significativa em um modelo multivariado, controlando uma série de outros fatores que facilitam ou dificultam os resultados educacionais (realização educacional). Quanto à percepção da cor ou raça em aspectos da vida das pessoas, esta se mostrou positivamente correlacionada aos anos de estudo. Esta percepção tende a ser maior em pessoas com maior *status* socioeconômico, além de ser compartilhada por brancos e não brancos de forma parecida (dados não mostrados).

Análise da mobilidade educacional por regressão logística

Continua-se a exploração do fenômeno, modelando a mobilidade ascendente em relação à imobilidade e à mobilidade descendente (esta última mostrou-se parte menor do fenômeno). A Tabela 9, a seguir, traz o modelo final de regressão logística com as variáveis que se mostraram significativas.

Assim como no modelo de regressão linear, à exceção do sexo do entrevistado e cada Unidade da Federação em separado, todas as variáveis testadas são significativas ($p < 0,05$). De maneira geral, as variáveis no modelo seguem as expectativas. Em relação às Unidades da Federação, há uma diferença positiva em termos de chance de mobilidade para, num patamar, os Estados do Amazonas e de Mato Grosso bem como o Distrito Federal, e chances ainda maiores nos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul em relação à Unidade da Federação de referência (Paraíba). O pai ter ocupação rural e ser morador da zona rural penalizam fortemente a chance de mobilidade educacional ascendente. Finalmente, a chance em favor de mobilidade ascendente para não brancos é 19% menor que a para brancos (1-0,809).

²⁸ Nas análises de regressão e modelos log-lineares, desconsiderar o plano amostral (no caso da PCERP 2008, conglomerado, com estratificação das unidades primárias de amostragem e com três estágios de seleção), poderia conduzir a conclusões errôneas. Isso porque, geralmente, os erros-padrão das estimativas dos parâmetros estariam subestimados, devido à conglomeramento. Por exemplo, para o modelo de regressão linear dos anos de estudo, desconsiderar o plano amostral levaria à aceitação do sexo como variável significativa, bem como as *dummies* de todas as Unidades da Federação.

Tabela 9 - Estimativas do modelo final de regressão logística da mobilidade educacional ascendente - 2008

Coefficiente	Estimativa	Erro padrão	Estatística t	p-valor	Razões de chances
Intercepto	1,025	0,229	4,478	<0,001	
Dummy AM+MT+DF	0,351	0,185	1,903	0,057	1,421
Dummy SP+RS	0,54	0,172	3,149	0,002	1,717
Idade	(-) 0,018	0,003	(-) 5,781	<0,001	0,982
Anos de estudo da mãe	(-) 0,091	0,01	(-) 8,846	<0,001	0,913
Pai tinha ocupação rural	(-) 0,772	0,114	(-) 6,766	<0,001	0,462
Zona rural	(-) 0,468	0,119	(-)3,946	<0,001	0,626
Não branco	(-) 0,212	0,082	(-) 2,574	0,01	0,809
Índice de influência da raça	0,081	0,017	4,789	<0,001	1,084

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Notas: 1. Entrevistados de 15 a 64 anos de idade.

2. Variável dependente: mobilidade educacional ascendente (1) *versus* imobilidade ou mobilidade descendente (0).

3. Variáveis excluídas do modelo final: sexo, status da ocupação do pai e escolaridade do pai (exclusão *a priori* por ser endógena).

4. Para as variáveis de Unidade da Federação, a linha de base é composta por Paraíba.

5. *Cox and Snell* $R^2 = 0,13$; capacidade preditiva do modelo = 66,6%.

6. $N = 7\ 202$ (64,8% das observações da subpopulação – 15 a 64 anos de idade). A não resposta para este modelo é informativa (visto que a não resposta é principalmente devido às informações de educação e ocupação dos pais, e indivíduos com maior escolaridade tendem a ter mais informações sobre a escolaridade/ocupação dos pais). Não houve um tratamento dessa não resposta.

Análise da mobilidade educacional por cor ou raça via modelo log-linear

Através dos modelos log-lineares, é possível identificar padrões de associação entre duas ou mais variáveis. No presente caso, deseja-se avaliar tais padrões para a origem e o destino educacional de um indivíduo, e sua cor ou raça. Tentando simplificar a descrição do *modus operandi* desse tipo de análise, parte-se do modelo mais simples, incluindo iterações até chegar a um modelo mais complexo que apresente bom ajuste.

O modelo mais simples é o modelo de independência entre todos os termos, indicado por (E, P, C), onde “E” representa o *status* educacional do indivíduo, “P” o *status* educacional do pai e “C” a cor ou raça. Caso o modelo apresentasse bom ajuste ($p\text{-valor} > 0,05$, o que não é o caso), aceitar-se-ia a hipótese de independência mútua entre as dimensões em análise, ou seja, cor ou raça não estaria associada à ocupação atual e à ocupação do pai, assim como as interações entre estas duas últimas variáveis.

Parte-se, então, para modelos com mais iterações. O foco da análise é verificar o ajuste do modelo (EP, PC), destacado na Tabela 10, ou seja, o modelo de independência condicional entre o *status* educacional do indivíduo e sua cor ou raça, dada a escolaridade do pai. Aqui também, o baixo p-valor ($< 0,001$) indica que o modelo não deve ser aceito. A análise mostra, finalmente, e parafraseando Pastore e Silva (2000), que não se deve rejeitar as diferenças nas chances de mobilidade educacional entre os grupos de cor ou raça.

Tabela 10 - Estimativas dos modelos log-lineares de mobilidade educacional e cor ou raça - 2008

Modelo	Deviance	g.l.	p-valor
E, P, C	2 362,29	24	<0,001
EP, C	447,62	15	<0,001
EC, P	1 994,55	21	<0,001
PC, E	2 159,96	21	<0,001
EP, EC	79,88	12	<0,001
EP, PC	245,29	12	<0,001
EC, PC	1 792,22	18	<0,001
EP, EC, PC	11,87	9	0,22

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Notas: 1. Entrevistados de 15 a 64 anos de idade.

2. Dimensões: (E) grupos de anos de estudo do entrevistado, (P) grupos de anos de estudo do pai, (C) cor ou raça do entrevistado (branco, não branco).

3. N = 8 611 (77,5% das observações da subpopulação - 15 a 64 anos de idade).

Mobilidade ocupacional

Na presente seção, estudar-se-á a mobilidade ocupacional, restringindo-a à intergeracional (ocupação atual em relação à do pai ou à da mãe). A estrutura da seção é similar à anterior, com uma parte descritiva, com foco na PCERP 2008, além de elementos de comparação com as edições da PNAD realizadas em 1988 e 1996, e modelos de regressão e log-linear. Estes buscarão modelar o *status* (das ocupações), a mobilidade ascendente e a importância da dimensão cor ou raça em relação à ocupação paterna e à atual.

Análise descritiva

No esforço descritivo e de comparação com as duas edições supracitadas da PNAD, a seguir, dialoga-se (tendo em mente as restrições de dados na PCERP 2008) com os achados de Hasenbalg (1988) e Pastore e Silva (2000). Em especial, quatro afirmações serão exploradas:

- (A1) não brancos têm menor mobilidade ascendente e maior mobilidade descendente;
- (A2) para não brancos é, duplamente, mais difícil ganhar *status* e mais fácil perdê-lo (o que se exprime em menor imobilidade nos estratos de maior *status*);
- (A3) não brancos têm um déficit de mobilidade ascendente, sendo este déficit crescente com o *status*; e
- (A4) a mobilidade no Brasil é essencialmente de curta distância (entre estratos contíguos), especialmente para não brancos.

Como foi aventado anteriormente, a escolha de uma classificação ocupacional é uma decisão que deve levar em conta os objetivos do estudo e os dados disponíveis, conforme ressalta Scalón (1999), são “critérios teóricos e práticos” para escolher o recorte ocupacional. Usar-se-á a classificação ocupacional em cinco estratos, o que ainda permite uma boa visualização dos estratos e não traz a separação arbitrária entre rural e urbano, uma vez que há ocupações de *status* muito baixo, tanto no campo quanto na cidade.

A seguir, estão as incidências de homens e mulheres nos estratos, segmentados por cor ou raça na PCERP 2008.

Tabela 11 - Distribuição dos entrevistados de 15 a 64 anos de idade, por cor ou raça, segundo o sexo e o estrato sócio-ocupacional - 2008

Sexo e estrato sócio-ocupacional	Distribuição dos entrevistados de 15 a 64 anos de idade, por cor ou raça (%)					
	Total	Branca	Negra / preta	Parda	Morena	Não brancos
Homem						
Baixo	11,7	8,8	7,6	10,0	20,2	14,6
Médio-baixo	25,1	20,0	31,9	26,0	34,8	29,9
Médio	30,8	29,8	31,1	36,7	30,2	33,1
Médio-alto	24,2	29,6	25,5	21,2	12,7	18,7
Alto	8,2	11,9	3,9	6,1	2,0	3,7
Mulher						
Baixo	16,9	11,0	15,4	19,6	31,2	23,1
Médio-baixo	24,0	21,8	24,9	23,6	30,4	25,4
Médio	26,8	26,2	37,2	27,0	21,1	28,6
Médio-alto	26,7	32,8	20,0	28,0	15,1	20,9
Alto	5,5	8,2	2,6	1,8	2,2	2,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Nota: Foram destacados cinco estratos sócio-ocupacionais (JANNUZZI 2001), considerando a ocupação atual.

Vê-se a maior concentração de homens e pessoas de cor ou raça branca nos estratos com nível socioeconômico mais alto. Há destaque para o baixo *status* de ocupação das pessoas que se autoidentificam como morenos, como se tinha visto para educação. 20,2% dos homens morenos estão no estrato mais baixo, contra 11,7% do total de homens. No outro extremo (estrato alto), são apenas 2,0% dos morenos, contra 8,2% do total de homens.

Na sequência, explora-se a mobilidade ocupacional (comparando a ocupação atual com a ocupação do pai e/ou da mãe quando a pessoa tinha 15 anos de idade) por sexo e cor ou raça (Tabela 12).

Tabela 12 - Mobilidade ocupacional de homens e mulheres de 15 a 64 anos de idade, em relação ao pai e à mãe, por cor ou raça do entrevistado - 2008

Mobilidade ocupacional em relação ao pai e à mãe	Cor ou raça do entrevistado (%)					
	Total	Branca	Negra/ preta	Parda	Morena	Não brancos
Homem x pai						
Ascendente	47,8	49,1	59,0	46,3	41,3	46,3
Descendente	16,4	15,0	13,1	21,4	17,7	18,7
Imobilidade	35,8	35,9	27,9	32,4	41,1	35,0
Mulher x mãe						
Ascendente	56,2	60,5	58,8	55,0	44,0	51,3
Descendente	10,4	8,6	13,7	11,0	11,7	12,5
Imobilidade	33,3	30,9	27,5	34,0	44,3	36,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Nota: Foram destacados cinco estratos sócio-ocupacionais (JANNUZZI 2001), considerando a ocupação atual.

Similar aos resultados da mobilidade educacional, a mobilidade ascendente é mais forte para a mulher em relação à mãe do que para o homem em relação ao pai. Não brancos dos dois sexos apresentam menor mobilidade ascendente e maior mobilidade descendente (**dados sustentam a afirmação A1**).

Em razão do recorte de seis Unidades da Federação da PCERP 2008, é relevante explorar as diferenças nesse nível. Como se está restringindo o foco a homens e mulheres ocupadas, há poucos casos em alguns recortes raciais e geográficos. Dessa forma, apresentam-se os resultados para brancos e não brancos.

Tabela 13 - Mobilidade ocupacional ascendente de pessoas, homens e mulheres de 15 a 64 anos de idade, em relação ao pai ou à mãe, por Unidades da Federação pesquisadas, segundo a cor ou raça do entrevistado - 2008

Mobilidade ocupacional ascendente em relação ao pai ou à mãe e cor ou raça do entrevistado	Pessoas de 15 a 64 anos de idade, por Unidades da Federação pesquisadas (%)						
	Total	Amazonas	Paraíba	São Paulo	Rio Grande do Sul	Mato Grosso	Distrito Federal
Pessoas x pai							
Total	47,5	42,9	40,8	48,3	45,3	55,2	50,3
Brancos	49,9	56,8	42,7	50,5	47,4	58,6	(1) 57,1
Não brancos	44,3	39,5	39,6	45,2	38,4	53,5	47,3
Homem x pai							
Total	47,9	43,2	38,9	49,3	44,3	55,8	51,1
Brancos	49,1	58,3	40,0	49,9	46,1	57,8	(1) 62,0
Não brancos	46,3	35,7	40,8	47,7	40,9	55,1	53,7
Mulher x mãe							
Total	56,0	42,7	48,1	57,4	58,9	51,5	50,2
Brancos	60,5	(1) 44,5	(1) 26,2	62,6	62,4	54,4	(1) 52,2
Não brancos	51,3	43,6	58,6	52,8	41,9	49,6	(1) 47,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Nota: Foram destacados cinco estratos sócio-ocupacionais (JANNUZZI, 2000), considerando a ocupação atual x a ocupação do pai ou da mãe.

(1) Base pequena (N<50).

Com a ressalva de interpretar com cuidado a segmentação por Unidades da Federação, os dados indicam maiores níveis de mobilidade de homens no Estado de Mato Grosso e no Distrito Federal, seguidos pelo Estado de São Paulo. Isso poderia indicar mais dinamismo neste estado e na Região Centro-Oeste, área de mais recente fronteira econômica. A diferença entre (homens e mulheres) brancos e não brancos é menor nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso. Os maiores níveis de mobilidade de mulheres em relação às mães estão nos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul, enquanto as diferenças entre mulheres brancas e não brancas aparecem mais marcadas do que para homens.

A Tabela 14, a seguir, reproduz a análise de Pastore e Silva (2000), versando sobre a diferença na mobilidade entre homens brancos e não brancos por estratos de origem e destino.

Tabela 14 - Mobilidade ocupacional de homens de 15 a 64 anos de idade, por estrato sócio-ocupacional de origem do entrevistado e coeficiente de dissimilaridade entre brancos e não brancos - 2008

Estrato sócio-ocupacional do pai (origem) e cor ou raça do entrevistado	Mobilidade ocupacional de homens de 15 a 64 anos de idade (%)					Coeficiente de dissimilaridade
	Estrato socio-ocupacional do filho (destino - ocupação atual)					
	Baixo	Médio-baixo	Médio	Médio-alto	Alto	
Baixo						
Branco	22,9	27,7	31,0	15,0	3,5	} 15,6
Não branco	29,4	36,7	24,3	9,2	0,4	
Médio-baixo						
Branco	8,4	34,9	25,3	26,0	5,4	} 13,9
Não branco	13,9	34,1	35,5	13,4	3,1	
Médio						
Branco	1,3	14,2	40,9	31,6	11,9	} 14,9
Não branco	4,0	22,8	44,7	25,2	3,3	
Médio-alto						
Branco	1,1	8,7	19,7	48,1	22,4	} 34,7
Não branco	4,9	12,8	38,5	31,9	11,9	
Alto						
Branco	1,4	-	9,8	46,8	42,0	} 22,0
Não branco	19,9	9,0	9,6	38,6	23,0	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Nota: Foram destacados cinco estratos sócio-ocupacionais (JANNUZZI, 2000), considerando a ocupação atual x a ocupação do pai.

Há maior imobilidade no estrato mais baixo para homens não brancos (29,4%) em relação a brancos (22,9%). Ao mesmo tempo, no estrato mais alto, uma menor proporção de não brancos (23%) mantém o status do pai em relação a brancos (42%). Esses resultados estão compatíveis com estudos anteriores que mostram a maior dificuldade de ascensão social e manutenção de *status* para não brancos (HASENBALG, 1988) **(dados sustentam a afirmação A2)**.

Além da informação da mobilidade e imobilidade, a tabela traz, por estrato de origem (*status* do pai), o “coeficiente de dissimilaridade” que corresponde à “porcentagem de indivíduos em uma distribuição que precisa ser realocada a outros estratos de forma que as duas distribuições comparadas se equalizem” (PASTORE; SILVA, 2000, p. 89). Isso quer dizer que as concentrações dos efetivos de brancos e não brancos, independentemente do tamanho dos grupos, podem ser mais ou menos similares²⁹. Compatível com os resultados das análises com as edições da PNAD realizadas em 1976 (HASENBALG, 1988) e 1996 (PASTORE; SILVA, 2000), essa dissimilaridade entre brancos e não brancos tende a aumentar quando se passa aos estratos mais altos. Nos três primeiros estratos, a medida está próxima de 15% e sobe a 34,7% e 22% nos dois estratos mais altos. A partir do estrato baixo do pai (origem), 15,6% dos brancos deveriam ir para o grupo de não brancos para equalizar a distribuição, percentual que vai até 34,7% (de não brancos que deveriam ir para o grupo de brancos) no estrato médio-alto **(dados sustentam a afirmação A3)**.

Seguindo o objetivo de comparar com módulos de mobilidade anteriores, a Tabela 15, a seguir, traz a distribuição por estratos sócio-ocupacionais nas edições da PNAD realizadas em 1988 e 1996 e na PCERP 2008, num recorte similar.

²⁹ Mais detalhes sobre esse coeficiente em Taylor, Gorard e Fitz (2000).

Tabela 15 - Distribuição de homens chefes de família/responsáveis pelo domicílio, de 20 a 64 anos de idade e coeficiente de dissimilaridade entre brancos e não brancos, segundo o estrato sócio-ocupacional da ocupação atual - 1988/2008

Estrato sócio-ocupacional da ocupação atual	Distribuição homens chefes de família/responsáveis pelo domicílio de 20 a 64 anos de idade (%)			Coeficiente de dissimilaridade entre brancos x não brancos (%)		
	1988	1996	2008	1988	1996	2008
Baixo	17,1	15,1	11,6	8,8	12,4	15,6
Médio-baixo	30,0	27,7	25,6	16,5	13,7	13,9
Médio	25,8	32,9	30,3	18,9	18,3	14,9
Médio-alto	16,7	14,6	23,6	18,9	22,3	34,7
Alto	10,4	9,7	8,9	31,7	34,2	22,0
Médio-alto + alto	27,1	24,3	32,4	25,1	26,9	34,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1988/1996 e Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Notas: 1. Foram consideradas nas edições da PNAD as Unidades da Federação que compõem a PCERP 2008, sendo no Estado do Amazonas, apenas a população urbana.

2. Foram destacados cinco estratos sócio-ocupacionais (JANNUZZI, 2000).

Desde 1988, no recorte geográfico das Unidades da Federação, nota-se uma tendência a aumento do número de ocupados nos estratos médio e médio alto, com diminuição nos estratos baixo e médio-baixo. Em relação à dissimilaridade, na PCERP 2008, como nas edições supracitadas da PNAD, ela tende a aumentar com o *status*. Os dados mostram, ademais, que a dissimilaridade tende a aumentar, tanto no estrato baixo quando no topo. Unificar os estratos médio-alto e alto num único permite uma visão mais clara dessa tendência. Na PCERP 2008, a dissimilaridade passa de 15,6% no estrato baixo para 34,0% na soma dos estratos médio-alto e alto. Por um lado, mais pessoas não brancas estariam restritas às ocupações rurais e urbanas de menor *status*. Por outro lado, estariam acessando as camadas médias, mas ainda com dificuldades de chegar à parte mais acima da pirâmide ocupacional.

A Tabela 16, a seguir, traz a comparação da mobilidade ocupacional de homens em relação a seus pais num recorte mais aproximado possível entre a PCERP 2008 e as edições da PNAD realizadas em 1988 e 1996.

Tabela 16 - Mobilidade ocupacional de homens chefes de família/responsáveis pelo domicílio, de 20 a 64 anos de idade, por cor ou raça - 1988/2008

Mobilidade ocupacional	Homens chefes de família/responsáveis pelo domicílio, de 20 a 64 anos de idade, por cor ou raça (%)								
	PNAD 1988			PNAD 1996			PCERP 2008		
	Total	Branco	Não branco	Total	Branco	Não branco	Total	Branco	Não branco
Total	68,9	68,9	68,3	67,2	68,0	64,8	66,2	64,6	68,0
Estrutural	38,3	35,8	46,0	34,0	32,3	39,1	23,8	22,9	24,6
Circular	30,6	33,1	22,3	33,2	35,7	25,7	42,4	41,7	43,4
Ascendente	59,0	58,6	60,4	55,2	55,6	54,3	51,3	51,4	51,2
Descendente	9,7	10,3	7,9	12,4	12,9	11,1	14,6	13,2	16,8
Imobilidade	31,3	31,1	31,7	32,3	31,6	34,5	34,0	35,4	32,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1988/1996 e Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Notas: 1. Foram consideradas nas edições da PNAD as Unidades da Federação que compõem a PCERP 2008, sendo no Estado do Amazonas, apenas a população urbana.

2. Foram destacados cinco estratos sócio-ocupacionais (JANNUZZI, 2000), considerando a ocupação atual x a ocupação do pai.

Similar aos módulos de mobilidade das edições da PNAD realizadas em 1988 e 1996, a mobilidade permanece em níveis elevados na PCERP 2008, tanto para homens brancos quanto para não brancos. Pastore (1979) já colocava a diferença do Brasil em relação aos países desenvolvidos, onde a mobilidade é sobretudo circular (quer dizer, fundamentada na competição entre os indivíduos e não resultado da modificação da estrutura das ocupação entre pais e filhos). A mobilidade circular tendeu a crescer no Brasil, passando de 30,6%, em 1988, para 33,2%, em 1996 e 42,4%, em 2008, e concerne progressivamente mais não brancos. Pode-se aventar, então, que a mobilidade de não brancos, até recentemente, foi mais resultado da mobilidade estrutural (mudança da estrutura de ocupações), que força o preenchimento de novas vagas (urbanas, de maior qualificação), do que resultado de mais espaço para não brancos na competição por ocupações mais valorizadas.

Em contraponto às análises de Nelson do Valle, Pastore e outros, com as edições da PNAD, em que não brancos mostraram consistentemente menor mobilidade ascendente, na Tabela 16 vê-se proporções de mobilidade ascendente próximas ou até maiores para não brancos comparados a brancos³⁰. Na Tabela 13, em um recorte de participantes na PCERP 2008 um pouco mais abrangente, já se tinha visto a proximidade entre a informação de mobilidade por cor (sobretudo homens) para algumas Unidades da Federação, entre elas São Paulo, que corresponde a 64% da amostra da PCERP 2008. A mobilidade foi e continua se mostrando mais equitativa nessa Unidade da Federação em relação a outras. Isso já prefigurava nas edições da PNAD realizadas em 1988 e 1996, como se vê na Tabela 17 a seguir. Diferentemente do visto na análise dos dados da Tabela 12, **os dados (Tabelas 16 e 17) contrariam a afirmação A1.**

Tabela 17 - Mobilidade ocupacional ascendente de homens chefes de família/ responsáveis pelo domicílio, de 20 a 64 anos de idade, por cor ou raça do entrevistado, segundo as Unidades da Federação pesquisadas - 1988/2008

Unidades da Federação pesquisadas	Mobilidade ocupacional ascendente de homens chefes de família/responsáveis pelo domicílio, de 20 a 64 anos de idade, por cor ou raça do entrevistado (%)					
	PNAD 1988		PNAD 1996		PCERP 2008	
	Branco	Não branco	Branco	Não branco	Branco	Não branco
Total	58,6	60,4	55,7	54,0	51,4	51,2
Amazonas (zona urbana)	67,7	65,9	61,6	57,8	67,6	43,2
Paraíba 51,5		35,7	47,4	37,0	39,9	40,2
São Paulo	62,8	67,5	58,6	60,1	51,7	52,1
Rio Grande do Sul	46,6	51,9	47,6	39,8	50,4	50,0
Mato Grosso	5,3	5,5	59,9	49,4	60,3	59,4
Distrito Federal	68,7	63,3	58,9	58,9	71,3	55,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1988/1996 e Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Notas: 1. Foram consideradas nas edições da PNAD as Unidades da Federação que compõem a PCERP 2008, sendo no Estado do Amazonas, apenas a população urbana.

2. Foram destacados cinco estratos sócio-ocupacionais (JANNUZZI, 2000), considerando a ocupação atual x a ocupação do pai.

Uma indagação adicional que permeou os estudos de mobilidade é sobre ela ser, no Brasil, sobretudo de curta distância, quer dizer, entre estratos contíguos, por exemplo entre o estrato baixo, onde estão as ocupações rurais e urbanas de baixo *status*, e o estrato médio-baixo, que inclui ocupações na indústria têxtil, de alimentos e outras, como pintores ou garçons. A Tabela 18, a seguir, traz a proporção da mobilidade ocupacional ascendente que é de curta distância.

³⁰ Tem-se a mesma conclusão, usando a estratificação de Nelson do Valle Silva em seis estratos, descrita em Pastore e Silva (2000).

Tabela 18 - Proporção da mobilidade ocupacional ascendente de curta distância, segundo a cor ou raça - 1988/2008

Cor ou raça	Proporção da mobilidade ocupacional ascendente de curta distância (%)		
	PNAD 1988	PNAD 1996	PCERP 2008
Total	51,0	48,3	54,8
Branços	49,0	46,4	48,2
Não brancos	59,4	54,7	62,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1988/1996 e Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Notas: 1. Mobilidade ascendente de curta distância é entre um estrato e seu contíguo superior.

2. Foram consideradas nas edições da PNAD as Unidades da Federação que compõem a PCERP 2008, sendo no Estado do Amazonas, apenas a população urbana.

3. Foram destacados cinco estratos sócio-ocupacionais (JANNUZZI, 2000), considerando a ocupação atual x a ocupação do pai.

4. Foram considerados unicamente homens chefes de família/responsáveis pelo domicílio de 20 a 64 anos de idade.

Cerca da metade da mobilidade ocupacional ascendente é de curta distância. No caso da PCERP 2008, aparece a maior proporção (54,8%). Nos três anos analisados, o avanço de apenas um estrato em relação ao pai é maior para não brancos (**dados sustentam a afirmação A4**).

Análise do *status* socioeconômico da ocupação por regressão linear

Segue a modelização por regressão linear buscando explicar o *status* socioeconômico da ocupação do entrevistado na PCERP 2008 (pessoas de 15 a 64 anos de idade).

Tabela 19 - Estimativas do modelo final de regressão linear do *status* da ocupação atual - 2008

Coefficiente	Estimativa	Erro padrão	Estatística t	p-valor
Intercepto	33,23	2,422	13,722	<0,001
<i>Dummy</i> (Mato Grosso+Distrito Federal)	3,656	1,275	2,866	0,004
Mulher	(-) 2,269	0,964	(-) 2,354	0,019
Idade	0,200	0,043	4,651	<0,001
Anos de estudo do pai	0,764	0,157	4,863	<0,001
Anos de estudo da mãe	1,025	0,155	6,607	<0,001
Zona rural	(-) 16,557	1,742	(-) 9,502	<0,001
Não branco	(-) 5,429	1,048	(-) 5,179	<0,001
<i>Status</i> da ocupação do pai	0,250	0,021	11,876	<0,001
Índice de influência da raça	0,743	0,218	3,403	0,001

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Notas: 1. Entrevistados de 15 a 64 anos de idade.

2. Variável dependente: *status* da ocupação atual do entrevistado (ISEP de 0 a 100).

3. Variável excluída do modelo final: pai tinha ocupação rural.

4. Para as variáveis de Unidade da Federação, a linha de base é composta por Amazonas, Paraíba, São Paulo e Rio Grande do Sul.

5. $R^2 = 0,34$.

6. N = 4 364 (39,2% das observações da subpopulação – 15 a 64 anos de idade). Não houve um tratamento dessa não resposta.

O modelo final de regressão linear mostra diferenças de ocupação entre homens e mulheres, o que já é sabido há bastante tempo, a partir dos estudos de gênero. A idade (uma medida da experiência do indivíduo) contribui para o *status*, assim como o nível de estudo do pai e da mãe, além do *status* da ocupação do pai (chamados pelos especialistas de variáveis de transmissão de *status*). Homens e mulheres moradores do Estado de Mato Grosso e do Distrito Federal mostram maior mobilidade ascendente em relação às outras Unidades da Federação estudadas. A pessoa ser moradora da zona rural aparece com forte ligação com o baixo *status*. Em contraste, o pai ter ocupação rural não mostrou efeitos sobre o *status*. Isso se explica com os fortes níveis de mobilidade ascendente que coincidem com uma mudança estrutural no Brasil. Ser não branco penaliza o *status* em 5 pontos numa escala de 0 a 100. Finalmente, a percepção de influência da cor ou raça na vida das pessoas segue o resultado para educação, associada a maiores níveis de *status* ocupacional.

Análise da mobilidade ocupacional por regressão logística

Na análise do *status* ocupacional por regressão linear, a variável sexo se mostrou relevante, ao mesmo tempo em que se tinha visto na parte descritiva um forte grau de mobilidade ascendente, tanto para homens como para mulheres. Na modelização por regressão logística, após testes, separar a mobilidade por sexo (em dois modelos distintos) para buscar os determinantes trouxe instabilidade, devido a poucos efetivos, sobretudo de mulheres ocupadas. Dessa forma, o modelo de regressão logística, a seguir, explora em conjunto a mobilidade de homens e mulheres em relação ao pai.

Tabela 20 - Estimativas do modelo final de regressão logística da mobilidade ocupacional - 2008

Coeficiente	Estimativa	Erro padrão	Estatística t	p-valor	Razões de chances exp (Beta)
Dummy (Mato Grosso + Distrito Federal)	0,344	0,128	2,692	0,007	1,411
Idade	0,011	0,002	6,386	<0,001	1,011
Anos de estudo do pai	(-) 0,079	0,009	(-) 8,581	<0,001	0,924
Zona rural	(-) 0,84	0,143	(-) 5,893	<0,001	0,432
Não branco	(-) 0,261	0,090	(-) 2,911	0,004	0,771

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Notas: 1. Entrevistados de 15 a 64 anos de idade.

2. Variável dependente: mobilidade ocupacional ascendente (1) *versus* imobilidade ou mobilidade descendente (0).

3. Variáveis excluídas do modelo final: sexo, anos de estudo da mãe, pai tinha ocupação rural, status da ocupação paterna (exclusão *a priori* por ser endógena) e índice de influência da raça.

4. Para as variáveis de Unidade da Federação, a linha de base é composta por Amazonas, Paraíba, São Paulo e Rio Grande do Sul.

5. *Cox and Snell* $R^2 = 0,05$; capacidade preditiva do modelo = 60,31%.

6. N = 4 731 (42,6% das observações da subpopulação – 15 a 64 anos de idade). Não houve um tratamento dessa não resposta.

Apesar da diferença de *status* entre homens e mulheres vista na seção anterior, a variável sexo não se mostrou significativa para explicar a chance de mobilidade em relação ao pai. Ser habitante do Estado de Mato Grosso ou do Distrito Federal indica uma maior chance de mobilidade ascendente em relação às outras Unidades da Federação pesquisadas, o que está de acordo com a observação da tabulação da

mobilidade por Unidades da Federação (Tabela 13). A idade, os anos de estudo do pai, ser morador da zona rural e ser não branco entraram no modelo final. A variável anos de estudo do pai está negativamente associada à mobilidade ascendente, o que indica um papel preponderante para o fato de o pai, tendo um *status* maior, dificultar as chances do indivíduo ultrapassar este nível, contrariando o efeito de transmissão do *status*, pois pais mais educados dariam mais condições para os indivíduos progredirem. Ser morador da zona rural e não branco penalizam a mobilidade ascendente. Ser não branco diminui em 23% a chance de mobilidade ascendente (1-0,771), enquanto a percepção da influência da cor ou raça não se mostrou relevante no modelo.

Análise da mobilidade ocupacional por cor ou raça via modelo log-linear

Seguindo o mesmo modo de aplicação do modelo log-linear para educação, o intuito nesta seção é testar a independência condicional entre cor ou raça “C” e a ocupação atual do indivíduo “O”, dada a ocupação do pai “P”, expresso pelo modelo OP, PC (destacado na Tabela 21). Este modelo tem um p-valor abaixo de 0,05 (aliás, menor que 0,001). Dessa forma, as diferenças nas chances de mobilidade ocupacional entre os grupos de cor ou raça não podem ser rejeitadas.

Tabela 21 - Estimativas dos modelos log-lineares de mobilidade ocupacional e cor ou raça - 2008

Modelo	Deviance	g.l.	p-valor
O, P, C	1 790,62	40	<0,001
OP, C	284,00	24	<0,001
OC, P	1 573,98	36	<0,001
PC, O	1 698,26	36	<0,001
OP, OC	67,36	20	<0,001
OP, PC	191,65	20	<0,001
OC, PC	1 481,62	32	<0,001
OP, OC, PC	37,31	16	0,002

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Notas: 1. Entrevistados de 15 a 64 anos de idade.

2. Dimensões: (O) ocupação atual do entrevistado (cinco estratos), (P) ocupação paterna (cinco estratos), (C) cor ou raça do entrevistado (branco, não branco).

3. N = 5 580 (50,2% das observações da subpopulação – 15 a 64 anos de idade). Não houve um tratamento dessa não resposta.

Conclusões

Neste capítulo, para abordar a mobilidade social a partir dos dados da PCERP 2008, foram exploradas a mobilidade educacional e a mobilidade ocupacional com atenção à influência da cor ou raça em ambos os casos. Também se buscou dialogar com achados de estudos anteriores, com destaque para Hasenbalg (1988) e Pastore e Silva (2000), que se valeram de módulos de mobilidade aplicados em edições anteriores da PNAD.

Antes de sumarizar os resultados, alguns elementos de advertência merecem ser repetidos: a PCERP 2008 esteve restrita a seis Unidades da Federação (com grande peso para São Paulo) e com uma amostra menor que a das edições da PNAD realizadas em 1988 e 1996. Da mesma forma, para a comparação com essas edições da PNAD, foi necessário construir um grupo (sabidamente aproximativo) de não brancos. À diferença das edições supracitadas da PNAD, a PCERP 2008 trouxe uma pergunta aberta de classificação racial.

Dito isso, foi possível aplicar uma hierarquização compatível, tanto para educação (anos ou grupos de anos de estudo) quanto para ocupação (índice socioeconômico posicional e classificação em cinco estratos, com base em Jannuzzi (2000, 2004a). A PCERP 2008, ademais, trouxe elementos ricos sobre a identificação de cor ou raça e informações sobre o pai e a mãe do entrevistado.

Em relação à vertente educacional, adultos de todos os grupos de cor ou raça mostram progressão nos níveis educacionais. Em 2008, assim como nas edições da PNAD realizadas em 1988 e 1996, não brancos apresentam, no entanto, menor avanço em relação a brancos. A distância em termos de resultados educacionais entre os grupos de cor ou raça diminui consideravelmente, quando se compara com as pesquisas anteriores (1988 e 1996), entretanto, a diferença subsiste a vários testes formais multivariados.

Há destaque para uma diferença de *status* no interior dos grupos de cor ou raça, com as pessoas que se autoidentificam como morenos apresentando menores níveis educacionais.

Ao se segmentar em filhos e filhas em relação ao pai e à mãe, os avanços educacionais estão bem difundidos, com as filhas mostrando os maiores níveis de mobilidade ascendente, tanto em relação ao pai quanto à mãe. Este resultado está alinhado com os melhores resultados escolares para meninas em relação a meninos, observados nos últimos anos.

Buscando formalizar a explicação dos níveis educacionais (regressão linear) e a mobilidade educacional ascendente (regressão logística), a cor ou raça, assim como a situação do domicílio (rural) e indicadores de transmissão de *status* (estudo e ocupação dos pais) mostram-se importantes. Na formalização por modelo log-linear, a dimensão cor ou raça não pode ser descartada, quando se cruza o nível de educação do indivíduo com o nível do pai. Um passo importante nessa formalização, para diminuir o risco de viés na análise, foi levar em conta o plano amostral complexo da PCERP 2008.

Em termos de mobilidade ocupacional (intergeracional), ela permanece forte na PCERP 2008. Cresce a mobilidade circular, que é o complemento da mobilidade estrutural. Isso se podia esperar, pois as grandes transformações (urbanização, industrialização e entrada da mulher no mercado de trabalho) que contribuíram para a mobilidade estrutural se cristalizam. A hierarquização continua a mostrar a maior concentração de não brancos na base da pirâmide social, aqui também, com destaque para os que se autoidentificam de cor ou raça morena.

A partir dos dados da PCERP 2008, buscou-se testar se os dados sustentavam ou contrariavam uma série de afirmações advindas de outros estudos:

(A1) não brancos têm menor mobilidade ascendente e maior mobilidade descendente;

(A2) para não brancos é, duplamente, mais difícil ganhar *status* e mais fácil perdê-lo (o que se exprime em menor imobilidade nos estratos de maior *status*);

(A3) não brancos têm um déficit de mobilidade ascendente, sendo este déficit crescente com o *status*; e

(A4) a mobilidade no Brasil é essencialmente de curta distância (entre estratos de ocupação contíguos), especialmente para não brancos.

Os dados confirmam todas as afirmações, mas com alguns elementos que contrariam a primeira afirmação. Quando se coloca o recorte similar ao das edições supracitadas da PNAD (homens de 20 a 64 anos de idade, chefes de família) nas seis Unidades da Federação, a mobilidade ascendente de não brancos figura similar (e maior na PNAD 1988) do que a de brancos. Os dados mostram mobilidades parecidas entre brancos e não brancos em algumas das Unidades da Federação concernidas pela PCERP 2008, com destaque para o Estado de São Paulo.

Apesar disso, há muita dissimilaridade entre os grupos e indicação de maior permanência de não brancos no estrato mais baixo (trabalhadores rurais e urbanos precários) e menor transferência de *status* (do pai) nos estratos ocupacionais com maior *status*, algo já assinalado por Hasenbalg (1988) a partir da PNAD 1976. Há indicação de maior participação de não brancos nas camadas médias, mas ainda menor acesso às altas.

Os modelos formais para ocupação (regressão linear, logística e log-linear) trazem resultados similares aos vistos para educação, confirmando a importância da dimensão cor ou raça, controlando por uma série de outros possíveis entraves ou facilitadores da mobilidade ascendente. Finalmente, o acesso à educação foi um grande passo, mas ainda permanecem barreiras para ganhos de *status* ocupacional, como colocou Hasenbalg (1988). A percepção da influência da cor ou raça na vida das pessoas é compartilhada por brancos e não brancos e se mostra correlacionada com maior *status* (educacional e ocupacional), mas não está associada a maior chance de mobilidade ocupacional ascendente. Há indicação de que essa percepção seria mais consequência do que causa de mobilidade.

Dialogando com a investigação das categorias empregadas na investigação étnico-racial nas pesquisas domiciliares do IBGE, o presente estudo deixa uma indagação a respeito da categoria moreno, que seria preferência de pessoas com menor *status* socioeconômico. A categoria pardo já teria sido popularizada pelas pesquisas do IBGE. Da mesma forma, negro (mais recorrente) ou preto (menos recorrente) seriam escolhas relacionadas a uma identificação, mostrando, em alguns contextos, uma relação positiva com *status*.

Finalmente, a distância entre os grupos raciais diminui, mas ainda é fator importante na explicação da mobilidade social nas seis Unidades da Federação estudadas. A dimensão cor ou raça permanece relevante em todos os testes multivariados. A PCERP 2008 trouxe alguns elementos interessantes e mais indagações; mostra, principalmente, a necessidade de uma investigação mais abrangente da mobilidade. O último módulo de mobilidade aplicado em uma PNAD data de 1996.

Referências

ALTAMIRANO, A.; SOLOAGA, I. *Transmisión intergeneracional de la desigualdad en habilidades cognitivas*. 2009. Working paper.

ATHIAS, L. *Reflexões sobre pesquisas longitudinais: uma contribuição à implementação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Paginação irregular. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 38). Disponível em: <<ftp://ftp.dpe.ibge.gov.br/gdi/texdisc/texdisc38-11.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

AZEVEDO, V.; BOUILLON, C. P. *Social mobility in Latin America: a review of existing evidence*. Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2009. 51 p. (Research Department working paper, 689). Disponível em: <<http://www.iadb.org/res/publications/pubfiles/pubWP-689.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

BEHRMAN, J. R.; GAVIRIA, A.; SZÉKELY, M. Intergenerational mobility in Latin America. *Economía*, Bogotá: Latin American and Caribbean Economic Association - Lacea; Washington, DC: Brookings Institution Press, v. 2, n. 1, p. 1-44, Fall 2001. Disponível em: <http://agaviria.uniandes.edu.co/papers_pub/Intergenerational_Mobility_in_Latin_America.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

BOURGUIGNON, F.; FERREIRA, F.; MENÉNDEZ, M. *Inequality of opportunity in Brazil*. 2007. 43 p. Working paper. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTDECINEQ/Resources/InequalityBrazil.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

CAILLAUX, E. L. Cor e mobilidade social no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes - UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n. 26, p. 53-66, set. 1994.

CARACTERÍSTICAS étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 99 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

CARVALHO, A. P. de; NERI, M. C. *Mobilidade ocupacional e raça: origens, destinos e riscos dos afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas - FGV, Escola de Pós-Graduação em Economia - EPGE, 2000. 62 p. (Ensaio econômico, n. 392). Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/408/1238.pdf?sequence=2>>. Acesso em: jan. 2013.

COSTA, L. G. Mobilidade ocupacional no Brasil: uma análise das chances de mobilidade e inserção ocupacional segundo a origem, a cor e a situação de migração e não-migração para homens chefes do domicílio (1988-1996). *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, v. 45, n. 1, p. 48-60, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/Publicacoes/ciencias_sociais_v45n1/art05_ligia.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

FERREIRA, S. G.; VELOSO, F. A. Mobilidade intergeracional de educação no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, v. 33, n. 3, p. 481-513, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/80/55>>. Acesso em: jan. 2013.

_____. Intergenerational mobility of wages in Brazil. *Brazilian Review of Econometrics*, Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Econometria - SBE, v. 26, n. 2, p. 181-211, Nov. 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/bre/article/view/1576/1022>>. Acesso em: jan. 2013.

FIGUEIREDO, E.; ZIEGELMANN, F. The dynamics of the Brazilian income. *Economics Bulletin*, v. 30, n. 2, p. 1249-1260, May 2010. Disponível em: <<http://www.economicbulletin.com/>>. Acesso em: jan. 2012.

HASENBALG, C. A. Raça e mobilidade social. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Universidade

Cândido Mendes - UCAM, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, 1988. cap. 6, p.164-182. (Grande Brasil: veredas, v. 7).

_____. Race and socioeconomic inequalities in Brazil. In: FONTAINE, P.-M. (Ed.). *Race, class and power in Brazil*. Los Angeles: University of California - UCLA, Center for Afro-American Studies - CAAS, 1985. cap. 3, p. 25-41. (CAAS special publication series, v. 7).

INFORME regional sobre desarrollo humano para América Latina y el Caribe 2010: actuar sobre el futuro: romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad. San José: Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo - PNUD, 2010. 208 p. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/regional/latinamericathecaribbean/RHDR-2010-RBLAC.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

JANNUZZI, P. de M. *Mobilidade social no Brasil ao final do século XX: uma avaliação dos efeitos da reestruturação produtiva*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004a. 37 p. (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, n. 17). Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=e6211e06-b3f2-47ab-84dd-ecbbe91192d2&groupId=37690208>. Acesso em: jan. 2013.

_____. As ocupações brasileiras segundo a CBO 2002: caracterização empírica com base no censo 2000. *Revista da ABET*, Curitiba: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET, v. 4, n. 2, p. 61-95, jul./dez. 2004b. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/gt/gtTrabalho/gt_trabalho_censo2010/texto-jannuzzi-censos-1960-2000.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

_____. *Status socioeconômico das ocupações brasileiras: índices aproximativos para 1980, 1991 e anos de 1990*. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 61, n. 216, p. 47-74, jul./dez. 2000. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes.php>. Acesso em: jan. 2013.

JORRAT, J. R.; ACOSTA, L. R. Aproximaciones a la medición del *status* socioeconómico de las ocupaciones en Argentina. *Estudios del Trabajo*, Buenos Aires: Asociación Argentina de Especialistas en Estudios del Trabajo - ASET, v. 4, p. 79-106, 1992. Disponível em: <<http://www.aset.org.ar/docs/Acosta%20Jorrat.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

LUMLEY, T. *Complex surveys: a guide to analysis using R*. Hoboken [Estados Unidos]: Wiley, 2010. 276 p. (Wiley series in survey methodology).

_____. *Survey: analysis of complex survey samples: R package version 3.14*. Seattle: University of Washington, 2009. Disponível em: <<http://cran.r-project.org/src/contrib/Archive/survey/>>. Acesso em: jan. 2013.

PASTORE, J. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz: Edusp, 1979. 217 p. (Biblioteca básica de ciências sociais. Série la, Estudos brasileiros, v. 1).

PASTORE, J.; SILVA, N. do V. *Mobilidade social no Brasil*. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Makron Books, 2000. 98 p.

PERO, V.; SZERMAN, D. Mobilidade intergeracional de renda no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, v. 38, n. 1, p. 1-36, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/8/1021>>. Acesso em: jan. 2013.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 2008. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 29, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/default.shtm>>. Acesso em: jan. 2013.

PESSOA, D. G. C.; SILVA, P. L. N. *Análise de dados amostrais complexos*. São Paulo: Associação Brasileira de Estatística - ABE, 1998. 170 p. Trabalho apresentado originalmente no XIII Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística - Sinape, realizado em Caxambu, MG, em 1998. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/download/livro.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

RELATÓRIO de desenvolvimento humano Brasil 2005: racismo, pobreza e violência. Brasília, DF: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2005. 78 p. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~observa/relatorios/pnud_brasil2005.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

RIBEIRO, C. A. C. Dois estudos de mobilidade social no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs, v. 15, n. 44, p. 178-184, out. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4155.pdf>>. Acesso em: jan. 2013.

_____. *Mobilidade social e estrutura ocupacional: desigualdades de oportunidade no mercado de trabalho brasileiro (1973-1996)*. In: PRÊMIO IPEA 40 anos: IPEA-Caixa 2005: monografias premiadas. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA: Caixa Econômica Federal - CEF, 2006. p. 79-129. Disponível em: <http://getinternet.ipea.gov.br/ipeacaixa/monografias%20profissionais/tema%201/058_monografia.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

SCALON, M. C. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan: Universidade Cândido Mendes - UCAM, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, 1999. 190 p.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2000. 409 p.

SHAH, B. V. et al. *SUDAAN user's manual: professional software for survey data analysis for multi-stage sample designs: release 6.0*. Research Triangle Park [Estados Unidos]: Research Triangle Institute - RTI, 1992.

SILVA, N. do V. *Atualização da escala socioeconômica de ocupações para 1980*. Petrópolis, 1985. Relatório interno do Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC.

_____. *Posição social das ocupações*. Rio de Janeiro, 1973. Trabalho apresentado no Seminário sobre Políticas de Desenvolvimento Social, realizado na Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio de Janeiro, RJ, em dez. 1973.

_____. Uma nota sobre "raça social" no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes - UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n. 26, p. 67-80, set. 1994.

_____. Situação social da população negra. In: VELLOSO, J. P. dos R.; ALBUQUERQUE, R. C. de (Org.). *Pobreza e mobilidade social*. São Paulo: Nobel, 1993. p. 175-198.

SILVA, N. do V.; HASENBALG, C. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. *Dados: revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes - UCAM, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, v. 43, n. 3. p. 423-445, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: dez. 2013.

SOUZA, P. F. de; RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHAES, F. Desigualdade de oportunidades no Brasil: considerações sobre classe, educação e raça. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs, v. 25, n. 73, p. 77-100, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n73/v25n73a05.pdf>> Acesso em: jan. 2013.

TAYLOR, C.; GORARD, S.; FITZ, J. A re-examination of segregation indices in terms of compositional invariance. *Social Research Update*, Surrey [Inglaterra]: University of Surrey, Department of Sociology, n. 30, Autumn 2000. Disponível em: <<http://sru.soc.surrey.ac.uk/SRU30.html>> . Acesso em: jan. 2013.

TELLES, E. E. Industrialização e desigualdade racial no emprego: o exemplo brasileiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes - UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, n. 26, p. 21-51, set. 1994.

TORCHE, F. *Sociological and economic approaches to the intergenerational transmission of inequality in Latin America*. New York: United Nations Development Programme - UNDP, Regional Bureau for Latin America and the Caribbean - RBLAC, 2009. 36 p. Disponível em: <http://www.idhalc-actuarsobreelfuturo.org/site/papers/papers_27.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

TORCHE, F.; RIBEIRO, C. C. Pathways of change in social mobility: industrialization, education and growing fluidity in Brazil. *Research in Social Stratification and Mobility*, Amsterdam: Elsevier, v. 28, n. 3, p. 291-307, Sept. 2010. Disponível em: <https://files.nyu.edu/ft237/public/torche%26costaribeiro10_mobility_brazil.pdf>. Acesso em: jan. 2013.

Sobre os autores

Alessandra Santos Nascimento

Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP. Professora Substituta no Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, da Faculdade de Ciências e Letras, da UNESP-Araraquara. Pesquisadora do Laboratório de Política e Governo, da UNESP; do Grupo de Trabalho Pensamento Social no Brasil; do Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão - NUPE e do Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e na Diáspora Negra - CLADIN, da UNESP.

Danielle Sant’Anna

Graduanda em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e Pesquisadora do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais - LAESER, da UFRJ.

Dagoberto José Fonseca

Graduação, mestrado e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, pós-doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Atualmente é Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, no Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, da Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP-Araraquara; e Chefe do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, da UNESP-Araraquara. Foi Coordenador-Geral e Coordenador Executivo do Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão – NUPE. Coordenador-Geral do Programa de Ações Afirmativas para a População Afro-Brasileira do NUPE (convênio UNESP/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD). Coordenador

do Centro de Referência Afro do Município de Araraquara em parceria com a Assessoria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de Araraquara (convênio UNESP/Prefeitura Municipal de Araraquara). Supervisor do Grupo de Trabalho do NUPE, da UNESP.

Elisa Monçores

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Mestre em Economia pela Universidade Federal Fluminense - UFF e Pesquisadora do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais - LAESER, da UFRJ.

Gilson Matos

Mestrando em Métodos de Apoio à Decisão pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RJ. Graduado em Estatística pela Universidade de Brasília - UnB. É Pesquisador da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Possui experiência em tratamento e análise de grandes bases de dados do IBGE, como as do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Áreas de interesse incluem: análise das séries temporais, análise de dados amostrais, métodos multivariados e estatística aplicada às Ciências Sociais.

Irene Rossetto

Graduado em Relações Internacionais pela Università degli Studi di Torino, Itália, e Mestre em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo - USP e Pesquisadora do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais - LAESER, da UFRJ.

José Luis Petruccelli

Doutor em Ciências Sociais pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França, e Mestre em Demografia pela London School of Hygiene and Tropical Medicine, Londres, Inglaterra. Pesquisador da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Foi consultor do Laboratório de Políticas Públicas - LPP, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. Pertence à rede de pesquisadores do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - INCT, de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, da Universidade de Brasília - UnB. Pesquisa na área de relações raciais e desigualdades sócio-econômicas. Proferiu cursos e seminários e participou de conferências no Brasil e em outros países. Autor de dois livros e de vários artigos em periódicos científicos, revistas e jornais nacionais e internacionais.

Kaizô Iwakami Beltrão

Graduado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA, Mestre em Matemática Aplicada pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA, do Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq, e PhD pelo Departamento de Estatística, da Princeton University, Estados Unidos. Foi Pesquisador/Professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística - IBGE até 2010. Atualmente é Pesquisador/Professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas - EBAPE, da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Possui experiência na área de população e políticas públicas com ênfase em previdência social e educação, atuando principalmente nos seguintes temas: demografia, diferenciais por sexo/raça, condições de saúde, fontes de dados estatísticos, modelagem estatística e mortalidade.

Leonardo Athias

Graduado em Ciência Política pela Sciences-Po, Bordeaux, França, Mestre em Relações Internacionais e Doutor em Ciência Política pela Universidade Bordeaux IV, França. Especializado em estudos eleitorais e política comparada. Pesquisador da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com destaque para o estudo das desigualdades raciais, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e Direitos Humanos. Possui trabalhos publicados sobre comportamento político, opinião pública e metodologia de pesquisa de mercado e de opinião.

Marcelo Paixão

Graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Mestre em Engenharia de Produção pela UFRJ e Doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, da Universidade Cândido Mendes - UCAM. Pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq de 2010 a 2012. Jovem Cientista do Nosso Estado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES em pós-doutorado na Universidade de Princeton, New Jersey, Estados Unidos. Professor do Instituto de Economia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e Coordenador do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais - LAESER, da UFRJ. Realiza atividades de pesquisa no campo das desigualdades étnico-raciais, relações de trabalho do meio urbano e rural e crise do mundo do trabalho.

Moema De Poli Teixeira

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Mestre e Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Atualmente é Pesquisadora/Professora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Possui experiência na área de antropologia com ênfase em antropologia das relações interétnicas e trabalhou principalmente nos seguintes temas: ensino superior, indicadores sociais, cor da população, políticas públicas e identidade racial.

Rafael Guerreiro Osório

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília - UnB e Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Foi Pesquisador do Centro Internacional de Pobreza, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, e consultor de organismos internacionais. Elabora estudos e pesquisas sobre estratificação social, desigualdade, pobreza e políticas sociais. O tema de sua tese de doutorado foi a desigualdade racial de renda no Brasil. Estudou as intersecções

entre classe, raça e acesso ao ensino superior, desigualdades raciais e de gênero no serviço público civil e foi um dos colaboradores principais do *Relatório de desenvolvimento humano do Brasil sobre racismo, pobreza e violência*. Atuou como um dos representantes do IPEA no Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD e foi um dos redatores da primeira Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR.

Sonoe Sugahara

Graduada em Engenharia Eletrônica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Mestre em Matemática Aplicada pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA, do Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq, e em Pesquisa Operacional pela Universidade de Stanford, Estados Unidos. Doutora em Economia pela UFRJ. Atualmente é Pesquisadora/Professora da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Possui experiência na área de economia com ênfase em estatística socioeconômica e modelagem estatística, atuando nos seguintes temas: previdência social, mercado de trabalho, mortalidade e modelos matemáticos.

Anexo

Questionário da Pesquisa das Características Étnico-raciais da População - 2008



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Diretoria de Pesquisas - DPE

Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS

**PESQUISA DAS CARACTERÍSTICAS ÉTNICO-RACIAIS
DA POPULAÇÃO - 2008**

UF:

MUNICÍPIO:

1 IDENTIFICAÇÃO							
1.01 UF	1.02 MUNICÍPIO	1.03 DISTRITO	1.04 SUBDISTRITO	1.05 SETOR	1.06 Nº DA PÁGINA DA FOLHA DE REGISTRO	1.07 Nº NA FOLHA DE REGISTRO	
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	
1.08 NÚMERO DO QUESTIONÁRIO	1.09 SITUAÇÃO DA ENTREVISTA			1.11 TOTAL DE MORADORES	1.12 TEM FOLHA SUPLEMENTAR?		
<input type="text"/>	1 <input type="checkbox"/> realizada 2 <input type="checkbox"/> não-realizada			<input type="text"/>	1 <input type="checkbox"/> sim		
	1.10 MOTIVO DA NÃO-ENTREVISTA				2 <input type="checkbox"/> não		
	1 <input type="checkbox"/> domicílio fechado 2 <input type="checkbox"/> domicílio vago 3 <input type="checkbox"/> domicílio de uso ocasional 4 <input type="checkbox"/> outros						
LOCALIDADE: <input type="text"/>							
LOGRADOURO: <input type="text"/> (Endereço completo)							
1.13 SIAPE DO ENTREVISTADOR		1.14 DATA DA ENTREVISTA		ETIQUETA			
<input type="text"/>		<input type="text"/>					
REGRA DE SELEÇÃO PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE (quesito 2.04) E CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO DE 01 A 07 (quesito 2.06)							
2 LISTA DE MORADORES DO DOMICÍLIO							
2.01 Nº DE ORDEM	2.02 NOME E ÚLTIMO SOBRENOME	2.03 SEXO	2.04 IDADE EM ANOS COMPLETOS (em 13-07-2008)	2.05 RENDIMENTO BRUTO MENSAL DO MÊS DE JUNHO DE 2008 (Considere a soma dos rendimentos de todas as fontes)	2.07 Nº DE ORDEM (para seleção)		
01	<input type="text"/>	1 <input type="checkbox"/> Masculino 2 <input type="checkbox"/> Feminino	<input type="text"/>	R\$ <input type="text"/> , 00 <input type="text"/> cód.	<input type="text"/>		
2.06 CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO							
01 <input type="checkbox"/>	Pessoa responsável	02 <input type="checkbox"/>	Cônjuge, companheiro	03 <input type="checkbox"/>	Filho, enteado	04 <input type="checkbox"/>	Pai, mãe, sogro
05 <input type="checkbox"/>	Neto, bisneto	06 <input type="checkbox"/>	Irmão	07 <input type="checkbox"/>	Outro parente	08 <input type="checkbox"/>	Agregado
09 <input type="checkbox"/>	Pensionista	10 <input type="checkbox"/>	Convivente	11 <input type="checkbox"/>	Empregado doméstico	12 <input type="checkbox"/>	Parente do empregado doméstico
02	<input type="text"/>	1 <input type="checkbox"/> Masculino 2 <input type="checkbox"/> Feminino	<input type="text"/>	R\$ <input type="text"/> , 00 <input type="text"/> cód.	<input type="text"/>		
2.06 CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO							
01 <input type="checkbox"/>	Pessoa responsável	02 <input type="checkbox"/>	Cônjuge, companheiro	03 <input type="checkbox"/>	Filho, enteado	04 <input type="checkbox"/>	Pai, mãe, sogro
05 <input type="checkbox"/>	Neto, bisneto	06 <input type="checkbox"/>	Irmão	07 <input type="checkbox"/>	Outro parente	08 <input type="checkbox"/>	Agregado
09 <input type="checkbox"/>	Pensionista	10 <input type="checkbox"/>	Convivente	11 <input type="checkbox"/>	Empregado doméstico	12 <input type="checkbox"/>	Parente do empregado doméstico
03	<input type="text"/>	1 <input type="checkbox"/> Masculino 2 <input type="checkbox"/> Feminino	<input type="text"/>	R\$ <input type="text"/> , 00 <input type="text"/> cód.	<input type="text"/>		
2.06 CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO							
01 <input type="checkbox"/>	Pessoa responsável	02 <input type="checkbox"/>	Cônjuge, companheiro	03 <input type="checkbox"/>	Filho, enteado	04 <input type="checkbox"/>	Pai, mãe, sogro
05 <input type="checkbox"/>	Neto, bisneto	06 <input type="checkbox"/>	Irmão	07 <input type="checkbox"/>	Outro parente	08 <input type="checkbox"/>	Agregado
09 <input type="checkbox"/>	Pensionista	10 <input type="checkbox"/>	Convivente	11 <input type="checkbox"/>	Empregado doméstico	12 <input type="checkbox"/>	Parente do empregado doméstico

3	CARACTERÍSTICAS DO ENTREVISTADO (somente para a pessoa selecionada)
NOME: <input style="width: 80%;" type="text"/> NÚMERO DE ORDEM DA PESSOA SELECIONADA (questo 2.01) <input style="width: 20px;" type="text"/> <input style="width: 20px;" type="text"/>	
SITUAÇÃO DA ENTREVISTA DA PESSOA SELECIONADA 1 <input type="checkbox"/> realizada 2 <input type="checkbox"/> recusa 3 <input type="checkbox"/> não encontrada 4 <input type="checkbox"/> outra (SE FOR ASSINALADO O CÓDIGO 2, 3 OU 4, ENCERRE A ENTREVISTA)	
3.00 - PARA VOCÊ, ENTREVISTADOR, QUAL É A COR OU RAÇA DA PESSOA ENTREVISTADA? <input style="width: 100%;" type="text"/>	
LEIA PARA O ENTREVISTADO: a seguir serão feitas algumas perguntas sobre a sua identidade e características pessoais.	
3.01 - SABE LER E ESCREVER? 1 <input type="checkbox"/> sim 2 <input type="checkbox"/> não	3.05 - CONCLUIU ESSE CURSO? 1 <input type="checkbox"/> sim 2 <input type="checkbox"/> não
3.02 - FREQUÊNTA ESCOLA? 1 <input type="checkbox"/> sim 2 <input type="checkbox"/> não, já freqüentou 3 <input type="checkbox"/> nunca freqüentou	3.06 - EM SUA OPINIÃO, NO BRASIL A VIDA DAS PESSOAS É INFLUENCIADA POR SUA COR OU RAÇA? 1 <input type="checkbox"/> sim 2 <input type="checkbox"/> não 3 <input type="checkbox"/> não sabe
3.03 - QUAL É O CURSO MAIS ELEVADO NO QUAL CONCLUIU PELO MENOS UMA SÉRIE? 1 <input type="checkbox"/> alfabetização de adultos 2 <input type="checkbox"/> antigo primário 3 <input type="checkbox"/> antigo ginásio 4 <input type="checkbox"/> antigo clássico, científico, etc. 5 <input type="checkbox"/> ensino fundamental ou 1º grau 6 <input type="checkbox"/> ensino médio ou 2º grau 7 <input type="checkbox"/> superior- graduação 8 <input type="checkbox"/> mestrado ou doutorado 0 <input type="checkbox"/> nenhum	3.07 - VOCÊ SABERIA DIZER QUAL É A SUA COR OU RAÇA? 1 <input type="checkbox"/> sim <input style="width: 150px;" type="text"/> especifique 2 <input type="checkbox"/> não
3.04 - NESSE CURSO, QUAL É A ÚLTIMA SÉRIE CONCLUÍDA COM APROVAÇÃO? 01 <input type="checkbox"/> primeira 06 <input type="checkbox"/> sexta 02 <input type="checkbox"/> segunda 07 <input type="checkbox"/> sétima 03 <input type="checkbox"/> terceira 08 <input type="checkbox"/> oitava 04 <input type="checkbox"/> quarta 09 <input type="checkbox"/> nona 05 <input type="checkbox"/> quinta 10 <input type="checkbox"/> curso não seriado	3.08 - NA SUA OPINIÃO, AS PESSOAS, EM GERAL, DEFINEM A COR OU RAÇA DE ACORDO COM: 1 cultura, tradição 2 traços físicos (cabelo, boca, nariz, etc.) 3 origem familiar, antepassados 4 cor da pele 5 opção política/ideológica 6 origem sócio-econômica ou de classe social 7 outra <input style="width: 150px;" type="text"/> especifique Registre o código de até 3 alternativas, ordenando por grau de importância: 1ª <input style="width: 20px;" type="text"/> 2ª <input style="width: 20px;" type="text"/> 3ª <input style="width: 20px;" type="text"/>
siga quesito 3.05	siga quesito 3.09

3 **CARACTERÍSTICAS DO ENTREVISTADO**

INFORMAÇÕES DA MÃE DO ENTREVISTADO

3.32 - A SUA MÃE SABE (SABIA) LER E ESCREVER?

1 sim

2 não

3 não sabe

3.36 - ELA CONCLUIU ESSE CURSO?

1 sim

2 não

3 não sabe

3.33- ELA FREQUÊNTA ESCOLA?

1 sim } → siga quesito 3.34

2 não, já freqüentou }

3 nunca freqüentou } → passe ao quesito 3.37

4 não sabe }

3.37 - VOCÊ SABERIA DIZER QUAL É A COR OU RAÇA DA SUA MÃE?

1 sim **especifique**

2 não

3.34 - QUAL O CURSO MAIS ELEVADO NO QUAL ELA CONCLUIU PELO MENOS UMA SÉRIE?

01 alfabetização de adultos } → siga quesito 3.35

02 antigo primário }

03 antigo ginásio }

04 antigo clássico, científico, etc. }

05 ensino fundamental ou 1º grau }

06 ensino médio ou 2º grau }

07 superior- graduação }

08 mestrado ou doutorado }

09 nenhum } → passe ao quesito 3.37

10 não sabe }

3.38 - QUANDO VOCÊ TINHA 15 ANOS DE IDADE, SUA MÃE TRABALHAVA? (exceto afazeres domésticos)

1 sim → siga quesito 3.39

2 não } → passe ao quesito 3.41

3 não sabe }

4 a mãe era falecida }

3.39 - QUANDO VOCÊ TINHA 15 ANOS DE IDADE, QUAL ERA A OCUPAÇÃO DA SUA MÃE?

código da ocupação

3.35 - NESSE CURSO, QUAL A ÚLTIMA SÉRIE QUE ELA CONCLUIU COM APROVAÇÃO?

01 primeira

02 segunda

03 terceira

04 quarta

05 quinta

06 sexta

07 sétima

08 oitava

09 nona

10 curso não seriado

00 não sabe

siga quesito 3.36

3.40 - NESSE TRABALHO A SUA MÃE ERA:

1 empregada, setor privado com carteira de trabalho assinada

2 empregada, setor privado sem carteira de trabalho assinada

3 militar ou empregada no setor público

4 trabalhadora doméstica

5 conta-própria

6 empregadora

7 não remunerada

8 trabalhadora na produção para o próprio consumo

0 não sabe

siga quesito 3.41

Equipe técnica

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular e de gráficos

Katia Vaz Cavalcanti

Leonardo Martins

Neuza Damásio

Diagramação tabular e de gráficos

Mônica Cinelli Ribeiro

Neuza Damásio

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos

Cristina R. C. de Carvalho

Kátia Domingos Vieira

Diagramação textual

Mônica Cinelli Ribeiro

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Tratamento de arquivos e mapas

Evilmerodac Domingos da Silva

Produção de multimídia

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo Mendonça

Mônica Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva
Carla de Castro Palmieri (Estagiária)
Elizabeth de Carvalho Faria
Maria Beatriz Machado Santos Soares (Estagiária)
Maria da Penha Ribeiro Uchoa
Maria Socorro da Silva Araújo
Lioara Mandoju

Padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte